

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM  
EDUCAÇÃO**

**KAMILA GUSATTI DIAS**

**HISTÓRIA E MEMÓRIA DA ESCOLA DE ENFERMAGEM CRUZEIRO DO SUL  
DE RIO VERDE – GO (1937-1969)**

**GOIÂNIA - GO  
2020**

**KAMILA GUSATTI DIAS**

**HISTÓRIA E MEMÓRIA DA ESCOLA DE ENFERMAGEM CRUZEIRO DO SUL  
DE RIO VERDE – GO (1937-1969)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Educação.

Área de concentração: Educação e Sociedade.

Linha de Pesquisa: Educação, Sociedade e Cultura.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida.

**GOIÂNIA - GO  
2020**

D541h Dias, Kamila Gusatti

História e memória da Escola de Enfermagem  
Cruzeiro do Sul de Rio Verde- GO (1937-1969)  
[manuscrito]/ Kamila Gusatti Dias.-- 2020.

296 f.: il.;

Texto em português com resumo em inglês  
Tese (doutorado) - Pontifícia Universidade  
Católica de Goiás, Programa de Pós-Graduação  
Stricto Sensu

em Educação, Goiânia, 2020

Inclui referências f. 268-283

1. Ensino superior - Rio Verde (GO). 2. Presbiterianos

**KAMILA GUSATTI DIAS**

**HISTÓRIA E MEMÓRIA DA ESCOLA DE ENFERMAGEM CRUZEIRO DO SUL  
DE RIO VERDE – GO (1937-1969)**

Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Pontifícia  
Universidade Católica de Goiás, aprovada em 10 de agosto de 2020.

**BANCA EXAMINADORA**



Prof. Dra. Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida  
Professora Orientadora  
PUC-GO

---

Prof. Dra. Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida - PUC/GO – Presidente da Banca



---

Prof. Dr. José Maria Baldino - PUC/GO



---

Prof. Dra. Lila Maria Spadoni Lemes - PUC/GO



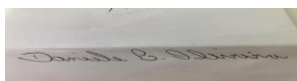
---

Prof. Dra. Ana Maria Gonçalves - UFG/Catalão



---

Prof. Dra. Ordália Cristina Gonçalves Araújo - UEG/Câmpus Quirinópolis



---

Prof. Dra. Daniele Lopes Oliveira – FAP/Piracanjuba



---

Prof. Dr. João Cândido Barbosa - UEG/Câmpus Aparecida de Goiânia

*[...] As lembranças que tenho da Escola de Enfermagem Cruzeiro do Sul são muito boas, mescladas de saudades das colegas, professores, médicos, amigos que fiz. As lembranças de cada cômodo daquela escola me emocionam. A quadra que jogávamos basquete e vôlei, a sala de visitas, nós cantávamos muito lá! O laboratório, quanta experiência a gente fez! O hospital, a sala de cirurgia, eu adorava cada espaço! Tinha também na escola a varanda que a gente ficava lá vendo a cidade, os rapazes que faziam serenata (risos). [...] mas, as lembranças do pessoal, das colegas eram diversificadas, era gente muito boa, a gente era muito nova também, nós aproveitamos muito bem a cidade, a gente saía curtia a cidade, influenciava algumas coisas na cidade. Eram respeitadas na cidade. Todo muito tinha respeito. [...] Eu fiz parte do centro acadêmico estudantil, participei de congressos. A gente viajava! Então tudo isso era motivo de contentamento, viajava até de avião particular que era do missionário norte-americano ou poderia ser da missão, não sei, que nos levava para Goiânia. Fazia muitas festas, a escola era muito festeira. Então, tinha muitas festas, festas boas, festas com eventos muito marcantes na nossa vida lá. Então isso, a nossa turma, a minha turma, foi uma turma privilegiada porque foi a última turma de curso de enfermagem de nível superior. Então foi uma turma que usufruiu muito, tinha muitos eventos com o pessoal da cidade dentro da nossa escola, jogos, gincanas, piqueniques, porque nós tínhamos uma quadra muito boa lá na escola e participava da vida, da vida da cidade, e eu digo mesmo que a Escola de Enfermagem foi “a menina dos olhos” de Rio Verde.*

*(Araciara Dias Gonçalves, 2019).*

*Dedico a conquista deste estudo a minha vovó  
Olga (in memoriam) que nos deixou, no início  
de minha caminhada no doutorado.*

*Aos meus pais, Neiva e Clóvis, pelo esforço e  
dedicação que sempre tiveram comigo.*

*Ao meu esposo Rone Cley, pela presença  
constante e por sempre me transmitir conforto  
e me dar forças para a conclusão desta tese.*

*Aos meus irmãos Cinthya, Leonardo e  
Thamyles, pelo amor e carinho.*

*Aos meus sobrinhos Geovanna, Rhyann,  
Rhafaell, Gabryel, Maria Eduarda, Kairo,  
Kenedy, Gustavo e Isaac, luz na minha vida.*

*Aos meus cunhados e sogros por sempre  
torcerem por mim.*

*Amo vocês!*

## AGRADECIMENTOS

A Deus, fonte de todas as graças alcançadas, responsável por mais esta conquista em minha vida. A ELE toda honra e toda glória!!

À professora e orientadora Dra. Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida, por ter me dado oportunidade de ingresso no doutorado, pelas experiências e conhecimentos compartilhados e pelo constante incentivo, direcionando-me sempre na pesquisa com sabedoria, calma, carinho e delicadeza.

Aos professores doutores José Maria Baldino, Lila Maria Spadoni Lemes, Ordália Cristina Gonçalves Araújo e Ana Maria Gonçalves, pela aceitação do convite para composição da banca examinadora de qualificação e também a de defesa. Agradecimentos, sobretudo, pelas relevantes sugestões para a finalização desta investigação, direcionando-me na construção desta tese, indicando sempre os caminhos possíveis.

Ao coordenador e funcionários da secretaria de Pós-Graduação em Educação da PUC/Goiás, pela disponibilidade com que sempre me atenderam quando solicitei.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC/Goiás, cujas aulas ofereceram importantes subsídios para o desenvolvimento da pesquisa.

Um especial agradecimento aos amigos de profissão e caminhada intelectual, pelas palavras de incentivo, de coragem e que, muitas vezes, apostaram mais em mim do que eu mesma, em especial, Márcia Campos Moraes Guimarães, Maria Aparecida Alves, Kênia Guimarães Furquim Camargo, Ana Maria Franco e César Fernandes Bressanin. Cada um, a seu tempo, ingressou nesse universo intelectual e hoje somos companheiros de congressos e o mais importante, companheiros de partilha de aprendizados, juntos na resistência.

À minha amiga Márcia que muito contribuiu, na formatação dessa pesquisa, de maneira carinhosa, mesmo com tantos afazeres. À professora Rosimeire que com muita competência fez a revisão textual dessa tese. Às amigas de todas as horas, Aline e Lidiane, que souberam entender minhas ausências.

Um especial agradecimento às entrevistadas *Dona Araciara, Dona Cosmira, Dona Dalva, Dona Dayse, Dona Hélia e Dona Maria* que disseram sim à pesquisa e juntas pudemos re(escrever) a história da instituição da qual fizeram parte, meu MUITO OBRIGADA!! Àquelas que também fizeram parte dessa história, mesmo que não no período delimitado desta pesquisa, mas me auxiliaram indiretamente na busca e garimpo pelas fontes:

*Ester, Iná, Elienay, Marília, Sylvia Gordon, Leila, Sílvia, Donald, Magraças, Dulcinéia, Yara Marília, Reverendo Eudóximo, Pastor Nerivaldo, Cacilda e Profa. Dra. Marta.*

Aos servidores do Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central, Arquivo Público de Goiás e do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás que gentilmente sempre me atenderam.

A Rose, funcionária da Câmara Municipal de Rio Verde, que favoreceu o acesso às Atas do Conselho Municipal de Rio Verde.

A Cristina, servidora do Arquivo da Prefeitura Municipal de Rio Verde, por ter-me concedido acesso ao Livro de Leis e Decretos Municipais.

À CAPES, pelo apoio financeiro, meu agradecimento.

Muitas pessoas, mesmo não sendo citadas, foram responsáveis pela consolidação desta pesquisa. E sou igualmente agradecida.



## RESUMO

A presente tese tem como objeto de estudo a Escola de Enfermagem Cruzeiro do Sul, uma instituição protestante instalada em 1937, na cidade de Rio Verde - GO, por missionários presbiterianos norte-americanos designados pela Missão Central do Brasil. O marco temporal deste trabalho elucida o período de 1937 a 1969. Como baliza inicial, admite-se o ano de 1937, data em que foi implantada a EECS na cidade de Rio Verde, pelo médico missionário Dr. Donald Covil Gordon. Na outra ponta de periodização, delimita-se o ano de 1969, e essa escolha se justifica por ser o período em que se forma a última turma do Curso de Auxiliar de Enfermagem. Para tanto, a questão norteadora, desta pesquisa, consiste em verificar como a EECS se constituiu e se estabeleceu em Rio Verde – GO, no período de 1937 a 1969. Como objetivo geral, busca-se compreender os aspectos históricos que levaram ao surgimento e a consolidação da EECS, estabelecendo uma análise em torno do que essa escola representou na história do referido município e na memória das pessoas que, de um modo ou de outro, mantiveram vínculo com essa instituição. No campo específico, pretende-se: analisar as estratégias utilizadas pelos missionários presbiterianos, para a inserção do protestantismo no Estado de Goiás, no bojo das mudanças econômicas, políticas e sociais; investigar o cenário de constituição do Hospital Evangélico de Rio Verde, tecendo uma narrativa acerca dos elementos políticos, sociais, econômicos e religiosos, que integraram a área da saúde do município; identificar a imagem construída pela EECS, no período de 1937 a 1969, com o seu processo de instalação, organização e funcionamento; revelar práticas pedagógicas que circularam no interior da EECS, relacionando a abordagem da sua cultura escolar, por meio de fontes documentais e orais. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, cujo *corpus* documental e oral estejam pautados no levantamento, coleta e organização de um conjunto diversificado de documentos referentes ao período delimitado na pesquisa. Para a escrita da narrativa histórica, foram utilizadas as seguintes fontes: Acervo do arquivo da Secretaria de Estado de Educação de Rio Verde – GO; Arquivo de Registro de Atos Administrativos, localizado na Prefeitura Municipal de Rio Verde; Atas do Conselho Municipal de Rio Verde, que se encontram disponíveis na Câmara Municipal de Rio Verde. Em Goiânia, foram consultados os Arquivos do Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central e o Arquivo Público de Goiás. Utilizaram-se também os arquivos particulares da neta do médico missionário Dr. Gordon, Sylvia Woodall Gordon, bem como os arquivos dos sujeitos entrevistados nesta pesquisa. Além dessas fontes, acrescentam-se as orais, que foram selecionadas pelo levantamento dos sujeitos envolvidos com a história da instituição. As fontes utilizadas foram lidas à luz dos referenciais teóricos oriundos da História Cultural. Por meio da análise das fontes, verificou-se que a Missão Central do Brasil, sob diligência do médico missionário Dr. Donald Gordon, escolheu a cidade de Rio Verde, como *locus* para a implantação de uma obra missionária, no tocante ao estabelecimento de um hospital, uma escola de enfermagem e uma igreja, haja vista que o cenário religioso e educacional era promissor. Constatou-se, também, que o motivo da instalação da escola ocorreu em virtude da necessidade de se formar enfermeiras para atuarem no hospital.

**Palavras-chave:** Educação. Presbiterianos. Rio Verde/GO. Instituição Escolar. Escola de Enfermagem.

## ABSTRACT

This thesis has as an object of study the Cruzeiro do Sul School of Nursing (CSSN), a Protestant institution installed in the city of Rio Verde – GO in 1937 by North American Presbyterian missionaries designated by the Central Mission of Brazil under the responsibility of the missionary physician Dr. Donald Covil Gordon. The analysis was carried out considering the period from 1937 to 1969. The year 1937 marks the opening of the CSSN and the year of 1969 is defined as the year in which the last group graduated in the Nursing Assistant Course. Therefore, the guiding question of this research is to verify how the CSSN was constituted and established in Rio Verde – GO during the demarcated period. As a general goal, the thesis seeks to understand the historical aspects that led to the emergence and consolidation of the CSSN, establishing an analysis around what this school represented in the history of Rio Verde and in the memory of people who maintained links with this institution. As specific goal, it is intended to analyze the strategies used by Presbyterian missionaries for the insertion of Protestantism in the State of Goiás - Brazil, in what concerns economic, political and social changes. Also, it is investigated the setting up of the Evangelical Hospital of Rio Verde, weaving a narrative about the political, social, economic and religious elements that integrated the health area of the municipality. In the same direction, it is identified the cultural image built by CSSN, from 1937 to 1969, with its installation, organization and operation process. Finally, a reveal is done taking in consideration the pedagogical practices used into the CSSN, making connections between the pedagogical approach of the School and documentary and oral sources. This is a qualitative research, whose documentary and oral corpus are based on the survey, collection and organization of a diverse set of documents referring to the period defined in the research. For the writing of the historical narrative, the following sources were used: The collection of the Archive of the State Department of Education of Rio Verde – GO, Administrative Acts Registration File located in the City Hall of Rio Verde, Minutes of the Municipal Council of Rio Verde, which are available at the Municipal Council of Rio Verde. In Goiânia, the Archives of the Institute for Research and Historical Studies of Central Brazil and the Public Archives of the State of Goiás were consulted. The private archives of the granddaughter of missionary physician Dr. Gordon, Mme. Sylvia Woodall Gordon, as well as the personal archives of the other involved participants were also used. In addition to these sources, interviews were carried out aiming to build the institution's history. The sources used were read in the light of theoretical references from Cultural History. Through the analysis of the sources, it was verified that the Central Mission of Brazil, under the diligence of the missionary doctor Dr. Donald Gordon, chose the city of Rio Verde, as locus for the implantation of a missionary work regarding the establishment of a hospital, a nursing school and a church, given that the religious and educational scenario was promising. It was also found that the reason for setting up the school was due to the need to train nurses to work in the hospital.

**Keywords:** Education. Presbyterians. Rio Verde - GO. School Institution. Nursing school.

## LISTA DE FIGURAS

<b>FIGURA 1</b>	Município de Rio Verde.....	49
<b>FIGURA 2</b>	Mapa de localização de Ceres – GO.....	72
<b>FIGURA 3</b>	Primeira casa da família Gordon.....	84
<b>FIGURA 4</b>	Casa alugada para atendimento do hospital e primeira Escola de Enfermeiras da Casa de Saúde Evangélica, 1937.....	85
<b>FIGURA 5</b>	Prospecto do quarteirão da saúde, 1941.....	88
<b>FIGURA 6</b>	Igreja Evangélica de Rio Verde, s/d.....	93
<b>FIGURA 7</b>	Carta endereçada para Casa de Saúde Evangélica com encaminhamento de paciente da cidade de Alto Araguaia – MT, 1940.....	98
<b>FIGURA 8</b>	Prédio do Hospital Evangélico de Rio Verde, 1940.....	105
<b>FIGURA 9</b>	Estudo Estatístico do trabalho médico em Rio Verde na Casa de Saúde Evangélica, 1936.....	107
<b>FIGURA 10</b>	Convite para apreciação do aparelho de Raio X, 1940.....	108
<b>FIGURA 11</b>	Médicos missionários residentes em atendimento, s/d.....	112
<b>FIGURA 12</b>	Casa da família Gordon.....	114
<b>FIGURA 13</b>	Dr. Gordon, a primeira diretora Beatrice Lenington e as três primeiras alunas da Escola de Enfermeiras da Casa de Saúde Evangélica, s/d.....	119
<b>FIGURA 14</b>	Fachada da Escola de Enfermagem Cruzeiro do Sul e vista lateral, 1953.....	138
<b>FIGURA 15</b>	Biblioteca e sala de visitas, 1953.....	142
<b>FIGURA 16</b>	Prospecto, 1953 – Esportes.....	144
<b>FIGURA 17</b>	Mesa de pingue-pongue e quadra de vôlei e basquete, 1953.....	145
<b>FIGURA 18</b>	Sala de aula e laboratório, 1953.....	145
<b>FIGURA 19</b>	Diploma da primeira aluna, Maria Bueno, diplomada na Escola de Enfermeiras da Casa de Saúde Evangélica, 1941 (frente).....	153
<b>FIGURA 20</b>	Diploma da primeira aluna, Maria Bueno, diplomada na Escola de Enfermeiras da Casa de Saúde Evangélica, 1941 (verso).....	153
<b>FIGURA 21</b>	Atestado de idoneidade da aluna Ragel Teixeira da Silveira, 1956.....	161
<b>FIGURA 22</b>	Ficha de saúde da aluna Conceição Dias, 1951-1954.....	165
<b>FIGURA 23</b>	Quarto das alunas do internato, 1953.....	170

<b>FIGURA 24</b>	Ficha de matrícula, 1958.....	173
<b>FIGURA 25</b>	Ofício enviado ao MEC pela diretora Ruth Anacleto, 1962.....	184
<b>FIGURA 26</b>	Certificado do Curso de Auxiliar de Enfermagem, 1968.....	189
<b>FIGURA 27</b>	Boletim de Eficiência da aluna Cosmira Ferreira de Brito, 1968.....	193
<b>FIGURA 28</b>	Treinamento da aula prática de Ataduras, 1958.....	203
<b>FIGURA 29</b>	Prova parcial de Técnica de Enfermagem da aluna Ivanilde Santos, de 24 de agosto de 1952.....	230
<b>FIGURA 30</b>	Boletim de Eficiência, 1951-1953.....	235
<b>FIGURA 31</b>	Boletim de Eficiência, 1959-1964.....	237
<b>FIGURA 32</b>	Modelo de uniformes (masculino e feminino) do Curso de Auxiliar de Enfermagem, 1965.....	244
<b>FIGURA 33</b>	Uniforme escolar da turma de Auxiliar de Enfermagem, 1968.....	245
<b>FIGURA 34</b>	Formatura da turma de Auxiliar de Enfermagem, 1969.....	246
<b>FIGURA 35</b>	Primeiro convite de formatura, 1941.....	249
<b>FIGURA 36</b>	Enfermeira/madrinha – Hildete Duarte Cavalcante e aluna/afilhada – Iolanda Guimarães - Formatura, 1965.....	251
<b>FIGURA 37</b>	Formatura da Escola de Enfermeiras da Casa de Saúde Evangélica, noticiado no Jornal O Sudoeste, ano V, de 20 de agosto de 1939.....	252
<b>FIGURA 38</b>	Solenidade de formatura – Juramento das enfermeiras, 1964.....	253

## LISTA DE TABELAS

<b>TABELA 1</b>	Culto Protestante: Igrejas, Pessoas Filiadas e Movimento Religioso na Região Centro-Oeste.....	48
<b>TABELA 2</b>	Instrução em Goiás, 1920-1940.....	54
<b>TABELA 3</b>	Despesas de Assistência Médica-Sanitária no Estado de Goiás.....	70
<b>TABELA 4</b>	Percentual das taxas cobradas na Escola de Enfermagem Cruzeiro do Sul, em relação ao salário mínimo de 1963.....	191
<b>TABELA 5</b>	Categorias avaliadas no Boletim de Eficiência Bimestral.....	194
<b>TABELA 6</b>	Currículo Escolar da Escola de Enfermagem Cruzeiro do Sul, 1937.....	206
<b>TABELA 7</b>	Histórico Escolar, 1952.....	208
<b>TABELA 8</b>	Médias Gerais dos Exames de Admissão ao Curso de Enfermagem, 1937-1961.....	223
<b>TABELA 9</b>	Idade das alunas do Curso de Enfermagem, 1937-1961.....	224
<b>TABELA 10</b>	Naturalidade das alunas do Curso de Enfermagem, 1937-1961.....	225

## LISTA DE QUADROS

<b>QUADRO 1</b>	Dissertações e Teses sobre a temática “Escola de Enfermagem”, “Enfermagem”, “História da Enfermagem” .....	20
<b>QUADRO 2</b>	Pessoas entrevistadas que participaram da história da Escola de Enfermagem Cruzeiro do Sul e do Hospital Evangélico de Rio Verde..	32
<b>QUADRO 3</b>	Instituições Escolares Presbiterianas no Centro-Oeste.....	45
<b>QUADRO 4</b>	Tabela de Preços do Hospital Evangélico de Rio Verde, 1940.....	109
<b>QUADRO 5</b>	Diretoras da Escola de Enfermagem Cruzeiro do Sul, 1937-1969.....	155
<b>QUADRO 6</b>	Enxoval das alunas, 1944.....	158
<b>QUADRO 7</b>	Alunas concluintes do Curso de Enfermagem da Escola de Enfermagem Cruzeiro do Sul, 1937-1961.....	174
<b>QUADRO 8</b>	Escolas de Enfermagem no Brasil (décadas de 1920-1940) .....	178
<b>QUADRO 9</b>	Alunas concluintes do Curso de Auxiliar de Enfermagem da Escola de Enfermagem Cruzeiro do Sul, 1965-1969.....	187
<b>QUADRO 10</b>	Disciplinas ministradas, 1944.....	207
<b>QUADRO 11</b>	Currículo do Curso de Auxiliar de Enfermagem da EECS, 1965.....	214

## **LISTA DE SIGLAS**

**ABEN** – Associação Brasileira de Enfermagem

**BFBS** – British and Foreign Bible Society

**CANG** – Colônia Agrícola Nacional de Goiás

**CAPES** – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

**CEP** – Comitê de Ética em Pesquisa

**CVB** – Cruz Vermelha Brasileira

**DNSP** – Departamento Nacional de Saúde Pública

**EHMCS** – Educação, História, Memórias e Culturas em diferentes Espaços Sociais

**EE** – Escola de Enfermagem

**EEAN** – Escola de Enfermagem Anna Nery

**EECSE** – Escola de Enfermagem da Casa de Saúde Evangélica

**EECS** – Escola de Enfermagem Cruzeiro do Sul

**IBICT** – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**PUC/GO**- Pontifícia Universidade Católica de Goiás

**MEC** – Ministério da Educação e Cultura

**TCLE** – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

**UEMS** – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>16</b>
<b>1 A MISSÃO CENTRAL DO BRASIL E O MOVIMENTO PRESBITERIANO EM GOIÁS.....</b>	<b>35</b>
<b>1.1 O contexto educacional no início da década de 30 em Goiás: a educação como tática missionária para instruir, civilizar e moralizar.....</b>	<b>51</b>
<b>1.2 A saúde como estratégia de difusão da fé protestante.....</b>	<b>61</b>
<b>1.3 A cidade de Rio Verde como espaço para a ação médica missionária.....</b>	<b>74</b>
1.3.1 O estabelecimento da Igreja Presbiteriana em Rio Verde.....	89
<b>2 A IMPLANTAÇÃO DA ASSISTÊNCIA MÉDICA HOSPITALAR EM RIO VERDE: DA CASA DE SAÚDE EVANGÉLICA AO HOSPITAL EVANGÉLICO DE RIO VERDE.....</b>	<b>95</b>
<b>2.1 O hospital como espaço de aprendizado para os médicos, enfermeiras e alunas</b>	<b>117</b>
<b>2.2 Percurso da enfermagem e sua relação com a saúde pública goiana.....</b>	<b>122</b>
<b>3 O CENÁRIO DE CONSTITUIÇÃO DA ESCOLA DE ENFERMAGEM CRUZEIRO DO SUL: APONTAMENTOS SOBRE O PROCESSO DE INSTALAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO.....</b>	<b>132</b>
<b>3.1 A instalação, a construção e o processo de reconhecimento da Escola de Enfermagem Cruzeiro do Sul.....</b>	<b>133</b>
<b>3.2 O Curso de Enfermagem.....</b>	<b>156</b>
<b>3.3 O Curso de Auxiliar de Enfermagem.....</b>	<b>177</b>
<b>4 CULTURA E PRÁTICAS ESCOLARES: UM OLHAR PARA O INTERIOR DA ESCOLA DE ENFERMAGEM CRUZEIRO DO SUL.....</b>	<b>198</b>
<b>4.1 O ensino na Escola de Enfermagem Cruzeiro do Sul: currículos e estágios.....</b>	<b>199</b>
4.1.2 Aspectos avaliativos.....	218
<b>4.2 Uniformes Escolares e Rituais de Formatura.....</b>	<b>242</b>
<b>4.3 Reuniões do Corpo Docente.....</b>	<b>254</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>260</b>
<b>FONTES E REFERÊNCIAS .....</b>	<b>268</b>
<b>APÊNDICE A - Termo de consentimento livre e esclarecido(a) – TCLE.....</b>	<b>284</b>
<b>APÊNDICE B - Parecer consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa - CEP.....</b>	<b>287</b>
<b>APÊNDICE C – Autorização do local da pesquisa.....</b>	<b>291</b>



<b>APÊNDICE D</b> – Carta de Cessão.....	292
<b>APÊNDICE E</b> - Roteiro de entrevistas.....	293
<b>ANEXO A</b> - Relatório de eficiência, 1959 -1964.....	295

## INTRODUÇÃO

*Compreender e explicar a existência histórica de uma instituição educativa é, sem deixar de integrá-la na realidade mais ampla que é o sistema educativo, contextualizá-la, implicando-a no quadro de evolução de uma comunidade e de uma região, é por fim sistematizar e (re)escrever-lhe o itinerário de vida na sua multidimensionalidade, conferindo um sentido histórico.*  
(JUSTINO MAGALHÃES, 1998, p. 6)

O interesse pelo tema Educação Protestante surgiu, em 2014, decorrente do acesso ao mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Unidade Universitária de Paranaíba/MS, vinculada à linha de pesquisa Educação, Linguagem e Sociedade, sob orientação do professor Dr. Ademilson Batista Paes, o qual propôs esse tema para que houvesse reflexão sobre a possibilidade de se desenvolver uma pesquisa relacionada à Educação Protestante em Goiás. Dessa investigação, resultou uma dissertação de mestrado cujo objeto de estudo foi uma instituição educacional presbiteriana na cidade de Jataí – GO<sup>1</sup>.

A partir dos estudos desenvolvidos sobre a Educação Presbiteriana no Estado de Goiás, trouxe à tona a percepção de que a ação missionária presbiteriana norte-americana nesse Estado era só a ponta de um iceberg. Esta investigação que resultou em minha dissertação se propôs a investigar uma escola protestante, no interior da região Sudoeste de Goiás, na cidade de Jataí, fundada em 1942, em funcionamento até os dias atuais.

No rastreamento dessas fontes e na localização de documentos, identificou-se a presença dos missionários presbiterianos norte-americanos em Goiás, nas áreas da saúde, educação e na religião, com a fundação de igrejas, hospitais e escolas. Para a concretização desses ideais, o interior do país seria “ocupado” e “habitado” em todos seus espaços.

Dessa maneira, a “modernidade” foi conduzida pela Missão Central do Brasil, convertendo-se na peça-chave para a instalação de uma infraestrutura que subsidiasse a obra missionária norte-americana e a educação, a saúde e a religião se tornam componentes indispensáveis para o projeto civilizador do *hinterland* do Brasil.

Mediante esses fatos, pode-se dizer que “durante o período em que a Missão Central do Brasil esteve presente no *hinterland* brasileiro, ela produziu uma imagem de progresso e civilização sobre si, tanto para a população daquela região como para os seus pares norte-americanos” (NASCIMENTO, 2005, p. 51).

---

<sup>1</sup> A dissertação defendida em 2016 teve como tema “A Educação Presbiteriana em Jataí (GO): o Instituto Samuel Graham (1942-1971)”.

Dessarte, a Missão Central do Brasil escolheu a cidade de Rio Verde para disseminação de um projeto missionário capaz de propagar o protestantismo no estado de Goiás, por meio da instalação de uma escola, uma igreja e um hospital. Essa escolha do lugar para a implantação da referida obra missionária teve um objetivo: a propagação do protestantismo em terras goianas, uma vez que essa cidade vivia um momento de desenvolvimento social e econômico.

Em Rio Verde, o missionário que estava sob essa diligência era o médico Dr. Donald Covil Gordon que, junto da missão, estabeleceu frentes de trabalhos, nessa região, a fim de estabelecer vínculos com os fiéis, propagando o protestantismo e levando saúde para a região.

Os missionários tinham suas profissões, como médicos, professores, engenheiros agrônomos, engenheiros civis, pastores, enfermeiras e aviadores. Suas profissões estavam à disposição da missão que se prontificavam a cumprir: salvar a alma e o corpo dos homens e mulheres do “Brasil Tropical”<sup>2</sup>. Mas, como problemática, a Missão enfrentava a falta de profissionais para atuarem e manterem os hospitais e escolas em funcionamento, então a decisão de construir escolas de enfermagem, para que essas profissionais pudessem ser habilitadas, foi necessária.

Assim, o trabalho desenvolvido pela Missão, sobretudo no tocante à propagação do protestantismo em terras goianas e nos seus objetivos como um projeto missionário – a implantação de escolas, hospitais e igrejas sob a égide de “instruir, salvar almas e evangelizar”, se concretizou.

Partindo dessa perspectiva, a Missão Central do Brasil, ao chegar em terras goianas, tinha muito trabalho a ser feito, haja vista que o processo de urbanização, a partir das primeiras décadas do século XX, promoveu grandes avanços no que se refere à educação. A instrução da população passou a ser apontada como imprescindível para a formação do cidadão. Nesse sentido, a educação passou a ser vista como solução para todos os problemas da nação e, em Goiás, não foi diferente.

É importante considerar que, a educação, em Goiás, assim como em boa parte do Brasil, segundo os apontamentos de Barra (2011), foi pensada como forma de civilizar a população, com o intuito de criar uma identidade regional associada à nacional que começava a ser inventada a partir dos meados dos anos oitocentos, haja vista que:

---

<sup>2</sup> O Brasil Tropical era assim denominado o interior do país (NASCIMENTO, 2005).

[...] o projeto de educação da sociedade goiana se inscreve na esteira da modernidade, e portanto de um paradigma cultural que se antecipava, mas também visava instituir modos capitalistas de produção. Guiava-se por uma racionalidade que creditava à educação a construção de uma identidade supostamente necessária à definição da região e, daí, o pertencimento à nação (BARRA, 2011, p. 24).

Dessa maneira, destaca-se a cidade de Rio Verde a qual foi protagonista dessa obra missionária e a Escola de Enfermagem Cruzeiro do Sul, o objeto deste estudo, fundada pelos missionários norte-americanos, a fim de serem os atores coadjuvantes para a narrativa histórica desta tese.

Diante disso, a presente tese, decorrente de uma pesquisa em História e Historiografia da Educação Brasileira, foi desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás na linha de pesquisa Educação, Sociedade e Cultura. Possui como vertente a História das Instituições Escolares e está vinculada ao Diretório do Grupo de Pesquisa – Educação, História, Memórias e Culturas em diferentes Espaços Sociais – EHMCES - PUC/GO. Focaliza como objeto de estudo a Escola de Enfermagem Cruzeiro do Sul, instalada no ano de 1937 com o nome Escola de Enfermeiras da Casa de Saúde Evangélica, extinta no ano de 2004<sup>3</sup>.

O marco temporal deste trabalho elucida o período de 1937 a 1969. Como baliza inicial, admite-se o ano de 1937, data em que foi implantada a Escola de Enfermagem na cidade de Rio Verde, pelo médico missionário Dr. Donald Covil Gordon. Na outra ponta de periodização, delimita-se o ano de 1969, e essa escolha se justifica por ser o período que se diploma a última turma do Curso de Auxiliar de Enfermagem, como pode ser verificado nas fontes.

Nessa perspectiva, a relevância deste estudo se associa ao ineditismo de pesquisas desenvolvidas no campo da História da Educação no Brasil, que ainda são muito poucas no campo das instituições protestantes, especificamente na região Centro-Oeste, e por isso, muito ainda está para ser feito. À face do exposto, julgou-se relevante realizar um mapeamento das pesquisas já desenvolvidas com a temática semelhante.

Especificamente em Goiás, há pesquisas que foram produzidas e enfocam o universo da ideologia religiosa e a inserção do protestantismo em terras goianas, mas não retratam estritamente as escolas de enfermagens protestantes.

---

<sup>3</sup> Não foi localizada nenhuma fonte documental que atestasse essa data de fechamento da escola. Esse ano foi mencionado em uma entrevista dada pela última diretora da Escola de Enfermagem Cruzeiro do Sul, a qual não concedeu entrevista gravada.

A princípio, foi feito um levantamento de pesquisas tipo “Estado do Conhecimento<sup>4</sup>” sobre a temática, a saber: Escola de Enfermagem, com o objetivo de compreender tais pesquisas nos programas de pós-graduação – mestrado e doutorado, por meio dos quais foram localizados estudos nas áreas de Educação, Ciências, Enfermagem, Enfermagem e Saúde Pública, História, História das Ciências e Saúde, bem como o Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior<sup>5</sup>.

Para tanto, fez-se um levantamento das produções científicas sobre o referido objeto de pesquisa nas plataformas digitais da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), localizando trinta e quatro (34) trabalhos, sendo vinte e duas (22) dissertações de mestrado e doze (12) teses de doutoramento, publicadas no Brasil, em universidades distintas, nas cinco regiões do país. O recorte temporal foi delimitado entre o ano de 2008 a 2018, considerando-se a última década de publicações dessas pesquisas.

Nesse sentido, foi realizada a busca por palavras-chave, a saber: “Escola de Enfermagem”; “Enfermagem”; “História da Enfermagem”, nos respectivos bancos de dados digitais. Com base nos dados obtidos, foi possível tecer algumas considerações preliminares sobre o estado do conhecimento, no Brasil, a respeito desse tema.

Inicialmente, procurou-se organizar, selecionar, caracterizar e descrever as produções encontradas, evidenciando alguns aspectos negligenciados e/ou privilegiados. Em uma segunda etapa, procurou-se identificar o cenário da temática pesquisada, período cronológico abrangente, programas e universidades vinculados a esses estudos. Na terceira etapa, foram analisados a metodologia, o referencial teórico e os métodos utilizados nas pesquisas levantadas.

Não se pode afirmar que foram examinadas, integralmente, as produções realizadas, isso porque algumas podem não ter sido localizadas na busca e/ou varredura pelos bancos de dados acessados, no entanto, importa afirmar que boa parte das pesquisas foram identificadas.

Após essa varredura, organizou-se um banco de dados com as pesquisas, procedendo-se à leitura tanto do resumo quanto da introdução. Dessa forma, aproximando-se do objeto em estudo, foram descartadas aquelas que não correspondiam ao objeto pesquisado. Ao revisar as

---

<sup>4</sup> DIAS; ALMEIDA (2018). Sobre essa temática, foi publicada a seguinte pesquisa: A produção intelectual sobre Escolas de Enfermagem no Brasil: Estado da Arte no período de 2008-2018, In: ZANATTA, Beatriz Aparecida; BALDINO, José Maria; CARNEIRO, Maria Esperança Fernandes (Org.). **Temas de Educação IV: olhares compreensivos**. Goiânia: Editora Espaço Acadêmico, p. 178-195, 2018.

<sup>5</sup> Os programas de pós-graduação, aqui mencionados, foram localizados no levantamento feito para esta pesquisa do estado da arte.

produções científicas selecionadas, foram retomados os discursos de outros pesquisadores, não apenas no sentido de visualizar, mas de mostrar os avanços, retrocessos ou aqueles que ainda apresentam insulamentos. Assim, essas pesquisas proporcionaram novas informações, discutiram possíveis inovações e soluções e desvendaram caminhos viáveis de metodologias e o uso de diferentes métodos de pesquisa.

Dessa forma, com o intuito de refinar apenas as pesquisas que mais se aproximavam do objeto de estudo em foco e que estivessem na área da Educação e da História, elegeram-se apenas sete (7) produções que poderiam contribuir com a temática desta tese e, a partir desse levantamento, foi sintetizado o seguinte Quadro:

**QUADRO 1** – Dissertações e Teses sobre a temática “Escola de Enfermagem”, “Enfermagem”, “História da Enfermagem”<sup>6</sup>

Instituição	Autor(a)	Título do Trabalho	Ano de defesa
<b>Dissertações</b>			
Universidade Federal do Piauí	Anneth Cardoso Basílio da Silva	O Ensino de Enfermagem no Piauí: História e Memória	2009
Universidade de Caxias do Sul	Edlaine Cristina Rodrigues de Almeida	História da Escola de Enfermagem Madre Justina Inês: uma instituição de ensino superior formando enfermeiras em Caxias do Sul/RS (1957-1967)	2012
Universidade Federal do Ceará	Eliana de Goes Resende	Memórias da administração da enfermagem de um hospital de ensino em Fortaleza – CE (RE) construção a partir da história oral	2012
Universidade Estadual do Ceará	Emanoela Therezinha Bessa Mendes	A formação da enfermeira cearense e a Escola de Enfermagem São Vicente de Paulo (1943-1977)	2013
Universidade Federal de Campina Grande	Kledna Sonalle Batista de Sousa	Ternura veste branco: história, espaços e sensibilidades na Escola Estadual de Auxiliar de Enfermagem em Campina Grande	2013
Pontifícia Universidade Católica do Paraná	Rodolfo Knesebeck	Organização e presença da Escola Técnica de Enfermagem Catarina Labouré em Curitiba (1956-1973)	2016
<b>Teses</b>			
Universidade Federal de Uberlândia	Beatriz Lemos Stutz	Técnico em enfermagem no município de Uberlândia: a construção histórica de uma profissão e a primeira instituição escolar	2009

**Fonte:** Elaborado pela autora com base nos dados da CAPES e IBICT.

<sup>6</sup> Cabe destacar que o levantamento das pesquisas do Quadro 1 foram defendidas em Programas de Pós-Graduação em Educação e em História, pois se acredita que possuem maior aproximação com o referido objeto de estudo.

As informações, apresentadas no Quadro 1, revelam que, no recorte utilizado para o mapeamento, foram localizadas sete (7) produções de pesquisas, sendo seis (6) trabalhos realizados em nível de mestrado e uma (1) pesquisa em nível de doutorado. A região Nordeste conta com mais pesquisas sobre essa temática, com um total de quatro (4) trabalhos. Já a região Sul possui apenas 2 (dois) trabalhos, ao passo que, na região Sudeste, existe apenas um (1) trabalho. Nas regiões Norte e Centro-Oeste do país, não há nenhuma pesquisa com essa temática nos Programas de Pós-Graduação em Educação e em História<sup>7</sup>.

Um aspecto interessante e que deve ser considerado é o espaço ocupado por essas pesquisas no campo da Educação, que demonstram ser bastante singulares. Deve-se atentar que ainda se precisa perquirir esse vasto caminho da pesquisa, nesse campo investigativo e que muito ainda se tem por fazer.

Conjuntamente, as pesquisas utilizadas como baliza apontam questões que ainda não foram desvendadas, auxiliando no avanço e promoção de novas investigações, de modo que possibilita analisar de que maneira e em quais condições essas pesquisas tenham sido produzidas nos programas de Pós-Graduação. Tais pesquisas ainda permitem inventariar todas as produções científicas sobre o tema que se buscou investigar, destrinchando todos os fios, à luz das categorias sob as quais o objeto passa a ser analisado.

Diante desses silenciamentos nas produções acadêmicas referentes às escolas de enfermagem, e, pautada no campo investigativo das instituições escolares protestantes, esta pesquisa de tese faz emergir voz desses silêncios, revelando novas informações, desvendando caminhos diferentes sob um novo olhar para o objeto estudado.

Para tanto, a questão norteadora desta pesquisa consiste em investigar como a Escola de Enfermagem Cruzeiro do Sul se constituiu e se estabeleceu em Rio Verde – GO, no período de 1937 a 1969. Diante da problemática apresentada, surgem outras indagações: Que princípios educacionais nortearam a Escola de Enfermagem Cruzeiro do Sul? Como o processo de instalação, organização e funcionamento da Escola, com vistas ao currículo, às atividades práticas, ao ensino teórico-prático e às atividades extracurriculares demonstram, por meio desses elementos, a configuração da cultura da escola? Que aspectos do cotidiano escolar ficaram marcados na memória dos discentes, docentes e funcionários dessa Escola?

Posto isso, o objetivo geral desta tese é compreender os aspectos históricos que levaram ao surgimento e à consolidação da Escola de Enfermagem Cruzeiro do Sul,

---

<sup>7</sup> É importante considerar que foi realizado um levantamento no Banco de Teses e Dissertações da CAPES e do IBICT, a fim de se investigar estudos acerca dessa temática, podendo ter sido negligenciado o registro de algumas pesquisas.

estabelecendo uma análise em torno do que essa escola representa na história do município de Rio Verde – GO e na memória das pessoas que, de um modo ou de outro, com a instituição mantiveram algum vínculo.

No campo específico, pretende-se: a) analisar as estratégias utilizadas pelos missionários presbiterianos, para a inserção do protestantismo no Estado de Goiás, no bojo das mudanças econômicas, políticas e sociais; b) investigar o cenário de constituição do Hospital Evangélico de Rio Verde - GO, tecendo uma narrativa acerca dos elementos políticos, sociais, econômicos e religiosos que integraram as áreas da saúde no município; c) identificar a imagem que a Escola de Enfermagem Cruzeiro do Sul construiu no período de 1937 a 1969, com o seu processo de instalação, organização e funcionamento; d) revelar as práticas pedagógicas que circularam no interior da Escola de Enfermagem Cruzeiro do Sul, relacionando a abordagem da sua cultura escolar, por meio de fontes documentais e orais.

E como hipótese, esta pesquisa sustenta que a Escola de Enfermagem Cruzeiro do Sul se constituiu e se estabeleceu no período histórico de 1937 a 1969, como uma agência formadora da profissionalização da enfermagem para a cidade de Rio Verde, para Goiás e também para o Brasil.

Para isso, ratificamos a tese de que a EECS formou alunas de 1937 até o ano de 1961, em nível superior, mesmo sob a vigência do Decreto nº 20.109, de 15 de junho de 1931 e as normatizações da Lei nº 775, de 6 de agosto de 1949. Essas duas legislações federais explicitavam a regularidade das Escolas de Enfermagem no Brasil, fixando condições para equiparação dessas escolas e suas normatizações para o ensino de enfermagem.

É visto que a Escola diplomou enfermeiras em nível superior e, somente a partir da LDB nº 4.024 de 1961, passou a oferecer o Curso de Auxiliar de Enfermagem, deixando de ofertar o Curso em nível superior, no ano de 1964, a fim de se regularizar diante a legislação vigente.

Entrementes, no ano de 1953, a EECS buscou efetivar seu processo de reconhecimento, por meio do Decreto nº 34.964, de 19 de janeiro de 1954. No entanto, sua equiparação junto a “Escola Padrão” de Enfermagem, a Escola Anna Nery do Rio de Janeiro, não foi concretizada, de acordo com as fontes analisadas. Diante disso, a escola passou por um processo de reconhecimento dos diplomas que já havia expedido, fazendo com que as alunas voltassem para a instituição a fim de complementar a carga horária das disciplinas e dos estágios para que seus diplomas fossem reconhecidos junto ao MEC. A partir desse marco, a escola continuou a oferecer o Curso de Enfermagem em nível superior, como já



ocorria desde o ano de 1937, como princípio de seu funcionamento, porém com a expedição de seus diplomados reconhecidos.

E, com a promulgação da Lei nº 775/1949, que normatizava o ensino de Enfermagem no país, as prerrogativas determinadas davam conta de que, a partir de então, o ensino de Enfermagem no Brasil compreenderia em dois cursos: Curso de Enfermagem; Curso de Auxiliar de Enfermagem. Entretanto, em seu Art. 5º, Parágrafo Único, explicitava o prazo de 7 anos para o cumprimento definitivo dessa lei, determinando o ano de 1956 como prazo final dessa prerrogativa.

Assim, a EECS obteve uma dilação de prazo de regularização até 1956. À vista disso, continuou a diplomar enfermeiras nessas condições até 1964 com a última turma diplomada. Desse modo, com a nova determinação da Lei nº 2.995, de 10 de dezembro de 1956, o prazo que restringiu as exigências para instruir matrículas aos cursos de enfermagem foi prorrogado e vigorou até o ano de 1961.

Nesse sentido, com as adaptações e ajustes da referida lei, a partir de 1962, é obrigatória a conclusão do ensino secundário para o ingresso em cursos de Enfermagem, os quais também passaram por transformações curriculares, uma vez que a profissão ainda não era entendida como de nível superior, de acordo com a LDB de 1961.

Diante do cenário em que a Escola de Enfermagem Cruzeiro do Sul se encontrava nesse ínterim, por não apresentar condições administrativas e financeiras, o Conselho Deliberativo, juntamente com a direção da escola, decidiu não transformar a escola em uma Faculdade de Enfermagem, de nível superior, frente às exigências determinadas pela nova legislação da LDB de 1961. Optou, então, a partir daí, pela implantação do Curso de Auxiliar de Enfermagem, que passou a ser ofertado a partir do ano de 1965.

As fontes catalogadas revelaram que se diplomaram, nessa instituição, auxiliares de enfermagem até o ano de 1969, deixando uma fresta entreaberta, pois não se localizou nenhuma fonte que pudesse explicar o motivo de não haver registros das turmas do Curso de Auxiliar de Enfermagem, entre os anos de 1970 e 1971.

Com o advento da promulgação da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, que fixou as Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º graus, o Curso Técnico de Enfermagem e o Curso de Auxiliar de Enfermagem passaram, real e efetivamente, a integrar o sistema educacional do país, ao nível de 2º grau. A tônica constante em toda a nova Lei de Diretrizes e Bases para o ensino secundário ou de 2º grau foi a profissionalização, isto é, a "formação para o trabalho, no seu sentido de terminalidade e o preparo para o ensino superior, no sentido de

continuidade". Entretanto, para atender às exigências do mercado de trabalho, promoveu a formação do Auxiliar de Enfermagem em nível de 1º grau.

Acredita-se que o estudo realizado acerca de uma instituição escolar protestante seja uma temática promissora, capaz de desvelar seus princípios religiosos e filosóficos. Em se tratando de uma instituição de ensino, é preciso, a priori, compreender ideias implícitas e explícitas, crenças, valores, atitudes, formas de pensar, modos de vidas de determinados grupos que ali estão inseridos, a fim de “detalhar os passos e pistas” que estão arraigados naquele lugar (VIÑAO FRAGO, 2005).

Entretanto, as palavras do autor Magalhães (2004) advertem que:

A história das instituições escolares e das práticas educativas revela-se uma importante linha de ação e de construção social e cultural, a partir de organizações religiosas que se instituíram e expandiram, nos planos geográficos e social, valendo-se de uma base assumidamente educacional (MAGALHÃES, 2004, p. 39).

Partindo desses pressupostos, houve a necessidade de se reconstruir a trajetória da implantação dessa instituição educativa, buscando a partir daí:

compreender e conhecer o processo histórico de uma instituição educativa e analisar a genealogia da sua materialidade, organização, funcionamento, quadros imagéticos e projetivos, representações, tradição e memórias, práticas, envolvendo apropriação (MAGALHÃES, 2004, p. 58).

Dessa maneira, procurou-se respeitar suas especificidades, porque cada instituição tem a sua história. Logo, ao se pesquisar a história de uma instituição escolar, o estudo não pode ser realizado de modo superficial, mas devem ser analisados todos os caminhos, projetos e lembranças possíveis que fazem parte e contam a história de sua identidade e a importância histórica. Magalhães afirma (2004, p. 58):

Historiar uma instituição é compreender e explicar os processos e os compromissos sociais como condição instituinte, de regulação e de manutenção normativa, analisando os comportamentos, representações e projetos dos sujeitos na relação com a realidade material e sociocultural do contexto.

Ao se estudar a história de uma instituição educativa, que, para Magalhães (2004), é a tradução de uma identidade cultural e educacional, um percurso histórico será construído, pois o modelo educacional por ela idealizado é uma reinterpretação das memórias e dos arquivos analisados.

Para a produção desta pesquisa, utilizou-se “Instituições Escolares”, como categoria basilar, pois permite a compreensão da instituição escolar no processo histórico de sua construção, privilegiando estudos de como ocorreu sua institucionalização, de como determinadas sociedades construíram suas escolas, que necessidade tiveram ao criá-las, quais valores se atribuíam a essas instituições, quais modificações sofreram acerca das condições socioeconômicas, políticas e culturais que a conformaram. Além dessa, serão utilizadas as seguintes categorias complementares de análise: protestantismo de missão, história, memória e a cultura escolar como prática educativa.

Nesse constructo, advoga-se de que essa pesquisa ajudará na compreensão das práticas pedagógicas vividas e desenvolvidas dentro de uma instituição protestante ao se tentar desvendar esse cenário vivido pelos sujeitos dessa instituição em um tempo e espaço escolar, por meio das categorias analisadas.

Vale destacar que a pesquisa acerca da implantação de uma escola de enfermagem protestante em terras goianas só será possível a partir da corrente historiográfica proposta pelos *Annales*<sup>8</sup>, no ano de 1929. Por meio da Revista *Annales d’Histoire Économique et Sociale*<sup>9</sup>, o que se pretendia era:

Em primeiro lugar a substituição da tradicional narrativa de acontecimentos por uma história-problema. Em segundo lugar, a história de todas as atividades humanas e não apenas história política. Em terceiro lugar, visando completar os dois primeiros objetivos, a colaboração com outras disciplinas, tais como a geografia, a sociologia, a psicologia, a economia, a linguística, a antropologia social, e tantas outras (BURKE, 1991, p. 7).

Criou-se, assim, uma nova história, ou *La nouvelle histoire*, como é frequentemente chamada. De acordo com Burke (1991), a expressão Nova História é proveniente dos anos de 1970/80. Porém, o autor salienta que alguns historiadores a consideram associada à Lucien Febvre e a Marc Bloch, que fundaram a revista *Annales* em 1929 para divulgar sua abordagem, e, na geração seguinte, a Fernand Braudel.

Para o autor, a Nova História se opõe à abordagem tradicional pelos seguintes fatores:

---

<sup>8</sup> *Annales d’Histoire Économique et Sociale* era o nome de uma revista, criada na França por Lucien Febvre e Marc Bloch que tinha por finalidade se opor à visão positivista da escrita da história, que dominava o final do século XIX e início do século XX. Ao longo dos anos de 1930, a revista se tornou símbolo de uma nova corrente historiográfica identificada como Escola dos *Annales*.

<sup>9</sup> Segundo Burke (1991), a revista teve quatro títulos: *Annales d’histoire économique et sociale* (1929-39); *Annales d’histoire sociale* (1939-1942, 45); *Mélanges d’histoire sociale* (1942-44); *Annales: économie, sociétés, civilisations* (1946).

- a) interessa-se por toda atividade humana, uma vez que tudo tem uma história;
- b) tem sua base filosófica na ideia de que a realidade é social ou culturalmente construída;
- c) ao invés de simplesmente narrar os acontecimentos, preocupa-se com a análise das estruturas;
- d) oferece uma abordagem a partir da história vista de baixo, ou seja, a partir da vivência de pessoas comuns;
- e) propõe uma ampliação do conceito de fonte, com o estabelecimento de um maior número de vestígios (não apenas os oficiais);
- f) tem seu foco nos movimentos coletivos, quanto nas ações individuais (BURKE, 1991, p. 83).

Esse leque de concepções historiográficas permitiu, então, novas abordagens do fenômeno educativo. Busca-se, sob essa vertente:

Formas distintas de abordagem dos fenômenos educativos: sejam legais (reformas e leis educacionais), pedagógicos (métodos de ensino e práticas educativas), didáticos (manuais, revistas e impressos escolares em geral), instituições (arquitetura e cultura escolar) para se compreender a história da educação segundo uma reflexão que a conceba como domínio científico com referência à história e à educação (CARVALHO, 2010, p. 4).

Essa investigação acerca da vertente das instituições escolares se fundamenta na abordagem da Nova História Cultural, inserindo-se como particularidade na Cultura Escolar. Para tanto, o marco da cultura escolar transparece em diversos lugares, tal como explicitado por Magalhães quando disserta sobre o conceito de instituição educativa, conforme exposto a seguir:

No plano histórico, uma instituição educativa é uma complexidade espaço-temporal, pedagógica, organizacional, onde se relacionam elementos materiais e humanos, mediante papéis e representações diferenciados, entretecendo e projetando futuro(s), (pessoais), através de expectativas institucionais. É um lugar de permanentes tensões. [...] são projetos arquitetados e desenvolvidos a partir de quadros sócio-culturais (MAGALHÃES, 1998, p. 61 - 62).

Nessa situação, partindo do pressuposto do refinamento das problemáticas de investigação pelo novo viés da História Cultural, permitiu-se uma aproximação entre as normas e práticas vividas no interior de uma instituição educativa e das suas populações escolares. Com isso, Julia (2001, p. 67) sugere que o pesquisador “faça flecha com qualquer graveto”, sugerindo que uma investigação acerca das práticas culturais pode ser realizada a partir de qualquer fonte, uma vez que elas não costumam deixar traços.

Desse modo, começou-se o processo de selecionar e catalogar as fontes, a fim de iniciar a construção da narrativa histórica. Para tal empreitada, corrobora-se a teoria de Chartier (2002). Segundo esse autor, qualquer discurso histórico se funda na dupla operação:

- 1- Constituir como representações os vestígios, sejam de que tipo forem – discursivos, iconográficos, estatísticos, etc. - que indicam as práticas constitutivas de qualquer objetivação histórica;
- 2- Estabelecer hipoteticamente uma relação entre as séries de representações, construídas enquanto tais, e as práticas que constituem o seu referente externo (CHARTIER, 2002, p. 87).

Com o intento da construção dessa narrativa histórica, apoiamo-nos nos pressupostos teóricos de Ginzburg (2002). Para esse autor, a narrativa histórica é construída desde o início, porque as perguntas feitas às fontes também são uma espécie de texto. Além do mais, ela necessita se vincular à prova e ser apresentada por meio de um rigor científico, registrando tanto as descobertas quanto as lacunas detectadas no processo de pesquisa.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, cujo corpus documental e oral está pautado no levantamento, coleta e organização de um conjunto diversificado de documentos (relatórios, anuários de ensino, leis, decretos, correspondências, mensagens dos presidentes de Estado, etc.), referentes ao período delimitado na pesquisa.

Em conformidade com Jacques Le Goff, sem ineditismo, “não há história sem documentos”, e, similarmente, não se decorre uma prática bem sucedida em história oral, sem a sistematização adequada de um corpus documental (LE GOFF, 2003, p. 531).

De acordo com Bloch (2001), cabe ao historiador transformar a fonte em documento e em seguida convertê-lo em problema. Trata-se do processo de problematização das fontes. Para o autor, “o essencial é enxergar que os documentos e os testemunhos só falam quando sabemos interrogá-los” (BLOCH, 2001, p. 27). Fazer falar o documento se constitui, para tanto, a primeira necessidade de qualquer pesquisa histórica bem conduzida.

Diante de tais constatações, acredita-se que, ao “tentar” reconstituir a história de uma instituição de ensino, dispõe-se da memória dos sujeitos os quais viveram àquela “história”. Assim, a memória pode ser revisitada com nostalgia e reminiscências, a fim de trabalhar os “fragmentos do pensamento” e, com isso, lançar-se ao estranhamento, “a reminiscência funda a cadeia da tradição de transmissão dos acontecimentos, de geração a geração” (MAGALHÃES, 2004, p. 89).

Nesse sentido, a realização das entrevistas com ex-alunas, ex-funcionários do Hospital Evangélico e da Escola de Enfermagem Cruzeiro do Sul levantou o silêncio que encobria parte significativa dessas memórias e das próprias lembranças de cada ator envolvido. O que, para Almeida (2009), representa

[...] uma das principais motivações e preocupações desse estudo é a reconstrução da memória de um segmento social que se caracteriza pela ausência ou escassez de registros e documentação escrita, organizada e sistematizada. Isso se justifica, tanto do ponto de vista da subjetividade, como da pertinência da sua produção (ALMEIDA, 2009, p. 17).

Como relembra Dona Hélia, 92 anos, ex-professora, ex-diretora da Escola de Enfermagem Cruzeiro do Sul e também ex-enfermeira do Hospital Evangélico, a escolha da profissão de enfermeira representou muito de suas lembranças da infância.

[...] Eu me baseie para fazer enfermagem em uma enfermeira que morava em Uberlândia. Ela fez o curso de parteira que era dado em São Paulo, pela Cruz Vermelha Brasileira, e ela era muito amiga de minha mãe, então ela contava quando ia fazer os partos para minha mãe e eu ficava ouvindo, aí eu sempre falava eu quero ser parteira, eu quero ser enfermeira, eu quero ser parteira e com o tempo eu resolvi fazer enfermagem porque eu queria fazer medicina, mas meu pai não tinha condições e em Uberaba. E meu pai, aonde a gente morava, não podia pagar um curso fora de medicina pra mim, meu pai ganhava pouco e era uma pessoa que trabalhava muito, mas era muito humilde, então eu parti para a enfermagem porque descobri que em Anápolis tinha uma escola de Enfermagem que a gente não pagava para estudar. Uberaba também ia montar uma escola de enfermagem, foram atrás de mim para completar, precisava de 6 alunas, para abrir uma escola de enfermagem, só que eu descobri primeiro aqui que era evangélica e lá era católica, dos padres [...] (OLIVEIRA, 2019).

Assim, ao procurar reunir informações sobre o objeto de estudo, iniciou-se algumas entrevistas de cunho exploratório, a fim de que fosse exercida uma atividade narrativa, como uma missão, como um tesouro a ser repassado, como uma função social de preservação da cultura, da identidade daquele grupo. Para o grupo que foi escolhido para a pesquisa, contar histórias e narrar fazem parte das alegrias da convivência, não lhes pesam, tão pouco lhes cansam, é uma atividade lúdica.

Nas palavras de Dona Dilce, 83 anos, a escolha da profissão de enfermeira estava atrelada ao cuidado. Para ela, a enfermagem tinha um significado para sua vida:

[...] quando eu fazia o ginásio, eu trabalhava com um médico, recepcionista num consultório médico lá em Bebedouro, então isso aí já influenciou um pouco né. E meu pai teve uma glomerulonefite, assim que o hospital das clínicas foi inaugurado há muitos anos atrás e lá ele ficou conhecendo a Ruth Anacleto e a Regina, irmã dela. Então elas eram irmãs do pastor da minha igreja, então meu pai ficou conhecendo elas lá. E ele ficou tão encantando com o serviço delas de ver a delicadeza e a dedicação, né, e ele falava muito e aquilo também me influenciou e depois minha tia, estava assim numa época sem saber o que fazer da vida, que destino tomar, né, aí o pastor da igreja sugeriu a ela fazer o curso de enfermagem, que ela poderia fazer, tinha duas escolas evangélicas a de Rio Verde e a de Anápolis, então optou pela de Rio Verde e depois ela me trouxe. Aí eu vim com ela (DUARTE, 2019).

Nesse sentido, para pensar e elaborar esta proposta de pesquisa, que também tem sua história por décadas de percurso, a pesquisa se pautou pelo propósito de contribuir, não apenas para a ampliação da historiografia brasileira, no período em estudo, como também para a compreensão sobre o papel e o significado daquela escola para suas alunas e para toda uma coletividade em seu tempo e espaço.

Thomson (1997, p, 57) defende a ideia de que “as reminiscências são passados importantes que compomos para dar um sentido mais satisfatório à nossa vida, à medida que o tempo passa, e para que exista maior consonância entre identidades passadas e presentes”. E por meio desse processo de recordação e busca por lembranças do nosso passado, há possibilidade de se afastar da própria identidade. Assim pode-se dizer que a identidade delinea nossas reminiscências (THOMSON, 1997).

O autor Le Goff (2003, p. 426) atesta que “os esquecimentos e os silêncios da história são revelados desses mecanismos de manipulação da memória coletiva”. Entretanto,

Não é suficiente reconstruir peça por peça a imagem de um acontecimento do passado para se obter uma lembrança. É necessário que esta reconstrução se opere a partir de dados ou noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros, porque elas passam incessantemente desses para aquele e reciprocamente, o que só é possível se fizerem e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade. Somente assim podemos compreender que uma lembrança possa ser ao mesmo tempo reconhecida e reconstruída (HALBWACHS, 2003, p. 33).

Dessarte, memória e história, longe de serem sinônimos, opõem-se uma à outra. A memória se vincula ao vivido, estando em permanente evolução, ligada à lembrança e ao esquecimento e passível de manipulações, “a história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais” (NORA, 1993, p. 7-8).

O autor Paul Thompson, em sua obra *A Voz do Passado*, apoia-se na História Oral como aliada na busca de “memórias” para preencher a história de um sujeito. Para ele, as lembranças não são interpretadas como subjetivas, sobretudo:

Os fatos de que as pessoas se lembram (e se esquecem) são, eles mesmos, a substância de que é feita a história”. A mesma subjetividade que alguns vêem como uma fraqueza das fontes orais pode também fazê-la singularmente valiosa. Pois, “a subjetividade é do interesse da história tanto quanto os ‘fatos’ mais visíveis. O que os informantes acreditam é que, na verdade, um *fato* (isto é, o *fato* de que ele acredita nisso) tanto quanto o que realmente aconteceu (THOMPSON, 1992, p. 183).

Não obstante, a história oral é “um recurso moderno usado para a elaboração de documentos, arquivamento e estudos referentes à experiência social de pessoas e de grupos”,

“ela é sempre uma história do tempo presente e também reconhecida como história viva” (MEIHY, 2005, p. 17). Dessa maneira, a construção de um corpus documental, em uma pesquisa delineada pela história oral, exige um diálogo indubitável com os pressupostos da oralidade, intentando-se por esforços continuados e por uma compreensão apropriada das operações acadêmicas (ALONSO, 2016).

Assim, a história oral permite a:

Construção do corpus a partir da noção fundamental de “documentação viva”, deve-se conceber as relações entre as alteridades na consecução dos procedimentos indicados. A “documentação viva” pressuposta na pessoa do narrador, entretanto, converte-se em corpus documental de análises possíveis quando na passagem do estado de linguagem oral para o estado de linguagem escrita” (ALONSO, 2016, p. 59).

A construção do corpus documental e oral dar-se-á entre os limites e as possibilidades da análise dos documentos localizados nos arquivos, observando as delimitações e ponderações acerca dos interesses prévios da investigação; identificação e inserção de tal corpus em uma dada conjuntura e pelo delineamento do conjunto de referenciais e pressupostos teóricos dessa pesquisa.

A partir dos objetivos traçados, foi elaborado um itinerário de trabalho em busca de fontes que pudessem subsidiar a pesquisa, levando em consideração que:

Em história, tudo começa com o gesto de *separar*, de reunir, de transformar em “documentos” certos objetos distribuídos de outra maneira. Essa nova distribuição cultural é o primeiro trabalho. Na realidade, ela consiste em *produzir* tais documentos, pelo simples fato de recopiar, transcrever ou fotografar estes objetos mudando ao mesmo tempo o seu lugar e o seu estatuto. Esse gesto consiste em “isolar” um corpo, como se faz em física, e em “desfigurar” as coisas para constituí-las como peças que preencham lacunas de um conjunto, propósito *a priori* (CERTEAU, 2002, p. 69).

Tais documentos localizados compõem o acervo do arquivo da Secretaria de Estado de Educação de Rio Verde – GO; o Arquivo de Registro de Atos Administrativos, localizado na Prefeitura Municipal de Rio Verde; Atas do Conselho Municipal de Rio Verde, que se encontram disponíveis na Câmara Municipal de Rio Verde e como arquivo a Biblioteca Municipal Rosulino Campos; além de memorialistas rio-verdenses, que também foram consultados. Em Goiânia, foram consultados os Arquivos do Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central e o Arquivo Público de Goiás. Utilizaram-se também os arquivos particulares da neta do médico missionário Dr. Gordon, Sylvia Woodall Gordon, bem como os arquivos dos sujeitos entrevistados nesta pesquisa.



Além das fontes acima mencionadas, utilizaram-se periódicos da época e as Atas do Congresso Legislativo goiano, referentes ao período de 1937 a 1969, teses e dissertações que abarcam a temática dos protestantes, enfim, todos os documentos que pudessem subsidiar a pesquisa e revelar indícios da história da educação protestante no Estado de Goiás no período delimitado.

Utilizaram-se fontes orais, que foram selecionadas pelo levantamento dos sujeitos envolvidos com a história da instituição e dos quais se propuserem a dar seus depoimentos, por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)<sup>10</sup> e da aprovação do Comitê de Ética da Pontifícia Universidade Católica de Goiás<sup>11</sup>. Apoiados no pensamento de Thompson (1992) elegeram-se as fontes orais, pois:

A história oral é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação. Admite heróis vindos não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo. Traz a história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade (THOMPSON, 1992, p. 44).

A História Oral pode servir como um alicerce pelo qual esses sujeitos sejam visibilizados, suas vozes sejam apreciadas e apresentadas à sociedade. A coleta dos depoimentos foi realizada após um levantamento de dados para a preparação dos roteiros das entrevistas.

Com o objetivo de dar materialidade à memória e história que se pretenderam reconstruir, foram realizadas entrevistas orais, as quais foram fundamentais para revelar o cotidiano que não poderia ser evidenciado sem a contribuição das pessoas que fizeram parte daquele espaço em outro momento histórico.

De acordo com Alberti (2000), a entrevista oral pode ser aplicada ao estudo de diferentes instituições, uma vez que contribui para esclarecer possíveis lacunas, na busca por respostas que não se têm. Para além, segundo Thompson (1992), a história oral permite conhecer os sujeitos que vivenciaram determinado momento histórico, aproximando-se de suas experiências.

Primeiramente, ancorou-se na identificação de possíveis sujeitos, a partir de conversas informais com ex-funcionárias da Escola de Enfermagem Cruzeiro do Sul. A partir de então, buscaram-se essas pessoas a fim de preservar suas memórias e ajudar na escrita desta narrativa histórica. Como afirma Bosi (1987, p. 55), “na maioria das vezes, lembrar não é

---

<sup>10</sup> Ver Apêndice A.

<sup>11</sup> Ver Apêndice B.

reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho”.

No Quadro 2, é possível ver a relação dos sujeitos envolvidos nesta pesquisa e sua relação com a Escola de Enfermagem Cruzeiro do Sul.

**QUADRO 2** - Pessoas entrevistadas que participaram da história da Escola de Enfermagem Cruzeiro do Sul e do Hospital Evangélico de Rio Verde

Nome	Posição que ocupou	Cidade onde vive atualmente	Ano de ingresso
Araciara Dias Gonçalves	Aluna do curso de Graduação de Enfermagem	São Paulo - SP	1960-1964
Cosmira Ferreira de Brito	Aluna do Curso Auxiliar de Enfermagem e Funcionária do Hospital Evangélico	Brasília - DF	1967-1968 1968-1971
Daisy Cunha Cruvinel	Secretária Escolar da EECS	Rio Verde - GO	1954-1959
Dalva Dilce Baptista Duarte	Aluna do curso de Graduação em Enfermagem Professora da EECS	Goiânia - GO	1955- 1957 1960-1970
Hélia Emrich de Oliveira	Funcionária do Hospital Evangélico Professora da EECS Diretora da EECS	Anápolis - GO	1952-1965
Maria Barbosa Nunes	Aluna do Curso de Auxiliar de Enfermagem Funcionária do Hospital Evangélico	Rio Verde - GO	1966-1975
Sylvia Woodall Gordon	Neta do Dr. Gordon	Anderson, Carolina do Sul – Estados Unidos	-

**Fonte:** Entrevistas concedidas à autora em 2019.

Como critério de inclusão na pesquisa, foram adotados, para todos os participantes, a anuência voluntária de participação e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. No entanto, princípios específicos foram delimitados para cada entrevista. Por exemplo: sua relação com a Escola de Enfermagem e/ou Hospital; permanência de mais de três anos na docência, no caso de ex-funcionárias.

Vale destacar que as fontes são instrumentos para o ofício do pesquisador. Por meio delas, encontram-se as direções que ajudam a compreender épocas, costumes, sentimentos e a indicar percursos.

Nesta pesquisa, a leitura bibliográfica foi realizada à luz dos referenciais teóricos oriundos da História Cultural. Nessa perspectiva de análise, vale salientar que a História Cultural permite pensar em novos objetos, novas fontes e problemas. E, para uma melhor análise da temática aqui proposta, as principais contribuições foram de Peter Burke, Michel de Certeau e Roger Chartier, dentre outros.

Já as fontes escritas, relatórios e documentos comunicam intenções e realizações, mas, para que os dados de memória possam ser compreendidos, faz-se necessário indagá-los em função do objetivo da investigação. Quanto a isso, Le Goff (2003, p. 27) argumenta que “o essencial é enxergar que os documentos e os testemunhos ‘só falam quando sabemos interrogá-los’; toda a investigação histórica supõe, desde seus primeiros passos, que a investigação já tenha uma direção”.

Por conseguinte, esta pesquisa de tese, ora apresentada, está estruturada em quatro seções. Na primeira, intitulada “A Missão Central do Brasil e o Movimento Presbiteriano em Goiás”, analisam-se as estratégias, utilizadas pelos missionários presbiterianos, para a inserção do protestantismo no Estado de Goiás.

A segunda seção, nomeada “A implantação da assistência médica hospitalar em Rio Verde: da Casa de Saúde Evangélica ao Hospital Evangélico de Rio Verde” apresenta uma investigação do cenário de constituição do Hospital Evangélico de Rio Verde, no bojo dos contextos políticos, sociais, econômicos e religiosos que integraram a área da saúde no município.

O escopo da terceira seção, nomeada “O cenário de constituição da Escola de Enfermagem Cruzeiro do Sul: apontamentos sobre o processo de instalação, organização e funcionamento”, perscruta pela caracterização da imagem construída pela Escola no período delimitado da pesquisa.

Na quarta e última seção, denominada “Cultura e práticas escolares: um olhar para o interior da Escola de Enfermagem Cruzeiro do Sul”, desvelam-se as práticas pedagógicas que circularam no interior da instituição, por meio da sua cultura escolar.

Espera-se, dessa forma, que este trabalho, ao focar uma instituição protestante de ensino privado da cidade de Rio Verde, fundada por missionários norte-americanos, possa contribuir para outras pesquisas sobre a História da Educação de Goiás, sobretudo no tocante

à propagação do protestantismo em terras goianas e nos seus objetivos como um projeto missionário – a implantação de escolas e igrejas sob a égide de “instruir e evangelizar”.

Por fim, nas últimas considerações, foram feitas reflexões acerca dos estudos, dos anseios, dificuldades e sentimentos em relação aos objetivos alcançados e inacabados. Nesse sentido, é importante informar que, nesta tese de doutoramento, foram tecidos fios que possam compor a História da Educação de Goiás, a partir das escolhas e leituras de fontes das quais se dispunham e, para que se tenha um “novo olhar”, a partir do que já se conseguiu delinear, é preciso de antemão construir novos fios nessa tessitura histórica, em busca de novos rastros, novos indícios (GINZBURG, 2007).

Apresentam-se ainda, nesta pesquisa, as referências dos textos citados, os acervos utilizados durante a pesquisa; as fontes documentais localizadas e organizadas em forma de referências; o termo de consentimento livre e esclarecido - TCLE (APÊNDICE A); o parecer consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa - CEP (APÊNDICE B); a autorização do local da pesquisa (APÊNDICE C); a Carta de Cessão (APÊNDICE D); o roteiro de entrevistas (APÊNDICE E).

## 1 A MISSÃO CENTRAL DO BRASIL E O MOVIMENTO PRESBITERIANO EM GOIÁS

*“A missão dos mensageiros de Deus era trazer a civilização a uma terra inóspita, árida, vazia, transformando as feições da região.”*  
(ESTER FRAGA VILAS-BÔAS CARVALHO DO NASCIMENTO, 2005)

A premissa, nesta seção, visa analisar as estratégias utilizadas pelos missionários presbiterianos, para a inserção do protestantismo no Estado de Goiás, no bojo das mudanças econômicas, políticas e sociais, sob a diligência de ações estratégicas de caráter missionário com o objetivo, não apenas relacionado à formação de igrejas, mas de ajudar na divulgação da sua crença. Entrementes, essa modalidade de “serviço prestado” ajudou na preparação do caminho para aceitação da mensagem protestante, pregada pelos missionários.

Os “mensageiros de Deus”, como eram chamados, ao iniciar seus trabalhos no Brasil, a princípio, atuaram nas cidades litorâneas e capitais e, posteriormente, nas cidades e povoados do interior, como foi o caso do trabalho missionário, que impulsionou ações com objetivos determinados a “civilizar” o país, por meio do protestantismo desenvolvido no Estado de Goiás.

Por essa visão, o protestantismo seria um dos mecanismos pelo qual o capitalismo norte americano viabilizaria sua conquista ideológica com as suas escolas, colégios, escolas de enfermagem, igrejas, hospitais, promovendo a americanização do povo com sua face conquistadora.

A escolha pelo Estado de Goiás, feita pela Missão Central do Brasil no tocante à cidade de Rio Verde, fez com que as ações impulsionadas pelos agentes religiosos estivessem ligadas ao objetivo missionário de evangelizar e possuía agenda própria de contribuir na salvação do fiel.

Os protestantes que aqui chegaram, como homens do seu tempo e criados sob a perspectiva do evolucionismo cultural, pensavam ser mais evoluídos culturalmente e assim acabaram por divulgar sua cultura como proposta, isto é, como parâmetro a ser seguido. Isso gerou uma propaganda positiva ao modelo político e cultural dos Estados Unidos, principalmente no campo, que foi responsável por grande parte da aproximação com as elites brasileiras que buscavam o modo de ensino considerado ideal de uma sociedade civilizada.

Os trabalhos desenvolvidos pelas missões eram orientados a partir de objetivos religiosos, e, paralelo ao pensamento da missão enquanto igreja e instituição, existia o

pensamento e ação do indivíduo, do missionário e missionária que empreendia sua vida no campo em lugares distantes.

Assim, entende-se que a motivação da vida missionária foi alimentada pelo fervor religioso, que inflamava os missionários a se lançarem pelo mundo em busca da salvação das almas dos fiéis. Por meio dessa justificativa, compreende-se que o campo religioso opera por razões internas, bem como que aqueles homens que, em razão das limitações do seu tempo, acreditavam que esse modelo de vida seria o ideal a ser levado ao resto do mundo, propagando, de forma direta, o modo de vida norte-americano, o que poderia contribuir, a longo prazo, com as relações políticas e econômicas.

Nessa via, a escolha pela cidade de Rio Verde - Goiás para a fundação de um Hospital, uma Escola de Enfermagem e uma Igreja fez com que o médico missionário Dr. Donald Covil Gordon, escolhido para a implantação desse projeto missionário, fosse considerado um “médico de homens e almas”.

Imbuído dessa perspectiva, pretende-se, por meio da interpretação das práticas culturais e evangelizadoras dos missionários norte-americanos, realizar uma compreensão histórica da expansão do protestantismo pelo sertão goiano, a partir dos sentidos do sertão de Goiás para esses missionários que atuavam nesse projeto proselitista, subsidiando um plano de ação estratégica protestante para o interior goiano.

O intento deste estudo não foi, nem poderia ser o de escrever a “história do sertão”, mas optou-se por buscar aproximação das condições e dos processos por meio dos quais os missionários, compreendidos aqui de sujeitos históricos, produziram sentido para tudo o que os tencionava, a fim de elaborar o cenário que sobrepõe o desenrolar da história que se quer contar.

Diante disso, importa responder três perguntas: O que foi esse plano de cristianização protestante desenvolvido em Rio Verde - Goiás? Como se deu o movimento presbiteriano em Goiás? Quais foram suas motivações? É sobre essa problemática que se desenvolve esta seção.

A partir da inserção do protestantismo no Brasil que ocorreu devido ao trabalho de proselitismo religioso iniciado na segunda metade do século XIX. Na ocasião, pretendiam cristianizar o mundo e também o Brasil, por meio da imposição de sua religião, cultura, sistema político-democrático e economia capitalista. Algumas razões, como exemplo a imigração, o debate em torno da liberdade do culto, a política liberal do Império, as tentativas de enfraquecimento político da Igreja Católica e a busca pela modernização do Brasil

colaboraram para que a religião reformada se difundisse por terras brasileiras (RIBEIRO; INÁCIO FILHO, 2004).

Souza (2011) demarca esse período, em três momentos: *Protestantismo de Invasão*, ainda no período da Colônia, com os franceses no Rio de Janeiro (1555-1567) e com os holandeses, no nordeste brasileiro (1630-1654); *Protestantismo de Imigração*, com a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil, em 1808, quando D. João VI decretou a abertura dos portos do Brasil, após o Tratado de Comércio e Navegação entre Portugal e Inglaterra e o *Protestantismo de Missão*<sup>12</sup>, originário dos Estados Unidos, com suas características evangelizantes e educacionais, o qual veio com um projeto evangelizador, expansionista e civilizador, com o objetivo de propagar a fé protestante entre o povo brasileiro, tornando-se uma poderosa mola propulsora.

Mendonça (2008, p. 43) aponta que “o protestantismo americano é um ‘protestantismo de povoamento’, isto é, foi se formando à medida que protestantes europeus passavam para as possessões inglesas em busca de novas condições de vida”. Esse protestantismo de povoamento faz analogia à ideologia expansionista do Destino Manifesto<sup>13</sup> e chegou ao Brasil no fim do século XIX. Dessa maneira, a evangelização e a educação da escola protestante se tornaram estratégias no projeto missionário, estabelecido pelos protestantes no Brasil, bem como nos aspectos da penetração, expansão e consolidação na obra missionária, uma vez que:

Por meio das escolas-igrejas os protestantes divulgavam o seu pensamento e cosmovisão, mas também imprimiam um *modus vivendi*, baseado em hábitos, condutas sociais e valores, geralmente tematizados na perspectiva religiosa, como por exemplo: o combate ao uso do álcool e do tabaco, bem como da prática dos jogos de azar; as regras de higiene; as regras restritivas de certos divertimentos; os modos de administrar as finanças e o patrimônio, orientados ao trabalho intenso, à poupança e à acumulação; os modos de trajar, falar e comportar-se em público; a exigência da leitura e o estímulo à inteligência; tudo isso baseado no “modo americano de vida” (american way of life) (CARDOSO, 2003, p. 4).

Nessa direção, Mendonça (2008, p. 180) esclarece que as tentativas de difundir o protestantismo por terras brasileiras “seja pelas vias das expedições de conquista ou pela presença esporádica de protestantes, não chegaram a abalar no seu conjunto a hegemonia

<sup>12</sup> Este trabalho se delimita apenas à discussão acerca do Protestantismo de Missão.

<sup>13</sup> Trata-se da expansão migratória, ocorrida no século XIX, a fim de unir os territórios litorâneos do Oceano Atlântico ao Oceano Pacífico, por meio da Marcha para o Oeste e promoveu um processo de povoamento de todos os territórios do meio oeste até o extremo oeste. O governo norte-americano, movido por interesses econômicos e fundamentados em ideias conhecidas como “Destino Manifesto”, procurava expressar o caráter divino e sagrado da população norte-americana, vislumbrava o senso comum e a religião, resumia o sonho missionário de estender o princípio da União até o Pacífico, por meio da ocupação de todo o continente pelo povo americano.

católica implantada com o descobridor e colonizador”. Para o mesmo autor, os protestantes que adentraram o Brasil chegaram e se foram sem deixar traços de uma atividade voltada para conversão ao protestantismo. Todavia, no fim do século XIX, “o protestantismo não só chegou para ficar, mas criou raízes e ramificou-se” (SOUZA, 2011, p. 1127).

Segundo postulados de Mendonça (2008), no momento em que os missionários americanos adentraram as terras brasileiras no intuito imediato de conseguir prosélitos, houve empatia em relação à nova religião que começava a ser anunciada, todavia, nessa ocasião, ainda era, paradoxalmente, de curiosidade, interesse e indiferença.

Nesse contexto, o clero brasileiro, disperso pelas vilas sertanejas, plácido e bem mais interessado na política e nos seus próprios negócios, mostrou-se mais curioso do que preocupado com o protestantismo que estava sendo disseminado no Brasil.

Com relação ao clero, o número de clérigos nativos era reduzido ao mínimo; os monastérios estavam vazios e praticamente não havia voluntário para o sacerdócio. Aqueles que estavam nas ordens santas eram, em sua maior parte, negligentes com relação à moral e às doutrinas e inteiramente desprovidos de visão e zelo apostólicos. As igrejas das cidades tinham a prioridade e atraíam os poucos padres disponíveis, enquanto as comunidades mais afastadas no vasto interior do país tinham de se contentar com visitas ocasionais dos padres, geralmente por motivo de alguma festa do santo local [...]. Na falta do padre, as próprias pessoas procuravam suprir suas necessidades espirituais. Qualquer pessoa dotada de uma mente mais interessada nos assuntos religiosos poderia liderar a comunidade numa recitação de reza, a novena. [...]. Tais reuniões, nas quais a laicidade desempenhava tão proeminente papel, aliado ao amor pela música, prepararam o caminho para o culto evangélico. Estas pessoas tinham experiências em organização de reuniões que um deles liderava. Consequentemente, não acharam estranho se reunirem numa casa, ao redor da Bíblia, e escutar a exposição ministrada por um deles mesmos. Uma coisa é certa eles aprenderam mais a verdade ouvindo a Palavra de Deus exposta por um humilde crente do que de todos aqueles anos acumulados na mais meticulosa observância dos dias de santos, ou até mesmo das exigentes cerimônias da Semana Santa (FORSYTH, 2006, p. 121-122).

Todavia, não significa dizer que a situação não foi pacífica como um todo, houve vários momentos e atitudes de perseguição e também de intolerância aos protestantes por parte de alguns católicos os quais, por sua vez, sofreram muitos embates por causa do proselitismo religioso.

A esse respeito, Ribeiro (1987) afirma que os missionários evangélicos viram diante de si a incumbência de planejar uma reforma no cristianismo brasileiro, o que para eles já se encontrava corrompido e, em alguns espaços do território, estava próximo um paganismo. Os protestantes propunham uma Reforma Religiosa a fim de combater os maus costumes clericais na Igreja Católica.



Dessarte, as implantações das missões protestantes norte-americanas se difundiram por terras brasileiras e por meio do estabelecimento de igrejas, colégios, escolas de enfermagem, hospitais, seminários e orfanatos instituídos por missionários presbiterianos, batistas, metodistas episcopais e de outras vertentes reformadas, subvencionados e subordinadas por suas matrizes norte-americanas e se propuseram a “transformar” o Brasil em uma região “civilizada”. Essas missões protestantes, de acordo com Nascimento (2008. p. 20), eram “associações voluntárias, funcionando [...] como instrumentos de intervenção internacional na área religiosa. Eram organizações administrativas pertencentes a comunidades protestantes com o objetivo de manter a propaganda evangélica no país e no estrangeiro”.

A princípio, a missão protestante que se inseriu no Brasil foi a presbiteriana, utilizando-se de um projeto civilizador com a tríade da religião, educação e saúde, com a proposta de transformação do país em uma região “civilizada”. Essa obra missionária presbiteriana, no Brasil, foi oriunda do empenho das igrejas norte-americanas, por meio de investimentos financeiros e de pessoal, em diferentes pontos do território brasileiro (MATOS, 2004).

A expansão do território e a consolidação do comércio evidenciavam uma ação missionária que se “processava a mando do imperialismo sob o argumento da missão divina e possibilitavam a consequente consolidação capitalista, de acordo com os interesses econômicos e políticos dos Estados Unidos” (ALMEIDA, 2016, p. 116). Assim, no ano de 1859, chegou ao Brasil o primeiro missionário presbiteriano, Ashbel Green Simonton<sup>14</sup>, vinculado à Junta Missionária. A decisão de enviar um missionário às terras brasileiras partiu da *Presbiterian Church of United States of America*<sup>15</sup> - PCUSA, com sede missionária em Nova Iorque, que se preparava para iniciar suas atividades no Brasil, privilegiando um projeto missionário de evangelização.

No que tange à Junta de Missões Estrangeiras, em Nova Iorque, foi preciso planejar, durante a década de 1860, a chegada dos missionários presbiterianos norte-americanos,

---

<sup>14</sup> Missionário fundador da Igreja Presbiteriana no Brasil. Simonton nasceu em 20 de janeiro de 1833, em West Hanover, no sul da Pensilvânia. Era o filho mais novo do Dr. William Simonton, um médico que também abraçou a carreira política. Seu avô materno foi pastor por 58 anos da Igreja Presbiteriana da localidade onde moravam. Após a morte do seu pai e do avô materno em 1846, Simonton, então com treze anos, e sua família se mudaram se para a cidade de Harrisburg, no mesmo estado, onde ele concluiu os estudos secundários. Desde cedo, Simonton recebeu as melhores influências morais, intelectuais e espirituais da fé presbiteriana em que foi criado (MATOS, 2008).

<sup>15</sup> Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos da América, da qual Simonton era membro.

enviados pela Igreja Presbiteriana do Norte<sup>16</sup> dos Estados Unidos ao Brasil, haja vista que o território brasileiro era extenso e demandava um grande número de missionários. Dessa forma, foi preciso organizar as primeiras instituições presbiterianas brasileiras.

Conforme o 22º Relatório Anual da Junta de Missões Estrangeiras<sup>17</sup>, em 1859 foi apresentada uma “Proposta de Missão para o Brasil”, conforme segue:

O Brasil tem chamado as atenções da comunidade cristã já há algum tempo e especial cuidado da parte das igrejas evangélicas deste País, como atraente campo para o esforço missionário. Com um território maior do que o atribuído aos Estados Unidos, clima igualmente variado e saudável e um solo adequado tanto para produtos de clima tropical como temperado, o Brasil relativamente tem ainda uma pequena população e seus ricos e variados recursos ainda estão em grande medida subdesenvolvidos. [...] Talvez jamais tenha havido melhor momento do que este para tal iniciativa. O catolicismo romano ainda é a religião oficial, mas há elementos liberais no governo e a elite também tem aspirações liberais, e a tolerância religiosa foi legalmente estabelecida por decreto. [...] Por força de necessidade a missão terá um caráter experimental. Seu primeiro objetivo é explorar a terra, averiguar de que forma a mente nacional pode ser alcançada e comprovar até onde vai a força legal de tolerância religiosa. Se disto auferir resultado positivo e temos plenas razões para crer que sim, a missão pode se expandir de acordo com o justificado pelas circunstâncias. Enquanto isso, esse jovem e a grandiosa causa que tomou sobre si devem ser alvo de orações entre o povo de Deus. (TWENTY-SECOND ANNUAL REPORT OF THE BOARD OF FOREIGN MISSIONS, 1859, p. 99-100 apud FREITAS, 2013, p. 23).

Para a concretização desses ideais, o interior do país seria ocupado e habitado em todos seus espaços. A “modernidade” foi conduzida pela Missão Brasil, convertendo-se na peça-chave para a instalação de uma infraestrutura que subsidiasse a obra missionária norte-americana e a educação, tornando-se um componente indispensável para o projeto civilizador do *hinterland* do Brasil.

Foi por meio da Missão Brasil, órgão responsável de missões estrangeiras no país, que a Igreja Presbiteriana do Norte dos Estados Unidos atuou no cenário brasileiro na implantação de instituições educativas e hospitais. Tais instituições objetivavam salvar almas e corpos e formar novas gerações disseminadoras de um modelo novo do ideário protestante, utilizando a educação e a saúde para garantirem um novo “modus vivendi”.

Nesse contexto, mesmo a capital do império, Rio de Janeiro, tenha sido o *locus* inicial de sua ação, São Paulo se tornou o epicentro da Missão Brasil e isso possibilitou

<sup>16</sup> Nessa época, existia apenas a Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos da América (PCUSA), isto é, a Igreja do Norte, a Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos (PCUS), denominada como Igreja do Sul, surgiu a partir de 1861, após a Guerra Civil nos Estados Unidos (1861-1865).

<sup>17</sup> As missões eram organizações administrativas, muitas delas denominadas Juntas, pertencentes a um conjunto de comunidades religiosas, sendo constituídas em sociedades, com o objetivo de manter a propaganda evangélica no estrangeiro, ou em comissões oficiais criadas pela autoridade eclesiástica das comunidades para a divulgação da fé (NASCIMENTO, 2005, p. 38).

disseminação, não só de igrejas, mas de escolas, para outras regiões do país (NASCIMENTO, 2008).

Com relação ao aspecto administrativo, a Missão Brasil teve que ser reorganizada em virtude da grande extensão territorial do país. Em 1896, dividiu-se “em Missão Sul, compreendendo os Estados do Rio de Janeiro, Paraná e Santa Catarina, e em Missão Central do Brasil, abrangendo Bahia, Sergipe, norte de Minas Gerais e, posteriormente, Mato Grosso e Goiás” (NASCIMENTO, 2005, p. 112).

Mediante esses fatos, pode-se dizer que “durante o período em que a Missão Central do Brasil esteve presente no *hinterland* brasileiro, ela produziu uma imagem de progresso e civilização sobre si, tanto para a população daquela região como para os seus pares norte-americanos” (NASCIMENTO, 2005, p. 51).

Além disso, ressalta-se que, envolta a um cenário de disputas religiosas, políticas e econômicas, a Missão Central Brasil procurou se estabelecer nessa região, apresentando-se como uma agência civilizadora, com hábitos, costumes e comportamentos que deveriam ser adotados por parte da população do Brasil tropical, forjando novos homens e mulheres. [...] (NASCIMENTO, 2005, p. 58). Muito mais que uma nova religião, o projeto missionário, desenvolvido pela Missão, pregava um novo estilo de vida, uma nova organização social, cultural, política, moral e ética que valorizava aquilo que a cidadania e a cultura protestante americana consideravam como avanço da civilização.

Nesse sentido, é válido lembrar o personagem da obra intitulada *O queijo e os vermes*, Menocchio, um moleiro do século XVI estudado por Carlo Ginzburg. Menocchio, perseguido pela inquisição, buscava revisitar o terreno da cultura para analisar os diferentes discursos existentes entre a cultura dominante e a subalterna. O autor toma por referência, nessa obra, o conceito de “circularidade cultural”, a fim de utilizá-la como um procedimento para analisar as realidades históricas pariformes, que são

[...] constituídas de uma forma ou de outra por diferenças culturais e, conseqüentemente, pela tramitação de elementos culturais comuns existentes no ambiente das diferentes classes sociais que fazem parte de qualquer sociedade (SILVA, 2017, p. 73).

Ginzburg apresenta um resumo de sua leitura Bakhtiniana sobre o termo circularidade cultural e apresenta elementos corroborativos à existência de uma circularidade entre culturas dominantes e culturas subalternas no contexto sócio histórico de uma sociedade camponesa

italiana, situada na Europa pré-industrial do século XVI, na centralidade da cultura (SILVA, 2017).

É importante considerar que nos usos e apropriações que os agentes fazem dessa cultura, ponto nevrálgico da obra de Ginzburg em relação à circularidade cultural e a relação entre indivíduo-sociedade, as representações do mundo social são consequências das construções culturais e históricas. Essas representações são erigidas e forjadas por determinados grupos, interesses e, em certos momentos históricos, são dotadas de parcialidades e ambiguidades.

Dessa maneira, a religião é um dispositivo de representação cultural de grande força e eficácia, uma dimensão das representações culturais do mundo, estando sujeita, portanto, a mudanças. Todavia, considera-se que a religião e crenças religiosas só podem ser definidas em determinados contextos espaciais e temporais.

Não se tentou aplicar esse conceito no projeto missionário presbiteriano, com o propósito de distinções entre cultura erudita estadunidense e cultura popular local, existente na cidade de Rio Verde - GO, onde a Missão implantou sua obra missionária, mas trazer essas diferenciações a fim de fazer observações em relação à existência dessas duas culturas. É importante também considerar que essas diferenças não se configuravam de maneira cristalizada, compartimentada e estanque, entretanto o que se propõe é uma alteração dessa ideia, de suas normas e também de suas crenças, detendo-se ao estudo das culturas.

Diante dessas constatações, esta pesquisa apresenta discussões que envolvem aspectos relevantes da Missão Central do Brasil, na região do Centro-Oeste do país, região escolhida pelos missionários como uma estratégia de ocupação por meio de igrejas, instituições educacionais, escolas de enfermagem e hospitais. É notório afirmar que a ocupação desse território pela missão presbiteriana produziu avanços consideráveis à educação e à saúde no centro-oeste do país.

É sabido que o analfabetismo reinante entre homens, mulheres e crianças era um obstáculo à conversão baseada na leitura da Bíblia, dificultando, inclusive, o progresso e ascensão social, ideia firmemente plantada pela corrente liberal capitalista. O hábito dos missionários de chegarem até as casas, oferecerem bíblias de graça, ensinarem salmos, orações e hinos parece ter resultado mais eficiente do que a insistência dos párocos e a obrigatoriedade oficial do ensino religioso nas escolas.

A possibilidade de se alfabetizarem e dessa maneira poderem ler a Bíblia, o que não era possível no catolicismo, deve ter atraído a população provinciana para o protestantismo. Assim, “a mensagem protestante encontrou um espaço religioso rarefeito” (MENDONÇA,

2008, p. 221). Com isso, preliminarmente, nas comunidades rurais, foi preciso alfabetizar para tornar possível o culto e a instrução religiosa. Logo, nas cidades, era preciso educar as elites para a transformação de mentalidades subtendida no projeto missionário.

No ano de 1912, a Missão Central do Brasil enviou um representante a Goiás e ao Mato Grosso<sup>18</sup>, com o intuito de eger locais propícios para a instituição das sedes das estações missionárias. Em 1914, a Missão Sul da Igreja Presbiteriana do Sul dos Estados Unidos, após observação das linhas férreas existentes entre o estado de São Paulo e Goiás, bem como pela navegabilidade do Rio Paraguai, percebeu que haveria possibilidade de conquistar Goiás e Mato Grosso, pela Missão Central do Brasil, considerando o tráfego terrestre como muito parco e intrafegável.

A baliza da educação defendida pelo ideário protestante e também pelos liberais teria o poder de tirar o Brasil de toda a situação de atraso e de analfabetismo, em comparação aos países desenvolvidos. O objetivo do projeto civilizador da obra missionária que atuou na região Centro-Oeste do país considerou o analfabetismo como baluarte de seu projeto.

Nesse sentido, as escolas confessionais protestantes se tornariam substanciais para a obra missionária de evangelização e para efetivação do protestantismo em terras brasileiras, todavia provocaram mudanças significativas na educação brasileira, emergindo, dessa maneira, um processo civilizador no país.

O discurso religioso, preconizado pelos missionários, alinhavava ideais religiosos adjuntos a uma evangelização educacional que passou a ser admirado pela elite brasileira. Tal feito acabou por provocar a conciliação com os protestantes, e, desse modo, promoveu aliança com princípios de uma educação liberal e tecnológica em busca do progresso nos moldes norte-americanos.

Muitas escolas presbiterianas, estabelecidas pelo projeto missionário, tinham como propósito o aumento de fiéis e, com isso, garantir a preservação de seus seguidores da fé. Dentre as escolas criadas pelos missionários em terras brasileiras, outras instituições também foram sendo instituídas, como por exemplo escolas de enfermagem, hospitais e Escolas Paroquiais (Escolas Dominicais).

Com a atuação religiosa dos missionários norte-americanos que diligenciavam a região do Mato Grosso e Goiás, demandaram-se ações que contribuíssem, não só para o avanço da fé cristã protestante, mas para o processo de alfabetização de crianças e jovens, pois “a

---

<sup>18</sup> O estado de Mato Grosso do Sul foi criado, a partir da divisão do estado de Mato Grosso, no governo do presidente Ernesto Geisel (1974-1979), por meio da Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977. Então não é citado no momento, como estado da região Centro-Oeste.

eliminação do analfabetismo era fundamental para o desenvolvimento religioso do fiel, em razão de que seus cultos eram alicerçados na leitura da bíblia e pautados na participação direta dos ouvintes” (SANTOS, 2017, p. 99).

A questão educação *versus* evangelização era um tema polêmico tanto entre os missionários presbiterianos norte-americanos como entre estes e os presbiterianos nacionais, uma vez que a religião e a civilização se fundiam.

Alguns grupos de intelectuais brasileiros defendiam que o progresso e sua relação com a educação eram uma característica das nações protestantes estadunidenses, incluindo toda uma concepção de vida, na qual “religião, democracia, política, liberdade individual e responsabilidade são concebidas como parte de um todo, que está envolvido por uma inflexível fé na educação” (SELLARO, 1987, p. 162).

Para os liberais brasileiros, o interesse na educação norte-americana, oferecida nos colégios protestantes, instituía-se como uma eficaz alternativa, pois “sem descuidar dos aspectos humanísticos, ofereciam aos alunos instrução científica, técnica e física (educação física) em proporção muito acima da educação tradicional, tanto em intensidade como em qualidade” (MENDONÇA; VELASQUEZ, 1990, p. 74).

Entretanto, a instrução pela via da estratégia de conversão não era aceita por todos os missionários. Para alguns deles, “a educação não era uma contribuição da religião de um povo mais evoluído para um mais atrasado, mas uma ‘causa’ tão importante quanto a pregação” (MENDONÇA, 2008, p. 103). Para Mendonça, “aquela confusão estava introjetada na mente dos próprios missionários que, ora se preocupavam com a inoculação ideológica, ora com a conversão indireta pela via da educação” (2008, p. 103).

Diante disso, os missionários estabeleceram, na região do estado do Mato Grosso e Goiás, instituições para atender a população circunvizinha próxima desses estados, como apresentado no Quadro 3:

**QUADRO 3 - Instituições Escolares Presbiterianas no Centro-Oeste<sup>19</sup>**

Instituições	Local	Fundação
Colégio Presbiteriano Buriti <sup>20</sup>	Chapada dos Guimarães - MT	1923
Missão Evangélica dos Caiuás <sup>21</sup>	Dourados - MS	1929
Instituto Samuel Graham <sup>22</sup>	Jataí- GO	1942
Escola de Enfermagem Cruzeiro do Sul	Rio Verde - GO	1937
Escola Evangélica Erasmo Braga	Dourados – MS	1939
Escola Evangélica de Cassilândia <sup>23</sup>	Cassilândia - MS	1937

Fonte: DIAS; PAES (2015).

Em Goiás, mesmo com os trabalhos em prol da instrução pública, o índice de analfabetismo ainda era muito alto. No ano de 1920, apenas 15,3% da população goiana de todas as idades sabiam ler e escrever (BRASIL, 1929, p. 11). Isso corrobora o intuito dos americanos de instalar suas escolas nessa região, pois o contexto era de carência de estabelecimentos educacionais públicos e também privados<sup>24</sup>.

Nesse sentido,

A educação protestante instalada no Brasil caracterizou-se por fatores que a tornaram atrativas, especialmente às elites liberais, tais como: localização das escolas em função da classe social a ser influenciada; aparência estética dos edifícios construídos, de estrutura sólida e imponente; ambiente interno das escolas com nova concepção pedagógica – ausência de estrado nas salas, aproximando alunos e mestre, carteiras individuais, auditórios para programas coletivos, material didático, laboratórios, equipamento musical, etc.; além do conteúdo identificado com valores liberais, da cultura e do modo de vida norte americano. [...] (MESQUIDA, 1994, p. 133).

<sup>19</sup> As instituições fundadas no Estado de Mato Grosso do Sul, nesse momento histórico, ainda pertenciam ao estado de Mato Grosso.

<sup>20</sup> Recomenda-se a leitura da pesquisa de mestrado do autor Lucas Paulo de Freitas, defendida pela UFMT – Cuiabá, em 2013, intitulada: Entre o Evangelho e o Ensino: o Colégio Presbiteriano Buriti (1923-1965).

<sup>21</sup> Recomenda-se a leitura da pesquisa de mestrado do autor Carlos Barros Gonçalves, defendida pela UFGD – Dourados, em 2009, intitulada: O movimento ecumênico protestante no Brasil e a implantação da Missão Caiuá em Dourados.

<sup>22</sup> Recomenda-se a leitura da pesquisa de mestrado da autora Kamila Gusatti Dias, defendida pela UEMS - Paranaíba, em 2016, intitulada: Educação Presbiteriana em Jataí (GO): o Instituto Presbiteriano Samuel Graham.

<sup>23</sup> As fontes pesquisadas revelam indícios de que os missionários presbiterianos norte-americanos que diligenciavam trabalhos missionários na cidade de Jataí – GO fundaram essa instituição na cidade de Cassilândia, mas ainda é preciso aprofundar essa pesquisa, partindo das evidências do que já se tem publicado. Recomenda-se a leitura do artigo dos autores Ademilson Batista Paes, Fernando Luís Athayde Paes, Vanessa Cristiane Pascoaloto, intitulado: Os presbiterianos e a Escola Evangélica de Cassilândia - (MS) (1958-1968). *Revista Interfaces da Educação*, Paranaíba – MS, v. 8, nº 22, p. 33-59, 2007.

<sup>24</sup> Não se considera o estado de Mato Grosso, nesse momento, em virtude de esta pesquisa ter como cerne o estado de Goiás.

O protestantismo no Brasil e também na região Centro-Oeste advém do trabalho de colportagem, empreendido no país pelas Sociedades Bíblicas<sup>25</sup> que, em sua organização administrativa, estavam os agentes e os colportores, cujos cargos eram determinados pela própria Sociedade Bíblica Britânica e Estrangeira (*British and Foreign Bible Society*) - BFBS.

Merece destaque, também, reiterar que, além da atividade missionária, os colportores realizavam a propaganda da Bíblia, adentrando os sertões do centro-oeste do país. Uma prática comum eram os cultos ao ar livre, quando não se tinham espaços destinados para a propagação religiosa. Os missionários dirigiam suas ações de casa em casa, de fazenda em fazenda, apresentando o protestantismo, ofertando bíblias, panfletos e suas literaturas religiosas.

Nas considerações de Araújo (2004), os protestantes acreditavam em uma catequização simultaneamente direta e indireta. Direta, por meio da divulgação da Bíblia empreendida pelos colportores, visando à conversão. Indireta, por intermédio de financiamentos das obras sociais, como a implementação dos colégios, assegurando a liberdade de consciência.

Em Goiás, esse trabalho de colportagem teve como coadjuvante o reverendo John Boyle<sup>26</sup>, que foi o primeiro missionário presbiteriano a pregar o evangelho pelos sertões goianos. Ele fazia incursões periódicas ao sul de Goiás, mostrando-se preocupado com a catequização dos indígenas que habitavam a região. Boyle começa a viajar pelo estado de Goiás em 1886, porém, morre em 1892, não efetivando o trabalho entre os indígenas.

A ocupação do estado de Goiás (considerado “espaço vazio”) atendeu a nova proposta colonizadora e de inovação para o progresso do Brasil, que foi uma política getulista, intitulada de Marcha para o Oeste. Essa proposta estava atrelada à economia goiana, pois precisava gerar transformações e criar um mercado para produtos industrializados. Esse ideário se justificava pelo novo tipo de política econômica que se implantava no país, favorecendo as indústrias e a gestão das correntes migratórias que poderiam ser impulsionadas ao centro do país.

---

<sup>25</sup> Fundada em 1804, a Sociedade Bíblica Britânica e Estrangeira (BFBS) tinha como objetivo divulgar e propagar os ideais protestantes em seu país e no mundo durante o século XIX, por meio das Bíblias emitidas de acordo com a linguagem do povo.

<sup>26</sup> Nascido nos Estados Unidos, no ano de 1845, John Boyle, com formação teológica conservadora, veio para o Brasil em 1873, com sua esposa. A partir de 1881, Boyle se dedicou ao campo missionário, angariando fiéis. O prelúdio dessa missão em Goiás se empreendeu, primeiramente, pela região do interior norte de São Paulo e do sul de Minas Gerais, por já haver alguns núcleos protestantes atuando naquela região.



A inserção da economia goiana na economia nacional teve suas bases lançadas com a instalação de uma linha ferroviária que adentrou o território goiano e permitiu o deslocamento das mercadorias de maneira rápida e eficiente, substituindo, em alguns aspectos, o ineficiente e demorado transporte de mercadorias realizado no lombo de mulas e nos carros de boi.

A implantação dos primeiros quilômetros de linha férrea, ligando Araguari a Roncador, aconteceu no período de 1909 a 1914 e pode-se afirmar que sua entrada em Goiás não trouxe apenas consequências econômicas, mas também culturais, pois os trilhos se constituíram também em um veículo de introdução de novas ideias e valores. A estrada de ferro também foi responsável pelo aprimoramento do processo de urbanização em diversas regiões do estado. Assim, somente em 1935, os trilhos chegaram à Anápolis e, quinze anos depois, em Goiânia, ficando, portanto, evidente seu longo percurso, desde o surgimento das ferrovias no contexto mundial até a sua chegada à cidade de Anápolis.

Esses espaços vazios tampouco estavam despovoados, como assevera Lenharo (1986, p. 60-61), “isto para não falar de povos de formação social inteiramente diferentes, habitantes da região - os indígenas [...]”. Diante da relação estabelecida entre as tribos indígenas e a nova política de colonização implantada no país por Getúlio Vargas, não podemos desconsiderar as circunstâncias em que se deu esse contato, isto é, as situações de tensões vividas entre os índios, proprietários de terra, governo e negociantes.

Silva (2005, p. 145) reitera que o progresso almejado para Goiás considerou a adequação do programa Marcha para o Oeste que, com o apoio do governo estadual, “comportou uma política de colonização dirigida e, de outro, apoiou a construção de Goiânia”.

Rastrear o momento histórico em que Goiás estava envolto, no momento em que os presbiterianos chegaram, elucidou esse cenário por vários vieses e, a partir deles, “tentou-se desvelar essa conjuntura que, coadunados com o ideário de evangelização por meio da educação e da saúde, encontrara nessa região um copioso terreno para difundir seus ideais” (DIAS, 2016, p. 41).

De acordo com o Anuário Estatístico do Brasil de 1937, os anos de 1933 e 1934, apresentaram registros do quantitativo da situação cultural - Culto Protestante, na região Centro-Oeste, estados em que a Missão Central do Brasil realizava diligências. Esses dados são verificados, conforme prescritos na Tabela 1.

**TABELA 1** - Culto Protestante: Igrejas, Pessoas Filiadas e Movimento Religioso na Região Centro-Oeste

ANO DE 1933															
Unidades Federadas	Nº de Igrejas	Nº de Filiados	Conversões				Batizados				Casamentos	Consagrações Fúnebres			
			Sexo masculino	Sexo feminino	Sem discriminação	Total	Sexo masculino	Sexo feminino	Sem discriminação	Total		Sexo masculino	Sexo feminino	Sem discriminação	Total
Goiás	12	871	64	64	-	128	46	46	-	92	7	8	8	-	16
Mato Grosso	11	437	22	30	-	52	29	40	-	69	6	6	5	-	11
ANO DE 1934															
Goiás	12	967	79	97	-	176	51	56	-	107	12	2	7	-	9
Mato Grosso	11	501	29	26	-	55	30	28	-	58	5	6	3	-	9

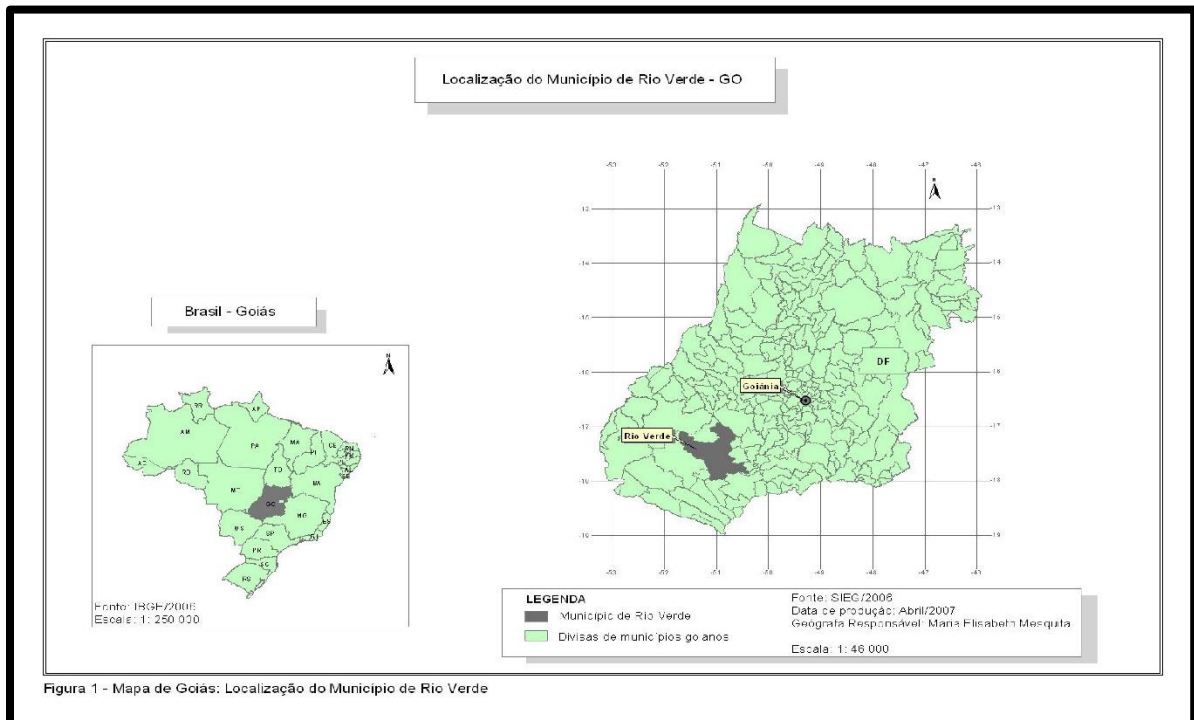
Fonte: Anuário Estático do Brasil, 1937, p. 763-764.

Essas referências, evidenciadas na Tabela 1, demonstram que Goiás e Mato Grosso apresentavam um quantitativo equivalente ao número de Igrejas Fundadas, mas, no parâmetro indicativo de Pessoas Filiadas, os goianos se encontravam em menor número em relação aos mato-grossenses. Essa evidência indica uma possível justificativa para a Missão Central do Brasil escolher estrategicamente a cidade de Rio Verde - Goiás<sup>27</sup> para implantação de uma sede missionária no Estado.

Esses dados podem representar apenas uma parcela da população que vivia em Goiás e Mato Grosso. Todavia, acredita-se que esses números podem ainda ser considerados superiores aos tabulados em virtude de que a grande maioria da população residia na zona rural, no período retratado. Ademais, o estado de Goiás passava por um processo migratório para viabilização de sua ocupação e para um avanço industrial e econômico.

Por meio dessas e outras observações, delimita-se, para uma análise mais minuciosa, o município de Rio Verde, cidade localizada na microrregião sudoeste do estado de Goiás (FIGURA 1), território escolhido pela Missão Brasil Central como *locus* de investigação desse processo de implantação do ideário protestante e que, de acordo com o Anuário Estático de 1937 (p. 144), apresentava uma população absoluta de 26.403 habitantes, uma média de 1,2 pessoas por Km<sup>2</sup>, o que equivale a 3,49% da população em relação ao estado de Goiás.

<sup>27</sup>*Locus* de investigação para esta pesquisa.

**FIGURA 1 – Município de Rio Verde**

**Fonte:** Localização da cidade de Rio Verde no estado de Goiás. Disponível em: <https://observatoriogeogoiias.iesa.ufg.br/p/2343-mapas>. Acesso em: 10 out. 2019.

A cidade de Rio Verde foi estabelecida como ponto central da Missão Central do Brasil, por estar localizada a uma distância de 250 km da ferrovia mais próxima e por se encontrar logisticamente entre as rodovias que ligavam os estados de Minas Gerais, São Paulo e Mato Grosso (DIAS, 2019). O progresso, pelo viés da estrada de ferro, possibilitou a inserção do Estado no projeto político nacional, expandindo sua economia aos centros comerciais do Brasil.

A escolha da microrregião do Sudoeste do estado de Goiás para a disseminação do protestantismo não se concretizou apenas por uma mera decisão geográfica. Foi determinado também pela Missão que a cidade de Rio Verde seria um campo fértil para difusão do protestantismo, devido à sua economia local, considerada nesse período, uma grande produtora agropastoril e estruturada em um modelo capitalista industrial.

Segundo Chaul (2018), as regiões Sul e Sudoeste do estado de Goiás atingem o ápice da modernidade com a ascensão econômica, tornando-se um “pólo de desenvolvimento e progresso, uma nova era político-social e econômica para o Estado, uma época de prosperidade e progresso” (CHAUL, 2018, p. 149).

O povoamento do território goiano ocorreu a partir da região sul do Estado, região intercisada pela estrada de ferro, o que fez com que a economia no mercado goiano

despontasse, ocasionando a imagem de progresso por todo o Estado. E, em relação à Missão, a delimitação das áreas de jurisdição missionária deveria considerar essa logística.

As reuniões da Ester Nascimento (2008, p. 26) assevera que a Missão “era uma organização religiosa, vinculada a um escritório administrativo - a Junta - que funcionava como pressuposto em determinados estados brasileiros e não possuía personalidade jurídica”. Por meio desses estudos, Nascimento (2008) pontua que a organização da Missão apresentava um quadro de missionários e missionárias com várias formações acadêmicas, dentre elas: pastores, engenheiros, médicos, professoras e enfermeiras. Esses missionários(as) eram subordinados àquela instituição para a qual prestavam seus trabalhos.

Em relação ao campo missionário, local determinado pelo espaço geográfico, onde os missionários desenvolveriam suas atividades e a estação missionária, instalava-se nele um ou mais missionários e esse campo era de incumbência de pelo menos um deles, conforme determinado pela Junta.

Missão Central do Brasil aconteciam, quando necessário, no início ou término de cada ano, em cidades de sua jurisdição, também eram realizadas reuniões extraordinárias. A estrutura administrativa pressupunha cargos de presidente, secretário, tesoureiro e superintendente das escolas, os quais eram eleitos anualmente. Os missionários eram membros comissionados pela Junta de Nova Iorque e, ao chegarem ao campo de ação sob sua jurisdição, estudavam durante o primeiro ano o idioma, História e Geografia do Brasil, sendo que ao final deveriam ser avaliados pelo Comitê de Linguagem. É importante ressaltar que a Missão Central do Brasil não recebia apoio financeiro do governo brasileiro, sendo subvencionada pela Junta de Nova Iorque (NASCIMENTO, 2008).

Um dos missionários que estavam sob essa diligência em Rio Verde era o médico Dr. Donald Gordon que, junto da Missão, estabeleceu frentes de trabalhos nessa região, a fim de estabelecer vínculos com os fiéis, propagar o protestantismo e levar estrutura de atendimento à saúde para a região.

O médico e missionário Dr. Donald Gordon trabalhou na estação missionária de Ponte Nova, na cidade de Wagner na Bahia, entre os anos de 1929 e 1932, antes de ser transferido para a estação de Rio Verde, período em que auxiliou o Dr. Walter Wood, antes de ter seu diploma de Medicina reconhecido em São Paulo. No ano de 1933, foi transferido para a Missão Sul do Brasil, vinculada à Junta de Nova Iorque (NASCIMENTO, 2008).

No ano de 1933, seu trabalho missionário foi realizado em Mato Grosso, na estação missionária Buriti. Também desenvolveu a medicina na cidade de Anápolis, no estado de Goiás, com o missionário Dr. James Fanstone, no hospital Evangélico de Anápolis, fundado

por Fanstone, ficando nessa cidade por mais de um ano. Depois, tirou férias e retornou para os Estados Unidos. Após um ano, voltou e seguiu seus projetos missionários, os quais seriam lançados sobre a cidade de Rio Verde.

A escolha dessa cidade para a implantação de um hospital, uma escola de enfermagem e uma igreja, pela Missão Central do Brasil, ocorreu, mediante um objetivo em comum: a propagação do protestantismo em terras goianas pelo viés da saúde e da educação. Essa cidade vivia um momento de desenvolvimento social e econômico e isso fazia com que os missionários disseminassem seu projeto em solo goiano.

No entanto, pode-se afirmar que o trabalho desenvolvido pela Missão, sobretudo no tocante à propagação do protestantismo em terras goianas e nos seus objetivos como um projeto missionário – implantação de escolas, hospitais e igrejas sob a égide *de instruir, salvar almas e evangelizar* se concretizou a partir do resultado da força da tradição da ética protestante, pelo viés puritano e pela educação norte-americana, que visava a salvação da alma, para o progresso da comunidade goiana, o que para eles, não era possível alcançar caso o povo fosse ignorante, analfabeto e pobre.

### **1.1 O contexto educacional no início da década de 30 em Goiás: a educação como tática missionária para instruir, civilizar e moralizar**

Em meados do século XIX, quando o protestantismo missionário estabeleceu no Brasil um campo de trabalho evangelizador, deparou-se com um campo social completamente diferente do seu. Provenientes dos Estados Unidos, uma sociedade republicana, de matriz anglo-saxônica e que defendia a separação total entre Igreja e Estado, já em solo brasileiro, encontraram uma sociedade monárquica, de constituição ibérica e com uma igreja ainda estatal (CALVANI, 2009).

Esses missionários, oriundos do norte dos Estados Unidos, “partilhavam de um conceito de evangelização que incluía conscientemente a educação como estratégia para moldar, em longo prazo, uma nova sociedade, [...]” (CALVANI, 2009, p. 57). Formar uma nova sociedade, baseada nos pressupostos de uma cultura anglo-saxônica, seria um dos projetos da obra missionária, com uma educação sobretudo pragmática, voltada para ao processo industrial, que, nesse momento, surgia atrelado ao projeto de uma nação republicana e com a organização política que idealizava esse perfil do novo homem para uma nova sociedade.

Dessa forma, percebe-se que boa parte da elite brasileira se aproximou dos protestantes, aderindo aos seus ideais, pois acreditavam que os americanos demonstravam a promessa de que o Brasil, poderia, em um curto prazo, equiparar-se ao desenvolvimento tecnológico e educacional dos Estados Unidos (CALVANI, 2009).

É sabido que a universalização do ensino primário estava acontecendo nos Estados Unidos, no final do século XIX, o que fez com que os interesses dos republicanos brasileiros, de tendências ideológicas diferentes, acreditassem que a escola seria primordial para o processo de modernização que o país vivia. De acordo com Souza (1998, p. 29), “o sucesso verificado nesses países era confirmado em muitos aspectos pela rica experiência das escolas particulares confessionais e leigas, instaladas no Brasil nas décadas finais do século XIX, voltadas para a formação das elites”.

Segundo apontamentos de Abreu (2003, p. 47), nos Estados Unidos, a educação presbiteriana “era um tradicional meio de evangelização indireta, a Igreja Presbiteriana do norte, mantida pelo *Board*<sup>28</sup> de Nova York, promoveu a criação de escolas no Brasil, para auxiliar na difusão dos princípios religiosos e valores culturais inerentes ao presbiterianismo”.

Diante desse contexto, as escolas protestantes encontraram espaço para se estabelecerem, especialmente nos grandes centros urbanos, ganhando notoriedade, pois “o sucesso que os colégios protestantes obtiveram no Brasil no final do século XIX e início do século XX explica-se pelo fato de que preencheram um vazio na cultura brasileira” (CALVANI, 2009, p. 62).

Fernando de Azevedo, na 3ª parte de sua obra *A Cultura Brasileira*, deslinda sobre a inserção da educação protestante no Brasil entre os regimes monárquico e republicano, destacando que “nenhum fermento novo se introduziu na massa do ensino, a não ser o que se preparava nos colégios leigos ou se formava, nos fins do Império, com o aparecimento das primeiras escolas protestantes, [...]” (AZEVEDO, 1958, p. 637).

Por certo, a educação, nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, foi o grande ideal das elites brasileiras.

O projeto educacional protestante procurou essa fresta para penetrar na sociedade brasileira, esperavam também converter muitas famílias dessas elites para suas igrejas. Isso, porém, não aconteceu. As elites serviram-se das escolas protestantes, apoiaram suas iniciativas e alguns até mesmo incorporaram ideais do protestantismo norte-americano, porém, não foram muitos os que se converteram à nova fé, filiando-se às igrejas evangélicas (CALVANI, 2009, p. 65-66).

---

<sup>28</sup> *Board of Foreign Missions* (Junta de Missões Estrangeiras), de Nova Iorque, que ficou conhecida apenas por *Board*.

A ideia predominante na obra educativa protestante presente na mente do missionário Simonton corroborava o ideário protestante. Este, por sua vez, apresentava uma visão sobre a educação brasileira, que a princípio era necessário educar, para depois evangelizar (SIMONTON, 2003, p. 4). Não era possível, sob a óptica protestante, evangelizar analfabetos. Seu projeto tem como propósito atender às essas necessidades missionárias da igreja e da evangelização.

Diante disso, cabia então aos republicanos, a partir desse contexto de transformações, a modernização do país, pelo viés da educação, a instrução do povo brasileiro passava a ser importante para o novo cenário posto, era preciso então, sistematizar o sistema educacional.

Com o passar dos anos, grande parte dos brasileiros convertidos ao protestantismo aderiu às ideias republicanas, enquanto os republicanos se simpatizam com o protestantismo. Com o advento da república e a laicização do Estado, protestantes e republicanos assistiram a uma acirrada campanha contra a república, promovida pelos monarquistas e católicos, assim como o crescimento de um sentimento antiamericano.

Logo após a proclamação da república, houve forte sentimento nacionalista acompanhado, como visto acima, de uma americanização do país. Com isso,

[...] a sociedade brasileira, como um todo, recebeu a nova fé com atitudes que foram desde a acolhida alvissareira, por liberais, até desconfianças e conflitos abertos, por parte das elites eclesiástica e política mais conservadoras. O protestantismo era visto como uma religião esclarecida por parte de certos liberais em oposição ao catolicismo. Essa era também a auto-imagem forjada pelos missionários estrangeiros, manifestada em suas prédicas e textos publicados. Com base nas idéias liberais e na leitura da Bíblia, missionários e pastores protestantes denunciaram a escravidão como sistema desumano, mas pouco ou nada participaram na causa da abolição do sistema escravista (SANTOS, 2006, p. 108).

Assim, a partir da década de 1920, coube ao estado de Goiás investir demasiadamente no processo de disseminação da instrução, a fim de combater os altos índices de analfabetismo que assolavam o centro-oeste goiano. Nesse constructo, novos olhares foram lançados para a educação goiana, com intuito de modernizar e remodelar todo o sistema educacional no estado.

E, a partir desse contexto de transformações, foram introduzidos novos pensamentos e novas maneiras de condutas para a população e, inclusive, a instrução do povo passou a ser importante para esse processo. Para tanto, no cenário goiano, a educação foi espaço de disputas que evidenciavam uma preocupação crescente com a escolarização da população, conforme dados tabulados na Tabela 2.

**TABELA 2** - Instrução em Goiás, 1920-1940

Período	População estimada	Sabem ler e escrever	%	Não sabem ler e escrever	%
<b>1920</b>	511 919	78 530	15,34	433 389	84,65
<b>1940</b>	826 414	688 611	83,32	530 769	64,22

Fonte: Anuários Estatísticos de 1920 e 1940\*.

\*Na década de 1930 não teve recenseamento no Brasil.

A conjuntura educacional, apresentada na Tabela 2, retrata a verdadeira problemática que Goiás enfrentava na instrução elementar de sua sociedade na década de 20. A preocupação com o combate ao alto índice de analfabetismo que assolava o estado goiano, nessa década, fez com que o governo acreditasse que, defendendo e investindo na escolarização, seria um instrumento capaz de transformar o Estado e promover as mudanças que o país precisava para se modernizar. Conforme se constata nos dados retirados do recenseamento geral da população do Brasil, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, comprova-se que o estado de Goiás avançou muito nos anos 40, visto que a década de 30 não foi recenseada. Assim, embora ainda existissem grandes problemas educacionais, considerou-se um avanço satisfatório na realidade.

A preocupação em alfabetizar era indubitavelmente certa, a instauração de uma nova nação, na qual não haveria lugar para o atraso, juntamente com os ideais de formar novos indivíduos e instituir a moral e o civismo fez com que a instrução fosse estabelecida e vista como fundamental para disseminação das luzes, isto é, o processo de escolarização favoreceria a consolidação dos ideais republicanos.

Nas considerações de Monarcha (1989, p. 13), “a educação passou a ser vista como instrumento de reconstrução social e estabilidade política”. Esse movimento educacional renovador propunha uma escola redimensionada, e novos olhares foram lançados à educação goiana, pois os problemas mostravam que era preciso inovar. Surgiu assim uma escola renovada, de acordo com os princípios do movimento renovador da educação que foram introduzidos, no Brasil, em meio às aspirações de modernidade, democratização, industrialização e urbanização da sociedade o que veio ao encontro das características que Goiás já almejava.

Dessarte, o início da década de 30 em Goiás foi marcado por inúmeros debates a favor da ampliação e acesso à escola pública. Nesse período, o projeto de renovação da sociedade goiana, que incluía a reestruturação do povo, foi o palco para a discussão desses embates. A educação se tornaria a via para propiciar as transformações sociais, políticas e econômicas que o país estava vivenciando o que gerava certa reorganização da nação, com o intento da



modernização. Dessa forma, Goiás se insere nesse cenário de produção de novas mudanças, visando a construção de uma sociedade moderna.

Em termos gerais, o governo do estado de Goiás, com a ascensão de Pedro Ludovico Teixeira, na década de 30, torna-se destaque na imprensa goiana, por meio do Correio Oficial, periódico utilizado pelo governo para veicular suas propagandas políticas e também suas propostas de modernidade para abranger a sociedade. Dentro do projeto de remodelação da educação, o governador intentava em prol de uma educação de qualidade em todos os segmentos. Isso se confirma neste trecho em que são relatados os investimentos em educação no estado:

#### **Difusão do Ensino no Estado de Goiaz**

Valorizar o corpo e o espirito, eis para onde se volta a preocupação do atual sistema educacional, instituído pelo Estado Novo. E o Estado de Goiaz, não alheio ás necessidades do momento, vem interpretando com patriotismo a linguagem gritante dos nossos primeiros problemas sociais. Escolas que se fundam; metodos pedagogicos que se aperfeçoam; condições higiênicas que se modernizam tudo no sentido elevado da eficiencia. E não ha hoje negar o vulto da obra educacional que o governo Pedro Ludovico vem realizando, sem alardes, no Estado de Goiaz. Falem, por nós, na sua eloquencia, os numeros estatisticos. Durante o mês de Julho do corrente ano, foram estas as quantias dispendidas, pelo Estado, com a Instrução, num total significativo de 147:233\$600

Especificadamente:

Curso Superior	18:907\$800
Curso Secundario	24:294\$100
Escola Normal	8:757\$000
Complementar e Adaptação	6:501\$600
Jardim da Infancia	3:303\$600
Grupos Escolares e Escola Profissional Rural	71:558\$900
Escolas Isoladas	13:910\$600

Temos, assim, conseguido elevar nosso coeficiente de educação (CORREIO OFICIAL, 31 jun. de 1937, ano LXXXII, número 3444).

Diante desse cenário, confirma-se a intenção de remodelamento da sociedade goiana por meio da instrução com o intuito de empreender o movimento republicano. Os investimentos em educação constituíram um campo de disputas políticas em Goiás. Segundo Canezin e Loureiro,

Os investimentos em educação, no período de 1930/1937, continuara, significativos, em média 18% ao ano. A partir de 1938, a análise das despesas orçamentárias mostrou a redução dos recursos destinados à educação e um aumento das despesas do governo no sentido de maior controle do Estado e da construção da nova capital (CANEZIN; LOUREIRO, 1994, p. 75)

As novas diretrizes para a educação nos anos de 1930 e o cenário do movimento republicano que estava posto, no momento da chegada dos presbiterianos, fizeram com que a

escola tornasse um viés importante da obra missionária. E, conforme assevera Barbanti (1977, p. 110), “a escola representava a cunha que abriria caminho para as atividades de proselitismo”. Foi no decorrer desse processo político que a preocupação com a necessidade de se alfabetizar o povo se fez presente.

Entender as propostas de modernidade implantadas no país e como elas circularam no estado de Goiás é relevante para compreender como ocorreu a disseminação e implantação dos princípios do movimento renovador da educação e também da obra missionária presbiteriana no território goiano.

A valorização dos diferentes projetos de construção da nação, com a finalidade de contribuir para o progresso do país e sua inserção no rol das nações mais civilizadas, fez com que os missionários presbiterianos norte-americanos olhassem para Goiás e percebessem aqui um campo promissor para a implantação de um projeto de evangelização.

Para os presbiterianos, o culto protestante exigia a leitura como suporte para seu entendimento, “mas a criação de escolas não se justifica somente pela necessidade de alfabetização. A educação para os presbiterianos era antes uma tradição cultural, do que uma estratégia missionária desenvolvida no Brasil” (ABREU, 2003, p. 46). Isso fez com que o culto protestante “se concentrasse no discurso, o que exigia um mínimo de preparo intelectual dos fiéis, que deviam ser capazes de ler e compreender a dinâmica do culto e da vida religiosa pautada na observação das doutrinas” (JORDELINO; LOPES, 2016, p. 307). Assim, a missão organizava o projeto do ideário pautado na implementação de escolas na mesma proporção da quantidade de igrejas fundadas.

Segundo Nascimento (2004), diante dessa situação, a Junta de Nova Iorque elaborou um plano estratégico de expansão missionária para o Brasil. A princípio, objetivava a evangelização como plano de ação, mas mediante a constatação do alto índice de analfabetismo, observou-se que precisavam converter a população para que pudessem ler a Bíblia, o hinário e outras propagandas religiosas. Então, a questão social e do “modus vivendi” dos brasileiros fez com que a Junta reformulasse seu plano, empregando a educação e a propaganda como tática de aproximação, modelada pelo protestantismo, “elegendo a educação como instrumento de consolidação de seus ideais” (NASCIMENTO, 2004, p. 149).

Mendonça (2008) considera que a criação de escolas pelos protestantes foi uma estratégia missionária e, por meio da educação, o progresso da religião protestante se tornaria mais promissor. Com isso, foi necessário se atentar a duas situações: a preocupação com o desenvolvimento da nova igreja centralizada no discurso e a preocupação social com o analfabetismo. Mas, mesmo sabendo que a educação seria fundamental para a empresa

missionária, esse ponto ainda permanece pouco estudado por estudiosos do protestantismo brasileiro.

Segundo apontamentos de Hack (2000) e Mendonça (2008), as pesquisas recentes sobre o protestantismo têm considerado, com maior ênfase, as relações entre religião e cultura, o que nos faz perceber que:

se tratadas como inseparáveis, as pesquisas recentes sobre protestantismo e educação são conduzidas a partir dessa relação; daí que se pode afirmar que a educação não foi somente uma obra filantrópica dedicada a um povo atrasado, mas foi a causa importante para o trabalho religioso (JORDELINO; LOPES, 2016, p. 309).

Em se tratando ainda da estratégia missionária, as propostas utilizadas pelos protestantes no Brasil tinham como finalidade, além do proselitismo religioso, o intento de “fazer leitores, alfabetizar as pessoas e compreender a racionalidade do culto e da doutrina” (JORDELINO; LOPES, 2016).

A educação missionária americana, implantada em Goiás, ainda continua pouco conhecida em suas características, seus objetivos e também nos resultados. Sabe-se que a educação foi utilizada como estratégia para instruir, moralizar e civilizar a sociedade goiana, dessa forma, a inserção do protestantismo em Goiás aconteceu inicialmente pela zona rural, bairros, sítios e fazendas, onde a carência educacional e religiosa era evidenciada.

Entretanto, a via econômica do pastoreio e a agricultura em Goiás, no período em apreço, tornaram-se uma base importante para a inserção do protestantismo, pelas frentes pioneiras que apresentavam um estado de crescimento urbano, pois “nas zonas rurais, os missionários deviam instruir o povo e prepará-lo para o culto baseado no discurso, para a leitura da Bíblia e do catecismo de fé – uma fé laica” (JORDELINO; LOPES, 2016, p. 311). Já nos centros urbanos, “era necessário preparar as elites para a transformação de mentalidade que fazia parte dos objetivos missionários, o que se daria por meio da educação” (p. 311). A nova religião não queria apenas produzir uma nova civilização no *hinterland* goiano, mas criar um estilo de vida, o qual Mendonça (2008) define como o *American way of life*.

Os trabalhos missionários no Brasil, com a fundação de escolas e igrejas, foram sinalizados pelos estudiosos do protestantismo como subseqüente para diminuir o índice de analfabetismo do povo brasileiro. Em Goiás, a ação da obra missionária presbiteriana encontrou solo fértil para angariar novos adeptos ao protestantismo, principalmente nas zonas

rurais goianas, amplo território povoado por uma população “livre e pobre”<sup>29</sup>, onde se encontraram condições favoráveis para se expandirem, fixando-se definitivamente. De acordo com Mendonça (2008), havia um certo distanciamento religioso entre a camada de homens livres e pobres da população rural e as agências religiosas oficiais, o catolicismo, sendo esta uma via encontrada pelo protestantismo para se propagar e ocupar certo espaço.

O trabalho desenvolvido em terras rurais, por missionários presbiterianos, consistia em:

ir à casa deles; entrar; ler a Bíblia, explicá-la; orar com eles, e por eles, inclusive por sua conversão. Identificar-se com eles, comer sua comida, dormir em seus catres ou no chão, em couros curtidos. Aprender a lhes querer bem; ir-se embora com saudades. Os naturais da terra eram gente emotiva. Viajava-se muitíssimo; mas eram viagens lentas, pontilhadas de paradas, hospedagens, recados, amigos, parentes, conversas noite a dentro, leituras da Bíblia, explicações, orações, e as amizades nascendo, enleando-se (*sic*), abrindo a mente – dos missionários (RIBEIRO, 1981, p. 95).

Dentro desse entendimento de que o protestantismo teve sua inserção pela zona rural, em Rio Verde foi diferente, uma vez que ocorreu predominantemente a partir dos centros urbanos, a partir de mudanças sociais significativas. Mendonça (2008, p. 156) explica que a pouca adesão ao presbiterianismo, nas terras brasileiras, ocorreu devido a “forças negativas internas, como seu excesso de institucionalização e seu intelectualismo, assim como externas, representadas pela contracultura que representava, limitaram os protestantes a pequenos e esparsos grupos fechados”. No entanto, em Goiás, apesar de todo esforço despendido, os presbiterianos obtiveram o êxito desejado.

O projeto missionário educacional apresentado pelos presbiterianos, segundo Mendonça (2008), baseava-se em outras duas categorias: a ideológica e a instrumental. A ideológica<sup>30</sup>, representada pelos grandes colégios americanos, tinha por objetivo “introduzir elementos transformadores na cultura brasileira a partir dos escalões mais elevados” (MENDONÇA, 2008, p. 81). A instrumental, representada pelas escolas paroquiais, tinha por finalidade “auxiliar o proselitismo e a manutenção do culto protestante na camada inferior da população” (MENDONÇA, 2008, p. 82).

<sup>29</sup> Esse termo é utilizado para pessoas que tinham acesso à terra, ou por posse de devolutas ou por permissão dos latifundiários, e não estava sujeito ao sistema; era livre porque não era assalariado e muito menos escravo. [...] Não estava ligado aos grandes senhores de terras, porque não dependia deles e nem do governo porque, estando na periferia do sistema, não estava implicado nas flutuações e demandas de mercado do mundo capitalista (MENDONÇA, 2008, p. 194-195).

<sup>30</sup> O nível ideológico, de acordo com Barbanti (1977), foi utilizado também pelos metodistas, possibilitou a penetração do metodismo na sociedade brasileira pela comunicação dos princípios do liberalismo protestante, tendo como modelo a sociedade americana.

Todavia, os centros estratégicos, delimitados pela Missão, vislumbravam o estabelecimento de igrejas e depois a instalação de suas escolas paroquiais de primeiras letras, logo, transformavam-se em colégios de nível médio e também em escolas superiores (BARBANTI, 1977). Desse modo, sua intenção era de servir como elemento de penetração e apoio às atividades catequéticas.

Para os autores Jordelino e Lopes (2016, p. 292), os missionários demonstraram intensa preocupação “com as questões sociais e com a realidade educacional com as quais se defrontaram. [...], influenciando decisivamente os rumos da educação no País”.

No entanto, é preciso inquirir: o que levou os missionários presbiterianos norte-americanos a virem para Goiás? Como eles conseguiram se estabelecer no *hinterland* goiano? É possível perceber se eles se interessavam mais pela evangelização ou pela educação? Que objetivos tinha a educação ofertada em suas instituições educativas? Essas inquietações nos fazem tender “a rejeitar o passado e afirmar que tudo começa a partir do momento em que a nova análise se referencia” (NASCIMENTO, 1999, p. 18).

O legado deixado pelos missionários norte-americanos para a história da educação e da saúde no Brasil, em Goiás, remete às vistas das estratégias usadas por eles para a expansão e consolidação das ações tanto no âmbito educacional quanto no campo da saúde como obra missionária.

Apointa-se para uma relação entre protestantismo e educação, partindo da ideia de que as elites brasileiras inseriram seus estados na trilha do progresso e Goiás não fugiu a essa regra. E, para esse empreendimento, a educação seria a mola-mestre. Além do mais, o ideário educacional protestante perpassaria a ideologia da *American way of life*, presente na estratégia missionária, visando o ideal do progresso. O que Simontom já dizia em seus relatórios para a *Board*: “Ide semear o Evangelho e o progresso da nação a partir da educação liberal” (SIMONTON, 2003, p. 5).

Diante disso, a questão aqui posta faz problematizar a relação entre educação como estratégia missionária, perscrutando, preliminarmente, as pistas, os indícios e os sinais que podem sustentar a ideia de que a implantação de escolas em Goiás se constituiu em um espaço destinado como agência formadora de sujeitos com qualidades éticas e morais, tendo como elementos formadores os princípios educacionais do ideário protestante.

O movimento de expansão do capitalismo, posto em prática pelo governo goiano, na década de 30, esboçou uma política educacional voltada ao ideário escolanovista de reconstrução social pelo viés da educação. Dessa forma, a educação teria como intento retificar as desigualdades e injustiças sociais, construindo uma sociedade mais justa

(NEPOMUCENO, 1994). As ideias de modernização para o país tinham no intuito de conduzir o país ao “progresso dentro da ordem”.

Mediante a localização geográfica do estado de Goiás e sua sociedade considerada periférica, caracterizada como sertão, considerada como terra inóspita e incivilizada (REVEL, 1998) houve necessidade de se reinventar e desconstruir a ideia de um estado no centro do território brasileiro, longe de tudo, retratado pela imagem de decadência. Sua população se ruralizou, deixando as cidades e vilas abandonadas, nada produziam, pouco consumiam, eram quase um ônus para o país (PINTO, 2011). Ademais, foi preciso, nesse processo de reinvenção do sertão goiano, colacionar sua imagem e a realidade de um estado “sem livros, sem professores e sem escolas, sem médicos e sem hospitais” (PINTO, 2011, p. 244).

A década de 1930 retrata a gênese do Goiás moderno e progressista o qual, com a gestão de Pedro Ludovico Teixeira, por meio de um discurso nacionalista e moralizador, com pretensões de atingir todos os setores da sociedade, entra nos “trilhos do progresso”, levando a saúde e educação como “vias-férreas”, que paralelamente demarcaram esse período de movimento e inovação, reescreveram sua nova história, constituindo-se assim um marco que permitiu dividir o passado entre o antes e o depois.

O Estado se configurou, a partir de 30, sob a ideologia de estar a serviço da nação, criando vários órgãos de âmbito nacional. Nesse ínterim, Getúlio Vargas instituiu o Ministério da Educação e Saúde Pública, sendo nomeado Francisco Campos<sup>31</sup> como ministro.

Nessa teia de reflexão, a educação “nova”, implantada pelos protestantes em Goiás, insere-se no bojo de um movimento renovador, o qual proporcionava uma escola redimensionada quanto à sua organização, à formação intelectual, moral, estética e religiosa. Assim, “houve uma sensível mudança na pedagogia brasileira com a proclamação da República, é necessário reconhecer que a educação missionária protestante deve ter entrado com alguma contribuição nessa transformação” (MENDONÇA, 2008, p. 151).

É preciso deixar claro que, para Léonard (1963), a intenção missionária do protestantismo americano não teria apresentado inovação. Em sua opinião, o protestantismo apresentava, no século XIX, uma prática católica, como foi reproduzida por todo período colonial. O modelo de civilização se divergia entre os católicos e protestantes, mas suas intenções eram as mesmas.

---

<sup>31</sup> Com o governo provisório de Vargas, Campos assume o Ministério da Educação e Saúde, promovendo a reforma do ensino secundário e universitário no Brasil. Deixa o ministério no final de 1932. Em dezembro de 1935, é nomeado pelo prefeito do Distrito Federal, Pedro Ernesto, para o cargo Secretário de Educação. Passa a ser figura central dentro do movimento golpista que levou ao Estado Novo de Vargas, em 1937. Francisco Campos é nomeado Ministro da Justiça do governo ditatorial de Getúlio, recebendo a incumbência de elaborar uma nova Constituição.

Os estudos de Azevedo (1958, p. 129) indicam que essa prática era uma “evangelização segundo o modelo protestante, mas indireta, visando a vinculação de uma ideologia religiosa profundamente abrangente, no sentido de mudar os rumos de uma sociedade ainda em busca de seus caminhos”. Já para Mendonça (2008, p. 153-154), “a chave da questão está nos objetivos que orientam a prática educativa e que procuram encaminhar os educandos para a aceitação de uma maneira nova de ver a realidade, especialmente a valorização da natureza e do trabalho”.

Todavia, desassociar a prática educativa liberal norte-americana da propaganda religiosa não consistia em tarefa simples, uma vez que se apontam os impasses entre religião e cultura, pois “a educação não era uma contribuição da religião de um povo mais evoluído para um mais atrasado, mas uma ‘causa’ tão importante como a propaganda religiosa” (MENDONÇA, 2008, p. 155).

Em síntese, poucas são as pesquisas que se debruçaram na temática da educação utilizada como estratégia missionária, dentre as que foram analisadas sobre o campo “educação” e “protestantismo”, foram localizadas dissertações e teses que buscaram analisar essa relação sob várias perspectivas. Mas o campo investigativo da educação protestante ainda é uma extensa seara e os ceifeiros ainda são poucos para se debruçarem nessa temática.

## **1.2 A saúde como estratégia de difusão da fé protestante**

Em meio às mudanças na sociedade goiana, advindas com a modernidade e com a instauração do projeto republicano varguista, a ideia da construção de uma nação implicou em um projeto idealizador de modernização para o estado de Goiás.

A urbanização desses espaços ditos “vazios”, com a construção de cidades planejadas, constituiria um marco fundamental de renovação para o estado de Goiás. Dessa maneira, a década de 30 foi um marco na história goiana, um período em que o Estado viveu grandes transformações econômicas, políticas e sociais, influenciando os processos de colonização e migração.

Nesse sentido, serão rastreados os determinantes da expansão do protestantismo em Goiás os quais influenciaram na decisão da Missão em enviar médicos missionários protestantes e também na escolha pessoal de alguns, em realizar seus trabalhos missionários nas cidades goianas, utilizando-se da saúde como propagadora da fé. É importante delimitar que a chegada de médicos missionários pelo estado de Goiás teve início no século XX, e

muitos deles fizeram suas diligências por cidades goianas como Anápolis, Rio Verde, Catalão e Ceres.

E como ponto nevrálgico, a saúde foi usada como estratégia de um projeto evangelizador no sertão goiano. Passa-se, então, elucidar a relevância da saúde, entendida e vista como precursora de um projeto para o enfrentamento das febres e dos males que assolavam o sertão goiano e que os missionários e suas famílias vivenciavam em suas viagens pelo interior do Estado.

Léonard (2014) explica que os médicos missionários, designados para exercerem suas funções na região do Centro-Oeste do Brasil, pagavam altos tributos na inserção em terras brasileiras, enfrentavam as doenças tropicais, como a febre amarela que assolava toda a população o que, ao analisar a obra missionária, remete a certo sacrifício. A dificuldade com o idioma, com a cultura, com o clima, as viagens cansativas a cavalo pelo interior para evangelização devem ser analisadas em uma conjectura a fim de compreensão de todo projeto de evangelização missionária.

Os médicos missionários, cujas práticas médicas se voltavam ao projeto missionário, tiveram, em sua maioria, sua formação médica em centros de medicina importantes, mas sua “vocação”, seu “chamado”, suas “aventuras” seriam diligenciadas em locais precários, onde a prática médica era inoperante.

A partir de então, o trabalho médico começou a avançar no estado de Goiás, passando a obter um campo de atuação, sob o olhar de missionários protestantes que, motivados pela sua fé, atravessaram o Atlântico, a fim de desenvolver seus trabalhos na implantação de uma nova fé designada por uma ação missionária estrangeira (LÉONARD, 2014).

Entretanto, ainda na metade do século XIX, muitas eram as moléstias que acometiam a população goiana, o que fez chamar atenção do presidente da província Couto Magalhães<sup>32</sup> e Aristides de Souza Spíndola<sup>33</sup>, para a ideia de que o “goiano” não era saudável. Segundo Salles (1999), para Couto Magalhães, havia uma diferença entre o homem que vivia às margens do Araguaia, “sadio e robusto” e aquele que residia na cidade de Goiás, era “raquítico, hipocondríaco e indolente”, em virtude das moléstias que os acometiam.

No norte do sertão goiano, a situação era ainda mais desoladora, pois

---

<sup>32</sup>Nasceu na cidade mineira de Diamantina, em 1837. Foi presidente da província de Goiás, de janeiro de 1863 a abril de 1864. Também foi político, militar, etnólogo, escritor e folclorista brasileiro. Morreu no estado do Rio de Janeiro no ano de 1898.

<sup>33</sup>Nascido em Caetité, no estado da Bahia em 1850. Foi presidente da província de Goiás, nomeado por carta imperial de 9 de janeiro de 1879, de 18 de março de 1879 a 28 de dezembro de 1880. Faleceu no Rio de Janeiro, no ano de 1925.



[...] a inquietante incidência de debilidade mental e má-formação congênita, tão enfatizada nas literaturas de viajantes, militares e médicos que passaram em algum momento pela região; além da alimentação, considerou-se a prevalência de casamento consanguíneo e o uso intenso do mercúrio nas áreas de mineração (MAGALHÃES, 2014, p. 17).

A medicina em Goiás – no que se refere à ciência -, nos séculos XIX e nas três primeiras décadas do XX, ainda ensaiava os seus primeiros passos. Um estudo nosológico das doenças que acometiam a sociedade goiana e as possibilidades da arte de cura mostrou que as práticas utilizadas para as intervenções curativas de diagnósticos eram por meio de conhecimentos empíricos e de intuições acuradas.

Dessa maneira, as doenças foram responsáveis pelo atraso da região norte do sertão goiano e a falta de assistência médica permitiu que as doenças tropicais, como a febre amarela e chagas atingissem cruelmente os goianos que viviam naquela região, deixando-os sem muitas expectativas de um futuro promitente. Mesmo ainda pouco povoadas, as regiões Sul e Sudoeste de Goiás, nesse período, prosperaram mais em sua economia e conseqüentemente na saúde.

Destacamos a cidade de Rio Verde, nosso *locus* nesta pesquisa, para analisar o conjunto das enfermidades que assolavam a região, de acordo com o registro dos viajantes e documentos oficiais, nos quais aparecem uma síntese das ocorrências das doenças da população.

No sudoeste, Rio Verde, lugar saudável e bem situado, não acusa, igualmente, moléstias graves, a não ser aquelas normais ligadas ao clima. Por vezes, um caso de tuberculose ou morfêia, povoa as ruas do arraial. As broncoceles, mais encontradas entre os escravos, se fizeram presentes. Alguns casos de vitiligo, dores de estômago, sem uma gravidade acentuada. Médicos não havia, mas os charlatães e curandeiros compensavam a população com suas mezinhas e orações. No fim do século XIX, lá havia um clima de banditismo em condições carregadas de ameaças. De certa forma, era uma situação que também incidia sobre moléstias, em razão de mutilações ou mortes. Nesse período chega a Rio verde o senhor Frederico Jaime, vindo de Pirenópolis. “Curioso de Ciência Médica, juntamente com Francisco Seabra Guimarães. Praticavam a charlatanice, sendo que o último apontado, possuía uma botica”. Foram registrados, à época, um ou outro caso de tuberculose e morfeia, essa última recaía sobre os ex escravos (SALLES, 1999, p. 103).

Observa-se que a cidade de Rio Verde, no fim do século XIX, apresentava condições viáveis, pois havia uma população saudável, mesmo com a falta de médicos e de hospitais, mas ainda tinha muito por se fazer nessa região, em se tratando da saúde pública.

O autor Chaul (2018) assevera essa questão quando expõe sobre a ascensão econômica dessas regiões do estado. Tal crescimento conduziu os avanços, não só na saúde, mas também em sua economia, validando os discursos dos grupos políticos que pretendiam transformar

Goiás em um polo de desenvolvimento e progresso. Para esse mesmo autor, “a modernidade para os arautos de 30 consistia no progresso do estado, por meio do desenvolvimento da economia, da política, da sociedade e da cultura regionais” (2018, p. 178).

Chaul (2018) adverte ainda que, mesmo com o domínio político dos grupos ligados ao setor da pecuária em maior número do que pelos do setor agrícola, a construção da estrada de ferro em Goiás, no ano de 1913, possibilitou avanços na agricultura e despontou suas conquistas de comércio entre os mercados do centro-sul do país, alicerçado ao movimento renovador da década 30, de novos sonhos de progresso e desenvolvimento da Goiás. Portanto, “é nesse movimento que as regiões sul e sudoeste do estado encontram a necessária correspondência política a seus anseios e potencialidades econômicas” (CHAUL, 2018, p. 129).

A chegada dos trilhos ao solo goiano teve uma importância para a economia da região, dominada, até então, por comerciantes das cidades do Triângulo Mineiro. Sua construção, em 1907, ligava a cidade mineira de Araguari à cidade goiana de Catalão e a cidade de Goiandira era o ponto de encontro das estradas do ramal ferroviário. No ano de 1915, as cidades da região Sudeste de Goiás assumiram o controle do comércio regional, antes controlado pelas cidades do Triângulo Mineiro. Assim, a cidade mineira de Araguari, com significativa participação no comércio de Goiás, continuou servindo de ponto de integração com as regiões Sul e Sudeste do país.

Assim, por intermédio das ferrovias que cortavam o sertão goiano e pelas poucas vias de estradas de rodagem, a produção atingia morosamente os mercados nacionais. Isso quer dizer que o isolamento no Estado ainda parecia impedir o avanço e o progresso, pois a “República e a estrada de ferro eram duas pontes que poderiam ligar Goiás ao país, com a intensidade que requeria seu potencial econômico” (CHAUL, 2018, p. 138).

A instalação da estrada de ferro em Goiás ocasionou um processo migratório<sup>34</sup>, o que produziu um surto de epidemias, ocasionando preocupação aos governantes que criaram ações sanitárias com o intuito de detê-las e/ou exterminá-las com a criação de hospitais, boticas, asilos e com as instalações de cordões sanitários.

---

<sup>34</sup> O processo migratório em Goiás ainda no século XIX foi ocasionado pela promulgação da Lei de Terras nº 601 de 18 de setembro de 1850. No Brasil, a Lei de Terras foi uma das primeiras leis brasileiras, após a independência do Brasil em 1822, a dispor sobre normas do direito agrário brasileiro. Com isso, abolia, em definitivo, o regime de sesmarias. Correntes migratórias de várias províncias passaram a ocupar espaços rurais do planalto goiano. Na região norte do estado: maranhenses, baianos, paraenses, cearenses, rio-grandenses. No centro e sul ocuparam-se por paulistas e mineiros.

Todavia em Goiás, representado por um vasto sertão inóspito, os médicos goianos formados em grandes centros como Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro não desejavam exercer a medicina em sua terra natal, uma vez que as fragilidades da medicina se mostraram inexpressivas devido à falta de “raios X, laboratórios, sulfonas, antibióticos [eram] coisas que nem sequer sonhavam naquele tempo, [...]” (MORAES, 2012, p. 128).

Nos anos de 1929, apenas 52 médicos residiam em todo o estado. Dessa maneira, os poucos médicos que desenvolviam suas atividades médicas em Goiás precisavam driblar as mazelas e as dificuldades para exercer seus trabalhos. Não havia quem auxiliasse os profissionais de saúde em seus procedimentos e se receitassem injeções, eles mesmos as aplicavam. Nos partos, os médicos somente eram chamados e se encarregavam de realizar os trabalhos, quando não eram resolvidos pelas parteiras (MORAES, 2012).

Assim, mesmo que a Constituição Republicana mantivesse a saúde pública sob a responsabilidade dos municípios, esses encontravam, em sua maioria, impossibilitados de cumprir esse intuito, não só em virtude da carência de recursos, mas também pela falta de profissionais médicos, farmacêuticos e enfermeiros, além da falta de insumos, como remédios.

Os avanços na saúde pública em Goiás só começaram a vigorar a partir dos anos de 1920, com as políticas públicas do governo de Brasil Ramos Caiado<sup>35</sup>. Porém, vale destacar que Goiás tinha apenas dois hospitais no século XIX.

Fundado em 1830 na Cidade de Goiás, o Hospital de Caridade São Pedro de Alcântara, administrado pela junta de caridade composta por seis cidadãos nomeados pelo presidente da província, era composto por dois departamentos, sendo um para os homens e o outro para as mulheres. Em cada um, havia três enfermarias: uma para doentes não acometidos por doenças contagiosas e a outra para aqueles em recuperação, sendo a terceira, reservada para as moléstias de cunho contagioso, totalizando trinta e seis leitos, doze para cada enfermaria (MORAES, 1999).

E no ano de 1872, na cidade de Santa Luzia, hoje Luziânia, comarca de Corumbá da província do bispado de Goiás, situada na zona do planalto, foi instalado o Hospital de Caridade São Sebastião que estava sob direção e fiscalização de uma junta de caridade. Sobre esse hospital, destaca-se que:

---

<sup>35</sup> Brasil Ramos Caiado (1893 - 1959) foi um médico e político brasileiro. Presidente de Goiás, de 14 de julho de 1925 a 12 de março de 1927 e de 9 de abril de 1927 a 13 de julho de 1929. Também atuou como senador durante a República Velha.

Situava-se num edifício dividido em dois compartimentos, uma para homens, outros para mulheres. Ainda, duas enfermarias, uma para o tratamento de moléstias contagiosas, com exceção de elefantíase e lepra, outro para moléstias não contagiosas. [...] Para os cuidados com os doentes, estavam designados um facultativo, enfermeiros e serventes. O facultativo ficava encarregado do tratamento clínico dos enfermos, com a obrigação de fazer duas visitas diárias, emitir prescrições e atendimento no local quando fosse requerido (SALLES, 1999, p. 104).

Entretanto, a preocupação com as moléstias contagiosas era uma constância no Estado, o que pode ser analisado por meio dos relatórios dos presidentes da província. Os dois hospitais até então deveriam seguir padrões de incorporação de novos hábitos e costumes, não apenas no estado, mas em todo o país. Para Moraes (1999, p. 142), os hospitais “tornaram-se escolas, um local, onde se ensinavam novos hábitos individuais de higiene física e mental, para serem difundidos no espaço privado popular”.

Diante da necessidade de segregar as moléstias contagiosas do convívio diário da população, foi preciso criar leprosários e sanatórios, instituídos um na Ilha do Bananal e outro em Catalão. Mas apesar de esforços no combate das moléstias que acometiam todo o Estado, a preocupação com a saúde pública ainda não era evidente. A partir da gestão de Brasil Ramos Caiado, é que foi criado o Serviço Sanitário, com ações médicos-sanitaristas, passando a saúde a ser objeto de preocupação em Goiás, abrangendo todo o território goiano. Dessarte, “antes os benefícios médicos para o interior eram inexistentes, inquestionavelmente, essa foi a melhor política de saúde organizada para o território goiano, até então” (MORAES, 2012, p. 159).

Brasil Ramos Caiado observa, ao iniciar sua gestão, que Goiás ainda não tinha um serviço de higiene organizado e que precisava de ações urgentes e específicas. Caiado, investe na saúde pública goiana, instala o Serviço Sanitário em 16 de julho de 1925 e sanciona a Lei nº 781 que cria o Serviço de Saúde no Estado, em 1926.

Tal lei, estabelecia um acordo com o Departamento Nacional de Saúde Pública e com a Missão Rockefeller, os quais custeavam as despesas. Isso fez com que vários médicos do Brasil voltassem seus olhares ao interior do país, pois havia propostas de remuneração mais vantajada. Nesse momento, ocorreu então a criação do Serviço de Saúde e também de cinco Delegacias de Saúde, nos municípios de Rio Verde, Ipameri, Posse, Porto Nacional e a capital do estado, hoje a Cidade de Goiás. O Serviço Sanitário teve uma pequena atuação, restringindo-se apenas à capital goiana (CAMPOS, 1999).

A partir da Lei nº 781, o Decreto nº 8.968, de 23 de abril de 1926, regulamentou o Serviço de Higiene do Estado. Campos (1999, p. 229) ressalta que “o Serviço de Higiene transfere para a alçada municipal boa parte de suas atribuições, tanto na fiscalização da

higiene, como no controle sanitário”. Essa divisão objetivava maior alcance em sua ação e abrangência do serviço.

Mesmo com avanços do poder público e do saber médico, o campo da saúde pública ainda era desafiador nos anos de 1930, posto que a febre amarela ameaçava o interior do país, a malária grassava e a lepra chamavam a atenção dos médicos, mas a tuberculose era, de fato, o problema sanitário mais grave das cidades, não só em Goiás, mas em outros estados.

Pedro Ludovico Teixeira<sup>36</sup>, conhecedor dessa realidade pelos seus saberes médicos, quando se tornou governador do estado, continuou a política de Brasil Ramos Caiado que consistia em atrair médicos para o Estado de Goiás. A reforma que promoveu na área de saúde, todavia, não avançou mais que a do colega opositor, Caiado. Teixeira expôs o quadro nosológico, ocorrido na década de 20, ao apontar no relatório de 1930-1933 a seguinte situação, em relação ao serviço Sanitário:

- procedeu-se à reorganização dos serviços de saúde, extinguindo o Serviço de Higiene e criando a Diretoria do Serviço Sanitário;
- considerava-se que os serviços sanitários deviam ser racionalizados, dirigidos e mantidos pela União, ainda que auxiliados financeiramente pelos Estados;
- a verminose, o impaludismo e a anemia constituíam sérios problemas de saúde para o homem do campo;
- a ancilostomíase, a malária, a sífilis e a lepra apresentavam altas taxas de incidência, tanto na população urbana como na rural;
- a receita era insuficiente para promover as melhorias de saneamento ambiental necessárias, tanto nas cidades como no campo;
- procurava-se combater o charlatanismo e o curandeirismo através da fiscalização do exercício das profissões (de médico, farmacêutico, cirurgião-dentista, parteira) e o comércio de drogas entorpecentes;
- na capital, as atividades de vigilância sanitária abrangiam o comércio de gênero alimentícios, a distribuição de leite, as vias e logradouros públicos, os hotéis e as habitações coletivas;
- tentava-se difundir a educação sanitária através de cartazes, prospectos, divulgação pela imprensa e exibição de filmes;
- havia, em 1932, 408 profissionais registrados na Diretoria Geral do Serviço Sanitário, sendo: 104 médicos, 123 farmacêuticos, 38 cirurgiões-dentistas, 64 farmacêuticos práticos licenciados, 77 dentistas práticos licenciados, 1 veterinário e 1 parteira;
- havia distribuição gratuita dos seguintes medicamentos: vacina anti-variólica, vitaminas, vermífugos, anti-maláricos, anti-eméticos e anti-tíficos;
- o Laboratório da Diretoria Geral do Serviço Sanitário realizava análises biológicas de urina, sangue, fezes, pus, escarro, muco nasal e outros; e análises bromatológicas do leite e carne;
- em 1933, existiam 72 farmácias licenciadas e 22 não licenciadas, em 49 municípios goianos; (RELATÓRIO APRESENTADO A GETÚLIO VARGAS E AO POVO GOIANO, PELO DR. PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA, 1930-1933, p. 61-63).

---

<sup>36</sup> Nascido em 1891, na capital do Estado, Goiás, hoje Cidade de Goiás. Foi um dos líderes da Revolução de 1930, em Goiás; foi interventor federal no estado (1930-1933) e governador de 1935 a 1937, além de responsável direto pela mudança da capital de Goiás para Goiânia. Faleceu em Goiânia, no ano de 1979.

Nesse ínterim, o saber médico se tornou um divisor de águas no estado de Goiás. O objeto dessa nova medicina que surgia se desloca da doença para a saúde. A preocupação não era apenas o homem goiano, mas o meio ambiente, a natureza e a sociedade como um todo. Essa ação passa ser política, intervindo em todos os espaços. Inicialmente, os médicos sanitaristas viajavam pelo sertão no intento de conhecê-lo e mapeá-lo, com o objetivo de associar um projeto político reformista em torno da saúde pública a uma proposta primordial para o desenvolvimento nacional. Ao adentrarem o vasto território goiano, presenciaram um estado precário em relação à saúde da população.

Conforme Campos (1999, p. 223-224), a intervenção da política médica era constituída dos seguintes itens:

- a) existência de um órgão dirigente da saúde pública;
- b) esquadramento urbano;
- c) assistencialismo;
- d) inspeção sanitária;
- e) fiscalização do exercício da medicina e das farmácias; e
- f) registro médico, que permite acumular mais informações, possibilitando um conhecimento maior da sociedade e aumentando sua capacidade de intervenção.

Assim, o estado de Goiás, devido ao discurso médico, proveniente dos anseios da população, retratava o medo da morte e a confiança na convalescença, possibilitando, em vários casos, a utilização política da medicina e de suas especificidades. Para tanto, o saber médico foi validado nos regulamentos e nas estatísticas médico-sanitários e esse levantamento foi usado para a constituição de um serviço sanitário que ocorreu em Goiás apenas no final dos anos de 1920.

O processo de intervenção médica, iniciado por Brasil Ramos Caiado, que era médico, torna-se uma estratégia de poder para atingir toda população. Assim, o movimento sanitarista em Goiás foi discutido a partir das mensagens da presidência, mas havia pouca documentação sobre esse assunto. As referências às doenças transmissíveis, como epidemias em determinadas localidades, ajudaram a delinear esse percurso<sup>37</sup>.

O autor Paula (2018, p. 163) esclarece que em Goiás,

este saber foi utilizado por Pedro Ludovico Teixeira para realizar a transferência da capital do estado na década de 1930. Este mesmo médico, que ocupava um cargo de grande importância política, conseguiu o aval para a construção de uma nova capital embasado em um discurso que condenava a antiga capital a uma cidade doente, insalubre. Se a transferência da capital ocorreu apenas por questões políticas não se

---

<sup>37</sup> Esta pesquisa não se deterá a inquirir por essa temática.

deve negar que foi justificada sobre razões médicas que acabaram por anular o movimento da oposição que era contrário à construção de Goiânia.

Dessa maneira, Pedro Ludovico Teixeira, que ocupava um cargo de grande importância política, conseguiu validar seus discursos, por meio de saberes médicos ao se apropriar da situação caótica da saúde que assolava o Estado, isto é, os males poderiam levar à morte o que prescindia um cuidado adequado e um pensamento de que a saúde deveria prevalecer em toda a sociedade goiana. Assim, “o estado de Goiás como outros, também considerados parte do sertão, viu através de sua história a importância das narrativas médicas em políticas colocadas em prática para população” (PAULA, 2018, p. 162). No contexto político, a elite goiana corroborava a ação sanitária como uma ação estratégica e política. Dessa forma, exigia-se a atenção e investimentos do governo republicano.

Uma das primeiras ações de Pedro Ludovico Teixeira foi extinguir o Serviço Sanitário, por meio do Decreto nº 97, de 5 de novembro de 1930. E vários motivos foram alegados para essa extinção:

- a) que o situacionismo estadual utilizava-se do Serviço Sanitário como arma política contra seus adversários;
- b) que os charlatães tinham franca liberdade de ação ou eram tolerados;
- c) que, com a precária situação dos cofres públicos, estando o salário do funcionalismo com mais de dez meses de atraso, tornava-se imprescindível o desaparecimento do Serviço de Higiene (CAMPOS, 1999, p. 230).

Com isso, os serviços de saúde pública goiana foram reorganizados pelo Decreto nº 741, de 19 de fevereiro de 1931, denominado por Diretoria de Higiene, subordinado à Secretaria de Segurança e Assistência Pública (BRASIL, 1931). Foram estabelecidas suas normativas e bases para a regulamentação da saúde pública. Nesse regulamento, algumas alterações foram feitas, entre elas: a normatização do papel do médico; a centralização dos serviços de higiene e a escolha dos municípios para sede das Delegacias de Higiene, passando a ser uma escolha política e não técnica. As zonas sanitárias, nesse regulamento, abarcavam as cidades de Rio verde, Anápolis, Ipameri, Arraias e Natividade, cidades com mais força política.

De acordo com os estudos de Campos (1999), observa-se que, ainda nos anos 30, os recursos destinados para a saúde pública eram poucos (Tabela 3), pois havia necessidade desses proventos para a construção da nova capital. É com o saber médico que Pedro Ludovico Teixeira fez uma desfiguração da antiga capital, apresentando-a como insalubre, e,

por meio desse regulamento, seu argumento se torna sanitário o que reitera a ideia de fundar uma nova cidade-capital para o estado.

**TABELA 3** – Despesas de Assistência Médica-Sanitária no Estado de Goiás

Período	Custeio			Total	Subvenção e auxílios
	Pessoal	Material	Sem especificação		
<b>1935</b>	75:494\$	3:060\$	7:436\$	85:990\$	28:439\$
<b>1936</b>	54:128\$	17:244\$	5:309\$	76:681\$	47:616\$
<b>1937</b>	58:233\$	30:344\$	83:777\$	172:354\$	52:436\$

Fonte: Anuário Estatístico de 1939-1941, p. 670.

Com a apresentação dessas estatísticas, tabuladas na Tabela 3, observam-se os esforços do governo goiano para desenvolver as tarefas de Assistência Médica-Sanitária no Estado, entretanto, cabe esclarecer que esses gastos são referentes às despesas orçadas e não as que realmente foram gastas com o Serviço Sanitário em todo o estado.

Assim, embasado em um discurso sanitarista, o interventor pretendia “privilegiar a saúde dos habitantes, que seriam atendidos com abastecimento de água, rede de esgoto sanitários, coleta de lixo e regulamentação das construções, segundo parâmetros ideais de higiene e conforto” (FREITAS, 1999, p. 239).

Nas considerações de Pinto (2009, p. 42), com o projeto da construção de uma nova capital goiana, a partir da década de 30 e 40, Goiânia “a capital do sertão, surgia no centro do espaço geográfico do país como símbolo de civilização e de sua face prática, o progresso”. Paula (2018, p. 168) corrobora essa ideia ao afirmar que “Goiânia passa a representar não apenas o novo, mas o saudável, o grande oásis em meio às moléstias espalhadas pelo estado”.

Essa ideia de se plantar no “coração do Brasil” uma nova cidade planejada e moderna configurava ascensão da região para ser o símbolo da modernidade no coração geográfico da nação. Assim,

A construção de uma cidade moderna e progressista que viesse substituir a centenária Cidade de Goiás foi vista como alternativa para que a região superasse seu próprio passado, qual seja o de uma história balizada pelos conceitos de decadência e atraso e marcada pelo isolamento, pelo abandono, pelo desconhecimento e pela invisibilidade. O surgimento da nova cidade-capital seria significado como momento em que Goiás, finalmente, adentraria em uma era de modernidade e pertencimento à nação (PINTO, 2009, p. 42).

Com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, a partir de 1930, e com um esboço de um novo projeto de país que presumia uma ação invasiva por parte do Estado em direção à



integralização territorial, econômica e cultural de todas as regiões do Brasil ao prenúncio da nova Nação que se formava, Pedro Ludovico Teixeira, sob essa ótica, atrelou seu discurso à essa nova prática na construção da nova cidade-capital de Goiás. O que, de acordo com Pinto (2009), fez com que o estado de Goiás se tornasse emblemático, uma vez que como:

Estado pobre e periférico, Goiás era, nas décadas iniciais da República, a própria representação do sertão como deserto. Mas, embalado pelo espírito da época, o interventor Pedro Ludovico Teixeira, em um estilo extremamente próximo ao de Vargas, cercou-se de jovens intelectuais e, juntos, projetaram e construíram, com poucos recursos e com parco e rarefeito apoio federal, uma nova cidade-capital para o estado. Mais do que isso, elas a significaram sob os signos da modernidade e do pertencimento da nação buscando a superação de um passado marcado pela decadência, pelo atraso, pelo isolamento, pelo abandono (PINTO, 2009, p. 47-48).

Todavia, nesse momento, a prática médica começava a se consolidar no estado, com o discurso médico utilizado por Pedro Ludovico Teixeira, passando a ser legitimado, fazendo com que a saúde e as doenças, bem como a escolarização, tornassem os vieses para a inserção de Goiás no espectro de nação. Como estado civilizado, Goiás seria reconhecido e respeitado como parte primordial para o futuro do Brasil. É importante considerar que a nova prática médica que estava sendo construída ainda era caracterizada pela falta de médicos, pela falta de hospitais e de vários recursos como os medicamentos.

No âmago dessas mudanças, a edificação de Goiânia foi idealizada pelos seus construtores com “o intuito de inaugurar a modernidade no sertão e adentrar triunfante na história de uma nação da qual se viam esquecidos, abandonados, quase inexistentes” (PINTO, 2008, p. 2). Diante desse cenário,

A mudança da capital surge como uma necessidade no bojo das transformações pelas quais passara a economia goiana, a partir do início do século XX, com a penetração de frentes de expansão e frentes pioneiras nas regiões sul e sudoeste de Goiás (SILVA, 2005, p 147).

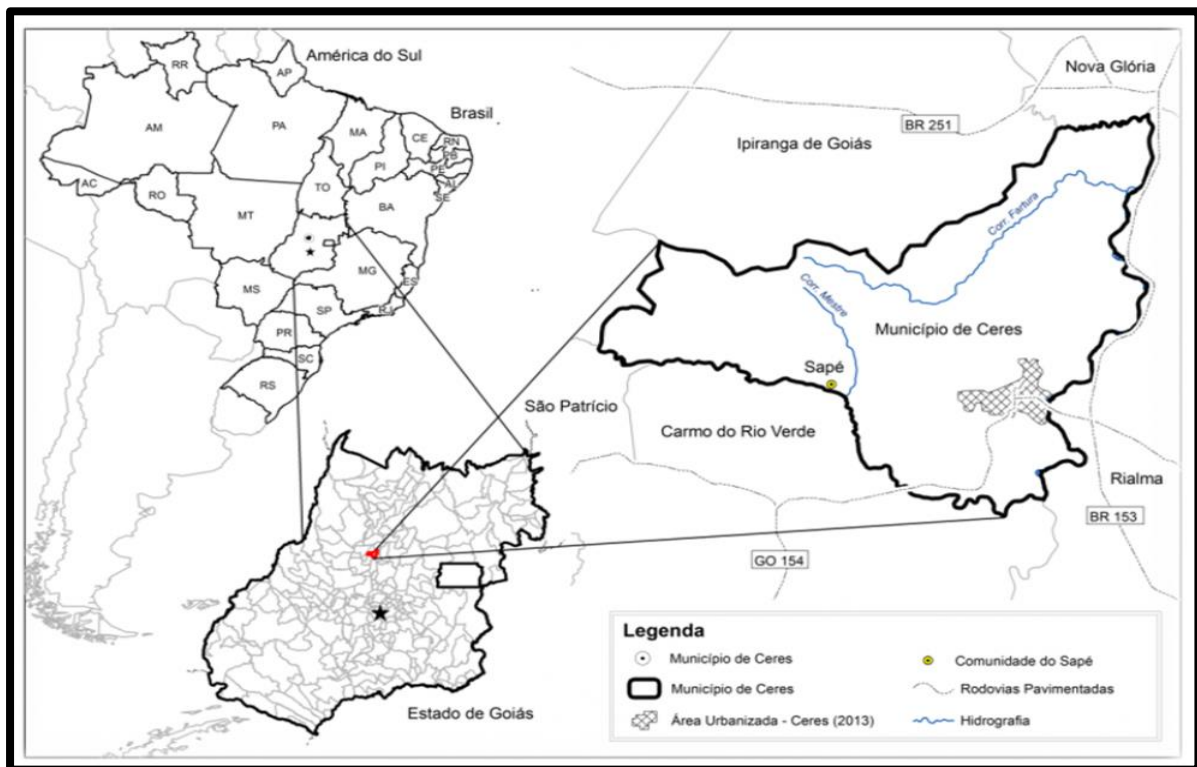
Os argumentos de Pedro Ludovico Teixeira tiveram, em sua tese, a ideia de que o Estado continuaria pobre, atrasado e, por consequência, seria desconhecido e ignorado. A construção da cidade-capital teve como proposta uma ruptura entre um passado marcado pela decadência e atraso.

Para a análise de Carvalho (2015), a ideia de modernidade que circulava, a partir dos anos 30 em Goiás, sobretudo nas décadas de 40 e 50, atraiu os olhares dos missionários, entre eles os presbiterianos os quais estavam relacionados ao processo migratório e às políticas de colonização, que o estado vivia. Vinculados ao *ethos* protestante ou à medicina como

vocação, esse discurso se assemelhava a uma ideologia que ecoava com a política governamental da Marcha para o Oeste. O saber e a prática médica foram utilizados como prerrogativas no discurso de que o Estado avançaria também por meio da medicina pelo viés do combate às doenças tropicais comuns ao período da colonização das terras goianas.

Nesse sentido, foi elaborada a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG). A CANG, foi uma área doada pelo governo do Estado de Goiás à União, área florestada da microrregião de Ceres, conhecida na época como região das Matas de São Patrício, que foi desmatada e ocupada no início da década de 1940, para a construção da primeira colônia de povoamento da Marcha para o Oeste.

**FIGURA 2** – Mapa de localização de Ceres - GO



Fonte: SisGeo – Sistema de Geoinformação LTDA, 2013.

A questão da saúde foi relacionada às “políticas médicas adotadas na CANG e tiveram como elemento característico a predominância de médicos protestantes, cujo suporte inicial foi dado pelo médico missionário inglês James Fanstone, diretor do Hospital Evangélico Goiano em Anápolis” (SILVA; CARVALHO; SILVA, 2015, p. 85). Os médicos, em certo sentido, estavam enquadrados na lógica desbravadora e pioneira da Marcha para o Oeste e a medicina missionária foi exercida sob a ótica de que a vocação pressupunha os princípios da

moral do trabalho e na manifestação de seus valores culturais que representam o *ethos* protestante.

Na colonização e povoamento da CANG, o médico James Fanstone (1890-1987), filho de britânicos, nasceu no Brasil, mas teve sua cidadania inglesa, era presbiteriano. Em 1921, cursou medicina na London University, onde posteriormente ocupou a cadeira de livre Docente no London Hospital of Tropical Medicine. Alistou-se como médico no Royal Army Medical Corps durante a I Guerra Mundial (1914-1918). Após a guerra ele se inscreveu para um curso de preparação de missionários na Glasgow Bible Training Institute. James Fanstone apresentava interesse em realizar seus trabalhos de médico missionário no Brasil e assim, no ano de 1922, mudou-se para o Brasil, passando pelo estado de São Paulo e depois em Minas Gerais e transferindo-se, mais tarde, para Anápolis no estado de Goiás, onde trabalhou o restante de sua vida como médico missionário.

No ano de 1924, Dr. Fanstone mudou-se definitivamente para a cidade de Anápolis e fundou, em 1927 o Hospital Evangélico Goiano, participando ativamente de todo trabalho de engenharia, arquitetura e supervisão da obra. Fanstone construiu uma rústica mesa cirúrgica, em local simples, onde se estruturaria o centro cirúrgico do hospital (MORAES, 2012). O médico missionário participou também da fundação do Colégio Couto Magalhães. No ano de 1947, colaborou na fundação da Associação Educativa Evangélica, atualmente mantenedora do Centro Universitário de Anápolis, com cinco faculdades e três colégios.

O trabalho desenvolvido na cidade anapolina fez também com que a necessidade de treinar médicos e enfermeiras para expandir seus trabalhos fosse planejado, ademais a Escola de Enfermagem Florence Nightingale foi instalada na cidade, em 1933, no intento de formar enfermeiras para trabalhar por toda região Centro-Oeste do país. A escola foi reconhecida em nível superior pelo governo federal, em 1947, tornando-se a terceira - de nível superior - a ser criada no Brasil.

As diligências médicas realizadas na CANG tiveram a colaboração de outros médicos e também missionários. O Dr. Jair Dinoah de Araújo, presbiteriano, realizava seus trabalhos missionários no Hospital Evangélico Goiano e foi indicado por Fanstone para construção do Hospital da CANG e, sobretudo, para trabalhar no combate à malária e à febre amarela naquela região. Carvalho (2015) traz informação de que outros médicos, também de origem protestante, tiveram contato com o Dr. Fanstone e vieram trabalhar no Hospital da CANG, como os médicos batistas Domingos Mendes da Silva e Isaac Barreto Ribeiro, e Dr. Álvaro de Melo, origem congregacional (Cristã Evangélica).

Considerando o grande fluxo migratório provocado pela colonização em Goiás, especificamente na CANG, a cidade de Anápolis se torna precursora dos trabalhos médicos coordenados pelo Dr. James Fanstone, o que indica que “um conjunto de ações de suporte logístico e de outras categorias como apoio a projetos de combate à hanseníase, doenças de chagas, malária, febre amarela, dentre outras doenças” que foram desenvolvidos no estado de Goiás pelos missionários protestantes (SILVA; CARVALHO; SILVA, 2015, p. 91).

Dessa forma, destaca-se que foi, nesse cenário, que a medicina foi difundida pelos protestantes em Goiás. Nesse sentido, é utilizada como maneira estratégica para relacionar a saúde e a doença como baliza de um projeto que buscava a evangelização, atuando em uma rede missionária com profissionais da saúde, desenvolvendo-se outras formas de propagar a fé protestante, por meio do estabelecimento de igrejas e escolas.

Os planos médicos idealizados pelo Dr. Fanstone contribuíram para a saúde pública da cidade de Ceres, por meio da implantação da CANG, bem como outras cidades foram escolhidas para o estabelecimento e expansão da rede médico-hospitalar na região central do Brasil, como as cidades de Goiânia, Brasília e Rio Verde. Registra-se que esta pesquisa se deterá apenas à cidade de Rio Verde.

### **1.3 A cidade de Rio Verde como espaço para ação médica missionária**

Ao se tentar se aproximar da história da cidade de Rio Verde<sup>38</sup>, inicialmente é preciso compreender como o cenário desse município estava sendo constituído na década de 1930, período que antecede a chegada do médico missionário Dr. Donald Covil Gordon à cidade, visto que sua chegada foi no ano de 1936, conforme seus registros em relatórios pessoais<sup>39</sup>.

A gênese da história da cidade tem seu início com a expedição bandeirante paulista que adentrou o território da região do Sudoeste Goiano, em meados de 1607, vindo em busca de ouro, prata, pedras preciosas e escravos indígenas. No entanto, a apropriação das terras ocorreu a partir da promulgação da Lei Estadual nº 11 de 5 de setembro de 1838.

Instigado pela legitimação dessa lei estadual, a qual determinava a isenção de pagamento de impostos por dez anos para criadores de gado bovino e equino nas regiões Sul e

---

<sup>38</sup> Rio Verde é um município do Estado de Goiás, cidade localizada na região do Sudoeste Goiano, distante em 220 Km da capital Goiânia. De acordo com o último Censo do IBGE, a cidade possuía, no ano de 2010, 176 424 habitantes distribuídos em 8/ 386,827 Km<sup>2</sup>, com estimativa de acréscimo para 235 647 pessoas para o ano de 2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/rio-verde>.

<sup>39</sup> As fontes analisadas foram concedidas pela neta do Dr. Donald Gordon, Sylvia Woodall Gordon, que reside nos Estados Unidos.

Sudoeste de Goiás, José Rodrigues de Mendonça e sua família se estabeleceram às margens do Rio São Tomaz, onde tomaram posse das terras e, assim, começaram a compor a história dessa cidade (CUNHA NETO, 1988).

Com a isenção de impostos determinada por essa lei, iniciou um processo de diligências por expedicionários de outras províncias, que vinham para essa região a fim de conquistar suas terras, ocorrendo em maior proporção, a partir do ano de 1840. Assim, a região Sudoeste da província contrastou das outras regiões próximas, uma vez que se tornou mais desenvolvida, se destacando pelo comércio do gado.

Em 25 de agosto de 1846, José Rodrigues de Mendonça e sua esposa doaram parte de terras da Fazenda São Tomaz à Igreja para que fosse construída uma Capela, a Nossa Senhora das Dores. Daí surgiu o povoado que recebeu o nome de Arraial de Nossa Senhora das Dores de Rio Verde (CUNHA NETO, 1988).

No ano de 1854, por meio da Lei nº 8, de 6 de novembro, a povoação de Dores do Rio Verde foi elevada à categoria de Vila do Rio Verde. No entanto, para que Rio Verde fosse elevado à Vila, os habitantes deveriam arcar com a construção de prédios para a instalação da cadeia e da câmara municipal.

Somente pela Lei Provincial nº 670, de 31 de julho de 1882, a Vila das Dores de Rio Verde foi elevada à categoria de cidade, sob a denominação de Cidade do Rio Verde. O termo de posse de cidade foi realizado no dia 5 de junho de 1888, no Paço da Câmara Municipal.

As questões econômicas em ascendência foram determinantes para que Rio Verde conquistasse a autonomia colocada pela Constituição Estadual, e fizesse parte do rol de cidades que se destacavam no Estado, além de ter organizado seu aparelho governativo e decretado sua lei orgânica, o município possuía condições de arcar com seus encargos financeiros. Encargos estes necessários para satisfazer as despesas com os serviços que lhe eram de incumbência.

Na condução deste estudo, foi utilizada abordagem da história cultural com apoio nas reflexões que giram em torno dos conceitos de táticas e estratégias, trabalhados por Certeau (1998, p. 100). Essa estratégia, na ótica desse autor, refere-se a uma ação que supõe a existência de um lugar próprio, “como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade”. Nessa perspectiva, Certeau (1998) possibilita, a partir dos estudos das estratégias, levar a concentrar um olhar ao que é exterior à uma cidade. Já a ideia de tática leva à interioridade, visto que, com relação às estratégias, ele define táticas como:

[...] a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha (CERTEAU, 1998, p. 101).

A distinção entre os dois conceitos reside principalmente no tipo de operação que se pode efetuar. Enquanto as estratégias são capazes de produzir e impor, as táticas só permitem utilizar, manipular e alterar algo.

De forma estratégica e pela tática, a Missão escolheu a cidade de Rio Verde como um novo campo religioso e foi delineada sob a tríade: educação, religião e saúde. O médico missionário Donald Covil Gordon desenvolveu seu trabalho e, sob efeito dos fenômenos analisados por Certeau (1998, p. 87) e marcados pelo uso de estratégias e táticas, em espaços cotidianos, uma vez que “sem sair do lugar onde tem que viver e que lhe impõe uma lei, ele aí instaura pluralidade e criatividade”. A trajetória do missionário Donald Gordon revelou essas duas últimas características, como destacado em vários relatórios pessoais e em vários trechos de suas narrativas, os quais analisamos.

A cidade de Rio Verde foi escolhida para a implantação de um projeto civilizador e evangelizador. Como já mencionado anteriormente, os missionários fundaram, com o auxílio de Dr. Gordon, um hospital, uma escola de enfermagem e uma igreja, concretizando a tríade da ação civilizadora da Missão no *hinterland* brasileiro.

Para ajudar a desvendar a experiência médica missionária do Dr. Gordon nessa cidade, foram analisadas várias fontes de seus acervos pessoais. Essas fontes, escritas em inglês, foram traduzidas pela autora, a saber: cartas, relatórios de viagens e palestras proferidas por Gordon no Seminário Presbiteriano em Campinas – São Paulo. Dessa maneira, será possível uma verossímil reconstrução da experiência médica missionária na referida região.

Registram-se, nas fontes analisadas, algumas passagens da sua viagem para o Brasil, seu olhar como missionário, sua viagem de São Paulo a Uberlândia e, posteriormente, sua viagem até Rio Verde, narrando a trajetória de percurso até sua chegada em 1936. Assim descreve Dr. Donald Covil Gordon em parte de seu relatório pessoal:

[...] Trip from São Paulo to Rio Verde

After a year in the U.S., and the arrival of baby Alma a few weeks after reaching Brazil, the family was ready to head for Rio Verde, on January 29, 1936. The Ford car was piled high with baggage, babies, and some special equipment: a hoe, a giant jack, and a machete. Alma traveled in the baby crib that Gary used in 1929. Gary, Ana (Lucy's sister), and Grandfather Gary shared the back seat. Don and Helen were in front, along with the paraphernalia necessary for a two-month-old baby who has to have supplementary feeding. Lucy took Hope and Alan by train as far as Uberlandia. Lucy and Hope rode the rest of the way in a “bus” which carries the

weekly mail. Alan crowded into the front seat of the car, with his parents. After crossing the river into the Goiás state, the roads were worse. It rained all day. One mud-hole "did its worst." The big jack pulled us out; later we learned that the "bus" had had to be pulled out by a team of oxen. Our Ford car was far too low to fit in the ruts made by the trucks. Even the trucks got stuck with surprising frequency. Sometimes they would pass us or stop to lend a hand, and then we might pass them. Usually we were too strong on the "women and children." On the second day we got stuck three times, with the big jack again coming to the rescue [...] (PRIMEIROS DIAS EM RIO VERDE, s/d)<sup>40</sup>.

[...] Although we were traveling in the rainy season, we were lucky to have spent a few days of dry weather in Uberlândia. When we left Uberlândia, turning west, we left the best roads and the rain started. Our lowered Ford is not suitable for covered roads, we were definitely overloaded and we had the opportunity to use the heavy jack and hoe, the ax that we carry that I don't remember using. We often use the hoe, but only four were needed to use the monkey on section 250, after leaving Uberlândia [...] (RELATÓRIO PESSOAL DE DONALD C. GORDON, s/d)<sup>41</sup>.

Diante da análise dessas fontes, percebe-se, nos relatos de Dr. Gordon, a situação problemática em que se encontravam as estradas que cercavam a região, pelas quais escoavam a produção da pecuária e da agricultura da região do Sudoeste goiano.

No percurso, em um dos piores trechos, todo lamacento, eles se depararam com outro carro. Nele viajava o governador do estado de Goiás, Dr. Pedro Ludovico Teixeira, que já havia tomado conhecimento da chegada do Dr. Gordon à cidade e, receptivo com o plano de iniciar um hospital em Rio Verde, se ofereceu para ajudar de qualquer maneira que fosse necessário e afirmou que estava trabalhando para melhorar as estradas do Estado.

Em Rio Verde, na época com 3.000 habitantes, Dr. Gordon e família se instalaram em um prédio alugado na cidade - que ficava a uma distância de 250 km da ferrovia mais próxima. Assim, sob enormes desvantagens, o empreendimento hospitalar foi iniciado nessa cidade, no ano de 1936.

---

<sup>40</sup> [...] O carro da Ford estava cheio de bagagens, bebês e algum equipamento especial: uma enxada, um macaco gigante e um facão. Alma viajou no berço que Gary usou em 1929. Gary, Ana (Lucy irmã), e vovô Gary compartilhou o banco de trás. Donald e Helen foram na frente, juntamente com a parafernália necessária para uma criança de dois meses bebê que tem que ter alimentação suplementar. Lucy pegou Hope e Alan de trem até Uberlândia. Lucy e Hope andaram o resto do caminho de ônibus que carrega o correio semanal. Alan se aglomerou no banco da frente do carro, com seus pais. Depois de atravessar o rio até o estado de Goiás, as estradas ficaram piores. Choveu o dia todo. Um buraco de lama "fez o seu pior. O grande buraco nos puxou para fora da estrada; mais tarde soubemos que o "ônibus" tinha que ser retirado por um carro de bois. Nosso carro Ford era muito baixo para caber nos buracos feitos pelos caminhões. Até os caminhões ficaram presos com uma frequência surpreendente. As vezes eles passariam por nós ou parariam para ajudar, e então poderíamos passar por eles. Geralmente éramos muito fortes com as "mulheres e crianças". No segundo dia em que ficamos presos três vezes, e precisamos da ajuda do grande jipe para fazer o resgate [...] (PRIMEIROS DIAS EM RIO VERDE s/d). (traduzido pela autora).

<sup>41</sup> [...] Embora estivéssemos viajando na estação chuvosa, tivemos a sorte de ter passado alguns dias de clima seco em Uberlândia. Quando nós saímos de Uberlândia, virando para o oeste, deixamos as melhores estradas e a chuva começou. Nosso Ford rebaixado não é apropriado para estradas cobertas, estávamos definitivamente sobrecarregados e tivemos a oportunidade de usar o macaco pesado e a enxada, o machado que carregamos que não me lembro de ter usado. Muitas vezes usamos a enxada, mas apenas quatro foram necessárias para usar o macaco no trecho 250, depois de deixarmos Uberlândia [...] (RELATÓRIO PESSOAL DE DONALD C. GORDON, s/d). (traduzido pela autora).

[...] Quando chegamos lá, houve uns poucos crentes, menos de 5 e eles tinham uma pequena escola dominical. Talvez antes disso eu devia dizer que o Reverendo Macintyre que faleceu o ano passado, ele passou lá numa viagem e deixou umas Bíblias, lá em Rio Verde, e quanto ao que eu saiba ele é o primeiro pregador a passar lá e fazer pregações. Quando nós chegamos lá o sr. Ashum Salley teve este campo. Mas ele teve um campo que era enorme. Ele teve Rio Verde, Jataí, Mineiros, Alta Araguaia, Balisa, Caiapônia, Montividiu e incluiu até Cachoeira Alta e Quirinópolis (PALESTRA DE DR. GORDON, 1973).

O autor Campos (1971), em sua obra *Rio Verde Histórico*, descreve a situação dos goianos em relação à sua religiosidade na década de 30 e demonstra que, em Rio Verde, a situação em relação à religião também era considerada debilitada.

[...] facilmente religiosos se os instruísem nas verdades do cristianismo, e os fizessem partilhar das suas inefáveis consolações, *mas continuam sem guias espirituais*, deixam-se vegetar numa ignorância vergonhosa, e eles tratam de substituir a crença em Deus por superstições absurdas. [...], acreditam nos feiticeiros, nas almas do outro mundo, nos lobishomens, nos demônios familiares, de que contam mil extravagâncias; trazem presos ao pescoço amuletos e preservativos e, quando caem doentes, recorrem a remédios simpáticos e a palavras mágicas. Criados nesta ausência quase completa de sentimentos religiosos, entregues, por assim dizer, aos próprios instintos, [...] (CAMPOS, 1971, p. 20, grifo da autora).

Em outro trecho, foi localizada a impressão do médico missionário ao demonstrar preocupação com a construção de um projeto missionário, pois era preciso, inicialmente, crer no poder da saúde, fazendo-a funcionar como requisito necessário à construção de novo campo religioso. No caso do *hinterland* goiano, é possível reconhecer três dispositivos utilizados pelos missionários no sentido de construir seu campo religioso de ação: o hospital, lugar do restabelecimento da saúde; a Escola de Enfermagem, local de formação dos enfermeiros e de instituição de formação educacional e a Igreja Presbiteriana, local da regeneração da alma.

[...] When we were thinking about where to do our medical missionary work, I with another missionary, we took a trip from Anápolis and went to Goiânia. Do you know what it was like in Goiânia? There were two buildings under construction: the Palace and the Hotel Grande. And the rest were some stakes in the open, stakes where the streets were going to be. This was in 1932. Then, in 1932 Goiânia was just an imagination, a vision in the minds of planners. Nowadays Goiânia is a city close to 500 thousand. Fortunately, the evangelical work in Goiânia was well represented [...] (PALESTRA DE DR. GORDON, 1973)<sup>42</sup>.

---

<sup>42</sup> [...] Quando nós estávamos pensando onde fazer nosso trabalho médico missionário eu com outro missionário, fizemos uma viagem de Anápolis e passamos em Goiânia. Sabe como era em Goiânia? Havia dois prédios em construção: O Palácio e o Hotel Grande. E o resto eram algumas estacas em campo aberto, estacas onde as ruas iriam ser. Isto era em 1932. Então, em 1932 Goiânia era somente uma imaginação, uma visão nas mentes dos planejadores. Hoje em dia Goiânia é uma cidade perto de 500 mil. E felizmente o trabalho evangélico em Goiânia estava bem representado [...] (PALESTRA DE DR. GORDON, 1973).



Esse trecho foi analisado da tradução de uma palestra proferida pelo Dr. Gordon, no Seminário Presbiteriano do Sul, localizado na cidade de Campinas-SP<sup>43</sup>. A estrutura dessa fonte é composta por doze páginas enumeradas, datilografadas em tinta vermelha, assinada pelo Dr. Gordon e datado em 21 de setembro de 1973. O Dr. Gordon realizava palestras e as registrava em relatórios os quais geralmente ele assinava e datava para arquivar. Seu discurso foi realizado junto aos alunos que estavam estudando para se formarem pastores e para, posteriormente, atuarem nas Igrejas Presbiterianas do Brasil.

Em vários trechos dos relatos de Dr. Gordon, traduzidos pela autora, foi possível observar a evidência da cidade, enfatizando pontos consideráveis de que a Missão recebia apoio político e também da sociedade rio-verdense.

[...] We really were received cordially in Rio Verde. Although it was not surprising that the group of believers received our moral support, even though the classes seemed satisfied with the Casa de Saúde, even the state governor, whose house is in Rio Verde, is on the road, hoping he would find Rio Verde our favorite location [...] (RELATÓRIO PESSOAL DE DONALD C. GORDON, s/d).<sup>44</sup>

A cidade de Rio Verde era reconhecida como um município próspero, desde o início dos anos de 1911, conforme se pode perceber nos dizeres da Revista *Rio Verde*, periódico com número único lançado nesta localidade.

MUNICIPIO DE RIO VERDE  
(Do Almanach Uberabinhense)

O município do Rio Verde, que compreende do nascente ao poente cerca de 18 leguas de extensão, tendo de sul a norte uma extensão de 61 leguas aproximadamente, oferece um aspecto physico encantador e surprehendente, como um dos mais opulentos que é um dos dons e riquezas naturaes dessa importantissima zona do vasto e formoso Estado de Goyaz.

Possuindo terras de uma fertilidade assombrosa, onde a mão da Providencia lançou, em profusão, dons e recursos incalculáveis, Rio Verde é um municipio que se presta a todos os generos de cultura, e onde poderá ser empregado com larga compensação, em mais de uma esphera de actividade, todo o trabalho do homem.

*Aspecto physico* – O sólo do municipio é em grande parte coberto de mattas e capoeirões adaptáveis a quaesquer especies de cultura, e de abundantes pastagens muitos proprias para a criação de gado em larga escala, principalmente as

<sup>43</sup> O Seminário Presbiteriano do Sul – SPS - é uma instituição de ensino superior destinada à formação de pastores. Fundado em 1888, o SPS é uma das melhores escolas de formação e aperfeiçoamento de pastores da América do Sul. Funciona em sede própria na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, onde ocupa uma área de 19.000 m<sup>2</sup>, no bairro Jardim Guanabara, região nobre da cidade.

<sup>44</sup> Realmente fomos recebidos cordialmente em Rio Verde. Embora não tenha sido de se surpreender que o grupo de fiéis tenha acolhido nosso apoio moral, mesmo que as classes parecessem satisfeitas com a Casa de Saúde, até o governador do estado, cuja casa fica em Rio Verde, está na estrada, esperando que encontraria Rio Verde a nossa localização preferida [...] (RELATÓRIO PESSOAL DE DONALD C. GORDON, s/d). (traduzido pela autora).

fertilíssimas campinas que circundam as margens dos rios e regatos que banham o extenso território do município.

- O clima do Rio Verde é magnífico, e podemos até afirmar, sem exageração, que é um dos mais amenos e saudáveis de toda esta vasta região do Estado de Goyaz. As pessoas que para aqui vêm depauperadas ou extenuadas, em pouco tempo recobram a saúde, e adquirem notável aumento de carnes e de forças, sem tomarem remédios. O povo do lugar, em sua linguagem simples e expressiva, a cada passo emprega esta frase, que circula como uma verdade que ninguém contesta: - *o clima de Rio Verde é muito bom para engordar.*

- Possui o município importantes fazendas de cultura e criação de gado vaccum, cavallar e suino, que exporta annualmente em grande quantidade, para os Estados de Minas, S. Paulo e Rio de Janeiro. Por outro lado, o sólo do município do Rio Verde é extraordinariamente rico em produtos naturaes, como é quase todo o Estado de Goyaz, que na verdade tem consigo as *chaves da riqueza* e o *sceptro da esperança* de um grandioso porvir. Além da indústria pastoril, está muito desenvolvida no município, bem como nos vizinhos municípios de Jatahy, Allemão e Morrinhos, a cultura dos cereaes e da canna de assucar, de sorte que pode-se afirmar que será rapido e extraordinario o desenvolvimento desta zona goyana compreendida pelos municípios de Rio Verde, Jatahy, Allemão e Morrinhos com a aproximação de uma estrada de ferro (REVISTA RIO VERDE, Ano I, n. 2, jul., 1911, p. 17-18).

Mesmo que Rio Verde apresentasse características importantes para a escolha da implantação desse projeto, as disputas econômicas eram presentes. Segundo apontamentos de Nepomuceno (1994, p. 29), o processo de expansão da região Sul e Sudoeste de Goiás foi modificando paulatinamente o setor agrícola, “tornando essas regiões economicamente mais dinâmicas do Estado e o centro da economia goiana”. Rio Verde estava inserido nesse contexto econômico, entretanto a relação de dependência ainda era recíproca entre a economia industrial e o entorno goiano agrário. Era, então, necessária a ampliação dos mercados compradores e consumidores de mercadorias.

Diante do exposto, nota-se que outra marca importante dessa relação da economia foi o processo de incorporação de Goiás ao Centro-Sul. Com isso, houve o fortalecimento das oligarquias as quais se fizeram evidentes e se constituíram a partir da década de 30, a fim de garantir a ocupação do poder na política no Sul e Sudoeste goianos (NEPOMUCENO, 1994).

Muitos municípios goianos não estavam aparelhados para oferecer os serviços mínimos para a população. Nas considerações de Silva (2005, p. 45), a cidade de Rio Verde, no ano de 1923, quanto aos serviços da linha telefônica, “só foram concluídos pela intervenção dos homens mais ‘responsáveis pelo destino de Rio Verde’, que fizeram uma cotização pública, conseguindo arrecadar metade da importância necessária ao término das obras”.

Ainda sobre os postulados de Silva (2005), Rio Verde acompanhou a evolução que se expandia em Goiás, mas a região Sul, em virtude da estrada de ferro, prosperou mais no transporte de mercadorias e na construção de estradas de rodagem. Em relação às demais regiões, como o caso do Sudoeste goiano, como toda essa expansão ainda era periférica, sua

produção e exportação em termos nacionais ainda causava preocupação. Do ponto de vista econômico, Rio Verde vivia uma fase de ruptura entre um passado considerado “atrasado” e um novo progresso de modernização que estava sendo instaurado.

Ao olhar para os personagens das cenas políticas goianas, observa-se uma disputa de poder, nesse período entre os Caiados, que lideravam há vinte anos a oligarquia política no Estado e os Ludovico Teixeira, que juntamente com a Aliança Liberal, formada pelas dissidências políticas goianas e a Revolução de 30<sup>45</sup>, foram suficientes para tirar das mãos dos Caiados o governo estadual, dando lugar ao grupo oligárquico Ludovico Teixeira, mesmo em outra conjuntura política, diferente dos anos anteriores.

Para compreender melhor esse processo de modernidade pelo viés econômico, é preciso analisar os grupos políticos que disputavam poderes nas regiões Sul e Sudoeste de Goiás e como seus projetos de modernidade eram empregados como sinônimo de progresso. Vários intelectuais, como médicos, advogados, comerciantes, engenheiros e demais profissionais liberais de classe média, ligados aos grupos oligárquicos constituídos por proprietários rurais, eram utilizados para adquirir bens de fortuna e conseqüentemente de poder. Esses profissionais se tornaram aliados para a supremacia do município e do Estado (SILVA, 2005).

Seguindo essa teia de reflexão, Chaul (2018) explica que o pacto oligárquico consubstanciou em Goiás em termos políticos e econômicos para crescimento das atividades produtivas, em uma nova capital, em uma economia de mercado, no avanço dos transportes, enfim, em um progresso, simbolizando uma tradição, uma continuidade dos privilégios dos grupos dominantes da política goiana. Para Chaul (2018, p. 192-193), “com a queda dos Bulhões, os Caiados passam a dominar a política local, controlando todo o processo eleitoral e escolhendo os representantes para os cargos mais importantes nas esferas estadual e municipal”.

Ao reportar as considerações de Chaul (2018), compreende-se que o pacto oligárquico coronelístico foi instaurado em Goiás. Os Caiados governaram com soberania boa parte do Estado, posto que, nas regiões do Sul e Sudoeste goiano, a oposição política passou a dominar os grupos dominantes da política goiana.

---

<sup>45</sup> Segundo Palacín; Moraes (2008, p. 151), a revolução de 30 foi uma revolução importada para Goiás, [...] feita por grupos heterogêneos da classe dominante descontente (Minas Gerais e Rio Grande do Sul), de militares (grupo tenentista) e das classes médias, sem ideologia determinada e coerente, aglutinados por sua repulsa à ordem política estabelecida. Teve uma significação profunda para o estado. É o marco de uma nova etapa histórica. Essa transformação não se operou imediatamente no campo social, mas no campo político. O governo passou a propor, como objetivo primordial, o desenvolvimento do estado.

Diante desse cenário, infere-se que a disputa política na região do Sul e Sudoeste de Goiás começou a sofrer, de maneira truculenta, violência causada pelos Caiados “o controle se mantinha absoluto, permanecia a impossibilidade de que os grupos políticos do Sul e Sudoeste de Goiás exercessem qualquer esboço de reação à ordem vigente” (CHAUL, 2018, p. 194).

Nesse sentido, a autora Silva (2005) esclarece que o poder político não correspondia ao poder econômico, gerando vários desafetos. A imprensa da época, pelo periódico *Lavoura e Comércio*, da cidade mineira de Uberaba, foi o palco para o destaque desses discursos de ofensas, pois esse o jornal veiculava a relevância da região Sudoeste, mesmo um ano após a Revolução de 30, com as ideias opositoras aos Caiados.

[...] A região inteira é um fervidoiro de trabalho. Por toda a parte há um como que distender de musculatura e de nervos gigantescos anquilosados em consequência dos desgovernos que oprimiam Goiás, Rio Verde, Jataí, Rio Bonito, Santa Rita do Paranaíba, Mineiros, toda essa gleba que vai do Paranaíba ao Araguaia, respira hoje uma paz serena e frutuosa (LAVOURA E COMÉRCIO, agosto, 1931).

Chaul (2018) reitera que, após a Revolução de 30, nessa perturbada conjuntura, o líder Pedro Ludovico Teixeira e seus seguidores, de bases estabelecidas no Sudoeste do estado, fazia uma intensa e incessante oposição aos Caiados e, após a Revolução de 30, passaria a ser interventor de Goiás, indicado por Getúlio Vargas.

Segundo Barros (2017), quanto à influência das oligarquias estaduais na política local e o reflexo nos municípios, foi marcada pelas tensões do coronelismo estabelecido, posto que cada grupo que estava no poder buscava oportunidade de concretização de objetivos pessoais. Ainda, para Barros,

Em Goiás, Pedro Ludovico mostrou-se sempre a favor e em parceria com o governo central brasileiro e estava suficientemente apoiado por este, para que a sua política local fosse respeitada pela população goiana. No poder de 1931 a 1945, o líder político teve seu governo marcado pelas mudanças políticas nacionais e suas próprias iniciativas no Estado [...] (BARROS, 2017, p. 135).

Nessa mesma teia de reflexão, apoia-se no pensamento de Machado (1990) para que se compreendem as mudanças ocorridas na produtividade agrícola da região Sudoeste de Goiás, a qual se evidenciava em relação ao Estado, mas sua densidade populacional e o desenvolvimento urbano ainda era irrelevante.

Para a autora, a região do Sudoeste se tornava ainda mais receptiva às forças da economia de mercado “que avançavam e abraçavam os ideais progressistas/modernizadores que

as representavam. Aqui está a razão primeira e essencial à configuração do Sudoeste como principal frente opositora à ordem oligárquica dominante na Velha República em Goiás” (MACHADO, 1990, p. 86).

Diante desse contexto, nota-se que a cidade de Rio Verde vivia essa ebulição no campo econômico e político. Assim, por toda a década de 1930, o progresso e o desenvolvimento dessa região contribuíram para a efetiva implantação de um projeto civilizador na região do Sudoeste goiano.

O município de Rio Verde, *locus* de investigação desta pesquisa, estava envolto de uma efervescência política e econômica e, em se tratando da saúde, foi nesse enredo que se configurou a instalação da primeira clínica protestante na cidade, no dia 1º de abril de 1936. Dr. Gordon recebia os pacientes que chegavam durante o dia todo e também pela noite, sabendo que cerca de metade deles vinham de distâncias variando de quatro a 150 milhas da cidade. Dona Helen Gordon, sua esposa, era responsável pela contabilidade, arquivamento e outros trabalhos burocráticos. Também atendia aos telefonemas e fazia o serviço da igreja com o seu marido.

[...] Finally, we rented a big old house, a little decrepit, but with many possibilities. There were 8 rooms in addition to the pantry, a large closet and a large space previously used as a store. This space was given over to medical work. A large shed, built to serve as a warehouse, has been transformed into two bedrooms with a new bathroom – one for grandfather Gary and the other a game room for children [...] (RELATÓRIO PESSOAL, Dr. Gordon, 1936)<sup>46</sup>.

---

<sup>46</sup> [...] Finalmente, alugamos uma grande casa velha, um pouco decrépita, mas com muitas possibilidades. Havia 8 quartos além da despensa, um grande armário e um grande espaço anteriormente usado como uma loja. Este espaço foi entregue ao trabalho médico. Um grande galpão, construído para servir como um armazém, foi transformado em dois quartos com um banheiro novo - um quarto para o avô Gary e o outro uma sala de jogos para as crianças [...] (RELATÓRIO PESSOAL, DR. GORDON, 1936).

**FIGURA 3** – Primeira casa da família Gordon



**Fonte:** Acervo pessoal de Sylvia Woodall Gordon.

Percebe-se que a Figura 3 demonstra a arquitetura da casa alugada pela família Gordon. Basta um olhar mais singular sobre a imagem para realizar uma análise, sobre e a partir dela, objetivando elucidar fatos que representavam o porquê da escolha dessa casa que se tornaria o primeiro hospital na cidade de Rio Verde. Por ser a única foto localizada da fachada, não foi possível descrever suas repartições, mas, por meio dos relatos pessoais de Dr. Gordon, foi possível perceber que a casa era ampla, com janelas capazes de arejar e iluminar vários cômodos, e acomodava toda a família e também o consultório.

Em anos seguintes, com a procura de vários pacientes, a primeira casa alugada não comportava mais todos seus pacientes e a família Gordon. A pequena casa/ hospital, atendia também a Escola de Enfermagem Evangélica, sobre a qual, posteriormente, será colocada em pauta, neste estudo, como parte da temática. Enquanto o hospital e a clínica estavam servindo às pessoas enfermas, durante todo o dia e algumas noites, surgia a necessidade de ampliação em virtude dos casos de emergência que Dr. Gordon atendia diariamente (DIAS, 2019).

**FIGURA 4** – Casa alugada para atendimento do hospital e primeira Escola de Enfermeiras da Casa de Saúde Evangélica, 1937



**Fonte:** Acervo pessoal de Sylvia Woodall Gordon.

Ao analisar a Figura 4, pode-se notar como a casa alugada, nesse ínterim, é ainda maior do que a primeira. Em sua fachada, integram-se treze janelas e uma porta e, em sua lateral, pode-se ver uma porta. É possível notar também a presença de um porão no canto abaixo do lado direito da imagem.

Ainda é perceptível que a preocupação na escolha de uma casa arejada e bem iluminada é notória, conforme apresentação em seus diários. As fotografias eram tiradas pelo próprio Dr. Gordon a fim de serem colocadas nos seus relatórios que eram enviados para a Missão. Ele buscava registrar como estava aplicando os recursos financeiros destinados à obra missionária. Em vários trechos de seus diários, o médico descreveu essas ações relacionadas às fotografias.

A partir do momento em que Dr. Gordon fixou residência e começou suas diligências médicas na cidade de Rio Verde, teve que financiar a maioria das melhorias de ganhos dos pacientes, atuar como arquiteto, engenheiro, construtor, além de cirurgião, chefe, médico e superintendente do hospital existente. Segundo registros, o médico buscou apoio financeiro junto a Câmara Municipal da cidade, conforme se pode ver na Ata do ano de 1937:

Aos 6 dias do mês de setembro de hum mil novecentos e trinta e sete, às treze horas, na sala de sessões da Câmara Municipal desta cidade, com a presença dos senhores Dr. Octacílio Pessoa Mendes, Gumercindo Ferreira, Epaminondas Portilho e Olynto Pereira de Castro (4), faltando sem causa justificada os demais vereadores, abre-se a reunião. Expediente: São lidos os seguintes documentos [...] Ofício nº 290 de 30 de

agosto de 1937, do Prefeito Municipal encaminhando à Câmara o requerimento do médico Dr. Donald C. Gordon, sobre o pedido de concessão de uma área de terreno urbano destinada à construção de uma “Casa de Saúde” com particularidades filantrópicas; [...] o ofício nº 290 do senhor Prefeito Municipal, encaminhando o requerimento do médico americano Dr. Donald C. Gordon, pleiteando concessão de uma área de terreno urbano; [...] (ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA 4ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO VERDE, ESTADO DE GOIÁS, 6 de setembro, 1937).

Percebe-se, por meio da análise dessa fonte, que o requerimento feito por Dr. Gordon solicitava o apoio do prefeito da cidade, Felipe Santa Cruz, com particularidades filantrópicas para a construção de uma Casa de Saúde.

Após três dias, em uma quarta reunião dos vereadores, o projeto ainda foi discutido, pelos registros da Ata que segue:

Aos nove dias do mês de setembro de 1937, no edifício da prefeitura, na sala destinada às reuniões da Câmara Municipal desta cidade à hora legal, sob a Presidência do Dr. Octacílio Pessôa Mendes, responderam a chamada os senhores Gumercindo Ferreira, Epaminondas Portilho e Olynto Pereira de Castro, que ocupou a Secretaria e seu cargo. Faltaram, por acharam-se ausentes da cidade os demais vereadores. Iniciando os trabalhos, é lida a ata da reunião anterior que, submetida a apreciação da casa, e pela mesma aprovada e assinada pelos presentes. Há expediente: São lidos os pareceres e respectivos projetos exarados nos processos nº 73 e 74 nos seguintes termos “Processo nº 73 em que o médico Donald C. Gordon, pede concessão gratuita de uma área de terreno”. Parecer: “Sou favorável ao pedido do Dr. Donald C. Gordon por consultar aos interesses da coletividade”. Considerando o parecer, apresento o seguinte projeto: projeto de lei - Art. 1º: Fica o Executivo Municipal autorizado a ceder gratuitamente ao Dr. Donald C. Gordon, por escritura pública de doação condicional, o terreno requerido pelo mesmo para nele ser construído uma “Casa de Saúde”. Art. 2º: É condição essencial desta doação, a manutenção do referido estabelecimento nos moldes de assistência, previstos no requerimento do peticionário. Art. 3º: Revogam-se as disposições em contrário. Sala de Sessões da Câmara Municipal em Rio Verde 8 de setembro de 1937. Olynto Pereira de Castro. [...]. Depois de amplamente discutidos e ventilados os assuntos dos projetos apresentados pelo vereador Olynto Pereira de Castro sobre os processos nº 73 e 74 são os mesmos aprovados em primeira discussão. [...] (ATA DA QUARTA REUNIÃO DA 4ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO VERDE, ESTADO DE GOIÁS, em 9 de setembro, 1937).

Dr. Gordon estava determinado a iniciar a construção do hospital em uma área com muita terra. Os vereadores aprovaram seu projeto de lei com a anuência do prefeito Felipe Santa Cruz, doando em condição essencial o terreno ao médico missionário. Foram realizadas seis reuniões para discussão e aprovação do projeto de lei. De acordo com a quinta e sexta reunião dos vereadores, foram lavradas as seguintes Atas:

[...] Passando-se à ordem do dia, são votados e aprovados em segunda discussão, os processos nº 73 e 74, [...] (ATA DA QUINTA REUNIÃO DA 4ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO VERDE, ESTADO DE GOIÁS, em 10 de setembro, 1937).



[...] Passa-se em seguida a Ordem do dia. Volta a terceira e última discussão, a aprovação dos processos nº 73 e 74. Verificada a votação. São os mesmos aprovados unanimemente. [...] (ATA DA SEXTA REUNIÃO DA 4ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO VERDE, ESTADO DE GOIÁS, em 11 de setembro, 1937).

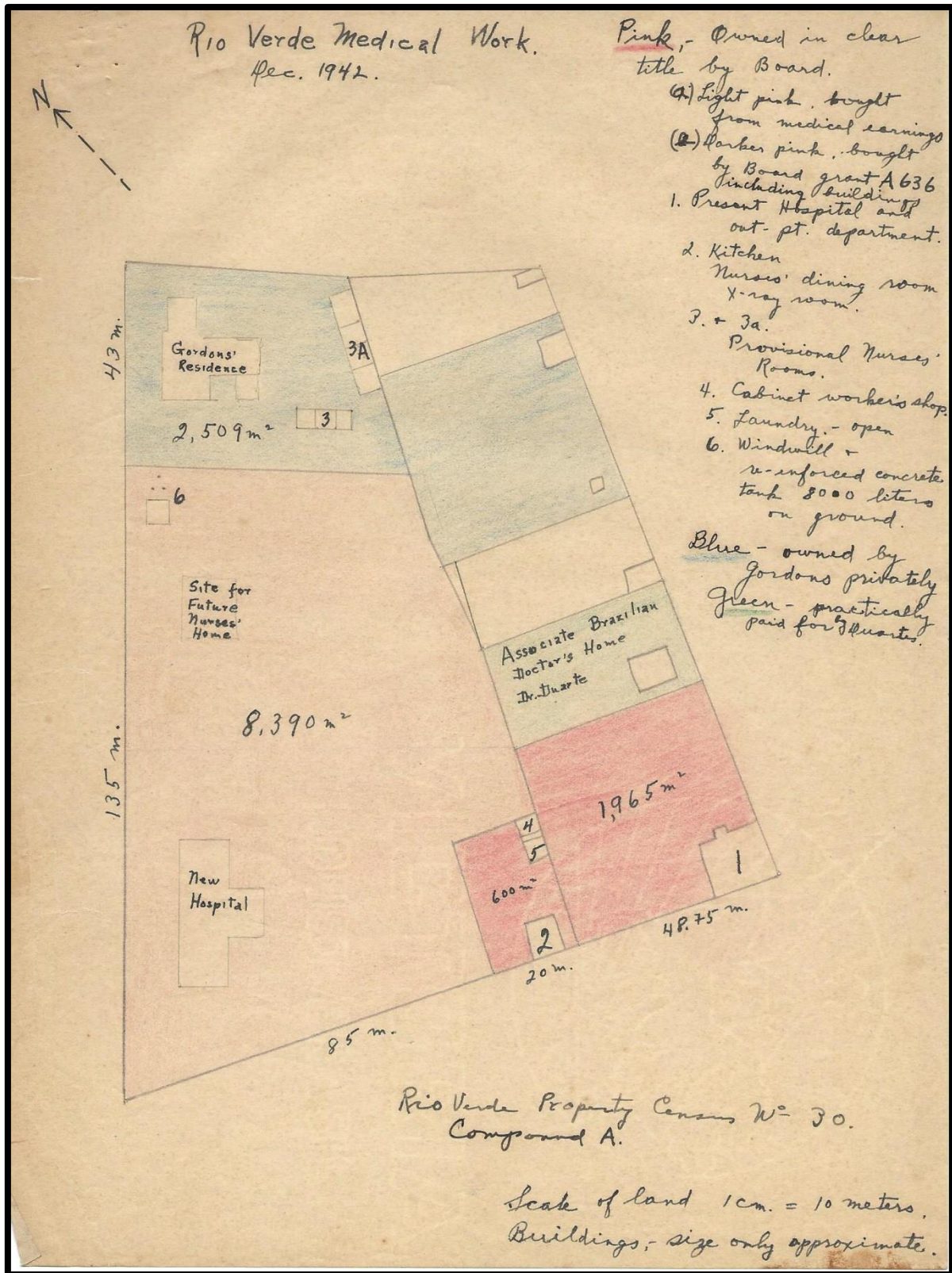
Esse terreno citado pertencia à cidade de Rio Verde e a prefeitura estava disposta a doar a área, mas o trabalho do médico Dr. Gordon ainda estava sofrendo ameaças em virtude da lei que não permitia doar terras a pessoas estrangeiras. Segundo palavras proferidas por Dr. Gordon, a fé e as orações moviam, positivamente, suas determinações:

Deus fez uma coisa muito interessante. Nós estávamos comprando jornais só para forrar umas prateleiras. Um advogado recebia o Diário Oficial. E eu olhando para por papel numa prateleira, abri e vi lá que nenhum município podia alugar, dar, vender a um estrangeiro sem permissão do presidente da república. Então, eu pensei bem, nós não queremos construir um terreno onde o título estava fraco. Então eu fui ao prefeito, mostrei esse artigo, e ele disse: Bem, então vamos conseguir a permissão do presidente. Eles fizeram papéis, que foram para o Rio. Bem, acho que nunca chegaram a Getúlio Vargas, mas um secretário mandou que deve haver uma cláusula dizendo que o terreno é dado enquanto os fins para o qual é dado estão sendo cumpridos. Eu não fiquei muito satisfeito com isso. Vocês sabem que no nosso Brasil, quando há boa vontade, sempre há um jeito. Então a prefeitura vendeu o terreno ao ex-prefeito, que era amigo nosso, e ele como cidadão particular, podia vender a quem quisesse.

E assim conseguimos comprar este terreno, o que estava dentro do nosso plano. E eu achei que a mão de Deus estava mesmo nos guiando. Porque como eu poderia ter aberto aquele Diário Oficial exatamente no lugar onde havia aquele artigo? (PALESTRA DE DR. GORDON, 1973).

Vale salientar que, pelas fontes analisadas, não foi possível saber se, de fato, esse terreno foi doado ou não ao Dr. Donald Gordon. Em busca dessa resposta, a prefeitura da cidade e a Câmara Municipal de Rio Verde foram procuradas, mas não foram localizadas evidências de que esse terreno tenha sido realmente doado ao médico norte-americano. O que foi permitido questionar às fontes orais gerou respostas com evidências de que um amigo de Dr. Gordon teria recebido a doação e, em seguida, teria doado ao médico missionário para a construção do futuro hospital. Assim, nos anos seguintes, o hospital adquiriu as casas particulares circunvizinhas, à medida que foram oferecidas para venda, até que todo o quarteirão fosse erguido.

FIGURA 5 – Prospecto do quarteirão da saúde, 1941



Fonte: Acervo pessoal de Sylvia Woodall Gordon.

Partindo da construção de um passado recriado, redimensionado por um médico missionário, que foi precursor da obra evangelizadora nesta cidade, pode-se ver, pelas fendas

deixadas nos silêncios dessa história, muitas indagações às quais não conseguiremos responder. Entretanto, o propósito aqui é de compreender as mudanças ocorridas na sociedade do município de Rio Verde, no período delimitado nesta pesquisa, em seus aspectos sociais e econômicos, em decorrência das ações das obras missionárias.

O legado deixado pelos missionários norte-americanos para a história da educação e da saúde em Rio Verde remete às vistas das estratégias usadas por eles para a expansão e consolidação das ações tanto no âmbito da saúde como no campo educacional. Ao analisar o ideário desses missionários, é possível projetá-lo para o movimento da modernidade no qual o estado de Goiás estava inserido, bem como o município de Rio Verde.

### 1.3.1 O estabelecimento da Igreja Presbiteriana em Rio Verde

Ao analisar a implantação do presbiterianismo na região Sudoeste de Goiás, previamente é preciso considerar suas peculiaridades na formação da sua comunidade religiosa inserida no contexto regional. Dentro desse constructo, convém se atentar para o tipo de protestantismo que estava sendo estabelecido nessa região e assim caracterizá-lo junto ao estabelecimento da Igreja Presbiteriana de Rio Verde<sup>47</sup>.

Apoiados nos pressupostos de Mendonça (2005) pode-se compreender que o protestantismo, difundido em terras rio-verdenses, foi o de Missão, o qual teve implicação com a finalidade primária do protestantismo de conversão e conquista de novos fiéis.

Assim, a formação da primeira Igreja Presbiteriana em Rio Verde - GO está inserida no contexto de ocupação e desenvolvimento praticado pelas famílias protestantes que chegaram à região. Por conseguinte, os presbiterianos foram os primeiros a criarem um núcleo com objetivo de dar assistência às famílias que migraram para a região, bem como propagar sua fé entre os que não comungavam com as doutrinas católicas romanas.

O protestantismo em Rio Verde pode ter se tornado um campo fértil, abrindo espaços para a articulação protestante, em virtude da pouca assistência dos representantes católicos, em virtude da concentração dos núcleos populacionais distantes uns dos outros, devido aos meios de transporte precários e insuficientes, posto que, com isso, a autonomia no campo religioso favoreceu o trabalho missionário evangelístico de conversão ao protestantismo.

No que tange ao percurso histórico de constituição e consolidação da Igreja Presbiteriana de Rio Verde, seu processo de inserção e organização pode ser considerado

---

<sup>47</sup> Antes denominada de Igreja Evangélica de Rio Verde.

como desdobramento do Protestantismo Brasileiro e do Presbiterianismo na região Sudoeste de Goiás, especificamente, na cidade de Rio Verde.

As fontes analisadas, nesta seção, para ajudar no desvelamento de todo trabalho missionário desenvolvido em Rio Verde, no estabelecimento da Igreja Presbiteriana, tratam de cartas do médico Dr. Gordon, palestras do Dr. Gordon (traduzidas pela pesquisadora) e de documentos da igreja, guardados pela neta do então médico missionário Dr. Gordon. Registra-se que as fontes da Igreja Presbiteriana e as Atas da Missão Central do Brasil que estão sob a tutela do Conselho Deliberativo da Igreja Presbiteriana de Rio Verde<sup>48</sup> não foram autorizadas para análise desta pesquisa.

A organização da Igreja, entretanto, sem uma data específica, começou com o pregador leigo Sr. Arquimedes de Melo, vindo da cidade de Morrinhos – GO para lecionar em uma fazenda no município de Rio Verde. O primeiro culto dirigido por ele foi na residência de Dona Leonídia Guerra. Nesse momento, “encontrava-se o terreno propício para as boas sementes serem lançadas” (CARTA DE DR. GORDON, s/d).

Ademais, a convite do Sr. Arquimedes, o missionário Archibald Macintyre<sup>49</sup>, é convidado para vir à cidade de Rio Verde para presidir um culto evangélico. Foi assim, que em 1927, Macintyre realizou o primeiro culto como ministro, no salão do cinema da cidade. No primeiro dia dessa reunião religiosa, o salão ficou lotado, recebendo muitos adeptos. Em contrapartida, na noite seguinte, poucas pessoas apareceram, e o salão foi apedrejado por um rapaz, o que demonstrou perseguição religiosa.

Diante disso, as “sementes brotaram” e, no ano de 1928, Macintyre volta à cidade de Rio Verde e realiza vários cultos, no mesmo local anterior. As primeiras famílias a se converterem ao protestantismo foram as senhoras Dona Leonídia, Dona Ana Pereira e vários membros da família Emrich, como Dona Loide Emrich.

---

<sup>48</sup> Não se obteve acesso às Atas da Igreja Presbiteriana de Rio Verde, em virtude de o Conselho Deliberativo não autorizar sua análise para pesquisa documental.

<sup>49</sup> Médico missionário escocês veio para o Brasil em 1907 como agente da *South American Evangelical Mission-SAEM*, agência de missão que constituiria, em 1911, a EUSA (ou UESA). Ainda na Escócia, recebeu “o seu preparo teológico e chamado para o campo missionário” [...]. Em 1908, “estabeleceu sua base na cidade de Goiás, [...] e de lá partia para diversas expedições evangelísticas e de colportagem bíblica”, assumindo funções administrativas como presidente da Comissão Executiva da EUSA e superintendente do campo missionário em Goiás, em 1928. Fez várias “viagens de colportagem” pelo território brasileiro e atingiu uma vasta região que ia desde a fronteira com a Bolívia, em Corumbá (MS), até regiões mais próximas dos estados de Minas Gerais e Goiás, abrangendo a região do entorno da capital goiana no período – cidade de Goiás. Atuou por volta de meio século neste estado, quando teria voltado para a Escócia (ARAÚJO, 2019, p. 140).

Dona Loide organizou o movimento da Escola Dominical, que inicialmente funcionava em uma casa particular e, mais tarde, em um salão alugado pelos próprios fiéis, com o objetivo de realizarem seus cultos evangélicos. Criar espaço para a fé protestante foi uma tarefa trabalhosa e estrategicamente planejada.

O trabalho presbiteriano em Rio Verde oficialmente se concretizou com a visita do reverendo Ashman Clark Salley, no ano de 1931, missionário norte-americano da *South Brazil Mission of the Presbyterian Church of the United States of America*, recebendo depois o nome de Missão Brasil Central.

O Reverendo Salley morava em Alto Araguaia (MT) e visitava a região do sudoeste goiano, incluindo em seu itinerário as cidades de Jataí e Rio Verde. Em 1930, foi nomeado missionário evangelista do sudoeste de Goiás. Deu novo impulso ao trabalho em Rio Verde e, em 1931, mudou-se com sua esposa, Sara Salley, em definitivo, para a cidade de Jataí, sede do campo missionário. Segundo Assis (1991, p. 134), “o casal Salley morou e trabalhou em Jataí por mais de sete anos, conquistando a amizade e simpatia de todo povo jataiense, deixando firmes alicerces para o futuro da Igreja”.

O casal Salley permaneceu em Jataí de 1931 a 1939 e realizou diligências missionárias por todo o sudoeste goiano, mas as adversidades de saúde as quais acometeram o Reverendo Salley, em 1939, fizeram com que o casal voltasse para os Estados Unidos (DIAS, 2016).

Com essa situação, a obra missionária foi substituída pelo missionário Reverendo Donald Schroeder<sup>50</sup> e sua esposa Helen Schroeder. Eles residiram também em Jataí e, sempre que era necessário, realizavam visitas a Rio Verde, entretanto, uma doença acometeu Dona Helen e tiveram que voltar também para os Estados Unidos.

Já no ano de 1936, com a chegada do médico missionário Dr. Gordon à cidade de Rio Verde e com a implantação da *Central Brazil Mission* nessa cidade, novos olhares são projetados acerca da construção do templo da Igreja Presbiteriana. Com o apoio dos missionários Robert Lodwick<sup>51</sup> e de sua esposa, missionários substitutos do casal Schroeder na cidade de Jataí, no ano de 1941, trabalharam para que a construção do templo da Igreja Presbiteriana em Rio Verde fosse iniciada.

---

<sup>50</sup> Em 1940, o Rev. Donald F. Schroeder e sua esposa Helen assumiram o trabalho de Jataí e do campo do sudoeste de Goiás. Entre outras atividades, esse casal organizou uma biblioteca e uma escola primária. Todavia, tiveram de regressar aos Estados Unidos, devido a problemas de saúde de D. Helen (DIAS, 2016).

<sup>51</sup> O Rev. Lodwick inaugurou o templo presbiteriano na cidade de Jataí, em 11 de outubro de 1942, e quatro anos depois, no dia 1º de dezembro de 1946, foi organizada a Igreja Presbiteriana de Jataí, sendo eleitos os dois primeiros presbíteros. O reverendo Robert Lodwick foi diretor ainda da escola Evangélica de Jataí, hoje Instituto Presbiteriano Samuel Graham (DIAS, 2016).

Por muitos anos, a Igreja Presbiteriana de Rio Verde congregava em um prédio alugado. Como a Igreja crescia e precisava de mais espaço, comprou um terreno, no qual se encontra até hoje.

[...] o terreno adquirido para a construção da Igreja Presbiteriana era coberto com mato e capim alto. Bem no meio do terreno, havia uma enorme árvore. Para dar início à construção, era necessário remover aquela árvore e limpar o terreno. Num determinado sábado, vários homens e jovens da igreja se reuniram lá, trazendo foices, machados, serras, enxadas, enxadões e, durante várias horas suadas, conseguiram limpar o lote e derrubar a gigantesca árvore. Que tombo! Depois era preciso cavar e remover as enormes raízes, trabalho árduo. As senhoras e moças trouxeram lanches e, no fim daquele dia, comemos e bebemos muito suco, com fartura! (CARTA DO DR. GORDON, s/d).

A igreja foi iniciada, mas mesmo em seu estado inacabado servia para uma escola dominical.

[...] Fizemos os alicerces, depois paramos por mais de ano. Depois levantamos as paredes e pusemos o telhado. E logo que tivemos um telhado nós pensamos que podíamos começar a ter os cultos e a Escola Dominical no prédio. Não tínhamos nada nas janelas, mas pusemos panos nos buracos das janelas. Não tínhamos dinheiro para comprar as janelas. Depois fizemos uma campanha para o forro, mais tarde para o assoalho. Por muito tempo, nós só usamos tijolos comuns, depois pusemos mosaicos (ladrilhos). O povo trabalhava com ânimo, porque via-se que havia necessidade e interesse. Ao meu ver, foi muito bom, houve uma vez durante toda a concentração, quando eu estava de férias, que eles resolveram fazer um empréstimo do banco, para os vidros das janelas. Esta foi a única vez que fizemos qualquer empréstimo para a construção da igreja, e foi mais difícil pagar o empréstimo do que fez a construção. Porque quando tem uma coisa é mais difícil dever a necessidade. Quando não tem já vê a necessidade, parece que Deus abençoa, e há certo interesse nos corações dos membros para doar (PALESTRA DE DR. GORDON, 1973).

Em dezembro de 1943, a congregação se transferiu para seu prédio próprio; no ano de 1944, foi organizada, mediante a concretização da eleição e posse de três presbíteros, Antônio Alves Duarte<sup>52</sup>, Duplanil Faria de Souza e de Jesuíno de Souza Gomes.

Assim, o primado do presbiterianismo foi se estabelecendo em Rio Verde, fazendo com que a história de sua expansão por todo o território nacional se entrecruzasse com a disseminação do protestantismo na região Sudoeste de Goiás, lugar que recebia correntes migratórias advindas de várias regiões do país.

Todavia, é por meio do projeto missionário difundido pelos presbiterianos, no interior do Brasil, vinculados à Missão Central do Brasil, que a cidade de Rio Verde se tornou o

---

<sup>52</sup> Médico do Hospital Evangélico foi convidado pelo Dr. Gordon para os trabalhos missionários na cidade de Rio Verde – Goiás.

escopo para a instalação de algumas obras missionárias, a fim de evangelizar e educar a população rio-verdense, preconizando o cuidado do corpo e da alma.

Ao demonstrar preocupação com a construção de um projeto missionário, era preciso inicialmente crer no poder da saúde, da educação e na salvação das almas, fazendo funcionar como requisito necessário à construção de um novo campo religioso presbiteriano.

**FIGURA 6** – Igreja Evangélica de Rio Verde, s/d



**Fonte:** Acervo pessoal de Sylvia Woodall Gordon.

Observa-se que a Figura 6 representa a fotografia do primeiro Templo da Igreja Presbiteriana de Rio Verde. Em sua fachada, no vértice superior, há inscrição *IGREJA EVANGÉLICA*. O templo da igreja também apresentava duas janelas de madeira, indicando a

possibilidade da existência de uma porta lateral. A construção da Igreja foi junto a uma das praças principais da cidade, Praça 5 de Agosto, localizada à rua Professor Joaquim Pedro, no Centro da cidade. Era uma construção pequena, mas muito aconchegante.

Goiás era uma região muito importante para o futuro desenvolvimento da evangelização protestante no Brasil, por isso, era descrito pelos missionários como a “terra do progresso”. A cidade de Rio Verde apresentava solo fértil para o processo de evangelização.

No caso do *hinterland* goiano, é possível reconhecer três dispositivos utilizados pelos missionários no sentido de construir seu campo religioso de ação: o Hospital, lugar do restabelecimento da saúde; a Escola de Enfermagem, local de formação dos enfermeiros e de instituição de formação educacional e a Igreja Presbiteriana, local da regeneração da alma.

Desafiador, esta seção diligenciou pela análise das estratégias utilizadas pelos missionários presbiterianos, para a inserção do protestantismo no Estado, no bojo das mudanças econômicas, políticas e sociais e com o propósito de estabelecer uma possível decisão na escolha pelo estado de Goiás, pela Missão Central do Brasil, subseqüentemente a cidade de Rio Verde, para implementar um projeto missionário para a fundação de um hospital, uma igreja e uma escola de enfermagem.

Portanto, a educação foi fundamental para a empresa missionária, entretanto ainda é pouco estudada, assim como a saúde foi utilizada pelos missionários como aporte de um projeto que objetivava consolidar uma vocação, um chamado divino a um saber médico multiplicado na região do estado de Goiás. Na próxima seção, será feita uma análise do cenário da constituição do Hospital Evangélico Dr. Gordon, tecendo uma narrativa acerca dos elementos políticos, sociais, econômicos e religiosos que integraram as áreas da saúde na cidade de Rio Verde e que promoveram a implantação da Escola de Enfermagem Cruzeiro do Sul.



## **2 A IMPLANTAÇÃO DA ASSISTÊNCIA MÉDICA HOSPITALAR EM RIO VERDE: DA CASA DE SAÚDE EVANGÉLICA AO HOSPITAL EVANGÉLICO DE RIO VERDE**

*“[...] O dia tão sonhado, esperado e desejado chegou. Sem alarmes, sem festa, apenas com um culto começou a funcionar a Casa de Saúde Evangélica. Que maravilha! Foi o começo dessa grande benção que temos”.*

*(PASTOR SEVERINO GOMES MONTEIRO, s/d)*

O perfil de análise desta seção se ancora na epígrafe acima. Esse aporte remete a questionamentos acerca da investigação do cenário da constituição da Casa de Saúde Evangélica, percorre sua história e memória até o momento em que se intitula Hospital Evangélico de Rio Verde<sup>53</sup>. Para isso, os elementos políticos, sociais, econômicos e religiosos, que integraram as áreas da saúde da cidade de Rio Verde e que culminaram na implantação da Escola de Enfermagem Cruzeiro do Sul, nosso *locus* da pesquisa, serão elucidados.

Partindo desse pressuposto, é importante considerar que a história não é um referencial de alteridade em relação à memória, pois a história é uma escrita que se apresenta roteirizada, e cujos acontecimentos são apreendidos, no tempo e no contexto social, pelos grupos. Segundo Halbwachs (1990, p. 81), seguramente, “um dos objetivos da história pode ser, exatamente, lançar uma ponte entre o passado e o presente, e restabelecer, essa continuidade interrompida”. Assim, a história em seu processo de constituição recorre à memória, e é preciso recorrer à abstração para apreender essas relações que se instituem entre história e memória, sendo esta sempre referente a um grupo, ao passo que aquela, por seu turno, estabelece-se a partir de um quadro histórico.

Os quadros de referencialidade histórica são o que Halbwachs denomina de memória histórica, a qual, segundo ele, constitui-se a partir de um processo de negociação entre os atores sociais. A memória histórica se funda nas representações coletivas.

Desse modo, a busca pela história e a memória contribuiu para a problematização que norteia a tese principal desta pesquisa que consiste em descrever o cenário de constituição e estabelecimento da Escola de Enfermagem Cruzeiro do Sul, no período de 1937 a 1969, na cidade de Rio Verde, como agência formadora da profissionalização da enfermagem em Goiás e também no Brasil, o que caracterizou uma representação dessas enfermeiras,

---

<sup>53</sup> O período desta pesquisa se delimita até o ano de 1971, posteriormente, o Hospital passa ser denominado Hospital Presbiteriano Dr. Gordon. Diante disso, este estudo se refere ao nome de Hospital Evangélico de Rio Verde.

reconhecidas pela ética e moral, advindas da formação nessa instituição fundada por protestantes presbiterianos.

Serão explicitados traços gerais que levam a compreender o processo de implantação dessa Casa de Saúde na cidade de Rio Verde, a fim de evidenciar as relações tecidas com a comunidade rio-verdense. Não é apenas desejável, mas imprescindível pensar a preservação da história dessa instituição hospitalar, como testemunhos de narrativas históricas. Nesse sentido, importa registrar o trabalho desenvolvido por um médico-missionário, vinculado à Missão Central do Brasil, que diligenciou uma obra missionária e que se estendeu não apenas a espaços de acolhimento social e espiritual, mas a espaços de conhecimento médico-científico ao longo do tempo pela região.

Ainda que, em muitos casos, esses hospitais tenham perdido as funcionalidades iniciais, pela monumentalidade de muitas dessas construções, inúmeras sobrevivem até o presente, como é o caso do Hospital Evangélico de Rio Verde, em funcionamento ainda hoje, completados seus 83 anos de história, no ano de 2020.

É fato que as histórias que abrigam entre suas paredes internas, corredores, enfermarias, salas cirúrgicas, pátios, locais de convívio, guardam suas memórias. A preservação desses “testemunhos pequenos”, entretanto, configura um desafio para a pesquisa histórica. Dessa forma, levando em consideração que as memórias de um indivíduo nunca são só suas e que nenhuma lembrança pode existir apartada da sociedade. Assim, a história do Hospital Evangélico de Rio Verde, a partir do *lugar social* do sujeito protagonista, foi atrelada à do médico Dr. Gordon, uma vez que se constitui intertextualizada entre tramas e feitos com outros sujeitos, cujas faces se ousou (re)descobrir.

Assim, ao procurar compreender o significado dessa instituição de saúde, a partir de elementos ou indicadores que possibilitem a reconstrução da história da Casa de Saúde e, partindo das fontes que se possuía para a pesquisa, entre elas cartas, periódicos, fotografias, documentos pessoais do Dr. Gordon e também do hospital e as fontes orais, foi possível analisar parte desse cenário da sua constituição.

Posto isso, na história, o objeto histórico sobre o qual o pesquisador se debruça é a fonte. Diante disso, é possível afirmar que os documentos, as fontes primárias ou secundárias são dispositivos de memória cujo valor só encontra significado quando, ao serem interpretados, reconstróem parte da história, pois as fontes deixaram testemunhos, indícios e revelaram protagonistas históricos.

Ao estudar a história de um hospital, ousa-se adentrar ao campo das doenças e dos doentes, observando que esses deixaram testemunhos sobre os modos de adoecer,

tratamentos, curas, que permitem compreender um pouco desses processos ao longo da história da cidade.

Nessa via, destaca-se que, nas três primeiras décadas do século XX, a quase ausência de assistência na área da saúde em Goiás ainda permanecia estática, uma vez que os avanços aconteciam em doses homeopáticas. O quadro de boticários, cirurgiões, físicos e/ou licenciados era ainda muito pequeno. A condição para se exercer a profissão de medicina em Goiás repousava na falta de condições para se exercê-la, posto que “sem remédios, sem enfermarias, sem boticário, sem política de saúde pública, e ainda nas dificuldades de trabalhar com uma população que privilegiava charlatões e raizeiros e pouco afeita aos hábitos de higiene; [...]” (MORAES, 2012, p. 69).

A maioria dos estados brasileiros apresentava essa mesma situação e, em alguns casos, a situação era ainda pior. Registra-se que o estado de Goiás não estava na contramão dessa problemática na história, pois, nesse período, vários médicos formados nos grandes centros do Brasil voltaram e começaram a realizar seus trabalhos médicos pelo interior de Goiás, como o caso de Pedro Ludovico Teixeira, “que a partir de 1916, militou por 14 anos nos sertões goianos” (MORAES, 2012, p. 126).

A cidade de Rio Verde, com a chegada do médico missionário Dr. Gordon, formado nos Estados Unidos, apresentou avanços para a medicina. Entretanto, a falta de esgoto, de água tratada e canalizada, de energia elétrica, que não era de qualidade, ruas empoeiradas ou lamacentas, falta de equipamentos, foram alguns dos problemas enfrentados pelo médico Donald Gordon, aguçando ainda mais o desejo de viabilizar o projeto da construção de um hospital. Essa visão do médico remete à necessidade de se olhar a história para além de um projeto missionário. A experiência que Dr. Gordon adquiriu na Escola Médica de Harvard, onde se formou em junho de 1922, fez enriquecer sua bagagem que trazia junto com sua dedicação e compromisso com os trabalhos missionários.

A escolha da medicina como o ofício coincide com seu segundo ano na Universidade Wesleyan. No final do primeiro ano, ele participou de uma conferência cristã, em Northfield, no estado americano de Minnesota, onde foi apresentado o desafio do trabalho missionário internacional. Meses após, depois de muito pensar e orar, veio a decisão de dedicar sua vida à obra médico-missionária (DIAS; ALMEIDA, 2019, p. 313).

A presença desse médico na cidade trouxe benefícios grandes e permanentes. Doentes vinham de várias regiões em busca da cura do corpo e encontravam o acalento para alma. O que se pode analisar nas cartas recebidas por Dr. Gordon, com indicações e solicitação para

atendimentos de pacientes que vinham até do Estado de Mato Grosso, como identificado na Figura 7.

**FIGURA 7** – Carta endereçada para Casa de Saúde Evangélica com encaminhamento de paciente da cidade de Alto Araguaia- MT, 1940

Alto Araguaia 29 de Setembro de 1940

Casa de Saude Evangelica

Dr. D. C. Gordon — Dr. A. A. Duarte.

Saudações Respeitosas.

Chegando aqui de Rio Verde veio o Sr. João Moreira Santiago me pedir informações de medicos, a fim de ir tratar da saude. Pelas vossas dedicadas atenções que encontrei quando ahi fiz consulta, indiquei a ele que fosse para Rio Verde e procurasse a Casa de Saude Evangelica onde se encontra bons medicos operadores de grande prestesa e atenções. E assim continuarei a fazer o relatorio a todos da grande Casa de Saude Evangelica em Rio Verde.

O portador desta o Sr. João Moreira Santiago vulgo João Baiano que vai para ahi com o destino a Casa Evangelica tratar-se da saude.

Com alta estima e consideração

Subscreevo-me

Spaltina Toledo de Oliveira.

Fonte: Acervo pessoal de Sylvia Woodall Gordon.

No acervo pessoal da neta do Dr. Gordon, foram localizadas outras cartas endereçadas ao médico missionário, advindas de regiões próximas e também distantes de Rio Verde. Essas produções traziam elogios aos serviços prestados pela equipe médica da Casa de Saúde Evangélica. A Figura 7 representa uma fonte documental e, ao se estabelecer um diálogo com as ‘fontes’ cartas, foi possível acessar informações e fatos que indicavam a Casa de Saúde Evangélica como uma instituição de referência na saúde da cidade e também no Estado de Goiás.

Nesse ínterim, no fim da década de 40 início dos anos de 1950, em Rio Verde, havia 25.329 habitantes. Havia 7 médicos que atuavam na cidade, totalizando 3.618 habitantes por médico para serem atendidos (Relatório das Atividades da Secretaria de Estado da Saúde em 1952 apresentado ao Exmo. Governador de Goiás. Arquivos de Saúde Pública, ano II, p. 23-58, 1953). Assim, a construção da Casa de Saúde Evangélica ocorreu, inicialmente, pelo atendimento na própria casa alugada pela família Gordon, como mencionado na seção anterior. O nome da instituição faz referência à casa alugada em que a família Gordon residia e também servia como consultório médico.

Dr. Gordon escreveu ao Comitê Executivo da Missão Central do Brasil, em dois de novembro de 1936, em resposta à sua decisão pela escolha da cidade de Rio Verde.

#### **AO COMITÊ EXECUTIVO**

No último sábado voltei de Lageado. O resultado é que desejo apresentar a conclusão do meu pensamento sobre o local. Na área mapeada pela Missão, existem apenas três lugares, na minha opinião, que mereciam séria consideração, a saber, Lageado, Jathay e Rio Verde.

O fato de Jathay ter duas Casas de Saúde (são imitações de pele da coisa real), juntamente com outras desvantagens, me fez decidir contra a escolha.

Todos vocês conhecem minha área garimpo desde a última reunião de missão. Lageado cresceu em riqueza e população desde a minha visita, há três anos. Existem muitos sinais de vida ativa lá. Escrevi prós e contras, em minha mente muitas vezes e no papel mais recentemente. E volto à mesma conclusão, a saber: *Rio Verde oferece quase um local que se encaixa na minha ideia de um lugar para eu trabalhar e fazer o meu trabalho missionário.*

Há uma casa perto da casa onde moramos, que podemos garantir para alugar por US \$ 100 por mês. É bastante grande e gasta dois contos, acredito que possam ser feitos para servir ao propósito de uma casa de saúde no presente. Reparos vão levar tempo. Eu gostaria de obter permissão para alugar o local com o subsídio de aluguel da Missão e retirar os repórteres de artigos médicos. Isso significaria, portanto, que eu poderia ter um lugar para trabalhar como filho quando voltasse das Reuniões da Missão. (As estimativas apresentadas abrangem amplamente este subsídio de aluguel da Missão). [...]. Afinal, alugar não é um caso irrevogável, é sempre possível sublocar.

Seu no serviço do Mestre, Donald C. Gordon (CARTA DE DR. GORDON À MISSÃO CENTRAL DO BRASIL, 1936). (Traduzido pela autora) (grifos da autora).

Severino Gomes Monteiro<sup>54</sup>, em um dos seus cadernos de registros diários menciona em seus escritos, também relata a decisão de Dr. Gordon na escolha da cidade de Rio Verde, para implantação desse projeto e o momento da abertura dessa instituição.

### COMEÇO DO HOSPITAL EVANGÉLICO DE RIO VERDE

A Central Brazil Mission encarregou o Dr. Donald Covil Gordon de abrir um hospital em Jataí.

Dr. Gordon visitou Jataí e comparou as duas cidades. Jataí já tinha um pequeno hospital, de modo que em Rio Verde havia mais necessidade e também Rio Verde tinha maior possibilidade de desenvolvimento, isto Dr. Gordon me declarou uma vez.

Depois de muita procura encontrou o casarão do Sr. Eduardo que servia tanto para morada da família como para começar o consultório.

O casarão passou por uma boa reforma. Onde era a loja do Sr. João Eduardo, virou consultório, até espaçoso. O resto da casa serviu de habitação para a família. O porão foi pintadinho de branco, para a morada do pai da Dona Helena, o Mister Gary – o “Seu Alô”, como era chamado, pelas crianças da rua, pois ele amava cada uma delas e gostava de dar balinhas.

O consultório começou com um movimento fraco. Tinha como secretárias, duas Marias: a Maria Bueno e a Maria Gomes Coelho. Ambas adolescentes. Uma outra Maria era a doméstica [...].

[...] Na segunda etapa, as providências para começar a construção do hospital. Onde? Depois de muita oração e procura, encontrou-se outro casarão mais velho que a casa do João Eduardo. O Pedruca (Pedro Gomes Monteiro) foi chamado para fazer uma reconstrução pondo a casa em condição de abrigar um pequeno hospital. A construção foi custosa, uma boa parte da casa foi feita novamente. Duas salas especiais, uma para o Raio X e a outra para operação, bem branquinha. A reforma já fora entregue ao Dr. Gordon, em breve começaria a Casa de Saúde Evangélica de Rio Verde. Houve uma festa da Igreja ao lado e estiveram soltando fogos [...] (CADERNO DE SEVERINO GOMES MONTEIRO, s/d, p. 14-16).

A instalação da Casa de Saúde Evangélica na cidade refletiu em um crescimento do ponto de vista social e político. Essas são questões que, ao longo dos anos, emergiram e fizeram com que a cidade estivesse em evidência, reproduzindo uma expansão socioeconômica, além do fato de que a população ansiava por tratamento de saúde em um hospital bem equipado.

Em umas das fontes analisadas, foi localizada uma carta enviada a Pedro Ludovico Teixeira, interventor do Estado, o qual era muito apreciado pelo Dr. Gordon.

---

<sup>54</sup> Pastor e amigo de Dr. Gordon, nascido em Rio Verde, que por muitos anos contribuiu com o trabalho missionário (inclusive participou ativamente na construção dos prédios físicos na cidade) envolvendo a Igreja Presbiteriana de Rio Verde, o Hospital Evangélico de Rio Verde e a Escola de Enfermagem Cruzeiro do Sul.

Exmo. e Ilustríssimo Senhor Pedro Ludovico Teixeira,

O novo edifício para a Casa de Saúde Evangélica já está em construção. Estamos edificando-o para melhor servir ao distinto povo de Rio verde e de seus arredores.

Queremos ter um lugar onde seja mais fácil recuperar a saúde onde possa haver um terraço ao ar livre nos dias agradáveis para os doentes acamados; onde os enfermos que precisam dum quarto separado possam tê-lo; onde a higiene seja mais fácil, e a estética inspire ao doente o desejo de melhorar logo.

Temos satisfação em ter serviço a muitos desta zona, nos poucos anos em que o nosso trabalho medico tem funcionado, mas não estamos ainda satisfeitos; queremos servir melhor; E para isso que temos almejado, por tanto tempo, um prédio próprio. Agora o nosso sonho está começando a tornar-se realidade.

Não desejamos doença a pessoa alguma, mas, se, porventura, alguém cair doente, queremos estar aparelhados para servi-lo e ajudá-lo a restabelecer-se o mais breve possível. E sabes que não podemos esperar a ocasião para fazer os preparativos; temos de fazer tudo com antecedência; Uma vez já começadas as chuvas, é tarde para colocar o telhado.

Não estamos solicitando donativos para este fim. Estamos fazendo esta construção com a renda médica, e temos confiança em que assim podemos fazer. Temos esta confiança por causa dos muitos clientes que já nos têm recompensado pelos serviços prestados. Dos esforços de quatro anos para cá temos vinte e cinco contos de reis de saldo para iniciar a nova construção, e nenhum mil reis da renda tem ido para o medico-diretor, pessoalmente. Achamos que muitos terão prazer em saldar as suas contas, sabendo que assim nos ajudarão para nos habilitar a melhor servi-los. Estamos muito gratos pelos pagamentos anteriores, e não somente por isso, como também pelas palavras de apreço que os têm acompanhado. Donald C. Gordon (CARTA ENVIADA A PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA, JUNHO, 1940).

Tendo em vista que, na década de 30, foi bastante auspicioso para a saúde goiana, a partir dos anos 40, o Estado adotou o *slogan* “a medicina do possível”. O semanário goiano *Correio Oficial*, em sua seção sobre os Atos do Governo, tornou-se um veículo de comunicação que se destacou por se constituir como um instrumento importante de divulgação dos atos governamentais realizados por todo o Estado. Foi um suplemento destinado a difundir o movimento de renovação por qual Goiás passava, decorrente das propostas inovadoras suscitados pelos saberes médicos-científicos. Isso pode ser verificado nas observações relatadas por Garibaldi Teixeira, representante de Pedro Ludovico Teixeira, interventor do Estado, em uma das suas viagens a cidade de Rio Verde, conforme segue:

#### **CASA DE SAÚDE EVANGÉLICA DE RIO-VERDE**

O progresso impressionante do município de Rio Verde, conforme tivemos oportunidade de frisar nesta edição, já atingiu a uma posição muito confortadora, que o situa, sob quaisquer facetas, como o lider das demais comunas componentes do sudoeste goiano.

Como centro médico de toda aquela rica zona do Estado, Rio Verde, tem em franco funcionamento, diversos estabelecimentos hospitalares, os quais, em nada, ficam a dever às melhores organizações congêneres existentes no Brasil Central.

Acompanhado do acompanhante deste jornal, o sr. Garibaldi Teixeira que representou o exmo. Sr. Dr. Pedro Ludovico Teixeira nas festividades da Segunda

Semana Ruralista, alí realizada, visitou todos os hospitais e tôdas as casas de saúde de Rio- Verde, modelares organizações que orgulham seus incansáveis dirigentes. A escassez de tempo motivou a que anotássemos, apenas, alguns dados sôbre a Casa de Saúde Evangélica, monumental estabelecimento médico dirigido pelo Dr. Donald C. Gordon.

Percorrendo os seus pavilhões, que são em número de 6, o representante dêste jornal pôde ver, de perto, o que alí está realizando o dr. Gordon.

Além do hospital, que funciona em seus um dos maiores prédios, fomos visitar também, a Escola de Enfermagem, cuja direção está entregue a da. Lucí de Freitas. A escola já tem preparado várias turmas de enfermeiras competentes.

O que mais nos prendeu a atenção foi a aparelhagem completa que possui a Casa de Saúde, tanto para uso clínico, como também para uso cirúrgico, destacando um possante aparelho de Raio X, talvez um dos mais perfeitos que há em Goiaz.

Ali, tudo é admirável e atraente, a começar pela extensão da área em que se acham localizados, os prédios da Casa de Saúde, havendo ao centro do quadrado, um grande campo para esportes, onde as alunas da Escola de Enfermagem praticam, diariamente, a cultura física.

A obra que o dr. Gordon vem empreendendo em Rio Verde, merece, pois, os maiores encômios, ainda mais quando se sabe que o ilustre médico a realizou inspirado na sua convicção de bem servir aos habitantes da rica e florescente zona do sudoeste goiano.

Ao dr. Gordon, pois, apresentamos as nossas felicitações (CORREIO OFICIAL, jul, 1943).

Vale destacar que Goiás viveu, nas primeiras décadas do século XX, um momento de grande movimentação no campo da saúde. Por meio da nota publicada no *Correio Oficial* de 1943, o governo, representado por Garibaldi Teixeira, justificou o fato de o progresso na área da saúde na cidade de Rio Verde, naquele momento, ter se tornado muito promissora, comparando-a a situação em relação a toda região do Centro-Oeste. Assim, o governo deixa claro que o trabalho desenvolvido, mais precisamente por meio do médico missionário Dr. Gordon, muito contribuiu para o avanço da saúde nessa cidade.

Tomando como base esses pressupostos, busca-se compreender a relação de amizade que Dr. Gordon e o interventor Pedro Ludovico nutriam. As fontes revelam sentimento de amizade e consideração entre os dois médicos, o que se pode notar em uma nota propalada no *Correio Oficial* do ano de 1943, periódico utilizado pelo interventor como veículo de propaganda política.

#### **Jantar íntimo em casa de Dr. Donald C. Gordon**

A's 18 horas, realizou-se o jantar íntimo que o Dr. Donald C. Gordon ofereceu, em sua própria residência, ao representante da s. excia. o Sr. Interventor Federal, e às autoridades locais.

Ao ágape, que foi servido por gentis senhorinhas da sociedade local, fizeram-se ouvir vários oradores, e cada qual procurou analisar, sob diferentes facetas, a personalidade inconfundível do Dr. Gordon, médico ilustre, que mantém, na cidade um hospital e uma casa de saúde.



Pudemos anotar, apenas, os nomes dos seguintes oradores: Lucí de Freitas, diretora da Escola de Enfermagem da Casa de Saúde Evangélica, e o sr. Garibaldi Teixeira, representante do sr. Interventor.  
Rio Verde, Goiás, 24 de agosto de 1937 (CORREIO OFICIAL, 14 de julho, 1943).

Nesse ponto de reflexão, analisa-se parte das correspondências trocadas entre um médico-missionário e um interventor de Estado, sob a perspectiva de “*fazer falar*”, os silêncios desses personagens, o que para Carlo Ginzburg, em sua obra *O queijo e os vermes*, o método histórico deve extrair informações indiretas, como um paradigma indiciário. Assim, uma interrogação se faz necessária: em que medida essa troca de correspondências revela dados que outros documentos não o fazem? Em síntese, o olhar do pesquisador diante dessas cartas trouxe novas oportunidades de criar outras visões sobre a constituição dessa Casa de Saúde na cidade de Rio Verde, estabelecendo diálogos entre a subjetividade atual e a subjetividade pretérita.

Em uma outra correspondência, estabelecida por Donald Gordon e Pedro Ludovico Teixeira, observa-se a colaboração entre dois médicos em prol da saúde do Estado de Goiás.

#### **A' Sua Excelencia Dr. Pedro Ludovico Teixeira**

Mui prezado amigo e colega:

Escrevo com o fim de informar ao bom amigo da chegada aqui da nossa enfermeira diplomada, D. Beatriz Lenington. Ela é uma moça curitibana que, depois de formar-se no Mackenzie College de São Paulo, completou sete anos de estudos técnicos nos Estados Unidos do Norte. Tendo recebido seu diploma na Escola de Enfermeiras do Hospital de Pasadena, California, ela está desejosa de registrar o mesmo aqui no Estado de Goiás.

Como o colega sabe, queremos abrir desde já um curso de enfermagem, pretendendo oferecer um curso de três anos tanto teórico como prático.

Desejamos, naturalmente, que tanto a Escola como a Casa de Saúde se conformem com o regulamento do Estado. Venho, portanto, pedir ao distinto amigo, a gentileza de me informar quais as autoridades a que devo me dirigir, junto com quaisquer sugestões que tiver.

Estimámos muito saber dos bons esforços sendo realizados por Dona Gercina em pró da Santa Casa de Misericórdia de Goiânia. Querendo partilhar de uma obra tão benemérita, Helena e eu temos muito prazer em enviar junto, uma pequena oferta.

Desejando que esta encontre a todos da família gozando de boa saúde, e com muitos protestos de estimo e agradecimento, subscrevo-me. O amigo sincero e admirador, Donald C. Gordon (CARTA ENVIADA A PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA, S/D).

Na Casa de Saúde Evangélica, buscava-se total mudança de hábitos e costumes enraizados, não somente na região do sudoeste do Estado, mas em todo o país. Ela se tornou uma escola, um local onde se ensinavam novos hábitos individuais de higiene física e também

mental, para serem difundidos no espaço privado popular. Os doentes seriam os privilegiados por desfrutar de tais hábitos e de tanto conforto.

Pelas fontes orais, constata-se que os cultos protestantes eram uma constante na rotina do hospital.

[...] Existia cultos dentro do hospital, toda manhã. Toda manhã se fazia um culto pequeno, para os pacientes para os visitantes porque era exatamente no horário da visita, quando se começava a visita. E esses cultos eram praticados por professores nossos, pastores, que iam lá convidados e por nós mesmos, quando a diretora convocava alguém para dirigir essa palestra, vamos chamar de palestra [...] (GONÇALVES, 2019).

[...] Outra coisa que eu me lembro muito era o culto às 8h. A gente tomava conta, iniciava os trabalhos às 7h, 8h a gente levava os pacientes, encaminhava todos para sala de recepção onde se fazia o culto. E, os que não podia a gente levava, os levava na cadeira de roda, mas todo mundo tinha que assistir o culto [...] (BRITO, 2019).

[...] tinha o culto no hospital reunia todas as alunas com todo mundo, os médicos, todo mundo tinha que participar (CRUVINEL, 2019).

[...] Como professora, a gente acompanhava. O hospital tinha um culto todas as manhãs em que traziam todos os doentes que podiam andar numa enfermaria grande e todos que não podiam e estavam em cadeira de rodas traziam. Às vezes, traziam a cama até perto da onde ia ser o culto e o pastor Reverendo Severino fazia um culto, pequenino para não cansar, mas todo mundo ali cantava, orações, e ia começar o trabalho depois desse culto, isso era metódico todos os dias, dentro do hospital, dentro da enfermaria. E também todas as cirurgias, todas as cirurgias, nunca se começou uma cirurgia sem o Dr. Gordon e o Dr. Carlos Marques Patrício fazer uma oração pedindo por aquele momento. Nunca ficou, sempre teve oração (OLIVEIRA, 2019).

A incorporação dessa prática de realizar cultos foi revelada nas entrevistas. Segundo relatos, não era obrigatória, mas se tornava importante a participação nos cultos evangélicos, tanto pelo grupo de médicos, enfermeiras, pacientes, familiares dos pacientes, funcionários da limpeza e também por parte da Escola de Enfermagem, com as alunas e professores.

Diferentemente, pode-se comparar a prática de enfermagem, desenvolvida nessa ocasião, à caridade cristã vinculada aos hospitais e Casas de Misericórdia de cunho católicos. No caso nas instituições de saúde presbiterianas, esse sentido da prática de saúde, exercida pelos médicos e enfermeiras estavam atrelados ao *ethos* protestante, ou à medicina como vocação.

É preciso considerar, todavia, que havia barreiras difíceis de serem transpostas para a divulgação/incorporação das novas ideias acerca das práticas e conhecimentos na área de saúde e também da prática protestante, que estavam sendo realizadas no hospital de uma cidade do interior de Goiás.

Assim, as medidas implantadas pelo médico Dr. Gordon, em Rio Verde, foi um trabalho intenso e com a necessidade de formar a mão de obra qualificada para atendimento à população carente de saúde. O projeto vislumbrava a instituir a Escola de Enfermagem para o preparo das enfermeiras, anexo a um hospital, e o próximo passo desse visionário médico-missionário seria então a construção de um prédio maior para atender mais doentes. A edificação de uma instituição hospitalar se apresentava como uma saída para o problema das vilas e cidades da região, pois assim os doentes poderiam ser atendidos dando fim às moléstias que sofriam.

**FIGURA 8** - Prédio do Hospital Evangélico de Rio Verde, 1940



**Fonte:** Acervo pessoal de Sylvia Woodall Gordon.

Pela imagem, representada na Figura 8, pode-se constatar que a arquitetura do hospital era condizente ao projeto de construção idealizado por Dr. Gordon (ver Figura 5).

O modelo arquitetônico da construção dessa instituição a impulsionava para um prédio moderno para a década de 1930 e estava inserido, em termos gerais, na tradição hospitalar moderna, com forte influência norte-americana, conquanto ainda apresentasse certa referência ao padrão arquitetônico europeu, o pavilhonar, mesmo sendo construído em ruas ainda não pavimentadas, o hospital apresentava seus primeiros passos na direção da organização da assistência hospitalar goiana, representando uma força propulsora na saúde dessa cidade.

Ao analisar a documentação do processo de reconhecimento da Escola, observou-se um laudo assinado pelo engenheiro civil e eletricitista Theldo Emrich, datado em 4 de novembro de 1953. Nesse documento, o engenheiro explicita que, atendendo ao despacho exarado pelo Prefeito Astolpho Leão Borges, procede a avaliação do patrimônio imobiliário da Casa de Saúde Evangélica, examinando necessariamente, todos os bens dessa instituição, informando seus devidos valores.

CASA DE SAÚDE: Prédio novo, ótima construção, com material de primeira, com quartos amplos bem ventilados, amplas salas de cirurgia e anexos, secção de maternidade, de pediatria, banheiros, modernamente instalados, espaçosa cozinha, refeitório e anexos, dois alpendres grandes, capacidade do Hospital para média 30 leitos. Ocupa uma área de 596 m<sup>2</sup>. Valor: Cr\$ 1 400,000,00

AMBULATÓRIO: Prédio mais antigo, em bom estado de conservação, com 6 salas para exames, tratamentos pequenos cirurgias, laboratório de análises clínicas, fichário, sala de espera e um pátio coberto, onde preparam as injeções. Área de 156 m<sup>2</sup>. Valor: Cr\$ 200 000,00

RESIDÊNCIAS PARA MÉDICOS: Duas residências, casas novas, construção com material de primeira, com 3 quartos, 2 salas, 2 banheiros, cozinha e copa, alpendre, bem situados numa área de 1 063139,5 m<sup>2</sup> respectivamente. Valor: Cr\$ 435 000,00

PASSADEIRA-LAVADEIRA E OFICINA: Prédio mais ou menos antigo, em bom estado de conservação, 2 amplas salas e em avarandalo, com a área de 86,5m<sup>2</sup>. Valor: Cr\$ 35 000,00

DEPÓSITO DE ROUPAS PARA ENXUGAR: Prédio antigo, em regular estado de conservação, numa área de 36m<sup>2</sup>. Valor: Cr\$ 30 000,00

CASAS PARA ENFERMEIRAS: Construção recém terminada, com 14 quartos, dormitórios de 3,70 x 3,50 bem ventilados, grandes salas de aulas, hall, biblioteca, banheiros e mais salas espaçosas, em 3 pavimentos. Ocupa uma área de 294m<sup>2</sup>. Valor: Cr\$ 1 500 000,00

TOTAL DA AVALIAÇÃO: Cr\$ 3 600 000, 00 (Três milhões e seiscentos mil cruzeiros) (LAUDO DA AVALIAÇÃO DO PATRIMÔNIO DA CASA DE SAÚDE EVANGÉLICA DE RIO VERDE, ANEXADO AO PROCESSO DE RECONHECIMENTO DA EECS, 1953)

Esse laudo patrimonial foi anexado ao processo de reconhecimento da escola junto ao Ministério da Educação. O processo teve início no ano de 1953, dando destaque ao fato de o laudo ter sido assinado em novembro do mesmo ano. Essa observação, na análise dessa fonte, revela indícios de que o laudo técnico patrimonial pode ter sido solicitado após o início da avaliação do processo de reconhecimento da instituição.

O avanço e as dificuldades financeiras da Casa de Saúde Evangélica podem ser vistos e analisados por meio dos relatórios estatísticos, os quais eram enviados anualmente à Missão Central do Brasil. Nessas fontes, relatam-se também as dificuldades enfrentadas no cotidiano dessa Casa de Saúde. Esses relatórios, tinham por objetivo pensar na estatística e no planejamento médico da instituição, pelos responsáveis da Missão. A produção de estatística estava diretamente ligada à preocupação com o aumento da população e com o trabalho médico desenvolvido na região.

**FIGURA 9** – Estudo Estatístico do trabalho médico em Rio Verde na Casa de Saúde Evangélica, 1936

Statistical Study Medical Work at Rio Verde, 1936.

	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	Dec. 1-2-
Casos indivíduos	142	151	142	131	165	188	196	183	7
Casos novos	123	97	90	78	91	112	111	95	27
Casos (incl. repetidos)	442	490	276	356	502	599	399	484	168
Consultas	114	92	94	102	114	137	139	124	44
Visitas	88	101	42	54	57	60	48	73	33
Visitas em casa	78	91	47	34	119	76	24	47	3
"Por informações"	88	89	39	49	68	95	59	68	19
Operações	17	14	15	32	34	43	25	45	11
Dental	8	6	10	22	25	32	23	39	9
outras	9	8	5	10	9	11	2	6	2
Curativos ou tratamentos	89	114	48	80	143	181	71	122	47
Injeções	33	100	26	35	73	78	48	50	18
Renda	1: 238.	1: 435.	1: 125.	1: 973	2: 282.5	2: 412.	3: 061	2: 856	1: 247.

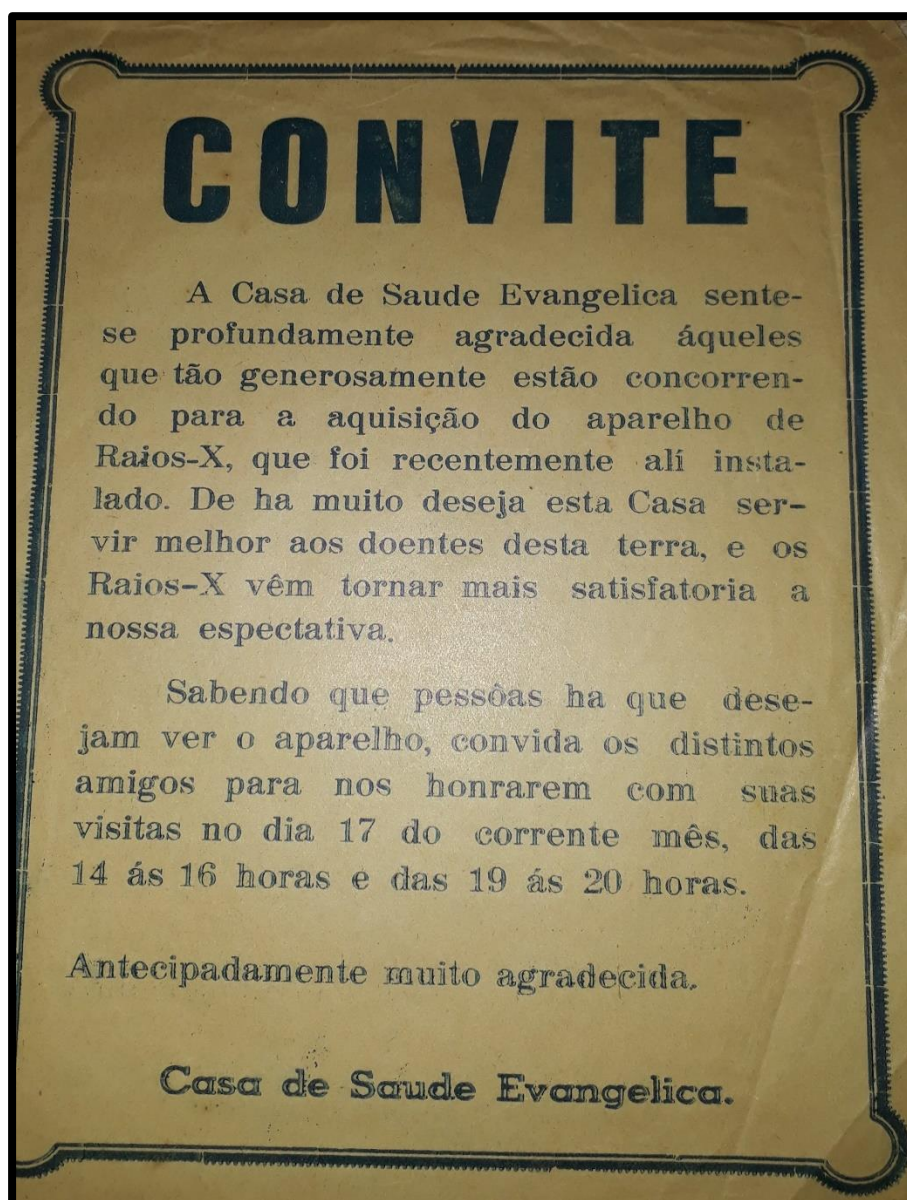
Fonte: Acervo pessoal de Sylvia Woodall Gordon.

A Figura 9 apresenta a foto da estatística do trabalho médico missionário desenvolvido nos meses de trabalho na Casa de Saúde Evangélica no ano de 1936, e, por meio desses dados tabulados, podem-se perceber as atividades médicas que Dr. Gordon desenvolvia na instituição de saúde. São descritos doze tipos de atividades desenvolvidas com o quantitativo de casos atendidos e, abaixo na última linha, a renda financeira arrecada.

Após analisar as outras fichas financeiras das quais se dispunha para a pesquisa, observou-se que as anotações eram feitas à mão em folhas pautadas, isto é, o médico missionário registrava tudo em uma tabela a qual, na ocasião, era feita à caneta. Nos cantos superiores de cada quadrado, havia anotações de números dos quais não se conseguiu identificar o objetivo.

A Missão Central do Brasil nem sempre contribuía financeiramente com uma ajuda que resolvesse todos os problemas médicos. Dr. Gordon buscava ajuda na própria sociedade rio-verdense, conforme se pode observar no convite feito à cidade para apreciação do aparelho de Raio X, o qual foi comprado com ajuda da comunidade.

**FIGURA 10** – Convite para apreciação do aparelho de Raio X, 1940



Fonte: Acervo pessoal de Sylvia Woodall Gordon.

Percebe-se que o convite foi estendido a toda comunidade rio-verdense e que a compra de um aparelho de Raio X foi divulgada também em um periódico da cidade, como comprovado nas fontes analisadas, com o intuito de veicular na imprensa e propagar a notícia de que a Casa de Saúde Evangélica passava a oferecer uma saúde de qualidade, tornando-se assim um divisor de águas para a saúde goiana.

Pela imagem da Figura 10, compreende-se que a Casa de Saúde Evangélica vivenciava situações de dificuldades financeiras, sendo preciso o apoio da comunidade local. Ainda assim, em determinadas situações, cobrava-se pelos seus atendimentos, conforme apresentado no Quadro 4.

**QUADRO 4 - Tabela de Preços do Hospital Evangélico de Rio Verde, 1940**

<b>TABELA DE PREÇOS</b>		
	<b>Cr\$</b>	<b>Cr\$</b>
<b>Consulta</b>	300,00	400,00
<b>Consulta Parcial</b>	100,00	150,00
<b>Curativo</b>	30,00	50,00
<b>Curativo Ginecológico</b>	30,00	50,00
<b>Curativo ouvido</b>	20,00	50,00
<b>Lavagem ouvido</b>	50,00	Cada ouvido
<b>Exame de vista</b>	300,00	400,00
<b>Infra vermelho</b>	50,00	-
<b>Dilatação esôfago</b>	50,00	100,00
<b>Transiluminação</b>	50,00	100,00
<b>Dentes</b>	100,00	-
<b>Injeções</b>	20,00	30,00
<b>Cauterização</b>	500,00	-
<b>Abertura de abscesso</b>	200,00	500,00
<b>Bernectomia</b>	200,00	500,00
<b>Anestesia</b>	300,00	500,00

**Fonte:** Acervo pessoal de Sylvia Woodall Gordon.

Ao comparar os valores cobrados pelos atendimentos no Hospital Evangélico de Rio Verde em relação ao salário mínimo na década de 1940, é possível verificar como os valores eram altos para a época. No ano de 1943, no mês de janeiro, o salário mínimo correspondia a Cr\$ 300,00 e, no mês de dezembro do mesmo ano, o valor aumentou para Cr\$ 380,00. Dessa forma, é possível deduzir que esses valores eram altos para a década analisada.

No Quadro 4, notam-se também os valores de cada procedimento, entretanto Gonçalves (2019) explica que “[...] nunca foi negado atendimento a quem não pudesse pagar! Pelo contrário o hospital ficava de portas abertas [...]”. Em seus relatos, Oliveira (2019)

declara que os pacientes eram atendidos sem nenhuma diferenciação “[...] a pessoa chegava lá com uma criança doente de madrugada, o Dr. Gordon levantava e ia atender. A pessoa não podia pagar porque vinha da roça, ele não cobrava nada”. Aqueles pacientes com situação financeira um pouco melhor, pagavam pelo seu atendimento.

Segundo Gonçalves, “ali era tratado doente de todo tipo de doença, de acidente e todo tipo sócio econômico e haviam as pessoas da cidade porque elas davam preferência ao Hospital Evangélico, a parte pagante, porque existia um corpo ali de enfermagem boa, de aluno, médicos bons gabaritados [...]” (GONÇALVES, 2019).

Os atendimentos médicos, realizados nessa instituição hospitalar, eram organizados em uma planilha feita pela enfermeira chefe, já formada pela Escola de Enfermagem Cruzeiro do Sul. Disponha de uma escala em que o plantão médico, a equipe de enfermagem e a equipe de limpeza eram devidamente estabelecidos antecipadamente.

Diante disso, a ampliação da Casa de Saúde se tornaria evidente e, com a construção do novo prédio físico iniciado em 1940, o novo hospital passou a denominar-se Hospital Evangélico de Rio Verde<sup>55</sup>. Os trabalhos médicos conseqüentemente aumentaram e foi preciso a ajuda de outros colegas missionários/estagiários que a própria Missão enviava para ajudar nos trabalhos médicos o que, de certa maneira, contribuía na residência médica desses estudantes.

No período analisado, as fontes orais e documentais registraram vários nomes de residentes, homens e mulheres que dispunham de seu tempo para colaborar com o hospital. Vinham de países como Estados Unidos e Inglaterra, bem como de estados brasileiros como Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, e São Paulo.

[...] Enquanto, dentro do meu período de estudos lá, vieram dois, um era americano, veio para fazer estágio, ele ficou três meses em Rio Verde, pago por um laboratório de grande porte, [...] mas que sustentou o André lá dentro, o Andres, ele deu tudo para o André, ele morava ali, ficava ali hospedado lá na escola, mas o estágio dele estava sendo pago por esse laboratório, tanto que a foi feita uma revista para esse laboratório, [...]. Veio também uma médica residente inglesa, estudante, eles estavam em período de residência já, estagiários residentes lá, então eles vieram. A Ângela veio junto com o André, totalmente desconhecido um do outro [...] e não era paga por nenhum laboratório, ela recebeu uma bolsa de estudos, [...] (GONÇALVES, 2019).

[...] Todo ano, todo ano vinha americanos. [...]. E tinha uma outra, que eu me esqueci o nome, que ela veio com a família dela e ficou mais de anos. Vinha muitos residentes, não era residente, eram quintanistas, já estavam no 5º ano, geralmente

---

<sup>55</sup> A partir dos anos 2000, o Hospital Evangélico de Rio Verde passa a chamar-se Hospital Presbiteriano Dr. Gordon, em homenagem ao seu fundador.



presbiterianos, veio de Pernambuco, eu não me lembro o nome dele, era Dr. Targino, vinha estudar e eles acompanhavam também o andamento, tinha do Paraná, do Hospital Evangélico do Paraná, vinha também do Espírito Santo e sempre vinha americanos (BRITO, 2019).

O médico Dr. Gordon recebia também cartas de residentes que não eram vinculados à Missão e que desejavam trabalhar nesse hospital por terem notícias de colegas que conheciam essa realidade e que já haviam prestados serviços nessa instituição. Por meio dos relatos dos sujeitos envolvidos na pesquisa, constata-se que eram bem-vindos por Dr. Gordon, conforme se pode verificar:

São Paulo, 1957.

O proposito desta carta, talvez, lhe parecerá esquisito.

Conhecedor do Hospital Evangelico do qual V. S. é o diretor, através do colega John Kolb, me proponho a lhe escrever.

Não sei se será permitida minha permanencia nesse hospital, tendo em vista, sobretudo, o ponto de vista religioso pelo qual o mesmo rege. A Casa de Saude Liberdade, contudo, hospital adventista que é, poderá apresentar credenciais que me recomendam, embora não seja nem adventista nem protestante.

Não obstante, não me recuse a fazer qualquer serviço dentro do setor medico, minha principal pretensão é conseguir “desembaraço”, “independência” cirúrgica, visto que num serviço onde trabalho há como que um “cerceamente” um “tabu” do mesmo.

Se. V.S. aquiecer à minha pretensão, estarei à disposição para executar qualquer serviço que me for ordenado, estagiando pelos diversos departamentos desse Hospital. Deverá, então, escrever-me, pois pretendo licenciar-me por 6 (seis) meses, onde trabalho, período em que ai pretendo permanecer.

Atenciosamente,

Nelson Lavaca (CARTA DO MÉDICO NELSON LAVACA, 1957).

Pode-se confirmar também a presença desses médicos missionários residentes na realização de atendimentos pelos quartos das enfermarias do Hospital Evangélico, como se pode ver na Figura 11.

**FIGURA 11** – Médicos missionários residentes em atendimento, s/d



**Fonte:** Acervo pessoal de Sylvia Woodall Gordon.

O trabalho médico missionário, desenvolvido no Hospital, era uma constância, posto que em vários depoimentos orais e também nas fontes analisadas foi possível verificar a presença de missionários estagiários brasileiros que vinham adquirir experiência no campo da saúde, dedicando-se também à filantropia. Várias fotografias foram analisadas, bem como revistas da Missão Central do Brasil, com artigos e ilustrações do Hospital, e ajudaram a identificar esses missionários o que comprova a presença desses missionários.

Dr. Gordon também fazia convites a médicos brasileiros, como nestas duas cartas, enviadas ao Dr. David Sarmiento de Barros, do Rio de Janeiro, no ano de 1957 e para o Sr. Demilson Serafim, do mesmo estado no ano de 1956:

Presado colega, Dr. David,

Saudações cordiais,

Atravez do meu colega e cooperador aqui, Dr. Carlos Marques Patrício tive a noticia tão alegre que o doutor estava disposto de vir ao Rio verde para nos ajudar no trabalho médico e evangelistico que estamos enfrentando. Entendo que a esposa está para dar a luz daqui a quatro mezes e então a família será mais livre para vir.

Esta carta vai ser levado por Wellington Werner que acaba de passar dois mezes aquí conosco. Ele pode dar mais informações, e também Demilson Serafim já passou férias aqui no ano passado.

Não sei quanto informação Dr. Carlos conseguiu dar através do seu tio, Rev. Amantino Vassão. É um trabalho combinado de cirurgia, radiologia, clinica medica, obstetrícia, consultório etc. Variedade cada dia. É um trabalho de tempo integral. Nosso trabalho é integrado também com o da igreja.

Podemos oferecer de pagar as despesas das passagens da família por ar, e também quatro mil cruzeiros de auxílio com frete.

Temos uma casa para a família e podemos oferece onze mil cruzeiros por mez, com um mez de férias depois de um ano de serviço.

Devo dizer que as casas não estão mobiliadas, se bem quem armários embutidos e algumas peças de moveis diminue o que precisa acrescentar. Se houver perguntas posso entrar em mais detalhes.

O que mais me animou foi de saber que o colega estava olhando o trabalho como cooperação com um trabalho missionário. Ha muitas oportunidades para testemunhas para Cristo.

Gostaria de ter confirmação de sua aceitação de nosso convite para podermos fazer planos. Por exemplo, Dr. Carlos que tem trabalhado aqui mais de quatro anos está para sair para estudar nos Estados Unidos, sairá mais descansado se souber que o trabalho não fica desfalcado de trabalhadores.

Que Deus lhe der direção,  
o irmão em Cristo.  
Donald C. Gordon

(CARTA ENVIADA AO MÉDICO DR. DAVID, 1957)

Querido Demilson,

Saudações cordiais,

Espero que o ano aí na escola vai bem e já bem aprendido tanto que os exames no fim de novembro não darão dificuldades.

Quando saiu daqui em Agosto o amigo me disse que sentia interessado em vir nas férias mais compridas. Espero que tenha ficado firme nesta intenção. Gostamos de sua pessoa e do seu auxílio no trabalho aqui. Se puder me dar uma confirmação das suas ideais, ficarei grato. E se vier, será, mais ou menos quando. Também posso lhe mandar dinheiro para comprar uma ida e volta por ár.

Ao mesmo tempo desejo pedir um favor. Será que o amigo possa comunicar com um estudante de medicina por nome Wellington Lima, para ver se interessar em vir para as férias. Ele está no quarto ano da Faculdade Nacional de Medicina, e mora na "Casa do Estudante". A sua conversa seria muito melhor duma carta minha porque poderá explicar a situação aqui e responder as perguntas dele. Dr. Carlos trouxe do nome deste estudante, tendo ouvido falar dele como um bom crente.

Outros estudantes crentes talvez o amigo conhece que podiam ser interessar em passar férias aqui: Os nomes que eu tenho no momento são, Marinho Salviano da Costa, José Quinan, Natanael Machado (segundo ano, - Faculdade Nacional). Gostaríamos de ter pelo menos três estudantes para estas férias. Pode-nos ajudar?

Temos um medico que vem em janeiro com intenção de ficar dois anos e depois fazer trabalho medico-missionario entre os índios de Paranã. No entanto com Dr. Carlos saindo talvez em Janeiro ou Fevereiro para um ano de estudos nos Estados Unidos nós devemos ter ainda mais médicos. Quatro médicos não é demais, e no momento só temos três; o fato é que cinco podiam ficar ocupados.

Aceite um abraço.  
Do amigo e irmão em Cristo,  
Donald C. Gordon

(CARTA ENVIADA AO DR. DEMILSON SERAFIM, 1956)

O novo prédio do hospital compunha de três departamentos, sendo um para homens, outro para mulheres e outra para a pediatria. Em cada um deles, havia três enfermarias: uma, para doentes não afetados por doenças contagiosas; outra, para aqueles de moléstias

contagiosas. As crianças ficavam em enfermarias sem seus responsáveis, sob a supervisão das enfermeiras. Cada enfermaria tinha, em média, oito leitos e em cada leito, uma cama, um colchão, um travesseiro. Junto a cada leito, havia um pote de barro para água que ficava sobre uma mesa pequena. O novo prédio compunha também de uma sala para consultório e outra sala para cirurgias e uma sala de exames de Raio X.

Os quartos eram bem arejados e limpos pelas enfermeiras que realizavam a limpeza de unidade, “tinha uma escala escrita [...]. Aqueles três quartos seriam sob meus cuidados. Tinha que colocar água na moringa, cuidar do quarto, da limpeza do quarto, cuidar daquele paciente, da higiene daquele paciente, era assim [...]” (NUNES, 2019).

Todo o projeto arquitetônico do Hospital, da Escola de Enfermagem e da Casa da família Gordon foi planejado pelo arquiteto e amigo de Dr. Gordon, Zenon Lotufo<sup>56</sup>. Não foi possível localizar as fontes que registram esses projetos arquitetônicos, mas, em entrevista, a neta do médico missionário confirmou essa informação.

**FIGURA 12** – Casa da família Gordon



**Fonte:** Acervo pessoal de Sylvia Woodall Gordon.

A Figura12 representa a casa da família Gordon, construída junto ao quarteirão da saúde, no mesmo terreno do hospital, embora funcionasse de forma independente, situava-se ao lado direito do prédio hospitalar (ver Figura 5), com um projeto de arquitetura neocolonial

---

<sup>56</sup> Nascido em Botucatu, estado de São Paulo, em 27 de dezembro de 1911. Formou-se na Escola Politécnica da USP. Faleceu no dia 6 de janeiro de 1986. Conheceu Dr. Gordon em São Paulo e se tornaram amigos. Lotufo fez o projeto de maneira benevolente do Hospital Evangélico, Escola de Enfermagem e da Casa da família Gordon, ambos construídos no “quarteirão da saúde”.

americana. No depoimento de Dona Daisy, foi possível ver a descrição de alguns espaços da casa da família Gordon:

[...] a casa era grande, tinha uma sala, lá tinha uma lareira. Eu lembro direitinho [...]. Tinha um sótão e muitos quartos, uns cinco, a cozinha era muito aconchegante e a área onde ficava os tanques para lavar roupas as alunas iam lavar roupas, quando acabava a água da escola. Tinha um escritório onde Dr. Gordon guardava os seus livros com uma mesa, uma cadeira e prateleira [...] (CRUVINEL, 2019).

Inicialmente, Dr. Gordon trabalhou por três anos sozinho nos trabalhos médicos. No ano de 1940, o médico e também missionário Dr. Antônio Alves Duarte recebeu o convite para vir a Rio Verde desenvolver um trabalho missionário, a fim de auxiliá-lo nas atividades do hospital e também da igreja. Nas fontes escritas, das quais se dispõe para esta pesquisa, revela-se que “Dr. Duarte”, trabalhava no Instituto Gammon, na cidade mineira de Lavras e aceitou o convite de Dr. Gordon, confirmando por meio de um telegrama enviado ao médico americano.

Com a implantação do projeto missionário na cidade de Dourados, o senhor Duarte, como era assim chamado carinhosamente, foi convidado pela Missão para realizar as diligências na região do sul de Mato Grosso, hoje Mato Grosso do Sul, com a implantação do Hospital Evangélico Dr. e Sr<sup>a</sup> Goldsby King. Com isso, o número de atendimentos diários teve que ser limitado no Hospital Evangélico de Rio Verde, mas ainda eram atendidos pelo Dr. Gordon, entre 70 a 90 consultas por dia.

Na década de 40, a cidade de Rio Verde reflete o avanço que o hospital propaga por meio da saúde na região. As fontes, nas quais se busca resgatar a memória dessa instituição de saúde (periódicos e cartas), traduzem movimentos que se faziam, de um lado, pelo poder estabelecido entre o governo estadual; de outro, dos sujeitos que vivenciaram essa história. Tanto em uma direção como em outra, tais movimentos passavam pela figura do médico-missionário.

A disseminação dos trabalhos do médico norte-americano circulava na imprensa protestante, por meio do Jornal “O Puritano”, órgão oficial da Igreja Presbiteriana do Brasil<sup>57</sup>, fazendo com que a cidade de Rio Verde fosse vislumbrada por todo país.

---

<sup>57</sup> O surgimento da imprensa protestante no Brasil ocorreu durante a chamada “Era Missionária”, que compreende desde a segunda metade do século XIX até a I Guerra Mundial. Esse período corresponde econômica e politicamente à expansão do capitalismo mundial (MENDONÇA e VELASQUES, 1990).

## ESTADO DE GOIAZ

SUDOESTE DE GOIAZ (Notas do representante de “O Puritano”, em viagem, Rev. Haroldo Cook).

Neste vasto campo do Rev. Roberto Lodwick, os três pontos principais são – *Rio Verde*, que fica a 420 quilômetros de Uberlândia, no Triângulo Mineiro. São dois dias de viagem de jardineira, com pouso em Itumbiara. O desenvolvimento da cidade de Rio Verde é, em grande parte, resultado do Hospital Evangélico, fundado e dirigido pelos missionários da Brasil Central Mission, Dr. e Mrs. Donald Gordon. Com a vinda de doentes de longe aumentou o número de pensões e farmácias na cidade. O hospital tem uma escola de enfermagem com 14 moças em treinamento, e há vagas para mais seis. A média de doentes internados é de vinte, e há um consultório que funciona todos os dias, menos aos domingos. Desde a partida do Dr. Duarte para Dourados, em Mato Grosso tem sido necessário limitar o número de consultas, por dia. Sendo o Dr. Gordon agora o único médico do hospital, ele não pode atender mais de 70 a 80 pessoas por, ou no máximo 90 em um só dia. O hospital precisa de outro médico crente para substituir o Dr. Duarte, - A Igreja local tem templo próprio, ainda em construção, mas já ocupado. A Escola Dominical tem uma assistência média e há também uma escola filial. Há três sociedades domésticas – de Senhoras, da Mocidade e a Juvenil. Todo domingo há culto na cadeia e uma vez por mês na Casa dos Pobres – um asilo para os desamparados. A igreja tem 22 assinantes de “O PURITANO” [...] (O PURITANO, Ano III, n. 45, p. 4-5, 1940).

Ademais, os trabalhos missionários na cidade não poderiam parar, haja vista que as moléstias assolavam a região. Nesse ínterim, o Dr. Carlos Marques Patrício foi convidado para desenvolver junto ao Dr. Gordon, na cidade de Rio Verde, esse trabalho missionário. As fontes orais pesquisadas revelam que Dr. Carlos veio da cidade paulista de Rio Claro. O médico também foi professor da Escola de Enfermagem e, mais tarde, no ano de 1962, com a aposentadoria de Dr. Gordon, assumiu a direção do hospital.

A prefeitura de Rio Verde, em 29 de outubro de 1963, por meio da Lei nº 600, em seu artigo 1º, determinava que: “Fica considerado de interesse e utilidade pública, o HOSPITAL EVANGÉLICO DE RIO VERDE”. Em razão disso, a administração municipal não poderia negar alvará de licença para edificação no imóvel, desde que o postulante preenchesse os pressupostos legais de sua expedição. Depois de declarada a utilidade pública de uma instituição, pode suceder que nele se realizem benfeitorias.

Dessa maneira, várias benfeitorias como reformas e ampliações foram feitas, a saber: nos anos de 1963, houve a construção do laboratório, maternidade e clínica. No ano de 1969, incluiu a construção adicional de um centro cirúrgico com capacidade de três salas e novos quartos para pacientes. Já em 1972, novas adições foram realizadas como a pediatria, internação de clínica médica, sala de recuperação, e a dobra da sua capacidade para pacientes internos, passando a oferecer 52 leitos. Em 1975, a Missão Brasil Central da United Presbyterian Church of USA transferiu o controle do hospital para a Igreja Presbiteriana do Brasil.

Com leitura e verificação da documentação referente ao Hospital Evangélico, compreende-se que, em Rio Verde, a Missão Central do Brasil, sob a diligência de Dr. Gordon, contribuiu não apenas no que diz respeito à área hospitalar, em que a saúde se vinculava, mas ao movimento mudancista em que o estado de Goiás se encontrava.

Dessa forma, sua intervenção médica e as suas ações beneméritas, direcionadas à saúde no interior goiano, perpassaram os cuidados das pessoas enfermas, pois o projeto missionário não estava voltado exclusivamente para salvar o corpo das moléstias que aqui assolavam, mas buscava-se a salvação das almas, que tanto necessitavam de cuidados. Assim, difundia-se o projeto civilizador de evangelização e salvação de almas.

É necessário ressaltar que esses documentos foram testemunhos de um dado período histórico, produzidos sob determinadas condições e que devem ser lidos como parte de um processo de memorização constituído no próprio tempo dos acontecimentos, não podendo ser apreendidos como expressão absoluta da verdade, mas como rastros que ajudam a reconstruir o tempo histórico, ou, dito de outra forma, colaboram para a reescrita da memória e da história da saúde em Goiás.

## **2.1 O hospital como espaço de aprendizado para os médicos, enfermeiras e alunas**

O Hospital Evangélico de Rio Verde teve seu início de funcionamento por meio da clínica - consultório, inaugurada em primeiro de abril de 1936, na própria casa da família Gordon. Os pacientes chegavam durante o dia todo e também pela noite, cerca de metade deles vinham de distâncias variando de quatro a cento e cinquenta quilômetros da cidade. Dona Helen Gordon, esposa de Dr. Gordon, era responsável pela contabilidade, arquivamento e outros trabalhos burocráticos. Também organizava documentos, atendia aos telefonemas e fazia o serviço da igreja com o seu marido.

Donald Gordon realizava todos os tipos de atendimentos e, muitas vezes, precisava da ajuda de sua esposa. Não havia enfermeiras nesse período e, como as consultas eram na sua própria casa, não havia outra pessoa responsável.

Em anos seguintes, a primeira casa comprada por Donald Gordon que foi usada como residência e clínica e, posteriormente como hospital. Enquanto a clínica estava servindo a pessoas enfermas, durante todo o dia, não era ainda um hospital. Entretanto, houve pelo menos dois casos que não podiam esperar por um hospital real, precisando de solução na própria clínica, sem a estrutura de um hospital.

O primeiro caso se refere a um paciente com uma hérnia estrangulada. A cirurgia era relativamente simples, mas sem a cirurgia ele morreria. Assim, em uma mesa da sala de estar, a operação foi realizada. Para a anestesia, sua esposa Helen forneceu éter, sob a direção de Donald Gordon e o acompanhou no procedimento. O paciente se recuperou, tempos depois.

O segundo caso é de seu próprio filho, Alan, de quatro anos. Alan brincava com seu irmão, escalando e explorando o sótão da sua casa. A maior parte do teto era de madeira, mas um quarto só tinha um teto de tecido. De alguma forma, Alan perdeu o equilíbrio, rasgou o pano e mergulhou de cabeça no chão abaixo, ficando inconsciente por várias semanas. Dr. Gordon tinha um conjunto de livros que o ajudaram a fazer alguns procedimentos, como a contenção e alívio da pressão no cérebro de seu próprio filho. Graças ao tratamento, além de muitas orações, Alan se recuperou.

A Escola de Enfermeiras da Casa de Saúde Evangélica<sup>58</sup> teve início na própria casa da família Gordon, com três alunas<sup>59</sup> convidadas pelo médico a estudarem os princípios da enfermagem para posteriormente ajudá-lo em seu trabalho missionário, prestando serviços para a comunidade rio-verdense. Dona Helena e Dr. Gordon foram os primeiros professores. A primeira turma se formou no ano de 1941. Esse assunto será tratado posteriormente, nesta pesquisa.

Havia vantagens em receber as estudantes de enfermagem como mão de obra gratuita e mais qualificada, uma vez que as estudantes necessitavam praticar as técnicas aprendidas na escola para posteriormente ensiná-las ou supervisioná-las em suas vidas profissionais.

Não se encontrava mão-de-obra qualificada nessa região, nem poderiam ter conseguido isso se houvesse. Havia médicos evangélicos, mas também de outras religiões. Isso não impedia as ações do projeto missionário. Muito trabalho de caridade era feito, mas se cobrava uma taxa para consultas e procedimentos cirúrgicos. Registra-se que Dr. Gordon realizou todos os tipos de operações. O reconhecimento pela sua competência se espalhou por toda região.

Posteriormente<sup>60</sup>, eles tiveram uma casa, onde funcionava o hospital com 30 leitos, um quarto para outro trabalho e um prédio para um departamento de paciente externo. Esses edifícios foram concluídos aos poucos com a previsão para expansão quando os meios se tornassem disponíveis. Dr. Gordon teve que financiar a maioria das melhorias com os ganhos

---

<sup>58</sup> Nome inicial da Escola de Enfermagem Cruzeiro do Sul.

<sup>59</sup> Maria Bueno, Goitim Nogueira e Herondina Grimbor.

<sup>60</sup> De acordo com as fontes, não há data precisa.



advindos dos pacientes, atuar como arquiteto, engenheiro, construtor, além de cirurgião, chefe, médico e superintendente do hospital existente.

**FIGURA 13** – Dr. Gordon, a primeira diretora Beatrice Lenington e as três primeiras alunas da Escola de Enfermeiras da Casa de Saúde Evangélica, s/d



Fonte: Acervo pessoal de Sylvia Woodall Gordon.

A relação entre o Hospital Evangélico e a Escola de Enfermagem era de muita proximidade, ficando evidente nas fontes orais, a estreita relação entre as duas instituições. Para as alunas, era sua verdadeira escola, uma vez que ali elas aplicavam toda teoria que aprendiam. Registra-se que a escola nasceu da necessidade de dar suporte ao hospital.

O espaço destinado a cuidar dos pacientes também servia como um lugar de pregação e do culto protestante, conforme as palavras de Dr. Gordon, proferidas no Seminário de Campinas, em 1973:

No hospital cada manhã nós tínhamos um culto, com o canto de um hino, leitura da Bíblia, às vezes um comentário, dependendo da pessoa, e terminando com uma oração. E foi bem recebido. Mais tarde tivemos um alto-falante nos quartos e nós tínhamos arranjado para que se o doente não quisesse ouvir, era possível desligar o alto-falante daquele quarto. Bem, eu só lembro de um doente uma vez que pediu para desligar o alto-falante do seu quarto. Nós oramos antes da operação, antes de começar a anestesia, há uma oração. Nós estávamos procurando mostrar que, o que procuramos fazer é em nome de Cristo (PALESTRA DE DR. GORDON, 1973).

Outra prática cotidiana que o hospital utilizava era a oração antes das cirurgias. Uma das fontes orais, como a da Dona Cosmira Ferreira de Brito, funcionária do hospital e aluna da escola, no período de 1965 até 1980, em seu relato, confirmou essa hábito:

[...] A oração antes das cirurgias fazia com que a operação terminasse sem pavor, mesmo as mais difíceis. Era como se a gente não tivesse trabalhando [...]. Então, não podia operar um paciente sem oração. Não podia. *ERA PROIBIDO! TINHA QUE ORAR!* Pedindo a Deus a direção, a benção sobre as mãos dos cirurgiões. O Dr. Wagner Nascimento, ele não era da igreja presbiteriana, ele era católico, eu acho. E o Dr. Wagner Nascimento, eu acho que ele não sabia orar, quando tinha outra pessoa, aí já era quando caía para cima de mim. Quando ele dizia: quem ora, quem ora? Aí ele dizia: Ora Cosmira! É você mesma! (*risos*). Mas era bom, o Hospital Evangélico era uma coisa fantástica! (BRITO, 2019).

O hospital era a escola prática de todas as alunas e ali era o momento de colocar em práticas tudo que haviam aprendido nas aulas teóricas. Dona Araciara Dias Gonçalves ingressou, em 1960, no curso de graduação em Enfermagem e afirma que “[...] as aulas práticas eram feitas na escola nas salas de laboratório né, então a gente aprendia ali naquelas salas, nos simuladores e depois a gente já ia para o hospital, aplicar tudo [...]” (GONÇALVES, 2019).

No que se refere às aulas práticas no hospital, Cosmira explica, em seu depoimento, como ocorriam durante as cirurgias:

[...] as cirurgias geralmente os médicos operavam. E, quando tava operando e a gente ia ser ou circulante ou instrumentadora e eles ia explicando tudo, explicando tudo, vasos, órgãos, tudo. E no meu primeiro dia, eu não desmaiei para cair, porque me seguraram, aí o Dr. Carlos Patrício mandou eu e outra aluna, leva elas para a salinha ali. Tinha uma salinha própria para isso, dê uma efortil e traga de volta (*risos*) [...] tinha de decorar, olhar bem os que eles falaram, porque normalmente quando a gente ia para a cirurgia, a gente já tinha visto, aquela disciplina, por exemplo de obstetrícia, a gente já tinha visto, aí tinha o relatório do que a gente aprendeu né [...] (BRITO, 2019).

As aulas de estágio aconteciam em vários departamentos do hospital, a saber: no consultório médico para consultas, obstetrícia, pediatria, enfermarias, ambulatório, dietética e no laboratório do hospital, que não era no prédio, e sim na esquina do quarteirão da saúde, sendo responsável o Senhor Lucas.

[...] Nós tínhamos estágio no ambulatório para fazer, toda aluna tinha. Tinha a parte de obstetrícia, tinha aquela clínica médica, então o paciente era de clínica médica, chegava e a gente ia fazer e mandava para o médico já mastigado [...]. Antes do médico ir, supunha se era apendicite a gente já sabia, a gente estudava os sintomas na teoria, na escola com os professores e a gente já ia mais ou menos em cima daquilo que a gente estudou [...] (BRITO, 2019).

Era constante a preocupação de capacitar as alunas, integrando a teoria à prática, na Escola de Enfermagem. A formação também era ofertada aos professores da Escola de Enfermagem, segundo revela Hélia Emrick de Oliveira, professora da escola, convidada pelo Dr. Gordon para fazer um curso de pós-graduação em São Paulo, com bolsa do Hospital Evangélico.

[...] eu disse a ele que eu tinha vontade de fazer coisas acima do que eu tinha feito, e ele concordou. Ele disse: Vai ser ótimo! Não só para o hospital como para cidade porque eu fazia, mesmo sem eu ter feito a pós-graduação eu fazia partos a domicílio, mas eu não fazia episiotomia. Então, se tivesse uma ruptura eu tinha que levar a mulher para o hospital para suturar o períneo, isso aí depois que eu fiz pós-graduação eu tinha direito a fazer sutura. Então, o Dr. Gordon achava isso muito bom, porque as mulheres ficavam todas com ruptura e, no futuro, com prolapso de útero. A gente fazendo a sutura não tinha esse problema, mas o, não sei o que foi que você perguntou. [...] O hospital Evangélico, por intermédio do Dr. Gordon, me forneceu a bolsa, de um ano, foi um ano exato. [...] Fiquei hospedada em São Paulo, no próprio Hospital São Paulo, na Escola de Enfermagem do Hospital São Paulo (OLIVEIRA, 2019).

Os estágios eram realizados no próprio hospital, mas quando surgiu o primeiro posto de saúde, as professoras levaram suas alunas para dentro dessa instituição para aplicarem a Saúde Pública, uma disciplina estudada no currículo do curso. O estágio também era feito na Casa dos Pobres<sup>61</sup>, “a professora Hildete levava suas alunas, para aplicarem o que tinham aprendido em Saúde Pública, elas adoravam e a Saúde Pública em Rio Verde era muito precária naquele tempo” (OLIVEIRA, 2019).

O hospital se tornava um campo de aprendizagem para os médicos, as alunas-enfermeiras e também para os professores. A semana de plantão era exaustiva, mas necessária para a formação das alunas. O plantão era organizado pela diretora e professoras, não havia interferência do hospital. As professoras sabiam das dificuldades de cada aluna e assim planejavam toda a estrutura do estágio, de modo que o hospital não ficasse prejudicado. Havia uma relação recíproca e harmoniosa entre o hospital e a escola de enfermagem.

[...] A gente ensinava, trazia todos os formulários do hospital, a pasta, para ensinar como ia ser feita a anotação. Ensinava também como fazer relatório no livro, para entregar o plantão de manhã, porque era um livro, um livro não, um caderno grande aonde você fazia anotação. Ali pelas 4h30min da manhã, era a hora de você começar fazer as anotações e ensinava para as alunas. E as alunas faziam plantão mesmo, a noite inteira, né. Era uma semana de plantão (OLIVEIRA, 2019).

---

<sup>61</sup> Uma casa espírita que acolhia, em sua maioria, mulheres, crianças abandonadas e viúvas. Era dirigida por Dona Marieta Ferreira.

Dessa maneira, o atendimento do hospital era ofertado àqueles que precisavam e, conseqüentemente, atendia às necessidades das alunas-enfermeiras que precisavam aliar a teoria com a prática, a fim de evidenciar a atividade prática, baseada no conhecimento teórico-prático. Esse espaço se tornaria, então, um campo favorável de aprendizagem não só para as alunas, mas para os médicos e aos professores.

## **2.2 Percurso da enfermagem e sua relação com a saúde pública goiana**

A princípio, é importante reconstruir o ensino de enfermagem no Brasil, a partir da criação no Hospício Nacional de Alienados, que criou a Escola Profissional de Enfermeiras e Enfermeiros, localizada na cidade do Rio de Janeiro, por meio da promulgação do Decreto nº 791, de 27 de setembro de 1890, com o objetivo de preparar enfermeiros e enfermeiras para trabalhar nos hospícios e hospitais civis e militares, nos moldes da escola existente em Salpêtrière, na França (BRASIL, 1890). A escola formava seus profissionais “através de uma Escola controlada por médicos, dando continuidade à institucionalização do poder médico como elemento central de assistência de saúde [...]” (PIRES, 1989, p. 124).

Nesse processo, foram instituídos outros dois cursos sendo, a Escola de Enfermeiras do Hospital Samaritano<sup>62</sup>, na cidade de São Paulo. O Curso de Enfermagem, iniciado nesse hospital, trazia todas as características do sistema inglês sendo, inclusive, ministrado nesse idioma, para estudantes recrutadas nas famílias estrangeiras do sul do país e tinha como objetivo precípua preparar pessoal para atuar nessa instituição. Essa escola nunca chegou a ser reconhecida por se tratar de iniciativa privada e porque visava apenas ao preparo do pessoal para o próprio hospital (CARVALHO, 1972).

E a Escola da Cruz Vermelha<sup>63</sup> (CVB), no Rio de Janeiro, fundada em 1908, autorizada a iniciar as atividades pelo Decreto nº 2.380, de 31 de dezembro de 1910, foi reconhecida pela Cruz Vermelha Internacional em 1912 (BRASIL, 1910). Essa entidade tinha, entre outros objetivos,

prestar diretamente, ou em auxílio ao Governo, socorros a feridos e enfermos e proteção aos necessitados em caso de calamidade pública, quando fossem insuficientes os recursos de defesas sanitárias habituais. Competia à diretoria promover e dirigir a instrução de seus auxiliares e fundar escolas de enfermeiras voluntárias e profissionais (MOTT; TSUNECHIRO, 2002, p. 594).

<sup>62</sup> Essa instituição foi “criada e dirigida por enfermeiras inglesas, foi a primeira escola Nigtingale organizada no Brasil” (SILVA, 1989, p. 76).

<sup>63</sup> Teve sua origem no movimento internacional de auxílio aos feridos na I Guerra Mundial (GEOVANINI, 1995).

Estabelecendo uma conexão entre o ensino de enfermagem no Brasil e a implementação da Escola de Enfermagem na região sudoeste de Goiás, coloca-se em cena um ator importante para essa compreensão, o médico norte-americano Dr. Gordon e seu projeto missionário.

Parte-se, então, do pressuposto de que a conjunção de um retrato dinâmico das partes que formam o todo perpassa suas aparências, alcançando o âmago da realidade mundial, nacional e local. No entanto, ao analisar o cenário da implementação da Escola de Enfermagem na cidade de Rio Verde, é preciso, a priori, redesenhar os moldes do sistema *nightingaleano* de enfermagem implantado no Brasil, compreendendo, dessa forma, como um ponto de partida no advento da Enfermagem moderna em nosso país.

Assim, em 1921 o então diretor-sanitarista Carlos Chagas aceitou a Missão de Cooperação Técnica para o Desenvolvimento da Enfermagem no Brasil e, nesse mesmo ano, a Fundação Rockefeller<sup>64</sup> trouxe ao Brasil nove enfermeiras norte-americanas para prestarem serviços no Departamento aos comandos das enfermeiras Ethel Parsons e Clara Louise Kieninger.

Esse preparo tinha como intuito organizar o serviço de enfermagem de saúde pública no Brasil e dirigir uma escola de enfermagem, na cidade do Rio de Janeiro. Nota-se que essas enfermeiras vieram para o Brasil para estruturar, dirigir e ministrar o curso que foi reconhecido oficialmente como padrão para todo o país. Doravante, a enfermagem norte-americana passaria a influenciar, de maneira efetiva, as diretrizes da enfermagem brasileira.

Considera-se, entretanto, que a enfermagem moderna foi introduzida no Brasil em 19 de fevereiro de 1923, por meio do Decreto nº 15.799, de 10 de dezembro de 1922 e mediante a organização do serviço de enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), atual Escola de Enfermagem Anna Nery (BRASIL, 1922). Seu ensino era sistematizado e tinha como propósito formar profissionais que garantissem o saneamento urbano - condição necessária à continuidade do comércio internacional, que se encontrava ameaçado pelas epidemias. Por isso, para solucionar os dois principais problemas como a falta de pessoal capacitado e a falta de uma escola moderna, foi criada a Escola de Enfermeiras do

---

<sup>64</sup> A Fundação Rockefeller é uma instituição criada em 1913 nos Estados Unidos, que define sua missão como sendo a de promover, no exterior, o estímulo à saúde pública, o ensino, a pesquisa e a filantropia. Nas primeiras décadas do século XX, a Fundação Rockefeller atuou de modo decisivo na implementação de ações voltadas para a saúde pública no Brasil, especialmente naquilo denominado de movimento sanitário. Teve à frente sanitários de projeção política como Carlos Chagas e Belisário Penna, articulados ao aparelhamento do Estado e, especificamente, à criação do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), em 1920.

Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), nos moldes das escolas americanas, constituindo uma nova era no ensino de enfermagem no Brasil.

A enfermeira Clara Louise Kieninger se tornou a primeira diretora da escola, em 1923, assumindo assim, a direção e o ensino da Escola de Enfermagem. Em seu trabalho, desenvolvido na Fundação Rockefeller, registrou nos seus relatórios a superlotação dos hospitais do Rio de Janeiro, onde a enfermagem era exercida por pessoas consideradas ignorantes, de ambos os sexos, e em condições precárias, igualando-se a da Inglaterra antes de Florence Nightingale<sup>65</sup>, época em que a profissão era do tipo servil.

Dois anos depois, a direção foi substituída por Loraine Geneviève Dennhardt e somente em 30 de junho de 1931, a direção da escola foi assumida por uma brasileira, a enfermeira Rachel Haddock Lobo<sup>66</sup>. E, a partir disso, o corpo docente, antes americano, veio sendo substituído por enfermeiras brasileiras. Rachel Haddock Lobo encontrou a dotação orçamentária da escola insuficiente para cobrir despesas como substituição dos ônibus doados pela Fundação Rockefeller, reparos no prédio do Internato e do Pavilhão de Aulas e aquisição de equipamentos e materiais específicos para os laboratórios de ensino. Sua atuação se deu em

---

<sup>65</sup> Florence Nightingale, nascida no ano de 1820, de família nobre britânica, foi educada formalmente, aprendendo diversos idiomas, filosofia, matemática e religião. Era muito devota, religiosa e decidiu fazer um trabalho que considerava ser “de Deus”. Ficou conhecida mundialmente como a pioneira da enfermagem e “a dama da lâmpada”, depois de se voluntariar e reunir outras 38 mulheres para o tratamento dos soldados feridos na guerra da Crimeia em 1854. Nesse período, organizou um hospital no local, o qual atendeu mais de mil e quinhentos soldados, baixando a mortalidade de 40% para 2%, usando métodos renovadores, e por meio da organização dos cuidados, garantiu uma boa qualidade em sua assistência ao criar condições para o bem-estar geral, incentivando e exigindo infraestrutura humanitária e social. Dedicava-se totalmente para trazer conforto aos enfermos, envolvia-se em questões administrativas e, resistindo à burocracia, solicitou materiais específicos, alimentos, leitos e material de higiene pessoal, além de boa limpeza no ambiente. Florence, também conhecida historicamente como a idealizadora da fase profissional da enfermagem mundial, é considerada a divisora de épocas, que é dividida entre a era pré-profissional (antes de sua atuação) e era profissional da enfermagem (após sua atuação). Decorrente de sua atuação, recebeu um prêmio do governo Inglês e empregou o dinheiro para fundar a primeira escola de Enfermagem em 1860 no Hospital Saint Thomas. As bases para o trabalho desenvolvido na educação formal de enfermagem na escola que fundou foram trazidas de suas experiências anteriores da guerra, mas também do Instituto de Diaconisas de Kaiserswerth na Alemanha, onde teve contato com a disciplina na enfermagem, relacionada a regras e horários rígidos, religiosidade, e a divisão do ensino por classes sociais. Outra organização que influenciou a visão e o trabalho de Florence foram as Irmãs de Caridade de São Vicente de Paulo em Paris, no Hôtel Dieu, onde pode acompanhar e estudar o trabalho assistencial e administrativo, suas regras e a forma como cuidavam dos doentes. Para isso, aplicou um questionário que já havia usado na Alemanha e Inglaterra, aprofundando seus estudos e sua organização. Essas experiências influenciaram profundamente o modelo de Enfermagem proposto por Florence (PADILHA; MANCIA, 2005).

<sup>66</sup> Rachel Haddock Lobo nasceu no Rio de Janeiro, no dia 18 de junho de 1891. Descendente de importante família de origem portuguesa, estabelecida no Rio de Janeiro. Desenvolveu seus estudos primários e secundários no Colégio Imaculada Conceição, no Rio de Janeiro, e, em 1918, viajou para a França a fim de participar da 1ª Guerra Mundial como voluntária da Cruz Vermelha Francesa. Como recompensa pelos serviços prestados, recebeu do governo francês a "Cruz da Legião de Honra". Retornou à França, no início de 1922, para fazer o Curso de Enfermagem na *École des Enfermières de L'Assistance Publique*, formando-se em 1924. No início de 1925, retornou ao Brasil e trabalhou nos serviços recém-inaugurados da Fundação Graffée Guinle, sob a direção do doutor Moura Costa (SANTOS; BARREIRA, 2002, p. 1).

um cenário em que o governo getulista ganhava força no início dos anos 30 (SANTOS; BARREIRA, 2002).

Portanto, parte-se da hipótese de que fatos históricos não acontecem de maneira linear e isolados, mas inseridos em um contexto social, político e econômico. Resgatou-se, então, na história, elementos que direta ou indiretamente estejam relacionados aos acontecimentos relevantes no ensino da Enfermagem em Goiás, especificamente na cidade de Rio Verde.

O Decreto nº 20.109, de 15 de junho de 1931, regulou o exercício de enfermagem no Brasil, o qual instituiu a Escola de Enfermagem Anna Nery (EEAN) como modelo padrão para reconhecimento das demais escolas de enfermagens do Brasil (BRASIL, 1931). A criação “de uma enfermagem de alto padrão no país (EEAN), [...], fundamentara-se nas circunstâncias favoráveis, à ocasião, ao empreendimento de uma reforma sanitária” (GUIMARÃES, 2015, p. 16).

Na enfermagem moderna, estabelecida pelo modelo de escola implantada por Florence Nightingale, predominava a disciplina e a hierarquia. Ressaltava que a escola com esse modelo de enfermagem deveria ser administrada por enfermeiras, com o ensino voltado a dois tipos de profissionais: as *nurses*, preparadas para executar serviços rotineiros de enfermagem hospitalar e domiciliar; e as *ladies-nurses*, grupo constituído por pessoas (mulheres) “mais qualificadas” (de classe social mais elevada), que deveriam assumir atividade de supervisão, administração e ensino (GUIMARÃES, 2004).

O curso ministrado por essa escola, de acordo com Silva (1989), tinha duração de três anos, para as *ladies-nurses*, e quatro anos para as *nurses*. Esse aumento em um ano de curso, àquelas alunas consideradas *nurses* estava relacionado ao ressarcimento que deveria ser feito a Escola, mediante a falta de condições financeiras para pagamento de suas despesas do ensino, como o internato e o uniforme. Assim,

No primeiro ano, as estudantes tinham aulas de anatomia, química, abreviações latinas, culinária e enfermagem; os dois (ou três) anos subsequentes eram destinados ao desenvolvimento de atividades práticas no Hospital Saint Thomas ou em outros nosocômios (GUIMARÃES, 2004, p. 1351).

A autora ainda afirma que a disciplina na escola nightingaleana era rigorosa,

do tipo militar, assim como a exigência de qualidades morais das candidatas. A participação dos médicos no curso era expressiva, possibilitando-lhes definir a profundidade do conhecimento a ser repassado, bem como as funções que seriam delegadas à enfermagem (GUIMARÃES, 2004, p. 1350).

Conseqüentemente, a Escola de Enfermagem Anna Nery havia implantado, em seu modelo pedagógico, os padrões norte-americanos, a partir da disciplina rígida e do rigor hierárquico que diplomavam enfermeiras, capacitadas a exercerem sua profissão, tanto nos cuidados com os enfermos como também na gerência administrativa das escolas. Assim, o saber médico, aliado ao exercício da docência da enfermagem nas instituições hospitalares, contribuiu para condicionar a enfermagem à medicina, atrelando ao modelo biológico de saúde, passando a representar-se como uma prática colaboradora ao trabalho médico (GUIMARÃES, 2004).

O modelo nightingaleano, implantado nos Estados Unidos entre 1873-1875, desenvolveu-se velozmente e acompanhou o crescente progresso da medicina norte-americana, nos hospitais que utilizavam as estudantes como mão de obra barata, oferecendo cursos de curta duração e com baixa qualidade. Com isso, várias recomendações repassadas por Florence não foram, de fato, efetivadas nos Estados Unidos, como as exigências de “ensino teórico sistematizado e de autonomia financeira e pedagógica; e a independência de administração das escolas de enfermagem, com direção de enfermeiras e não de médicos” (GUIMARÃES, 2004, p. 1352).

A finalidade das escolas de enfermagens americanas era de prover assistência aos pacientes desvalidos, por meio do trabalho das estudantes e preparar enfermeiras para atuarem na comunidade local. Entretanto, houve um predomínio do treinamento em serviço, sem a preocupação com o crescimento intelectual das estudantes, apenas interesse em torná-las rápidas e eficientes no atendimento aos doentes (CARVALHO, 1972).

Com isso, até meados dos anos de 1950, o currículo de enfermagem nos Estados Unidos passou por várias revisões, análises das falhas do sistema educacional e modificações baseadas nas funções e no papel que as enfermeiras deviam desempenhar na equipe de saúde e na competência e eficiência técnica delas exigidas, visando a melhorar o programa das escolas.

No Brasil, no início dos anos de 1920 e até o final dos anos de 1950, a enfermagem como profissão era quase desconhecida. Para a elite brasileira, a enfermagem era desprezada como profissão, era vista como imprópria para as moças de bom nível (MORAES, 2012).

A partir de então, a enfermagem brasileira começa a avançar nas cidades e estados e, em especial no estado de Goiás, passando a obter um campo de atuação, sob o olhar de missionários protestantes que, motivados pela sua fé, atravessaram o Atlântico, a fim de desenvolver seus trabalhos na implantação de uma nova fé designada por uma ação missionária estrangeira (LÉONARD, 2014).



Criados no estado de Goiás, fora dos padrões reconhecidos, incluíam-se o Curso de Enfermagem da cidade de Anápolis, criado em 1933, denominada Escola de Enfermagem Florence Nightingale e o Curso de Enfermagem instituído na cidade de Rio Verde, cujo nome era Escola de Enfermeiras da Casa de Saúde Evangélica, fundada no ano de 1937. Ambos foram implantados por médicos missionários protestantes, pioneiros na implantação de cursos de enfermagem no estado goiano. Buscavam, por meio de organizações religiosas, contar com a colaboração de enfermeiras da Inglaterra e dos Estados Unidos. Esses cursos funcionaram sem o devido reconhecimento e equiparação da EEAN, até o ano de 1947, em Anápolis e 1953 em Rio Verde. Inicialmente, eram reconhecidos apenas pelo governo estadual, segundo Aires (1985).

Todavia, em Goiás, as mudanças e o avanço na saúde contavam ainda com poucos serviços. Com a construção de Goiânia, iniciou-se o processo de formação de profissionais da saúde, entre eles da enfermagem. No ano de 1941, iniciou-se o processo de formação de profissionais de Enfermagem, consolidado em 1942, com a criação da Escola de Enfermeiras do Hospital São Vicente de Paulo. Implantado na capital, pelo arcebispo de Goiás, Dom Emmanuel Gomes de Oliveira, sob os auspícios da primeira dama do estado, Sr.<sup>a</sup> Dona Gercina Borges Teixeira, o curso seguia os princípios da Escola de Enfermagem Anna Nery, a escola padrão do país.

Entretanto, os cursos criados em Anápolis e Rio Verde não conseguiram suprir a necessidade de formar profissionais em uma grande proporção para atuarem no estado de Goiás. No período de 1937 a 1940, apenas 12 enfermeiras se formaram nessas duas instituições. Os cursos de enfermagem tinham duração de quatro anos, exigia-se a conclusão do ginásio, dedicação exclusiva e regime de internato.

Dessarte, o ensino de enfermagem em Goiás foi sendo delineado, a partir da

participação expressiva de médicos, advogados, farmacêuticos e outros profissionais radicados nas duas referidas cidades. As enfermeiras eram poucas e as estudantes (apenas mulheres) também. No início, a demanda ao curso se restringia às pessoas provenientes dos próprios municípios e de localidades circunvizinhas, mas a sua divulgação em igrejas protestantes situadas em outros estados da federação possibilitou o ingresso de um número expressivo, à ocasião, de estudantes oriundas de outros estados (São Paulo, Paraná, Rio de Janeiro) (GUIMARÃES, 2015, p. 17).

A questão da saúde pública, no estado de Goiás, passou a ser questionada nas mensagens de governadores, a partir de 1930, com o médico e interventor Pedro Ludovico Teixeira. O referido interventor retrata, no relatório enviado para o presidente Vargas, que o Serviço Sanitário prestado aos goianos, é bem crítico. Afirma ainda, nesse relatório que

“somente o governo federal pode resolver o problema” (CAMPOS, 1999, p. 231). Com a extinção da Diretoria de Higiene e com a criação do Serviço de Saúde, os serviços de saúde pública em Goiás são reorganizados pelo Decreto nº 714, de 19 de fevereiro de 1931 (GOIÁS, 1931).

Uma das alterações na regulamentação da saúde pública se refere ao médico “Somente os médicos legalmente habilitados poderão exercer as atribuições de delegados e inspetores de higiene” (Art. 18) “[...] sendo-lhes permitindo o serviço de clínica particular remunerada” (Art. 19) (BRASIL, 1931). No regulamento, o papel do médico é destacado, seja como responsável das medidas necessárias à saúde pública e também como idealizador de conhecimento, contribuindo para uma melhor compreensão sobre as doenças e os problemas da saúde da comunidade.

No mesmo regulamento, os municípios foram subordinados à autoridade da saúde pública, destinando 10% de seu arrecadamento para esses serviços. O documento ainda exigia dos dirigentes municipais o cumprimento das normas fixadas no regulamento. Em contrapartida, Campos (1999, p. 233) afirma que “a visão que o interventor Pedro Ludovico transmite nos diferentes documentos em que trata do serviço sanitário do estado é a de que ele não atinge seus objetivos, especialmente devido à falta de recursos orçamentários”. Isso reflete em um condicionante: as estatísticas os documentos do período apresentam referência à cidade de Rio Verde. Essas estatísticas retratam essa realidade?

As fontes, analisadas da Câmara Municipal, registram que os investimentos para a saúde pública eram de fato discutidas nas sessões da Câmara de vereadores. Entretanto, não foram localizadas fontes que revelem o percentual investido e como essa aplicação se destinava para a cidade. Nos depoimentos de Brito (2019), Oliveira<sup>67</sup> (2019) e Gonçalves (2019), tornam-se perceptíveis advenços relacionados à saúde pública na cidade de Rio Verde, no período em que estiveram estudando e/ou trabalhando como professora, na cidade de Rio Verde:

[...] a Saúde Pública era muito precária em Rio Verde. Você conhece a casa dos pobres, lá na esquina, lá embaixo quando você vai descer para ir para o Campestre? Tem uma casa na esquina. Pois é! Ali ficava os pobres que a Dona Marieta recebia. Crianças, mulher que perdia o marido, mulher que ficava abandonada, que o marido morreu, com 5 filhos, a Dona Marieta recebia tudo e tinha uma ajuda para dar comida e para eles ficarem acomodados. Nesse caso aí, como a casa era espírita e tinha a intenção de ajudar os pobres, a gente aproveitou para fazer Saúde Pública, então ia para lá para vacinar e para ajudar. Tinha já um posto de saúde inaugurado,

---

<sup>67</sup> Dona H. E. Oliveira, hoje com de 92 anos de idade.

inaugurado lá em cima, mas faltava tudo: médicos, enfermeiras, remédios. Era precário! Nesse posto de saúde, a gente pegava orientação, vacinas e toda orientação e levava, às vezes, uma funcionária para a Casa dos pobres para orientar as minhas alunas sobre vacinação, higiene, ensinar tudo ali para aquelas mães carentes demais da conta. Então ali era a Saúde Pública. [...] No campo, nas fazendas, ah! Não tinha nada não! Não! Não tinha condução pra ir, não tinha! Dr. Gordon, naquele tempo não tinha carro, isso era no ano de 1952 [...] (OLIVEIRA, 2019).

[...] Quando eu comecei estudar na escola, em 1960, por exemplo, tinha aulas de saúde pública na comunidade, nós dávamos, fazíamos as aulas práticas de saúde pública na comunidade de Rio Verde, em escolas, postos de saúde. Era ali que a gente aprendia a fazer saúde pública, em fazendas, né, íamos de carro, de jipe, do pastor o Reverendo Severino Gomes levava o jipe dele cheio para várias cidadezinhas ali ao redor para nós fazermos a saúde pública. Ficávamos hospedadas em fazendas, muitos precárias! Muito precárias. E ali, nós fazíamos a saúde pública. Existia,, naquela época um sistema que não sei de qual departamento, mas deve ser do Estado ou do país, a nível nacional ou estadual, que distribuía uns panfletos através de avião nas fazendas, então era campanha de vacinação, porque ninguém tinha muito rádio e não existia televisão para todo mundo e nós também não podíamos fazer uma divulgação tão intensa e imensa né, porque era grande o campo. Então, eles distribuía esses folhetos, exatamente quando eles estavam fazendo essa distribuição que nós íamos nas fazendas, para aproveitar a propaganda deles e a prática nossa, então, era muito bem feito, o serviço era muito bem feito de saúde pública, tinha uma professora específica, só de saúde pública (GONÇALVES, 2019).

[...] quando eu cheguei em Rio Verde, em 1967, fui trabalhar de atendente em um hospital chamado Pró-Cáritas, que era um hospital do estado [...] eu trabalhava bastante no hospital. Apresentava o hospital para as alunas da escola de enfermagem, [...] que estavam fazendo estágio, ajudava explicando alguma coisa que elas não estavam entendendo [...]. O hospital Pró-Cáritas era um hospital muito grande, mas só funcionava a ala de pediatria, não tinha médico suficiente para atender e nem enfermeiras na quantidade necessária, havia muitos problemas de carência de saúde [...] (BRITO, 2019.)

É sabido que a questão da saúde vinha sendo um ponto nevrálgico para a política goiana. Moraes (2012, p. 156) explica que as cidades goianas “não possuíam esgoto e água tratada. Fossas, quando existiam, ficavam próximas às cisternas, contaminando suas águas, disseminando verminose e infecções, agravando ainda mais o estado de saúde da população”.

Os participantes dos governos pouco se preocupavam com esses problemas, com algumas exceções e em algumas localidades. A saúde passou a ser objeto de preocupação do estado, somente a partir na gestão de Brasil Caiado (1925-1929). Como já mencionamos na seção anterior, sua política voltada para a saúde foi considerada a mais satisfatória e organizada, trazendo benefícios para todo o território goiano. Posteriormente, com Pedro Ludovico Teixeira no poder, os benefícios e a preocupação com a saúde pública goiana também a fizeram parte dos seus discursos políticos.

Ludovico considerava que os serviços de saúde deveriam ser nacionalizados e sustentados pela União, mesmo com o apoio financeiro dos Estados (MORAES, 2012). Em contrapartida, Maria Augusta de Sant’Anna Moraes (2012) declara que:

essa política de saúde tangenciou algumas cidades; a assistência à zona rural, todavia, ficou só no papel, a não ser por uma irrisória distribuição de remédios para alguns municípios do sul do estado, mesmo assim para satisfazer a interesses políticos (MORAES, 2012, p. 172).

O regulamento, implantado em 1931, definiu os procedimentos a serem seguidos pela saúde pública em todo o estado goiano. Segundo Campos (1999, p. 234), na ocasião,

o documento normatiza a casa, as ruas, a doença, as profissões, o trabalho, a escola, os alimentos, os hotéis e restaurantes, os hospitais, as farmácias, as barbearias, o lixo, o esgoto, a água, as igrejas e templos. Penetra e interfere em todos os recantos e meandros da vida da população.

Isso fez com que o território goiano fosse atendido, em sua extensão, por uma política sanitária de profilaxia geral, definida pelo regulamento, também para a zona rural, abrangendo não só o campo, mas as construções e atividades. Diante disso, ao analisar o regulamento com cerca de 1100 artigos, os artigos 494 a 590, em um total de 96 artigos, tratam especificamente “da fiscalização do exercício das profissões de médico, farmacêutico, dentista e das parteiras” (CAMPOS, 1999, p. 234), normatizando toda a ação sanitária.

Desse modo, a partir da vigência do Regulamento de Saúde Pública, o saber médico passou a ser luz no trabalho de saúde pública. Os médicos, quando no governo, passaram a organizar os serviços de saúde, utilizando-se da intervenção da medicina como suporte de mediação política e os médicos procuraram fazer dela uma tática de poder para os novos ocupantes do poder aos longos das novas décadas.

Os fatos políticos pós 1930 transcorreram de maneira teórica e prática, pois os encaminhamentos acerca da assistência médica, com o novo tempo que se fazia em Goiás, pouco evoluíram. A saúde pública ainda se mantinha estagnada em vários aspectos, muito se tinha por fazer.

Nesta seção, foi percorrido o caminho do cenário de constituição e dos primeiros anos de desenvolvimento do Hospital Evangélico de Rio Verde, por meios das fontes e dos vestígios de seus primeiros anos de funcionamento, entrelaçados com o percurso da enfermagem e sua relação com a saúde pública goiana.

O hospital, visto como um espaço de aprendizagem e articulação entre docentes e profissionais de seu corpo de enfermagem, tornou-se um espaço privilegiado para inovações de ensino e cuidado da enfermagem em Goiás.

Dessa maneira, a criação da Escola de Enfermagem estava intrinsecamente relacionada à história do hospital, visto que, na concepção de seus fundadores, a enfermagem deveria

garantir qualidade técnica à equipe de assistência e suprir a carência de enfermeiras no hospital e também na região.

Assim, na próxima seção, será feita análise da conjuntura de todo processo de instalação, organização e funcionamento da Escola de Enfermagem Cruzeiro do Sul, que é o objeto desta pesquisa.

### **3 O CENÁRIO DE CONSTITUIÇÃO DA ESCOLA DE ENFERMAGEM CRUZEIRO DO SUL: APONTAMENTOS SOBRE O PROCESSO DE INSTALAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO**

*[...] Era um prédio de dois andares normais e um subsolo, totalizando três andares, onde nesse subsolo ficava a sala de procedimentos de enfermagem para as aulas práticas da escola. E os dois andares o primeiro e ao resto do chão que dava para a rua. Era arredondado na frente com uma varanda bem grande que a gente podia ficar a tarde ali sentada, conversando nas horas de folga. E era um prédio mais para comprido do que largo, então para ir para o hospital a gente descia por dentro até passar nesse subsolo que era reto com o hospital e a gente ia e voltava para o hospital a pé ali, porque era perto.  
(HÉLIA EMRICH DE OLIVEIRA, 2019).*

No depoimento de Dona Hélia Emrich de Oliveira, pode-se verificar a percepção que ela faz em face à constituição da arquitetura do prédio da Escola de Enfermagem Cruzeiro do Sul. O que marcadamente mostra o significado da escola na memória da ex-professora, ex-diretora e também ex-funcionária do Hospital Evangélico. Essa memória ligada ao prédio da escola também é retratada nas memórias de todos os sujeitos entrevistados nesta pesquisa, evidenciando ser uma construção imponente, grandiosa e de marcas visíveis.

Diante disso, procura-se, nesta seção, identificar a imagem que se construiu da Escola de Enfermagem Cruzeiro do Sul, no período de 1937 a 1969, com o seu processo de instalação, organização e funcionamento. Partindo dessa perspectiva, esta análise permitirá um entendimento mais aprofundado dos atores que se relacionaram diretamente com essa instituição educativa.

Por meio de um levantamento histórico mais detalhado, buscou-se conhecer a origem e o percurso da instituição de saúde que teve ligação com a história, na formação de enfermeiras, em Rio Verde. A compreensão da historicidade de um espaço geográfico e cultural permite entender os acontecimentos de cada época. Vale ressaltar, inicialmente, que todos os hospitais e escolas são construídos para atender às necessidades de uma comunidade, devendo ser construídos segundo modelos de assistência necessária para aquela população, e com a Escola de Enfermagem Cruzeiro do Sul, não foi dessemelhante.

Dessa maneira, procurou-se respeitar suas especificidades, porque cada instituição tem a sua história. Logo, ao se pesquisar a história de uma instituição escolar, o estudo não pode ser realizado de modo superficial, mas devem ser analisados todos os caminhos, projetos e lembranças possíveis que fazem parte e contam a história de sua identidade e a importância histórica.

A EECS (Escola de Enfermagem Cruzeiro do Sul) se encontra extinta, mas suas memórias deixaram rastros e evidências de uma história delineada por muita dedicação e compromisso com a formação das enfermeiras o que consistia no objetivo a que a instituição se propunha.

Por meio de relatos, percebe-se o apreço pela EECS a qual inicialmente foi denominada EECSE (Escola de Enfermeiras da Casa de Saúde Evangélica), conseqüentemente, essa instituição se constituiu um ícone de uma época, ou melhor, de várias épocas, já que se consideram os relatos de ex-alunas e ex-funcionárias com idades diferentes e que estudaram e também trabalharam nessa mesma instituição.

Ressalta-se que, apesar das poucas fontes, serão mostradas percepções sobre um determinado tempo, aliado à formação das enfermeiras, tendo o olhar atento do pesquisador ao desenvolvimento da pesquisa e elaboração desta tese. Mesmo com dificuldade de se localizar fontes e objetos, foi possível catalogar e representar memórias que referenciavam algumas pessoas e também o período determinado.

### **3.1 A instalação, a construção e o processo de reconhecimento da Escola de Enfermagem Cruzeiro do Sul**

Como já mencionado, na seção anterior, a Escola de Enfermagem em sua gênese, teve suas atividades iniciadas no prédio da Casa de Saúde Evangélica. Por meio da Ata de instalação da instituição, vislumbram-se os anseios do médico missionário Dr. Gordon no dia da criação da escola, com o desejo de que a escola chegasse aos padrões da Escola de Enfermagem Anna Nery<sup>68</sup>, do Rio de Janeiro.

Ao primeiro dia do mês de setembro de hum mil e novecentos e trinta e sete na sala do Consultório sob a direção do Dr. C. Gordon e com a presença de sua digna esposa D. Helena Gordon e da enfermeira Beatrice Lenington, D. Else Emrich, Srts. Maria Bueno, Maria Marques, Anesia Pimenta, Luiza Vieira e várias outras pessoas, incluso o que lavro essa ata por solicitação do Dr. Donald C. Gordon. A reunião foi iniciada com uma oração por Donald Gordon, em seguida o mesmo passou a explicar as finalidades da escola, salientou que o maior obstáculo que estava encontrando para a continuação dos serviços médicos aqui em Rio Verde era a falta de pessoal capacitado na parte de enfermagem e que o êxito do médico depende muito das enfermeiras, que o trabalho médico sem o de enfermeiras é quase nulo, que os doentes e as necessidades de um serviço médico se faz sentir com urgência, e que esta necessidade têm ele notado se faz sentir em todo interior do Brasil por onde

---

<sup>68</sup> O Decreto n° 20.109, de 15 de junho de 1931, regulou o exercício de enfermagem no Brasil, o qual instituiu a Escola de Enfermagem Anna Nery (EEAN) como modelo padrão para reconhecimento das demais escolas de enfermagens do Brasil (BRASIL, 1931).

tem passado e especialmente Goiás e Mato Grosso. Pensando nisso convidou a capacitada e culta enfermeira D. Beatrice Lenington que se acha aqui presente para organizar e dirigir uma Escola de Enfermeiras para satisfazer as necessidades urgentes do nosso povo; salientou ainda que a Escola regerá os princípios básicos da enfermagem e que doravante vem a lutar por ela, até chegarmos a Escola Padrão Anna Nery, sendo estes os meus planos e minhas aspirações convidei-vos hoje para esta reunião para comunicar-vos que neste momento se instala a Escola de Enfermeiras da Casa de Saúde Evangélica, apresento-vos as primeiras alunas da Escola Maria Bueno, Maria Marques, Anesia Pimenta e Luiza Vieira. D. Helena usou da palavra dizendo estar muito feliz por ver um grupo de jovens tão entusiasmadas por uma profissão tão digna e nobre como a Enfermagem. D. Gordon agradeceu a presença de todos e não havendo mais nada a tratar encerrou-se a reunião, e para constar o que se passou eu, Epaminondas Portilho que por solicitação secretariei essa reunião, lavrei a presente ata de fundação a qual vai por mim assinada. Ass: Epaminondas Portilho (ATA DA FUNDAÇÃO DA ESCOLA DE ENFERMEIRAS DA CASA DE SAÚDE EVANGÉLICA DE RIO VERDE – GOIÁS, 1937).

Dr. Gordon, convidou a missionária e enfermeira<sup>69</sup> recém diplomada para ajudá-lo na instalação da instituição na cidade de Rio Verde e para assumir a direção da EECS. Pelas fontes analisadas, verificou-se que seu nome verdadeiro era Beatriz Lenington, a sétima filha do missionário Roberto Frederico Lenington e de Adielah (Ada) G. Houston, e seus avós trabalharam também como missionários na Bahia, Robert Lenington e Martha Dale (NASCIMENTO, 2008).

No dia 1º de setembro de 1937, em Rio Verde/GO, funda-se a Escola de Enfermeiras da Casa de Saúde Evangélica. A instituição recebeu esse nome, pois teve seu início dentro da Casa de Saúde Evangélica onde Dr. Gordon atendia a população rio-verdense. Na documentação que se dispunha para análise, não foi localizada a sua lei de criação. A Escola passou a ser a “menina dos olhos” da cidade e nela estavam representadas as projeções de um ideário para a saúde, não apenas para o município, mas para todo o interior goiano.

Segundo o Prospecto de 1944, o casal Gordon,

sentiu necessidade de cooperação no serviço de Enfermagem da Casa de Saúde local, então instalada, bem como visaram preparar moças, capazes de desempenhar o papel de enfermeira nesta cidade, onde não existiam elementos dessa ordem (PROSPECTO DA EECSE, 1944, p. 1).

#### **DONS FINS**

Além de se preocuparem com a situação do momento, visavam também dar às novas alunas um sólido preparo técnico-científico, de modo a beneficiar todas as

---

<sup>69</sup> Beatriz, nascida em Curitiba, diplomou-se em 1929 no curso ginásial do Mackenzie College. Em seguida, foi para a Califórnia, obtendo o bacharelado em artes no Occidental College, em Los Angeles, e o grau de enfermeira (R.N.) no Hospital Geral de Pasadena, em 1935. Após algum tempo de trabalho prático em diversos locais, retornou ao Brasil no dia 15 de julho de 1937, indo depois trabalhar, por breve tempo, em Rio Verde/GO como auxiliar do Dr. Donald C. Gordon na grande obra médico-hospitalar que estava sendo iniciada naquela cidade.



candidatas matriculadas no Curso, transmitindo-lhes conhecimentos que lhes garantissem plena exercício de sua profissão, assim como uma ordenação cristã, que pudesse desenvolver em cada uma o espírito humano, seguindo os exemplos de Cristo. E' portanto uma Escola essencialmente Evangélica, devendo as alunas que a ela se filiam ficarem sujeitas a comparecer aos trabalhos religiosos, quer de caráter público, quer particular e, mesmo que não professem a mesma crença, respeitá-la em tudo, assim contribuindo para o bom êxito no cumprimento de seu programa de ação.

*Desde a sua fundação, a Escola tem como o objetivo o aperfeiçoamento integral de suas alunas, exigindo para isso, das mesmas, alguns característicos pessoais, tais como: caráter elevado, boa conduta, senso de responsabilidade, saúde física e mental e um certo grau de instrução: - no mínimo 5 anos de preparo (PROSPECTO DA EECSE, 1944, p. 2, grifos da autora).*

É importante observar que, nesse prospecto, o objetivo da Escola é mencionado nas características que as candidatas deveriam possuir para pleitear uma vaga no Curso de Enfermagem, dentre elas destaca-se “um certo grau de instrução, no mínimo 5 anos de preparo” (PROSPECTO DA EECSE, 1944, p. 2). Não obstante, a Escola de Enfermagem Cruzeiro do Sul, desde sua primeira turma iniciada em setembro de 1937, foi organizada para que o curso fosse de três anos.

Por meio do Decreto-Lei nº 20. 109, de 15 de junho de 1931, o qual regulava o exercício da enfermagem no Brasil e fixava as condições para a equiparação das escolas de enfermagem no país, determinava-se que, em seu Art. 2º: “A Escola de Enfermeiras Ana Nery, do Departamento Nacional de Saúde Pública, será considerada a escola oficial padrão” (BRASIL, 1931). Com isso, o título de enfermeira ou enfermeiro diplomados só poderiam ser reconhecidos depois de registrados no Departamento Nacional de Saúde Pública.

A inspeção da escola que desejasse a equiparação ficava a cargo de uma enfermeira diplomada com prática de ensino e administração de escolas de enfermeiras, sendo indicada pela diretoria da Escola de Enfermeiras Anna Nery e designada pelo Ministério da Educação e Saúde Pública. Essa inspeção só era efetiva após a escola já ter completado dois anos de funcionamento. Dentre os requisitos exigidos para a equiparação, havia o da instituição de ensino pleiteadora a qual deveria dispor de hospital, no qual pudesse ser ministrada instrução prática da enfermagem que incluísse serviços de cirurgia, medicina geral, obstetrícia, doenças contagiosas e de crianças, com o mínimo de 100 leitos.

De acordo com o Art. 4º, da referida Lei,

As escolas de enfermagem oficiais ou particulares que desejarem a equiparação deverão solicitá-la ao Ministério da Educação e Saúde Pública, descrevendo em detalhe a organização dos cursos, as instalações materiais e composição e títulos do professorado, enviando exemplares dos seus estatutos, regulamentos e regimento internos (BRASIL, 1931).

A lei mencionada ainda apresentava requisitos básicos para a equiparação, ao submeter as escolas candidatas a outra que já pertencia a uma organização moldada na escola oficial padrão, especialmente no que diz respeito:

- a) direção que será sempre confiada a uma enfermeira diplomada, com curso de aperfeiçoamento e experiência de ensino e administração em institutos similares; às condições para admissão de alunos; à duração do curso; à organização do programa desse curso; disporem de hospital em que possa ser dada instrução prática de enfermagem, e inclua serviços de cirurgia, medicina geral, obstetrícia,
- b) doenças contagiosas e de crianças, com o mínimo de 100 leitos, adequadamente distribuídos pelos serviços mencionados, sendo a teoria e prática de enfermagem sempre dirigidas por enfermeiras diplomadas e por um prazo de tempo igual ao da escola padrão.

*Parágrafo único.* Será facultado às escolas, no caso do hospital não possuir todos os serviços acima enumerados, enviar as suas alunas a outros hospitais que estejam nas mesmas condições relativas ao ensino da teoria e prática de enfermagem (BRASIL, 1931).

Diante de tais constatações, realizou-se uma busca por respostas para tentar compreender o processo de criação da EECS. Examinaram-se, na documentação que se dispunha, vestígios de alguma fonte que pudesse revelar se, de fato, houve a equiparação da escola EECS junto à escola-padrão Anna Nery. No levantamento de todas as fontes, não se conseguiu identificar nenhum indício do processo de equiparação, a fim de que a EECS regularizasse sua atividade educacional enquanto Escola de Enfermagem.

Nessa janela de investigações, foram feitas indagações sobre o porquê de a escola não conseguir se ajustar a esse padrão de equiparação: faltaram recursos pessoais (corpo docente capacitado)? O hospital não atendia às exigências médicas dispostas na lei? O prédio da escola não correspondia às prerrogativas da lei? Faltou interesse por parte do missionário Dr. Gordon e/ou da direção da escola? A escola não dispunha de regimento e estatuto? Para responder a esses questionamentos, haveria necessidade de novas interpretações e confrontos, mas a falta de fontes documentais e orais impossibilitou a obtenção de tais informações.

No ano de 1937, quando a EECS estava sendo criada na cidade, a então Escola de Enfermagem Anna Nery foi incorporada à Universidade do Brasil, como instituição complementar, seguidamente, pela Lei nº 452, de 05 de julho de 1937 (BRASIL, 1937). Dessa forma, a EEAN passou a ser incluída entre os estabelecimentos de Ensino Superior da Universidade do Brasil, sob a vigência do Decreto-Lei nº 8.393, de 17 de dezembro de 1945 (BRASIL, 1945). Assim, de 1937 até o ano de 1949, a EEAN foi utilizada como escola padrão aos cursos de enfermagem do Brasil.

Entretanto, a EECS, de 1937 até o ano de 1949, funcionou sob a vigência do Decreto nº 20.109, de 15 de junho de 1931, segundo revelado pelas fontes, mas sem a equiparação à escola padrão Anna Nery. Portanto, os diplomas que expedia demonstravam que não estavam regularizados segundo as prerrogativas da lei (BRASIL, 1931). Posto isso, ficou assim configurado o cenário inicial de constituição da EECS, nesse período, com seis turmas formadas e que foram diplomadas nessas condições.

É importante delinear todo o percurso histórico no processo de criação, instalação e funcionamento dessa instituição, a fim de ilustrar o contexto cultural, legislativo e das transformações sociais que favoreciam a demanda educacional em que se compreendia a EECS. Nesse ínterim, a EECS se estabelecia enquanto instituição que diplomava enfermeiras e na busca pela construção do seu prédio próprio.

O conjunto escolar Cruzeiro do Sul foi composto por um edifício distinto, com arquitetura *art déco*<sup>70</sup> e estava localizado em um quarteirão denominado “quarteirão da saúde” e também denominado pelos atores que ali vivenciaram suas memórias, por “quarteirão branco”, mas de maneira independente ao Hospital Evangélico, localizava-se dentro do mesmo terreno<sup>71</sup>.

Estava localizada a Rua Abel Pereira de Castro<sup>72</sup>, do lado esquerdo perpassava a Rua Almiro de Moraes, do seu lado direito ladeado pela Rua Nizo Jaime de Gusmão e, por detrás da escola, estava a Rua Rosulino Ferreira Guimarães. A quadra compunha um conjunto arquitetônico com a casa do diretor do hospital, consultórios e casas de missionários.

Com o crescimento da cidade, o local se tornou movimentado. Pode-se dizer que, nas proximidades da escola, estavam localizados vários comércios como a farmácia que ficava em frente à escola, farmácia Nossa Senhora da Penha, a farmácia Nossa Senhora da Guia (em frente a Agência dos Telégrafos) e o Armazém da Dona Maria Cândida e a Agência de Telégrafos.

---

<sup>70</sup> A arquitetura de tendência *art déco*, assumida no Brasil a partir das décadas de 1930 e 1940, estava ligada a construções da indústria, moradias, igrejas, escolas, clubes, fábricas entre outras. Na arquitetura, recebeu impulsos do cubismo, do futurismo, do expressionismo e de outros movimentos das artes plásticas, ao mesmo tempo em que absorveu influências diversas de arquiteturas anteriores e contemporâneas. Conciliava aspectos do racionalismo moderno e vínculos com o ecletismo. Está vinculada à arquitetura *beaux-arts* e situada em seu apelo decorativo, que se expressa por meio da volumetria em composições marcadas pelo jogo de formas geométricas e/ou de fachadas com elementos figurativos de forte conotação ornamental. Outro vínculo da arquitetura de viés *art déco* com o passado diz respeito ao uso – com certa frequência – do método *beaux-arts* de composição, pela adoção de regras referentes a simetria, axialidade e hierarquia na distribuição da planta, na organização das fachadas e na disposição da volumetria, expressas, entre outras coisas, na ênfase conferida ao acesso principal e na repartição da fachada em base, corpo e coroamento (CORREIA, 2008).

<sup>71</sup> É importante mencionar a Figura 5 dessa pesquisa, onde relacionamos o Prospecto do Quarteirão da Saúde.

<sup>72</sup> Essa rua teve o nome de Rua Campo Alegre e depois de Rua Goiás, mais tarde é que foi denominada Abel Pereira de Castro.

A escola estava bem próxima de duas praças. A praça da matriz Joaquim da Silveira Leão, junto à Igreja Nossa Senhora das Dores e duas ruas abaixo, a praça 5 de Agosto. Com a construção do novo prédio físico da Escola de Enfermagem Cruzeiro do Sul, que pode ser verificado na Figura 14, registra-se a importância dada à construção de um espaço escolar e ao internato, para o bem estar das alunas e professoras. Esse prédio as acomodava em quartos arejados, salas amplas e com espaços destinados à alimentação (copa), lavanderia, banheiros grandes para cada andar, biblioteca, sala da direção e secretaria, bem como um lugar adequado às práticas de atividades físicas e áreas de lazer.

**FIGURA 14** - Fachada da Escola de Enfermagem Cruzeiro do Sul e vista lateral, 1953



**Fonte:** Acervo da Secretaria de Educação do Estado de Goiás – Coordenação de Rio Verde

Trata de uma construção moderna com três andares dispostos da seguinte forma: no térreo e segundo andar, havia as salas de aula, laboratórios, secretaria, biblioteca, sala de visitas e copa; no terceiro, ficava o internato.

Por meio das fontes examinadas, não foi possível identificar a data de inauguração do prédio novo da escola, mas há indícios de que foi inaugurado no início dos anos de 1950, conforme se pode observar na narrativa de Hélia Emrich de Oliveira “eu comecei a trabalhar na escola no começo do ano de 1952 e o prédio já tinha sido inaugurado, acredito que sua construção começou no fim da década de 40 e ficou pronto no começo de 1950” (OLIVEIRA, 2019).

Ao observar a pasta com toda a documentação do Processo de Reconhecimento da EECS, que teve seu início junto ao Ministério de Educação e Cultura, em 1953, observou-se uma descrição minuciosa das instalações de todo prédio escolar.

## DESCRIÇÕES DAS INSTALAÇÕES DA ESCOLA

O prédio, de três pavimentos, é moderno, bem construído, amplo e agradável. Está situado à Rua Goiás, nº 14. Embora esteja dentro do quarteirão onde está o Hospital Evangélico, é completamente independente e isolado, possuindo entrada própria.

A porta de entrada é precedida de pequena área coberta, tendo na frente um bonito jardim e árvores frondosas.

Logo à entrada encontra-se uma sala de estar e de visitas muito ampla, de forma irregular medindo 8,40m x 5,30m.

Apresenta mobiliário moderno constando de: 8 poltronas, um sofá, mesa de centro, estante aberta para revistas, porta chapéu, piano e rádio-vitrola.

Ao lado esquerdo desta, a diretoria, sala de forma ovalada, bastante ampla, constando de: escrivaninha, duas cadeiras, 3 poltronas, uma estante para livros, mesinha de centro e um porta-cartazes. Serve também para reuniões do corpo docente.

Por uma porta que fica de frente à esquerda dá entrada à secretaria. Esta tem forma quase quadrada, medindo 3,70m x 3,50m. Tem dois armários embutidos e outra porta que se comunica com o quarto da Diretora. Contém duas escrivaninhas, duas máquinas de escrever, sendo uma Royal e a outra Remington Rand, mesinha própria para uma das máquinas e um arquivo de aço. Possui mimeógrafo à álcool e demais materiais de expediente de escritório.

Por outra porta central, comunica-se com o pequeno hall, onde há uma escada que desce para o rés do chão e outra que sobe para o pavimento superior. As escadas são iluminadas por amplas janelas de vidro. Nestê fica uma mesa com um livro de controle de saída das alunas.

Êste hall é seguido de longo corredor, com portas para o referido corredor, à esquerda ficam:

- 1- Apartamento da diretora, constando de:
  - a) Quarto medindo 3,50m x 3,70m, uma porta que comunica-se com o corredor interno. É mobiliado com cama de molas, escrivaninha, cômoda com grande espêlho e sapateira.
  - b) Corredor interno que se comunica com a secretaria e com a porta do banheiro. Nele fica uma mesinha pequena e uma cômoda.
  - c) Banheiro medindo 2,90m x 1,70m. Contém um armário embutido, cadeira comum, penteadeira com espêlho, chuveiro elétrico e vaso sanitário.
- 2- Dois dormitórios medindo 3,50m x 3,75m cada um. Ambos com janelas amplas medindo 1m x 1,80m. Contém cada um, dois armários embutidos, cama com colchões de mola, mesas de gavetas, quebra-luzes, cômodas e sapateiras, morando duas alunas em cada quarto.
- 3- Dormitório medindo 3,50m x 2,75m, com janelas de 1,90 x 1,60m, 2 armários embutidos e camas com colchões de molas. Têm cortinas escuras e serve para dormitório para as alunas que fazem plantão noturno.

À direita ficam:

- 1- Dois dormitórios medindo 3,40m x 3,75m, com dois armários embutidos, camas com colchões de molas, mesas de gavetas, quebra-luzes, cômodas e sapateiras.
- 2- Banheiro medindo 2,90m x 1,70m tendo um corredor interno com um armário embutido e uma porta que comunica com um cômodo que contém 3 boxes com chuveiros e 2 pias. De outro lado do corredor interno, 2 boxes com vasos sanitários.
- 3- Uma sala medindo 3,50m x 2,75m, com uma janela e um armário embutido, 1 mesa e 1 fogão a gás. Pequena copa para emergência.

No andar superior ficam:

Biblioteca ocupando uma área de 3,90m x 5,30m, contém 5 estantes e cerca de 1600 volumes, entre livros e coleções de revistas. Uma mesa grande e uma pequena. Um sofá e poltronas, também algumas cadeiras. Uma porta que se comunica com: área aberta, ampla de forma ovalada. Outra porta que se comunica com o longo e amplo corredor, no qual ficam:

Do lado esquerdo: 6 dormitórios e do lado direito 4 dormitórios e banheiros do mesmo tamanho e mobiliário da mesma maneira que os descritos no andar

térreo. Sala medindo 3,50m x 2,75m, com uma janela, armário embutido, escrivaninha, mesa e arquivo. É sede do Centro Acadêmico “Helena Gordon”. No fim de cada corredor há um armário embutido e estante de canto com filtro. No rés do chão ficam:

Um corredor com salas de aula em número de 3, sendo:

Uma sala grande medindo 5,10m x 6,85m, com três janelas medindo 1,90m x 1,20m. Contém: quadro negro, escrivaninha com cadeira, 14 cadeiras de braço e bastante confortáveis, 2 armários embutidos com livros e material didático. Uma estante para coisas anatômicas, uma mesa com tampo de mármore, um suporte para esqueleto e uma mesa para o busto anatômico de gesso.

A segunda sala medindo 3,70m x 7,20m com duas janelas de 1,90m x 1,20m. Contém: dois armários embutidos com bandejas e material para demonstrações técnicas. Duas camas com colchões de mola, uma mesa de cabeceira, quadro negro e 12 cadeiras de braço.

A terceira sala medindo 4,70m x 2,60m com quadro negro embutido, uma janela ampla e uma porta para o pátio. Tem uma pia, 13 carteiras, mesa e cadeira para o professor.

Sala medindo 2,20m x 3,70m, onde funciona a passadeira da Escola.

Cubículo debaixo da escada que serve de depósito para camas e móveis.

Ampla e espaçosa área medindo 7,90m x 3,70m, dando para o pátio.

Contém mesa de pingue-pongue e é usada para reuniões sociais.

No pátio existe uma boa quadra para esportes, cimentada, em tamanho oficial, servindo para jogos de basquetebol, voleibol, futebol de salão.

O refeitório fica no hospital que é anexo. É amplo com 5 mesas para 8 pessoas e é usado não apenas pelas alunas e enfermeiras, mas também pelos médicos. É suficiente para as necessidades. A louça e os talheres são de boa qualidade e também em número suficiente (PROCESSO DE RECONHECIMENTO DA ESCOLA DE ENFERMAGEM CRUZEIRO DO SUL, 1953).

O que se destaca é a arquitetura do prédio, uma vez que era muito moderna para aquela época. Nesse ínterim, as propagandas da escola, por meio de encartes, dos quais dois foram localizados nas fontes pesquisadas, faziam referência à exuberância e à modernidade de um prédio novo para uma instituição relevante na cidade. Diante disso, a escola estava construída e poderia responder às exigências normativas para o seu reconhecimento enquanto escola de enfermagem.

Os relatos descritivos de como as alunas e também ex-funcionárias viam o prédio físico da instituição demonstram a dimensão que a escola possuía.

[...] Na minha opinião, eu achava um prédio bonito, era um prédio, não sei bem que estilo seria de arquitetura, mas era um prédio moderno, pra época, já era moderno. Três andares, né, com escadas, escadas com corrimão, de cimento, de piso muito bem feito, encerado até me lembro disso (*risos*). Os quartos, em cada andar... tinha uns seis a oito quartos, então era grande, com banheiro no fundo do corredor. E a escola era nesse terceiro andar que era o de maior número de quartos, o de segundo, no segundo havia alguns, mas como já existia salas, nesse segundo andar, que diminuía um pouco o número de quartos. Ele ficava com menos e o primeiro andar era onde ficava a diretoria, secretaria, sala de estar, biblioteca, copa, nós tínhamos uma copa, copa, por causa de lanches e problemas assim de alimentação, por causa do horário dos plantões, porque, muitas vezes, a gente chegava pra tomar café ali mesmo na escola ou tomava um café antes de ir para o plantão noturno, por exemplo, né. Então, a escola era muito bem fisicamente, ela era bem construída. Tinha parte térrea, tinha sala de pingue pongue, uma frente bonita, uma sala de estar grande. Em cima, lá no alto, no terceiro andar, tinha uma sacada, livre, que a gente

podia ficar tomando sol, ali, né. Então, eu nunca tive queixa desse aspecto de estrutura física da escola, porque era bem, bem folgada, bem ampla [...] (GONÇALVES, 2019).

[...] A escola era de dois andares, que ficava a diretora, as professoras e as enfermeiras que moravam lá e não tinham famílias, moravam todas lá no segundo andar. No primeiro andar, era escritório, biblioteca [...] tinha a copa, para tomar café de noite, [...] tinha o salão de reunião que era muito grande, tinha o gabinete da diretora [...] (BRITO, 2019).

[...] entrava numa sala muito grande e, na sala grande tinha um escritório, um escritório lá de outras pessoas, não era eu que mexia nesse não. E para cá, tinha o meu escritório, a secretaria [...]. Depois das salas, era um corredor comprido [...] que dava no corredor dos quartos das meninas. Depois, agora para cima eu não entrava muito, né. Eu entrava na biblioteca. [...] Embaixo tinha o banheiro da diretora e eu usava também (CRUVINEL, 2019).

[...] Tinha o térreo, né, onde tinha as salas de aula, depois a gente subia tinha os quartos, tinha uma sala de visita, onde tinha um piano e tinha os quartos e tinha a secretaria da escola que era no primeiro andar, aí depois você subia, tinha um outro andar também que era só quartos. E tinha uma biblioteca na frente, era uma biblioteca muito boa (DUARTE, 2019).

[...] Era um prédio de dois andares normais e um subsolo, onde, nesse subsolo, ficava a sala de procedimentos de enfermagem de todo problema de prática da escola. E os dois andares o primeiro e ao resto do chão que dava para a rua. Era arredondado na frente com uma varanda bem grande que a gente podia ficar a tarde ali sentada, conversando nas horas de folga. E era um prédio mais para comprido do que largo, então para ir para o hospital a gente descia por dentro até passar nesse subsolo que era reto com o hospital e a gente ia e voltava para o hospital a pé ali, porque era perto (OLIVEIRA, 2019).

Por meio dos relatos das depoentes, pretendeu-se elucidar o cotidiano e as características da EECS nos seus trinta e dois anos iniciais (1937-1969), vivenciados por professores e alunas. Além disso, pode revelar fatos do dia-a-dia que desencadearam experiências distintas, porém complementares.

Os depoimentos das ex-alunas e ex-funcionárias relatam que o ambiente era considerado bem-equipado e moderno para a época. Era composto de copa, quartos, banheiros, salas de aula, sala de visitas, laboratório, biblioteca, quadra de esportes, para proporcionar às alunas internas um lugar com conforto, propício à aprendizagem. Os ambientes compartimentados estavam em consonância com as prerrogativas da época, e os espaços obedeciam às exigências em relação à higiene nos aposentos da escola, conforme registros documentais.

O que se pode ver, na Figura 15, são parte de dois cômodos da EECS, a biblioteca e a sala de visitas.

**FIGURA 15:** Biblioteca e sala de visitas, 1953.



**Fonte:** Acervo da Secretaria de Educação do Estado de Goiás – Coordenação de Rio Verde.

A organização do espaço escolar da EECS tinha uma função pedagógica que contribuía na formação da enfermeira, uma vez que era dotada de bons hábitos, como: a aplicação aos estudos, hábitos de limpeza, gosto pela ordem, disciplina, organização, entre outros.

A biblioteca era utilizada pelas alunas quase que diariamente, a secretária da escola era responsável em anotar o controle dos livros. Em seu depoimento, a aluna Araciara afirmou que “a biblioteca era muito boa, didática, com livros didáticos, havia livros até em inglês, espanhol, português. O Dr. Gordon comprava, tinha livros clássicos, romances da literatura. A sala da biblioteca era um lugar bem aconchegante!” (GONÇALVES, 2019).

A secretária Dayse atestou que fez um levantamento dos livros existentes na biblioteca, mas não conseguiu terminar, por conta do trabalho dedicado na secretaria da escola, “eram muitos, muitos livros, tinha livros que vinha do MEC, outros que Dr. Gordon comprava. A secretária era responsável pelo controle, anotávamos no caderno esse controle de empréstimo” (CRUVINEL, 2019). Nas fontes catalogadas, não foi localizado nenhum registro em livro ou caderno, com o controle de anotações da biblioteca da EECS, tampouco a relação da quantidade de obras e de todo acervo literário e didático de que a biblioteca dispunha.

Na sala de visitas, aconteciam várias reuniões da turma de alunas e professores, como Dona Helena Gordon, gostavam muito das práticas artísticas. As aulas de orfeão junto ao coral, músicas cantadas com violão, acordeon e piano faziam parte das atividades realizadas com a finalidade apenas de que as jovens participassem desses momentos dentro da escola e também da igreja presbiteriana que tinha seu próprio coral do qual algumas alunas faziam parte.



Nas memórias de Dona Araciara, pode-se ver a alegria quando se relembra das atividades que realizavam na sala de visitas da escola:

[...] A Dona Helena tocava piano, a escola tinha piano, ela ia lá também para tocar piano, alguns médicos e missionários novos que chegavam lá para morar participavam das nossas festinhas, na sala de visitas da escola, era muita música tocadas no piano, hinos evangélicos, muitas reuniões também, tudo ali dentro do contexto presbiteriano (risos), na sala de visitas, que era o lugar de entretenimento [...] (GONÇALVES, 2019).

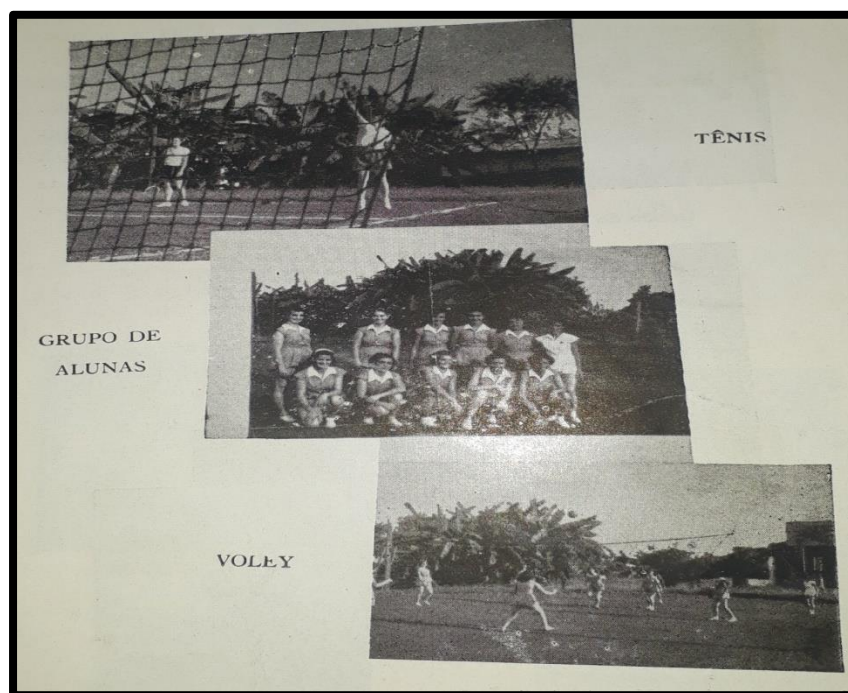
A incorporação dessas práticas, no dia a dia da instituição, tornava o ensino diferenciado. Com isso, era realçado nas alunas o espírito de liderança, engajando-as na manutenção e organização dos saraus literários e outras atividades organizadas pelo Centro Acadêmico.

De acordo com o Prospecto em análise, datado de 1953, o prédio físico da escola apresentava modernos requisitos higiênicos, uma boa iluminação e ventilação, com dormitórios para alunas e professores, sala de música onde havia aula de Orfeão, secretaria, escritório da diretoria, biblioteca, sala de visitas. Esse espaço era para que as alunas recebessem seus amigos e familiares nos dias específicos como constava no “Guia da Aluna<sup>73</sup>”. Caso as alunas convidassem seus familiares e amigos para almoçarem na escola, era preciso, antecipadamente, comunicar à Dietista da Escola.

Havia também, nas dependências da escola, quadra de vôlei, bola ao cesto e tênis, pingue-pongue, onde as alunas, sob orientação dos professores realizam a prática de esportes.

---

<sup>73</sup> Não foi localizado, pela pesquisadora, nenhuma fonte documental com essa nomenclatura, no entanto, nos relatos, é possível confirmar a existência dele.

**FIGURA 16** - Prospecto, 1953 – Esportes

**Fonte:** Acervo pessoal de Sylvia Woodall Gordon.

Na Escola, havia instalações para a realização de aulas de Educação Física, pois as atividades físicas e de ginástica eram consideradas importantes para as alunas de enfermagem, a fim de que elas adquirissem resistência física e que fossem preparadas para a vida profissional, a qual, além de exigir um enorme dispêndio de energia, as exporiam a contágios. Em vista disso, havia, no horário da escola, um tempo destinado para exercícios físicos ao ar livre.

A Figura 17 ilustra as alunas praticando exercícios físicos, como o pingue-pongue e vôlei. Com base nos relatos delas, foi possível perceber a preocupação por parte da diretora em orientá-las quanto à preparação física, mental, intelectual e o bem estar da saúde. Por esse motivo, a prática de esportes era de grande relevância. O espaço das árvores e do gramado em volta da escola também eram usados para esse fim, além dos passeios em fazendas e rios que também eram realizados pelos professores e pelas alunas da escola<sup>74</sup>.

---

<sup>74</sup> As aulas de Educação Física da EECS não estavam prescritas no currículo do Curso de Enfermagem, mas podem revelar que essas atividades aconteciam nos espaços educacionais, como na quadra de esportes, a fim de proporcionar uma vida saudável para as alunas.

**FIGURA 17:** Mesa de pingue-pongue e quadra de vôlei e basquete, 1953



**Fonte:** Acervo da Secretaria de Educação do Estado de Goiás – Coordenação de Rio Verde.

A Figura 17 pode revelar ainda que as aulas das alunas do Curso de Enfermagem não estavam apenas restritas ao currículo do curso estabelecido pelas diretrizes das legislações vigentes, mas aponta para indícios da existência de um Currículo Oculto, com atividades que não eram prescritas ou planejadas, porém surgia por meio de práticas e condutas influenciadas pelas pessoas que participavam desse processo, como as alunas e professoras. Dessa maneira é importante considerar todo caminho histórico da Escola de Enfermagem Cruzeiro do Sul, a fim de compreender seu processo de instalação, reconhecimento e a sua construção.

A Figura 18 também apresenta dois cômodos da escola, em referência à parte pedagógica, sendo a sala de aula e o laboratório.

**FIGURA 18 -** Sala de aula e laboratório, 1953



**Fonte:** Acervo da Secretaria de Educação do Estado de Goiás – Coordenação de Rio Verde.

No seu conjunto escolar, o prédio da EECS oferecia um projeto arquitetônico muito bem planejado e ordenado com o objetivo da escola de enfermagem que era formar profissionais da área de saúde. Havia janelas grandes e arejadas, luminosidade adequada, entre outros itens indispensáveis para o seu funcionamento, dentro das condições regulares legislativas.

A sala de aula acomodava materiais didáticos que contribuíam para o bom funcionamento da escola. O armário utilizado pelos professores guardava e organizava materiais, a mesa, a cadeira do professor, as cadeiras individuais para as alunas, o quadro-negro, tudo isso era utilizado tanto pelos professores quanto pelas alunas. É possível verificar a postura correta das alunas durante a aula.

No que se refere à documentação, anexada junto processo de reconhecimento da escola, foi localizado, em uma fonte examinada, um levantamento de materiais didáticos que a escola possuía no ano de 1953.

#### MATERIA DIDÁTICO

Como material didático a Escola conta com:

Boa biblioteca

3 quadros negros

Cartazes comprados

Cartazes confeccionados pelas alunas e pelas professoras

Coleções de mapas de anatomia, recentemente adquiridos

Esfolado para demonstração de anatomia

Esqueleto armado e ossos avulsos

Boneco confeccionado com pano impermeável na própria Escola

Modelo anatômico e boneco para demonstrações de obstetrícia

Microscópio “Galileu”

Projeter fixo para clides

Projeter cinematográfico – 16mm

Epidiascópio e Diascópio

Epirômetro

Bandejas necessárias e material completo para demonstrações de técnicas de enfermagem (PROCESSO DE RECONHECIMENTO DA ESCOLA DE ENFERMAGEM CRUZEIRO DO SUL, 1953).

Muitos desses materiais foram mencionados nos depoimentos das pessoas entrevistadas. Na sala de laboratório e de aula prática, havia uma relação de materiais os quais eram utilizados pelos professores e pelas alunas em suas aulas, para uma melhor compreensão da aprendizagem.

O Curso da Escola de Enfermagem Cruzeiro do Sul foi oficialmente reconhecido pelo Decreto nº 34.964, de 19 de janeiro de 1954 (Diário Oficial, 20/01/1954), sob a direção de Myrthes Silva.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, e nos termos do art. 14, da Lei nº 775, de 6 de agosto de 1949, decreta:

*Artigo único.* É concedido reconhecimento ao curso de enfermagem da Escola de Enfermagem Cruzeiro do Sul, mantida pela "Central Brasil Mission" e com sede em Rio Verde, no Estado de Goiás.

Rio de Janeiro, em 19 de janeiro de 1954; 133º da Independência e 66º da República.

GETÚLIO VARGAS

O processo de reconhecimento da EECS foi muito moroso, como relata Dona Hélia:

[...] a diretora recebia vários telegramas com as orientações que precisava cumprir, o processo levou vários meses para ser aprovado, eram muitas dificuldades que a escola enfrentava. A escola recebeu visitas dos avaliadores, eles olhavam toda a escola, toda a documentação [...] (OLIVEIRA, 2019).

Foi localizado o relatório conclusivo do processo de reconhecimento assinado por uma das avaliadoras de nome Maria Dolores Pelegrino de Freitas Lins, datado de 7 de outubro de 1953, na cidade de Rio Verde. Na documentação analisada, consta apenas a página 4 desse relatório, o que se pode afirmar que poderia ter outras laudas.

#### Conclusões

Pelo que podemos verificar a Escola de Enfermagem Cruzeiro do Sul tem possibilidades financeiras que permitiriam o seu desenvolvimento em entidade mais forte, sobre o aspecto didático o aumento dos professores privativos e não privativos, que, como afirmamos antes é insuficiente. Temos dúvida sobre a ampliação dos campos de estágio os alunos, na cidade onde funciona a Escola, uma vez que o regime de afiliação só poderá ser usado em casos de emergências.

Encontramos em situação irregular em face da Lei, a dos professores não registrados na Diretoria Ensino Superior e a não exigência do nível de escolaridade de ginásio ou equivalente para os alunos.

Em face do exposto e como a portaria, nos dá a designação explícita de fiscalização para fins de reconhecimento, *somos contrários a esse reconhecimento, uma vez que a Escola de Enfermagem Cruzeiro do Sul não satisfaz as exigências mínimas da Lei nº 775.*

Rio Verde, 7 de outubro de 1953.

Maria Dolores Pelegrino de Freitas Lins

(PROCESSO DE RECONHECIMENTO DA ESCOLA DE ENFERMAGEM CRUZEIRO DO SUL, 1953) (grifos da autora).

Não se pode afirmar se a visita para avaliação da EECS, nesse dia, foi realizada apenas por uma avaliadora, mas é assinado por um nome. Diante disso, percebe-se a posição contrária da avaliadora ao reconhecimento da escola, por não cumprir as determinações da Lei nº 775 de 1949. O corpo docente da instituição era constituído por várias professoras que se formaram na EECS, por isso seus diplomas não estavam registrados na Diretoria do Ensino Superior, o Curso de Enfermagem ainda não era reconhecido.

Constava ainda, no relatório, que a grande maioria das alunas que estudava não possuía diploma de ginásio ou equivalência, conforme determinava a Lei 775, de 1949, o que inviabilizava suas matrículas nesse curso. O que se pode presumir, diante dessa fonte, é que a avaliadora não determinou um prazo para a escola se regularizar diante das irregularidades encontradas e determinou pelo seu não reconhecimento.

Entretanto, percebe-se que a escola, de fato, enfrentou muitas dificuldades, como Dona Hélia mencionou, no processo de reconhecimento da instituição. Porém ao verificar todo o processo de reconhecimento da instituição, localizou-se outra fonte que se contrapõe ao relatório avaliativo assinado por Dona Maria Dolores. Esse documento se encontra anexado ao processo de reconhecimento da EECS, porém consta apenas a última lauda, enumerada pelo numeral 4, o que se deduz é que faltam as páginas referentes aos numerais 1, 2 e 3. Entretanto é possível verificar a conclusão final desse parecer.

Nessa fonte, foi identificada outra descrição avaliativa do relatório, assinado nesta ocasião por outros dois avaliadores, Aderbal de Andrade Câmara e Aparecida Maria Jesuíno de Sousa, datado em 18 de outubro de 1953, observam-se algumas questões que poderiam invalidar o reconhecimento da escola.

**RELATÓRIO DA COMISSÃO AVALIADORA:**

[...] Podemos observar na residência, a limpeza ordem e conforto. A alimentação é bem balanceada e variada, sendo o serviço de Dietética orientada por profissional competente.

Da mesma maneira insurgimos contra as conclusões da ilustre colega pela forma que se segue:

Conforme divergimos atrás não achamos que os estágios práticos ficarão prejudicados, pois ali nós já frisamos que as dificuldades foram contornadas pela direção do estabelecimento.

Com relação ao acúmulo de matérias para cada professor julgamos a ser possível pelo fato de que, sendo Rio Verde um centro relativamente pequeno e contando a escola com um número pequeno de matriculados, os senhores professores poderiam acumular cadeiras sem com isso prejudicar o bom andamento dos trabalhos. (Ver Currículo Vitae dos professores, os quaes teem no máximo quatro cadeiras).

Na parte que diz respeito a existência de professor não diplomado exercendo a cátedra de Técnica de Enfermagem, embora essa lecionasse como assistente, de professor registrado podemos constatar que mais uma vez procurou a direção do estabelecimento acertar, pois em substituição a professora não diplomada já constamos a existência de professora diplomada ocupando a cadeira acima referida, aliás, deve se notar que esta substituição já foi feita em virtude da orientação sábia de Dona Maria Dolores Lins.

Quanto aos programas de ensino estranhamos a opinião manifestada de Dona Maria Dolores Lins, pois os programas referidos obedecem os programas de escola reconhecida, e alguns deles foram adquiridos na primeira Escola Anna Nery, anteriormente considerada Escola Padrão.

Quanto a admissão de alunas sem curso ginasial, torna-se justificável pela existência da Escola em fase inicial sem Inspeção Federal permanente, o que será sanado com o resultado do reconhecimento do estabelecimento que irá contar em futuro com assistência permanente do Ministério da Educação e Saúde, através dos canais competentes.

Por outro lado podemos observar que várias ex-alunas do estabelecimento lograram a obtenção do curso ginásial e até mesmo curso científico.

Também se irregularidade for o caso apontado caberá ao MEC saná-lo através da revalidação dos cursos dessas alunas que conseguiram matrícula sem o respectivo curso ginásial.

Releva notar que a Escola para o futuro está exigindo das futuras candidatas a satisfação completa das exigências legais incluindo-se entre elas a apresentação de certificado do curso ginásial.

**CONCLUSÃO:** Por haver divergências de opiniões, anexamos a parte as conclusões de Dona Maria Dolores Pelegrino de Freitas Lins.

De acordo com o relatório de Dona Maria Dolores Lins, foi esta de opinião de não dever se dar reconhecimento a Escola (veja-se conclusão a parte).

Em face do que podemos observar e em consideração ao relato acima feito, a comissão concluiu que a Escola, na opinião de Aparecida Maria Jesuino de Sousa, deveria ser permitida funcionar mais um ano para se enquadrar na legislação de ensino e obter posteriormente seu reconhecimento e de acordo com o Dr. Aderbal Andrade Câmara, deverá ser reconhecida.

Assinado por três membros: Aderbal de Andrade Câmara, Aparecida Maria Jesuino de Sousa e Maria Dolores Pelegrino de Freitas Lins,

Rio de Janeiro, 18 de outubro de 1953 (PROCESSO DE RECONHECIMENTO DA ESCOLA DE ENFERMAGEM CRUZEIRO DO SUL, 1953).

Dessa forma, pode-se notar que a opinião desses dois últimos avaliadores difere da primeira no parecer final, o que os fizeram elaborar outro relatório com suas observações, contrapondo à opinião de Dona Maria Dolores. Nesse ínterim, a EECS consegue o tão desejado reconhecimento.

O reconhecimento da Escola também foi assunto debatido em várias reuniões do corpo docente, de acordo com as Atas analisadas, dentre elas destacamos a Ata de nº 12, de 28 de maio de 1953:

[...] Dona Myrthes Silva fez a leitura do ofício enviado ao prefeito da cidade, o senhor Astolfo Leão Borges e a Câmara Municipal, solicitando a cooperação destes para o reconhecimento da escola, ficando a última como Entidade Mantenedora. Falou-nos ainda de sua ida a reunião da Câmara Municipal acompanhada de algumas alunas, no dia em que foi tratado o assunto da Escola. Foram muito bem recebidas e o caso foi resolvido a favor, todos demonstraram muito boa vontade e interesse pelo reconhecimento da Escola [...]. Foram discutidas as grandes dificuldades para registro da Escola e a Diretora informou aos presentes que irá ao Rio de Janeiro, providenciar o reconhecimento [...] (REUNIÃO DO CORPO DOCENTE DA EECS, ATA nº 12, 28/05/1953).

O processo de reconhecimento da escola fez com que a diretora, Dona Myrthes, deixasse suas atividades e fosse até a cidade do Rio de Janeiro para providenciar esse processo da instituição, deixando em seu lugar Dona Hélia Emrich de Oliveira, professora e enfermeira da Escola e do hospital, respectivamente. Em seu depoimento, Dona Hélia relata que:

[...] Foi importantíssimo o que a Myrthes fez! Porque uma pessoa recém-formada, nova, enfrentar uma viagem como era de Rio Verde ao Rio de Janeiro, enfrentar, porque naquele tempo o MEC era lá. Enfrentar a burocracia do próprio MEC para recebê-la, uma pessoa simples, humilde, uma “enfermeirinha” como eles falavam, de ponta de rua. Porque para nós, lá em São Paulo, nós aqui de Rio Verde, de Goiás éramos enfermeiras de beiradas de rua, de ponta de rua, desconsideravam nossa escola. Escola era do Hospital São Paulo, Hospital das Clínicas, era hospital do Rio de Janeiro, Ana Nery isso era escola de enfermagem, nós, coitadinhas, estudávamos no interior, mas a Myrthes não deixou de lutar até o dia que ela chegou com o registro da escola de enfermagem na mão e entregou para o Dr. Gordon. E ele a apoiou em tudo, porque ele pagava o hotel, ele pagava as viagens, ele achava que ela estava fazendo uma coisa muito boa e devia ter sido feita assim que inaugurou a escola como escola padrão e não podia ser, né. Estava funcionando como escola de enfermagem de alto padrão e não era. E saía formada e ia trabalhar e não conseguia trabalho como enfermeira [...]. Depois, o diploma era levado ao MEC e dava tudo direitinho, registrava atrás do diploma e estavam livres para trabalhar. Foi difícil, mas a Myrthes conseguiu. É uma heroína nesse caso. Porque ela lutou, ela chegava, às vezes, chorar quando falava assim “O que eu passei no Rio só eu sei!”. Porque uma pessoa sozinha, nem conhecia, era de Araguari, nem conhecia o Rio de Janeiro, foi e se embrenhou lá naquele MEC afora e não saía de lá, o dia inteirinho acompanhando o processo. Até ela pegar o papel de reconhecimento nas mãos (OLIVEIRA, 2019).

Ao dar entrada junto ao Ministério da Educação para seu processo de reconhecimento, a legislação vigente determinava novas condições, impostas por meio da Lei nº 775, de 6 de agosto de 1949, a qual dispunha sobre o ensino de enfermagem no país, dando outras providências. Com isso, a EECS deveria se ajustar a referenciada lei.

Assim, a referida Lei, em seu Art. 14º, estabelecia que: “A concessão de reconhecimento de curso far-se-á mediante decreto do Presidente da República, sendo indispensável prévio parecer favorável do Conselho Nacional de Educação” (BRASIL, 1949). Diante disso, a escola organizou seu processo a fim de providenciar o reconhecimento. Em anexo, dispôs de uma documentação que identificasse seu estatuto, regimento, currículo, prédio físico, corpo docente entre outros itens, dando entrada junto ao Ministério da Educação no ano de 1953, sendo aprovado em 1954, conforme já citado.

Essa mesma Lei, em seu artigo 15º, explicitava que: “Os cursos de enfermagem atualmente equiparados passam à categoria de cursos reconhecidos” (BRASIL, 1949). Todavia, até onde se pode analisar, por meio das fontes, a EECS não havia solicitado sua equiparação junto a EEAN e teve que requerer seu reconhecimento para continuar a funcionar.

Dessa maneira, de acordo com a Lei supracitada em seu Art. 1º: “O ensino de enfermagem será compreendido em dois cursos ordinários: a) Curso de Enfermagem; b) Curso de Auxiliar de Enfermagem” (BRASIL, 1949). Com isso, o Curso de Enfermagem e de



Auxiliar de Enfermagem receberam novas determinações, o que determinava algumas distinções em cada um.

Em consonância com os Artigos 2º e 3º respectivamente, o Curso de Enfermagem teria a duração de trinta e seis meses, compreendidos os estágios práticos, de acordo com o Regulamento que for expedido. E, no Curso de Auxiliar de Enfermagem será de dezoito meses (BRASIL, 1949).

É importante considerar que a Escola de Enfermagem Cruzeiro do Sul, de 1931 até o ano de 1949, funcionou sob a vigência do Decreto nº 20.109, de 15 de junho de 1931 e com a promulgação da Lei nº 775, de 6 de agosto de 1949, deveria passar a funcionar seguindo suas determinações e orientações. Contudo, com o período de vigência e também ao prazo dado às escolas de enfermagem do Brasil para se ajustar diante da Lei, a EECS continuava ainda a ofertar o Curso de Enfermagem até o ano de 1961<sup>75</sup>. Porém, a partir de 1953, passou a exigir, no ato de matrícula, comprovantes de certificados e/ou diploma reconhecido dos cursos ginásial, comercial e/ou normal das alunas, o que podemos perceber nas fontes examinadas.

Em conformidade com a Lei nº 775 de 1949, as escolas de enfermagem teriam o prazo de sete anos, a partir da data de sua publicação, fixando o ano de 1956 como prazo final. No entanto, por meio da Lei nº 2.995, de 10 de dezembro de 1956, esse prazo foi prorrogado, diante as restrições e às exigências para instruir matrículas aos cursos de enfermagem, e, com a premissa da apresentação do diploma do ensino secundário, estabelecendo o ano de 1961 como prazo final de regularização.

Aqui, abre-se outra fenda para questionamento: as candidatas que pleiteavam vagas na EECS, em sua maioria mulheres, de fato não tinham o curso secundário? A EECS, sabendo dessa dificuldade em ofertar vagas a candidatas que não possuíam o curso secundário, se utilizou de uma fissura da lei para continuar a ofertar o Curso de Enfermagem sem a prerrogativa da apresentação do diploma secundário? Essas questões conduzem a reflexões sobre como a EECS se constituiu, em seu processo de funcionamento.

À vista disso, a partir de 1953, a EECS obteve uma dilação na Lei, e, a partir de então, até o ano de 1961, quando a última turma do Curso de Enfermagem foi oferecida nessas condições, as candidatas passaram a apresentar seus diplomas de ginásial, comercial e/ou normal, no ato da matrícula. Portanto, as cinco turmas diplomadas, no período de 1953 a 1961, nessas circunstâncias, tiveram seus diplomas reconhecidos.

---

<sup>75</sup> Esta pesquisa se deterá mais nesse assunto, posteriormente.

Não se sabe ao certo, se as turmas que se diplomaram no período de 1937 até o ano de 1953, receberam seus diplomas, pois o Curso de Enfermagem ainda não possuía reconhecimento. No entanto, essas mesmas turmas que se diplomaram nesse período, tiveram que voltar para a escola e cumprir as exigências da Lei nº 775 de 1949, apostilando as disciplinas que ainda não haviam cursado no currículo, bem como, o cumprimento das horas de estágio, conseguindo assim reconhecer seus diplomas de enfermeiras.

No depoimento de Dona Hélia, é narrada essa situação:

As alunas eram intimadas a voltarem se quisessem ter o diploma registrado. Elas eram intimadas, umas estavam trabalhando longe, outras já tinham ido para São Paulo, muitas voltaram, como no caso da Maria Nascimento, da Maria Bueno e outras, Ruth Anacleto, muitas outras. Voltaram e fizeram lá a parte do currículo que faltou, porque faltava. Não podia ter feito em tão pouco tempo todo aquele currículo enorme, aí voltavam e faziam todas as matérias de novo e o estágio também, como se fosse uma aluna de enfermagem comum (OLIVEIRA, 2019).

As ilustrações, apontadas pelas Figuras 19 e 20, indicam que a primeira aluna diplomada da EECS, Maria Bueno, obteve seu diploma com o apostilamento realizado no documento. No acervo pessoal de suas filhas, não foi localizada nenhuma identificação que correspondesse a um certificado, diploma ou declaração da conclusão do curso referente ao ano de 1941. Mas, é sabido que seu diploma não corresponde ao ano de conclusão, pois a diretora que assinou o documento não havia assumido a direção da instituição.

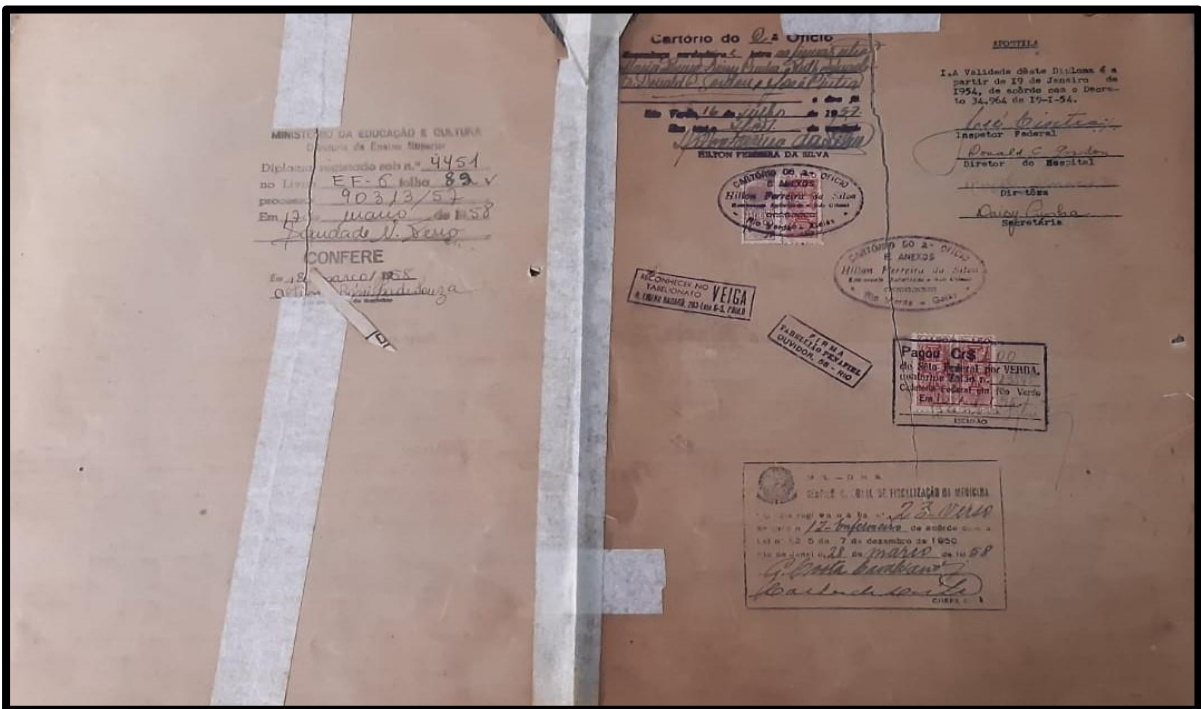
Portanto, questiona-se: as turmas de 1937 a 1953 da EECS recebiam seus diplomas no ato de conclusão do curso, ou apenas um certificado da instituição, sem validade junto ao MEC? No levantamento feito em acervos pessoais de ex-alunas, não foram encontrados diplomas e/ou certificados referentes a esse período. Por meio das fontes orais, também não foi possível obter essa informação, o que leva a crer que, de fato, os diplomas não tinham regularizados, pois a EECS não havia sido reconhecida como Escola de Enfermagem.

**FIGURA 19** - Diploma da primeira aluna Maria Bueno, diplomada na Escola de Enfermeiras da Casa de Saúde Evangélica, 1941 (frente)



Fonte: Acervo pessoal de Leila Bueno Monteiro.

**FIGURA 20** - Diploma da primeira aluna Maria Bueno, diplomada na Escola de Enfermeiras da Casa de Saúde Evangélica, 1941 (verso)



Fonte: Acervo pessoal de Leila Bueno Monteiro.

No verso (Figura 20), consta a descrição: *Apostila I – A validade deste diploma é a partir do dia 19 de janeiro de 1954, de acordo com Decreto 34. 964, de 19 de janeiro de 1954.* O diploma foi assinado pelo Inspetor Federal, José Cinta, pelo diretor do hospital, o Dr. Gordon, pela diretora, à época, Ruth Anacleto e também assina o documento a secretária Dayse Cunha. O mesmo documento foi registrado junto ao Ministério da Educação e Cultura, pela Diretoria do Ensino Superior, datado em 17 de março de 1958. Esse diploma também foi registrado pelo Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina e Farmácia<sup>76</sup>, no dia 28 de março de 1958.

Para tanto, ratifica-se que esta pesquisa sustenta a tese de que a EECS, constituiu-se e estabeleceu-se no percurso histórico de 1937 a 1969, como uma agência formadora da profissionalização da enfermagem para a cidade de Rio Verde, para Goiás e também para o Brasil. Formou enfermeiras em nível superior, sob a vigência do Decreto-Lei nº 20.109, de 15 de junho de 1931 e por meio das normatizações da Lei nº 775, de 6 de agosto de 1949 e suas determinações, no período de 1937 a 1964, quando a última turma foi diplomada nessas condições.

Entretanto, somente a partir da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, a qual estabeleceu a expansão das escolas e a incorporação da educação em enfermagem aos centros universitários, passando-se a exigir o ensino secundário completo, ou equivalente, para ingresso em escolas de enfermagem, que foram instituídas no ensino superior. Isso fez com que a EECS deixasse de oferecer o curso em nível superior, passando a ofertar apenas o curso de auxiliar de enfermagem, o que aconteceu exclusivamente em 1965<sup>77</sup>.

Infere-se aqui, que a EECS, mesmo com seu reconhecimento aprovado em 1953, teve que se ajustar diante as prerrogativas determinadas pela Lei nº 775 de 1949, e, de acordo com o parecer descrito no processo de reconhecimento, o prazo final foi acertado para o ano de 1956, conforme o artigo 5º da relatada lei.

Art. 5º: Para a matrícula no curso de enfermagem é exigido, além dos documentos relacionados no artigo 4º, o certificado de conclusão do curso secundário.

Parágrafo único. Durante o prazo de sete anos, a partir da publicação da presente Lei, será permitida a matrícula a quem apresentar, além dos documentos relacionados no artigo 4º, qualquer das seguintes provas.

- a) certificado de conclusão de curso ginasial;
- b) certificado do curso comercial;
- c) diploma ou certificado de curso normal (BRASIL, 1949).

<sup>76</sup> Criada pela Lei nº 3.062, de 22 de dezembro de 1956, fazendo parte integrante do Departamento Nacional de Saúde Pública.

<sup>77</sup> Assunto discutido na seção 3.3.

Todavia, na EECS, essa exigência não se cumpria. As alunas matriculadas até o ano de 1953, em sua maioria, apresentavam apenas diplomas do curso primário, além da certidão de nascimento, comprovando a idade mínima de dezesseis anos e a máxima de trinta e oito; atestado de sanidade física e mental e de vacinação; e o atestado de idoneidade moral, consoante o Artigo 4º da Lei nº 775/1949.

O objeto de estudo que se apresentou até aqui está pautado em um tema de grande relevância, haja vista que, sob o ângulo de observação, toma-se a EECS como objeto de investigação e se passa a exigir um novo modo de olhar e interrogar as fontes utilizadas, ao mesmo tempo em que se abre o campo para outras fontes. Desse modo, fontes que poderiam revelar outras implicações, como documentos, portarias e resoluções da EECS passam ser examinadas.

Dessarte, a Escola de Enfermagem Cruzeiro do Sul, por meio do Decreto Municipal nº 456, de 21 de novembro de 1960 e sob a gestão do prefeito da cidade, Nestor Fonseca, foi reconhecida como “Utilidade Pública”, tornando-se apta a receber benefícios públicos. As fontes revelam que a escola recebia subsídios federais, estaduais e também da Missão Central do Brasil. Nas Atas da Câmara Municipal, não foram localizados indícios de que a EECS recebia verbas municipais.

E, a partir das fontes perscrutadas, foi possível realizar um levantamento das diretoras que exerceram sua gestão e os seus respectivos períodos, de acordo com o marco delimitado nesta pesquisa, correspondente ao ano de 1937 a 1969. Pode-se observar um total de doze diretoras, como mostra o Quadro 5:

**QUADRO 5** – Diretoras da Escola de Enfermagem Cruzeiro do Sul, 1937 – 1969

<b>Período</b>	<b>Diretoras</b>
1937-1938	Enfermeira Beatrice Lenington
1939-1942	Helena Gordon
1943	Anita Cordeiro Lucy Freitas Ferraz
1944-1945	Lucy Freitas Ferraz
1946-1949	Felicidade Vilela
1950	Myrthes Silva
1951	Lydia dos Santos
1952	Myrthes Silva Inaldyr Barros
1953	Myrthes Silva
1954	Myrthes Silva Inaldyr Barros
1955-1956	Hélia Emrich de Oliveira

<b>Período</b>	<b>Diretoras</b>
1957	Inaldir Barros
1958-1960	Ruth Anacleto
1961	Ruth Anacleto Maria Almira Bezerra Rodrigues
1962-1964	Ruth Anacleto
1965	Ruth Anacleto Yvonil Baptista
1966-1969	Ruth Anacleto

**Fonte:** Organizada pela autora por meio das fontes examinadas.

O Quadro 5 indica que, em alguns períodos, houve ausência de determinadas diretoras e, posteriormente, voltaram a exercer a sua função na escola. Dona Hélia relata, em seu depoimento, que, em determinados momentos, algumas diretoras deixavam a escola por motivos pessoais e também para se aperfeiçoarem nos estudos, com os cursos de pós-graduação, realizados em São Paulo, sob a autorização do Dr. Gordon. Assim, quando havia necessidade de uma diretora se ausentar de seu trabalho por muito tempo, Dr. Gordon elegia uma diretora substituta.

Dona Hélia afirma que, foi a pedido do médico missionário que decidiu cursar pós-graduação em São Paulo, “ele custeou toda a minha viagem, as acomodações em um hotel durante um ano e minha alimentação, o curso eu não pagava porque a faculdade era pública” (OLIVEIRA, 2019).

Pelos relatos das entrevistadas, pode-se perceber que a Escola de Enfermagem Cruzeiro do Sul oportunizou as alunas um ambiente saudável, com seu prédio moderno e exuberante. A convivência entre alunas, professores, enfermeiras e médicos era muito respeitosa, como se estivessem em sua própria família, mas as alunas tinham obrigações expressas em um regimento e havia normas a serem seguidas e obedecidas.

### **3.2 O Curso de Enfermagem**

Com o intuito de compreender como se estabeleceu a proposta de formação do Curso de Enfermagem na EECS, pretendemos revelar as iniciativas que demonstram como se deu sua implantação, qual era seu objetivo, a fim de visualizar as práticas da cultura dessa escola para além dos aspectos legislativos e das reformas educacionais, uma vez que essa cultura é formada por sujeitos integrantes de um grupo heterogêneo que apresenta características próprias, decorrentes das relações estabelecidas com seu meio.

O ingresso das candidatas à Escola de Enfermagem Cruzeiro do Sul teria que atender a critérios de moralidade e boa saúde, isto é, requeriam estabilidade emocional, distinção moral e uma apresentação respeitosa. A EECS exigia das alunas condutas, como: honestidade, lealdade, pontualidade, calma, ordem, dignidade, elegância, disciplina, trabalho e uma vida organizada.

Para apresentar a identidade do Curso de Enfermagem da EECS, utilizaremos três fontes catalogadas no acervo que dispúnhamos e consideramos importante para desvelar a cultura escolar do Curso de Enfermagem da EECS. A primeira, o Prospecto da escola relativo ao ano de 1944, já a segunda, refere-se ao Prospecto do ano de 1953, e, a terceira, compete ao Prospecto de 1957. Entretanto, entrecruzaremos com as demais fontes como documentações, atas, fontes orais e outras. Os Prospectos da escola de enfermagem eram utilizados como propaganda da escola e eram distribuídos nas diversas igrejas protestantes da região, bem como de vários outros Estados.

O primeiro Prospecto que se passa analisar nas fontes catalogadas corresponde ao ano de 1944. Esse documento apresentava uma propaganda da escola com informações de todas as atividades desenvolvidas na instituição. As alunas que pleiteavam uma vaga nessa escola de enfermeiras deveriam ter acima de 17 anos; a escola exigia um depósito, para garantia da própria aluna, no valor de Cr\$ 200,00, o qual seria devolvido no término do curso, ou quando a aluna deixasse a escola.

No ano de 1944, ano da publicação desse Prospecto, a Escola contava com doze alunas, sendo cinco diplomadas, quatro formadas pela própria Escola e uma aluna formada pela escola Ana Nery, da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, sendo essa aluna, a diretora da escola.

A Escola de Enfermagem Cruzeiro do Sul tinha como proposta para o Curso de Enfermagem o regime de internato com a duração do curso de três anos, divididos entre trabalho teórico e prático, com diversas disciplinas estudadas nesse período. Os estudos eram exaustivos e bem específicos, fazendo com que a desistência por parte das alunas tornasse uma realidade. Corrobora-se então, que

[...] a Escola vem se desenvolvendo e nesses anos tem passado por ela, 45 alunas, sendo que 9 se diplomaram, em três turmas, e 24 desistiram espontaneamente, ou por não se adaptarem à profissão, ou por motivos particulares. Outras, que não puderam preencher às finalidades do Curso, foram dispensadas pela Escola. Como vimos, em geral, só 50% tem vencido os obstáculos, mas isso não é de se admirar, porque na verdade “Muitos são chamados e poucos escolhidos” (PROSPECTO DA EECSE, 1944, p. 2).

O uniforme era oferecido pela instituição, mas a aluna deveria trazer de casa seu próprio enxoval, e, de acordo com o Prospecto do mesmo ano, relaciona-se o enxoval descrito no Quadro 6.

**QUADRO 6:** Enxoval das alunas, 1944

<b>ENXOVAL</b>
Roupa de uso pessoal
Calçados
Roupa de cama (3 a 4 lençóis, 2 toalhas de banho, 2 colchas, 2 a 3 fronhas, 2 cobertores e 1 travesseiro, 2 toalhas de rosto
2 sacos para roupa usada
2 a 3 guardanapos
2 blusas brancas “esporte”
1 calção preto para esporte
Tênis branco para esporte
Meias curtas para esporte “béje” ou branca
Sapatos brancos fechados, com sola ou salto alto de borracha, para os trabalhos, bem como meias brancas compridas, para o mesmo fim
Redes fortes para os cabelos
1 guarda-chuva
1 tesoura pequena com pontas arredondadas
3 ou 4 cabides
Material escolar, cadernos, lapis, borrachas, etc.
<b>Sendo possível:</b>
Um relógio com ponteiros de segundos
Uma caneta tinteiro
(O que a aluna quiser pode ser adquirido aqui; alguma coisa, por preço mais elevado)

**Fonte:** Prospecto de 1944. Acervo pessoal de Sylvia Woodall Gordon.

A aluna da última turma do Curso de Enfermagem, Araciara Dias Gonçalves, morava em Americana – SP, antes da sua vinda para escola. Ela relembra, em sua narrativa, o momento em que sua mãe organizou seu enxoval.

Ah! Eu me lembro de ter levado uns 4 jogos de cama, minha mãe era caprichosa, então ela fez tudo direitinho, 4 jogos completos de cama, toalhas de banho, toalha de rosto, fronhas. Para enxoval, era só isso. E muita roupa, muita roupa porque sabia que não ia voltar no meio do ano, então já levava roupa pro ano inteiro (GONÇALVES, 2019).

Para a aluna, deixar a sua família e sua cidade para estudar em uma escola no interior de Goiás, foi desafiador, lembra Araciara:



[...] Foi um grande desafio para mim vir estudar na Escola de Enfermagem de Rio Verde. Eu descobri essa escola porque quando eu morei em Bebedouro, existia uma amizade entre o pastor da minha igreja, o Rui Anacleto e minha família. O pastor da igreja era irmão da Ruth Anacleto que já era diretora de uma escola de enfermagem, que até então a gente não tinha conhecimento, mas como ouvia falar. Nunca me passou pela ideia que eu fosse ser aluna dessa escola, porque não era enfermagem que eu pensava em fazer. Mas, como de Bebedouro, mudei para Americana, em Americana uma amiga minha de infância também de adolescência, foi para Rio Verde estudar enfermagem lá. E ela voltava nas férias e sempre falava muito bem da escola, entusiasmada. Nessa altura, eu já estava no segundo colegial já me preparando para um vestibular para alguma outra carreira e fui influenciada um pouco pela Neusa, essa minha colega, que foi aluna da escola e por amigos mesmo de Bebedouro que muitas de lá já tinham sido alunas da escola e eram amigas da família. E pela própria igreja, que sempre fazia uma certa propaganda das escolas evangélicas, os colégios evangélicos, não só Rio Verde, como outras também, né, colégios como de Piracicaba, Jataí, Lavras, a escola de Anápolis, mas Rio Verde me interessou mais pela experiência da minha amiga, da Neusa [...] (GONÇALVES, 2019).

Entretanto, o Prospecto de 1953, o enxoval das alunas correspondia aos seguintes itens, a saber: relógio com ponteiros de segundos, tesoura com ponta redonda, caneta (material escolar), toda roupa de cama, marcada com seu nome, roupa de banho, sapatos brancos com sola, crepe ou borracha, tênis para esporte, meias brancas compridas, meias para tolete, dentes em dia com o dentista, taxa de matrícula Cr\$ 500,00, cinco fotografias 3x4. Se comparado à lista, disposta no Quadro 6 (apresentado acima), pode-se observar as diferenças de peças de enxoval e também na taxa de matrícula.

A escola fornecia o ensino, a pensão, em regime de internato, uniformes, roupa lavada e assistência médica. Além do mais, as alunas recebiam uma quantia mensal determinada entre Cr\$ 25,00 a Cr\$ 50,00, conforme seu adiantamento: “nos primeiros cinco meses de curso preliminar, antes da aluna receber a touca, ganhava Cr\$ 25,00, passando depois para Cr\$ 30,00 até ao fim do 1º ano; no 2º ano, Cr\$ 40,00 e no 3º ano, Cr\$ 50,00” (PROSPECTO DA EECSE, 1944, p. 3).

Já, no Prospecto de 1953, os valores recebidos por aluna aumentaram, em relação ao ano de 1944, ficando assim determinado: Cr\$ 100,00 para o 1º ano, Cr\$ 150,00 para o intermediário e, finalmente, Cr\$ 200,00 para o sênior.

No ano de 1994, era cobrado de cada aluna um valor de Cr\$ 200,00, o qual seria devolvido no término do curso, ou quando a aluna deixasse a escola. Não há como relacionar esse valor a uma taxa de matrícula. Entretanto, em 1953, o documento revelou que era cobrada a taxa de matrícula de Cr\$ 500,00, mas não há evidências que comprovam que esse valor seria devolvido no término do curso.

Em nove anos, houve um aumento relevante de Cr\$ 300,00, porém não se sabemos se esse aumento estava relacionado ao grande número de alunas que passaram a estudar na

EECS, a partir dos anos de 1950, ou à construção do novo prédio o qual, nesse período, já havia sido inaugurado, o que poderia ter ensejado esse acréscimo.

Outra fonte, por nós analisada, foram os Livros de Matrículas - de 1949 a 1969, por ser marco temporal final desta pesquisa, não foi possível localizar de todos os anos correspondentes no Acervo da Secretaria do Estado de Educação de Rio Verde - Goiás. Não há comprovação da existência de livro de matrículas que antecederesse essa data, mas as documentações das alunas das primeiras turmas estão preservadas em pastas individuais nos BOX, conforme mencionado. Ao analisar os dados contidos nesses Livros, percebe-se que a classe social das alunas que estudaram na escola era bastante variada.

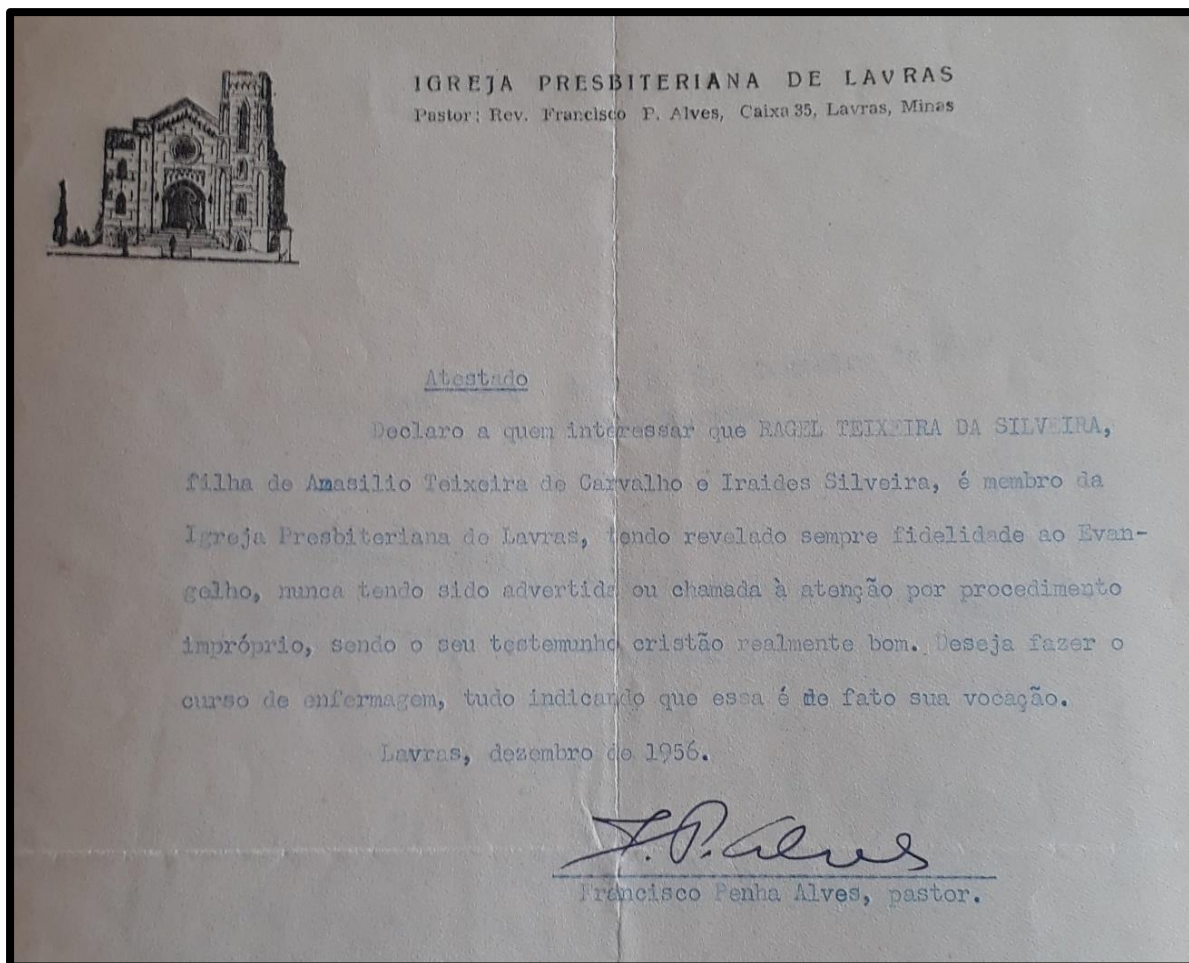
É mister destacar que, ao se tentar desvelar o perfil socioeconômico das famílias das alunas, deparou-se com uma questão: A qual público se destinava a escola? Alunas de classes menos favorecidas também tinham acesso a esse Curso de Enfermagem?

Com o intuito de elucidar a classe social das famílias das alunas que estudavam na escola, relacionou-se as profissões dos pais descritas no campo: Profissão dos pais. Partindo dessa perspectiva, foi possível constatar que as estudantes da Escola de Enfermagem Cruzeiro do Sul, nesse período, provinham de famílias de várias classes sociais, algumas de condições bem elevadas, outras nem tanto.

Essas informações conduzem à análise da condição socioeconômica das alunas que estudaram nessa instituição e infere-se que, em sua maioria, as famílias tinham condições financeiras para manterem suas filhas longe de suas casas, estudando em uma instituição privada. Outra informação explorada nos Livros de Matrícula foi o campo da Religião, sendo a evangélica a mais citada, o que sobrepôs às demais, católica e espírita.

Isso fazia com que os pastores dos templos encaminhassem diversas alunas por meio das cartas de apresentação escritas por eles e encaminhadas à diretora da escola. Essas fontes foram localizadas nas pastas de documentação das alunas. Esses documentos foram encontrados na Secretaria de Estado de Educação – Coordenação de Rio Verde, dispostos em Caixas denominadas “BOX”, identificadas por anos, as quais foram analisadas entre o ano de 1937 até o ano de 1969.

**FIGURA 21** - Atestado de idoneidade da aluna Ragel Teixeira da Silveira, 1956



**Fonte:** Acervo da Secretaria de Educação do Estado de Goiás - Coordenação de Rio Verde – BOX (1953-1956).

Assim como esse atestado de idoneidade, foram localizados outros, de vários estados como de Rio de Janeiro, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Bahia, Pará e Ceará<sup>78</sup>, sendo que alunas de outros credos religiosos também eram aceitas na instituição, como confirmado em vários relatos.

No entanto, de acordo com a Lei 775 de 1949, o Regimento Interno e Didático do correspondente ao ano de 1952, aprovado em 1º de julho do mesmo ano, em seu Art. 13º, alínea c, nos informa que o “atestado de idoneidade moral, de preferência do chefe espiritual da Igreja a que pertence, seja qual fôr o credo religioso”, deveria ser apresentado como documento obrigatório no ato da matrícula.

As alunas evangélicas, além das atividades hospitalares, tinham oportunidade de cooperar com os trabalhos voltados para a Igreja Presbiteriana de Rio Verde, conforme os relatos de Araciara Dias Gonçalves.

<sup>78</sup> Nesse ínterim os Estado de Mato Grosso do Sul e Tocantins ainda não haviam sido criados, portanto mantivemos apenas o Estado de Mato Grosso e Goiás.

[...] Nós éramos convocadas para participar da igreja, mas como a maioria era evangélica e presbiteriana, ninguém forçava a barra para ir para a igreja. Então nós íamos porque nós sentíamos vontade, prazer e necessidade. Colaborávamos com a igreja, a gente dava aula de escola dominical, trabalhava com crianças, trabalhava com adolescentes. Era um serviço voluntário, mas nós íamos por livre espontânea vontade à igreja, a não ser quando a diretora percebesse que alguma aluna não estava querendo muito, não estava frequentando, estava faltando, ela chamava a atenção e advertia. Agora, as enfermeiras formadas elas tinham já uma certa uma independência (GONÇALVES, 2019).

Já no Regimento Interno da Escola de Enfermagem, consoante ao ano de 1944, esclarece-se que:

Como ambiente cristão, a Escola procura unir as suas alunas de modo a formarem um corpo que governe desenvolvendo em seu seio o sentimento de responsabilidade individual, de iniciativa e também de elevar o nível social da Escola. Nesses moldes, foi fundada a Associação de Alunas, afim de dar a todas a oportunidade de tomar parte nas atividades intra e extra-escolares. Segundo os Estatutos da mesma Associação, pode-se a aluna orientar-se, tendo como base, os preceitos nêles estabelecidos.

A vida social é mantida em intercâmbio com a mocidade da Igreja, promovendo reuniões sociais, pique-niques, jogos, etc.

Cada aluna tem direito a 20 dias de férias por ano, 2 saídas por semana e uma aos domingos. Não deve sair á rua sem meias e só dentro do terreno da Escola é permitido o uso de “soquete”.

Depois das 19,00 horas, só lhe é permitido sair acompanhada por uma enfermeira diplomada ou pela família.

A frequência ás aulas é obrigatório e durante o serviço e aulas é também obrigatório o uso do uniforme completo.

O tempo perdido por moléstia ou outro motivo deverá ser compensado no fim do Curso.

Haverá sempre exames escritos, orais ou práticos após o fim do programa de cada matéria e a média de aprovação é de 60 para cima.

Para maior desenvolvimento intelectual das alunas e auxilio na aquisição de novos conhecimentos, a Escola dispõe de uma pequena biblioteca franqueada ás mesmas (PROSPECTO, 1944, p. 10-11).

No Art. 22º, do Regimento Interno e Didático de 1952, trata-se dos deveres das alunas. E, como havia matrículas de alunas de vários credos religiosos na Escola, destacava-se que o respeito às diversas religiões das alunas era uma constante na instituição, uma vez que “frequentar a igreja de sua religião” era um dos requisitos desse artigo, portanto era cobrado das estudantes o envolvimento em uma religião.

No que tange ao Regimento Interno e Didático de 1952, em seu capítulo V, que trata da admissão e matrícula no Curso de Enfermagem, o Art. 12º determinava que:

A matrícula ao curso de Enfermagem será limitada ao nº de 50 alunas.

1- Essa limitação será fixada de acôrdo com os recursos materiais e didáticos por sugestão do médico diretor.

2- A matrícula estará sempre aberta para os cursos que iniciam em 15 de janeiro.

Em outra fonte analisada, de maneira criteriosa, foram feitas referências ao Prospecto referente ao ano de 1953, o qual se difere do de 1952 apenas em alguns aspectos. No quesito finalidade, a visão foi ampliada. A preocupação, nesse ínterim, foi com a formação da enfermeira, que havia sido estendida à profilaxia e não só aos cuidados com os doentes, conforme a regulamentação do Decreto nº 27. 426, de 14 de novembro de 1949, que regulamenta os cursos de enfermagem e de auxiliar de enfermagem (BRASIL, 1949). Em seu Art. 1º, o “Curso de Enfermagem” tinha por finalidade a formação profissional de enfermeiros, mediante ensino em cursos ordinários e de especialização, nos quais foram incluídos os aspectos preventivos e curativos da Enfermagem, conforme se pode constatar:

#### **FINALIDADES**

A Escola visa dar ao Brasil enfermeiras cristãs de caráter firme, capacitadas no setor hospitalar e de saúde pública. Visa incentivar as alunas a dedicarem ao doente o melhor cuidado possível, despertando-lhes o amor ao próximo, e um vivo interesse pelo bem da coletividade, levando a esta as medidas profiláticas necessárias (PROSPECTO, 1953, p. 4).

Assim, fica evidente a visão de futuro a qual a EECS possuía. Registra-se que, nesse momento, já era conhecida pelo Brasil e não só na região do Estado de Goiás. O curso apresentava a mesma estrutura de 36 meses, equivalendo-se a 3 anos. Seu Regimento Interno e Didático de 1952 estava baseado nas disposições da Lei nº 775, de 6 de agosto de 1949 e pelo Decreto nº 27. 426, de 14 de novembro de 1949.

Assim, as candidatas ao curso deveriam apresentar, para sua admissão:

- 1) Certidão de registro civil que prove a idade mínima de 16 anos e máxima de 38 anos.
- 2) Prova de curso ginásial completo ou equivalente, com histórico escolar em duas vias.
- 3) Atestado de sanidade física e mental.
- 4) Atestado de vacina.
- 5) Apresentação por pessoa idônea.
- 6) Requerimento para matrícula, isento de selo para fins escolares (PROSPECTO, 1953, p. 4).

No Prospecto do ano de 1944, a idade mínima era de 17 anos, não sendo mencionada a idade máxima. Para admissão, não era necessária a apresentação desses itens mencionados, mas, ao analisar as pastas de documentação de cada aluna, foi localizada a documentação que as alunas deveriam entregar no ato da matrícula.

A primeira aluna matriculada na Escola, Maria Bueno, entrou em setembro de 1937, formando-se em 20 de janeiro de 1941. Em sua pasta de documentação, foram encontrados:

certidão de idade, certificado de conclusão de curso primário e a aprovação nos exames vestibulares com média geral 6,9. Foi registrada, na secretaria da escola, sob nº I, fls I, livro I. Seus exames de Admissão não foram localizados, apenas em um registro datilografado constava suas notas: Exame de Admissão: Português – 7 (sete); Aritmética – 6, 6 (seis e seis décimos); História – 6 (seis); Geografia – 5,5 (cinco e cinco décimos); Ciências – 7,5 (sete e cinco décimos); Testes Especiais<sup>79</sup> – 9 (nove); Média Geral - 6,9 (seis e nove décimos).

No seu histórico escolar, foram identificadas notas nas disciplinas cursadas referentes aos períodos: Pré-Clínico; Júnior; Intermediário e Sênior. Há uma informação em sua pasta de documentos, esclarecendo que a aluna “não possui currículo de nível secundário por quanto ao ingressar na escola não havia tal exigência e uma vez que a Escola não era oficialmente reconhecida e a validação se encontra em apostila no verso do diploma”.

A aluna Maria Bueno voltou posteriormente, após o processo de reconhecimento da escola, para cumprimento das disciplinas e estágios para, de fato, tornar-se uma enfermeira com diploma reconhecido, mas, nesse ínterim, já trabalhava na escola como professora, a convite de Dona Helena Gordon. Em sua pasta, também foram localizados quatro Relatórios de Serviços Práticos, referentes aos anos de 1937 (setembro, outubro, novembro e dezembro), relativos aos anos de 1938, 1939 e 1940.

Quanto às férias das alunas, o Prospecto de 1953 determina que “as alunas têm um dia de folga por mês e duas tardes livres por semana. As férias são de 25 dias (incluso viagem) devendo as alunas passá-las de preferência fora do internato” (p. 8).

O curso, nesse período, apresentava alguns requisitos, os quais as alunas deveriam seguir rigorosamente. A frequência às aulas teóricas e aos estágios práticos era obrigatória, devendo a aluna se apresentar sempre uniformizada. As aulas teóricas eram ministradas no pavilhão de aula, anexo ao internato, e as práticas ocorriam nas seções do Hospital Evangélico, além dos estágios que ocorriam no Posto de Saúde, Posto de Puericultura e “Abrigo dos Pobres” da cidade de Rio Verde. O serviço noturno era feito “em período de duas semanas, perfazendo um total de quatro meses durante o curso” (PROSPECTO, 1953, p. 8).

De acordo com o Prospecto do ano de 1944, “as atividades extra-hospitalares compreendiam com os cuidados a recém-nascidos, a domicílio, bem como outros tratamentos” (PROSPECTO, 1944, p. 10). Já no de 1953, os períodos correspondentes às etapas do curso continuaram os mesmos do de 1944, com mudança no estágio prático no

---

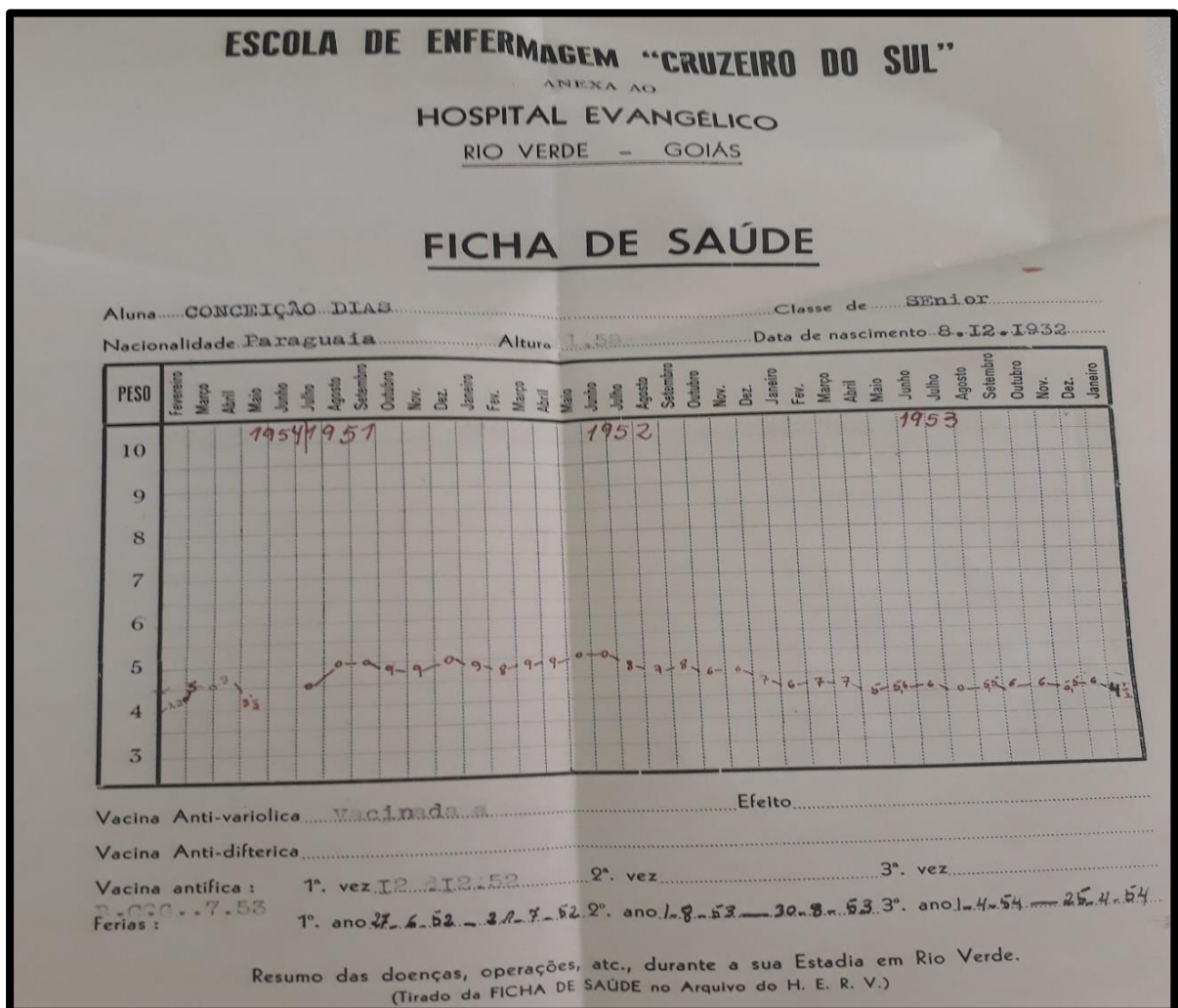
<sup>79</sup> Não foi possível investigar a que Testes Especiais ela foi submetida. Foram entrevistados o filho e duas filhas de Maria Bueno e outras fontes orais, mas não se obteve informação sobre isso.

hospital “perfazendo u’a média de 5 a 6 horas de estágio prático, em companhia das enfermeiras supervisoras” (PROSPECTO, 1953, p. 5).

De acordo com Prospecto de 1953, o campo de prática das alunas era realizado na Casa de Saúde e no Consultório, onde elas deveriam trabalhar de oito a nove horas por dia, incluindo, nesse horário, as atividades das diversas aulas do curso. O Laboratório da Casa de Saúde era utilizado para as aulas de Ciências e as próprias cozinhas do Hospital e da casa do diretor, para as aulas de Nutrição e Dietética.

Para os serviços de saúde pública, eram reservados 3 meses de trabalho. Os estágios deveriam ser realizados no berçário e também no laboratório. Para isso, as alunas precisavam atestar que estavam bem de saúde e, durante o período em que estivessem estudando na instituição, ficariam sujeitas a exame social e inspeção, semestralmente, e deveriam preencher relatórios fornecidos pela escola, com fichas de saúde e gráfico de peso mensal.

**FIGURA 22:** Ficha de saúde da aluna Conceição Dias, 1951-1954



Fonte: Acervo da Secretaria de Educação do Estado de Goiás – Coordenação Rio Verde – BOX (1937-1955).

A escola contava com um projetor de filmes, sendo que as alunas também podiam frequentar o cinema local em companhia das professoras. O Centro Acadêmico Helena Gordon, organizado pelas alunas e com seu Estatuto aprovado pela diretoria, realizava reuniões lítero-musicais, discutiam assuntos sociais, acompanhando acontecimentos nacionais e internacionais. O Centro Acadêmico Helena Gordon, juntamente com o corpo docente, organizava festas sociais. A Associação de Ex-alunas mantinha um elo profissional entre as alunas já formadas com suas ex-colegas, realizando piqueniques e reuniões festivas. Como podemos observar no relato da depoente:

[...] Eu fiz parte do centro acadêmico estudantil, participei de congressos a gente viajava, e fazia várias atividades envolvendo o grupo da escola. A gente organizava festas com músicas, poesias, peças teatrais [...] (GONÇALVES, 2019).

Em análise a outro Prospecto, agora de 1957, constatou-se que, apenas na parte do enxoval e das fotografias utilizadas na propaganda, o documento apresentava mudanças quando comparado ao de 1953. Segue o Prospecto:

O enxoval estava assim discriminado:

- 1) Relógio com ponteiros de segundos
- 2) Tesoura com ponta redonda
- 3) Caneta (material escolar)
- 4) Roupa de cama marcada com seu nome\*
  - 4 lencoes
  - 2 fronhas
  - 2 colchas
  - 1 ou 2 cobertores
- 5) Roupa de banho
- 6) Sapatos brancos de amarrar com sola crepe ou borracha
- 7) Tenis para esporte
- 8) Meias brancas curtas
- 9) Meias para tolete
- 10) Rêdes para cabelos
- 11) Um casaco de malha azul marinho ou branco
- 12) Dentes em dia com o dentista
- 13) Taxa de matrícula Cr\$500,00
- 14) Cinco fotografias 3x4

\*Apenas essa especificação das roupas de cama (PROSPECTO, 1957, p. 4).

A Escola de Enfermagem Cruzeiro do Sul, destinada à formação das enfermeiras, incumbia-se de prepará-las para a carreira. Essa instituição representou um marco para a sociedade do município de Rio Verde, em um momento histórico que se percebia a discussão em torno das questões da saúde e da educação, principalmente no que se referia à formação da profissional “enfermeira”.



O único Regimento Interno e Didático que foi localizado na íntegra, por meios das fontes, data-se do ano de 1952, em anexo a documentação do Processo de Reconhecimento da Escola.

Em seu Art. 1º, apresentam-se os seguintes objetivos:

- 1- Preparar enfermeiras para o serviço hospitalar e o de Saúde Pública.
- 2- Incentivar o melhor cuidado do doente, trabalhar para a saúde da coletividade, estimular o desenvolvimento da profissão e elevá-la bem alto, visando o melhoramento cultural e social de cada aluno.
- 3- Despertar nas alunas o amor ao próximo no espírito e amor de Deus (REGIMENTO INTERNO E DIDÁTICO DA EECS, 1952).

Em relação à proposta do Curso de Enfermagem, o Art. 2º determina que:

A Escola ministrará apenas o curso de enfermagem geral de 3 anos.

- 1- A aluna que concluir satisfatoriamente o curso receberá o certificado assinado pelo Diretor do Hospital e pela Diretora da Escola e Inspetor Estadual.
- 2- A candidata ao curso de enfermagem será aceita depois que passar pelos exames da banca examinadora da diretoria da escola.
- 3- Os 6 primeiros meses serão de experiência, no fim dos quais sendo aprovada como habilitada ao curso a aluna receberá a “sua touca” para continuar os estudos (REGIMENTO INTERNO E DIDÁTICO DA EECS, 1952).

No que diz respeito à diretoria da Escola de Enfermagem, no Capítulo III, em seu Art. 9º, revela-se que:

- a) A diretora da Escola será enfermeira Diplomada por Escola Oficialmente reconhecida, que esteja em exercício da profissão, e com capacidade administrativas, será admitida pelo médico-diretor, com aprovação da entidade mantenedora.
- b) A escolha para a diretora recairá sobre enfermeira com diploma registrado na Diretoria do Ensino Superior, e no Departamento Nacional de Educação e Saúde, e no Serviço Nacional de Fiscalização de Medicina (REGIMENTO INTERNO E DIDÁTICO DA EECS, 1952).

À diretora competiam várias atribuições, dentre elas:

- a) Superintender todos os serviços técnicos e administrativos da Escola, zelando pelo conforto moral, intelectual e social das alunas.
- b) Administrar e supervisionar o serviço de Enfermagem no estabelecimento hospitalar, e serviços necessários à finalidade da Escola, quando em virtude de contrato firmado, lhe couber tal incumbência.
- c) Propor a admissão, substituição, penalidade, louvores e dispensa de todo pessoal que lhe seja subordinado, obedecendo as disposições legais e regulamentares.
- d) Autorizar as inscrições para matrículas e exames.
- e) Exigir a observância dos horários e programas quanto a organização didática.
- f) Convocar e presidir as reuniões do corpo docente, sugerindo medida de interesse da Escola.

- g) Zelar pelo bom comportamento das alunas dentro ou fora do estabelecimento, afim de manter o bom conceito geral sôbre a Escola.
- h) Encaminhar ao médico diretor, os casos cuja soluções escapam a sua alçada, podendo entretanto tomar providências de caráter urgente.
- i) Providenciar os casos de faltas e impedimento para que a vice-diretora a substitua.
- j) Despachar o expediente providenciando tudo que seja relativo.
- k) Cumprir e fazer cumprir as determinações dêste regimento interno.
- l) Promover o progresso e o engrandecimento moral e material da Escola.
- m) Assinar os diplomas ou certificados do curso juntamente com o inspetor estadual.
- n) Remover funcionários de uma para outra seção ou departamento de acôrdo com as necessidades do serviço (REGIMENTO INTERNO E DIDÁTICO, 1952, Art. 10).

Pela análise do Regimento Interno e Didático e dos Prospectos, bem como em todas as fontes catalogadas, observou-se que havia preocupação com a formação do perfil da enfermeira, como no perfil da aluna, portanto, as disciplinas que formavam o arquétipo da enfermeira diplomada pela EECS conferiam à futura profissional uma bagagem teórica e prática, com base na moral, bons costumes e nos preceitos da religião protestante presbiteriana.

As dimensões tempo e espaço escolares na EECS também foram analisadas a partir de duas perspectivas que se encontram estreitamente inter-relacionadas. De um lado, a Escola de Enfermagem Cruzeiro do Sul, que deveria profissionalizar as enfermeiras, refletida em uma modernidade quanto ao ensino aplicado, oferecendo, além de formação teórica, campos de estágio que qualificavam “a nova profissional”.

Do outro lado, o Internato da Escola foi analisado como espaço dinâmico, educativo de socialização, do fazer-se cotidiano e levado a efeito por todas as pessoas que ali moravam, trabalhavam e transitavam naquele espaço. Isso significou compreendê-lo como um espaço dotado de significados compartilhados, de valores, de crenças e de sensibilidades, ao mesmo tempo em que eram impostos os dispositivos disciplinares institucionais.

Na Escola e no Internato, as alunas seguiam dispositivos disciplinares estabelecidos no Regimento Escolar e, de posse do Regimento Interno e Didático de 1952, pode-se analisar como que a organização escolar circunscrevia essa instituição.

Os deveres das alunas, regulamentados pela instituição, em seu Art. 22º, eram:

- a) Observar as ordens do regulamento interno.
- b) Comportar-se de tal maneira que facilite o bom andamento dos trabalhos no internato e no hospital.
- c) As alunas só sairão depois das 19hs, acompanhadas pelas “chefes! Ou pessoal da família com prévia ordem da diretora.
- d) Só sairão fora do quarteirão com permissão da diretora.

- e) Cuidar de seus quartos e do internato como o seu próprio lar.
- f) Frequentar a igreja de sua religião.
- g) Tomar parte na vida social da Escola.
- h) Obedecer o horário das refeições e aulas.
- i) Evitar afeições amorosas.
- j) Alvorada será às 7:00 horas
- k) O sinal de silêncio será dado às 22:00 horas, com exceção de sábado e dias festivos (REGIMENTO INTERNO E DIDÁTICO, 1952).

As normas dispostas, nesse regimento, impunham uma certa disciplina. E, de certo modo, para direção da escola, era interessante e importante que as alunas permanecessem na escola, devido à vigilância contínua sobre elas e até mesmo para mantê-las em ambiente supostamente disciplinado (horário para acordar, almoçar, dormir, descansar) e acompanhar os modos de comportamento nas consideradas horas livres. Assim, as alunas passaram a transitar em espaços externos ao da família, mas sob estrito controle da instituição escolar.

Ainda sobre as normas da Escola e do Internato, Dona Araciara declara que:

[...] A diretora era uma diretora muito severa. Ela era bem severa! Então, muitas alunas faziam alguma coisa contrária à disciplina, exatamente por ela ser muito austera, mas algumas passavam despercebidas e a aluna saía ganhando, vamos dizer assim. Outras ela percebia e ela chamava a atenção uma por uma, e, às vezes, em conjunto quando a indisciplina foi feita em conjunto. Então ela reunia, sempre era pela diretora, sempre era pela diretora! Qualquer enfermeira que quisesse chamar a nossa atenção, [...], elas chamavam, mas a diretora estaria sabendo, sempre. Agora, no hospital em si, não havia indisciplina, mas só quando não estava sob os olhos de pessoas que ficavam nos vigiando, né (*risos*). [...] Na cidade, talvez a gente extrapolasse um pouquinho, porque ia em cinema, muitas namoravam meninos da cidade, não era proibido, só que sob os olhos da direção, tudo que se pusesse ali, passeio com grupo, micro-ônibus, em camionete, ou em carro, a diretora tinha que aprovar e aí sempre ia alguém ia para ficar tomando conta, né. Era uma turma bem jovem, bem moderna. A nossa turma tinha apelido de “turma moderna” (GONÇALVES, 2019).

Na enfermagem, o regime de internato, segundo Barreira (1992), beneficiava o recrutamento de candidatas ao curso, assim, a oferta de residência era essencial, tanto do ponto de vista financeiro como para a obtenção do consentimento das famílias, para as quais “a escola dava a garantia de resguardar a moral de suas filhas, assegurando que sua honra não corria perigo, ou seja, que sua moça *não se perderia*” (BARREIRA, 1992, p. 189, grifo da autora).

**FIGURA 23** - Quarto das alunas do internato, 1953



**Fonte:** Acervo da Secretaria de Educação do Estado de Goiás – Coordenação de Rio Verde.

A Figura 23 revela um quarto do alojamento do internato, muito bem organizado e com uma boa disposição dos móveis. As alunas revelaram que a limpeza dos quartos era feita por uma zeladora, diariamente, a roupa de cama também era cuidado por uma lavadeira, porém era imprescindível mantê-lo arrumado e organizado. O quarto, “era um lugar de silêncio e muito respeito com as colegas, nele passávamos pouco tempo, apenas para nos recolher e dormir, também estudávamos e fazíamos nossas lições” (DUARTE, 2019).

Além disso, para a formação da enfermeira em consonância com a concepção de educação da mulher que perpassava na sociedade, o internato era considerado indispensável. E era também utilizado como residência para as professoras “enfermeiras” que vinham de outras cidades do Estado para lecionarem na instituição e algumas ainda trabalhavam no hospital.

A aluna Araciara Dias Gonçalves, quando se matriculou na Escola de Enfermagem, instalou-se no internato para residir. Nas palavras dela, o internato era:

[...] Eu morei no internato da escola e gostei muito, porque o internato era muito confortável. Era um quarto maior para duas, ou um quarto menor para uma. A maioria ficava em dupla, ou, às vezes, em um quarto maior no andar, que era o andar térreo da diretoria, tinha uns dois quartos ali, uns dois quartos grandes e as vezes ficavam três. Mas muito raramente ficavam três, geralmente era duas ou uma. Se a pessoa não tivesse assim, muita assim compatibilidade com a outra, ou preferia ficar sozinha, ou algum problema mesmo de precisar ficar sozinha, e que diretora achasse, mas a maioria era dupla. No quarto, tinham duas camas confortáveis, uma cômoda para cada uma, um guarda-roupa que cabia todas as roupas, janelas com telas, nas janelas; banheiros bons, havia bastante, uns quatro ou cinco chuveiros, uns quatro ou cinco vasos sanitários, [...] cada andar tinha seu banheiro, ficava no final do corredor de cada andar, era de uso coletivo, [...] mas todo mundo usava e ninguém passava necessidade (GONÇALVES, 2019).

Um aspecto marcante dessa história de formação profissional foi o predomínio de forte cunho moral cristão na Escola e no Internato. Os princípios da instituição, seus valores e a maneira de ensinar elevavam o compromisso com a formação ética, moral, disciplinar e religiosa daquelas alunas na escola.

A disciplina da escola, destacada no Capítulo X do Regimento Interno e Didático de 1952, em seu Art. 46º, era assim organizada:

A disciplina será exercida e fiscalizada por:

- a) A diretora ou a sua substituta em todo o estabelecimento.
- b) As Instrutoras, professores e monitoras nos respectivos departamentos e nos atos escolares que presidirem.
- c) As enfermeiras chefes no serviço de enfermagem que dirigem.

Cabia à diretora da escola de enfermagem a aplicabilidade das seguintes penas às alunas ou a todo pessoal da Escola: “a) advertência; b) repreensão escrita; c) exclusão definitiva da Escola aplicada pela Diretora ‘ad referendum’ ao médico diretor” (REGIMENTO INTERNO E DIDÁTICO, Art. 48º, 1952).

As alunas que se incorrerem às penas do Art. 48º seriam punidas, conforme o que o Art. 49º determinava:

- a) Faltarem ao respeito devido à Diretora e a qualquer membro do corpo docente.
- b) Desobedecerem às ordens da Diretora e a qualquer membro do corpo docente.
- c) Procederem de modo incorreto nos diversos atos escolares, por exemplo: colar nos exames, usar mentiras ou praticar deslealdade com a escola (REGIMENTO INTERNO E DIDÁTICO DA EECS, 1952).

Após a análise dos documentos, torna-se perceptível que a EECS pretendia formar apenas pessoas do sexo feminino, pois há matrícula para a formação masculina somente a partir do ano de 1965, quando a instituição passou a ofertar o curso de auxiliar de enfermagem. As enfermeiras, até então, eram imbuídas de conhecimentos práticos, respaldadas por normas e com a conduta inculcada que representava o perfil das mulheres na década de 1950, na cidade de Rio Verde.

As matrículas das candidatas eram preenchidas em um Livro Ata de Matrículas, feito pela secretária da escola, de maneira padronizada. Ao preencher a ficha, a secretária deveria registrar o nome da aluna, data de nascimento, filiação, cor, religião, nacionalidade, naturalidade, estudos, taxa de matrícula paga, vacinação, endereço, responsável pela aluna e uma foto 3 x 4 (sendo anexada do lado superior do canto direito da folha).

Depois do ano de 1956, a ficha foi modificada e passou a ser impressa, seguindo uma normatização, com o título de “Folha de Admissão”. O campo das informações das candidatas passou a conter maiores informações. No verso dessa folha, a aluna também registrava o nome dos três últimos livros de literatura que havia lido. Mediante as fontes orais, identificou-se, por meio dos relatos de todas as entrevistadas, que havia uma cobrança rígida quanto a questão da leitura das alunas de enfermagem. Em alguns relatos, algumas entrevistadas mencionaram que na biblioteca da Escola havia livros de literatura para o uso das alunas.

Foram analisadas cento e duas (102) fichas de matrícula, não sendo possível localizar as demais, haja vista que muito material não se encontrava junto ao Acervo da Secretaria de Educação do Estado de Goiás – Coordenação de Rio Verde. Não se pode precisar o que, de fato, foi feito de todo material da instituição, no momento em que foi fechada, pois, com a extinção e fechamento da escola no ano de 2004<sup>80</sup>, é possível prever que houve extravio de material.

Na Figura 24, destaca-se a ficha de matrícula utilizada a partir de 1956, não sendo possível precisar até que ano foi utilizado esse modelo. Nas fontes analisadas, não foi localizado outro modelo, referente ao período delimitado nesta tese.


---

<sup>80</sup> Essa informação foi repassada à pesquisadora por meio de uma fonte oral, não sendo possível, por meio de fontes documentais, comprová-la. Com a análise de toda documentação no acervo da Secretaria de Educação do Estado de Goiás – Coordenação de Rio Verde, verificou-se a existência de documentos de ex-alunos até o ano de 2004, guardados em dossiês nas Caixas “BOX”.

FIGURA 24 - Ficha de matrícula, 1958

Esta folha  
deve ser  
preenchida de  
proprio punho.

ESCOLA DE ENFERMAGEM  
"CRUZEIRO DO SUL"  
ANEXA AO  
HOSPITAL EVANGÉLICO  
RIO VERDE — GOIÁS



**FOLHA DE ADMISSÃO**

1. NOME Dulcinea Batista
2. RESIDÊNCIA Rua Maria Sra de Fatima n.º 644 Bebedouro  
(De acordo com o registro civil)
3. DATA DE NASCIMENTO 1.º de Maio Localidade Guarânia  
(Do pai ou responsável)
4. NOME DO PAI Enock Baptista  
Profissão do pai Func. Publico Si falecido, a causa mortis.....
5. NOME DA MÃE Luizita de Carvalho  
Profissão antes de casar Sev. domestic Si falecida, a causa mortis.....
6. ESPECIFICAÇÃO DOS SEUS ESTUDOS ANTERIORES:

CURSO	NOME DA ESCOLA	Data de entrada	Data de saída	DIPLOMA ou CERTIFICADO	MÉDIA
Primario ...	<u>Grupo Col. Loureiro Caldeira</u>	<u>1948</u>	<u>1951</u>		<u>44</u>
Secundário ..	<u>Escola Tec. de Comercio Vicente Cerar</u>	<u>1952</u>	<u>1957</u>		
Normal ....					
Outros .....					

7. Sofreu reprovações? sim Quais o curso e as materias? Curso Secundario em Matematica Francês Desenho
8. Foi obrigada a faltar muito aos cursos anteriores, por motivos de doenças? sim Quais?.....
9. Queira sublinhar suas preferencias: musica, pintura, cinema, natação, leitura, trabalhos manuais, distrações ao ar livre, etc.....
10. Quis os livros que tem lido ultimamente e quais preferiu? (Escrever no verso)
11. Já teve algum emprego? não Qual?.....  
Vencimentos?..... Por que saiu?.....
12. Já trabalhou em enfermagem? não Onde?.....
13. Como classifica a sua saude: Excelente? Boa? Regular? Má? Regular
14. Tem algum defeito fisico? não
15. Teve algum parente que sofreu de tuberculose? não Do sistema nervoso? não
16. Queira citar, no outro lado desta folha, o nome e endereço de três pessoas conhecidas (não parentes) que possam dar referencias sobre sua pessoa.

Data 10 de Fevereiro de 1958

Assinatura Dulcinea Batista

Fonte: Acervo da Secretaria de Educação do Estado de Goiás – Coordenação Rio Verde (BOX 3).

Durante o período estudado, 1937 a 1969, cerca de cento e setenta e nove (179) alunas frequentaram a EECS. Desse total, cento e cinquenta (150) concluíram os dois cursos, sendo cento e seis (106) no Curso de Enfermagem e quarenta e quatro (44) no Curso de Auxiliar de Enfermagem. Contudo, nesse primeiro instante, esta pesquisa se atém ao número total de concluintes e não concluintes de nível superior, por acreditar que esses dados sejam representativos do corpo discente da Escola. Em momento oportuno, haverá reflexões sobre o curso de Auxiliar de Enfermagem. Nota-se na fonte analisada a evasão de aproximadamente vinte e nove (29) alunas<sup>81</sup>, vinte e três (23) em Enfermagem e seis (6) em Auxiliar de Enfermagem, não sendo possível identificar suas causas.

**QUADRO 7** – Alunas concluintes do Curso de Enfermagem da Escola de Enfermagem Cruzeiro do Sul, 1937- 1961<sup>82</sup>

Ano	Número de alunas	Alunas
1941	3	Maria Bueno Goiotim Nogueira Herondina Grimbora
1942	3	Onofra Rocha Amanda Eidam Felicidade Vilela
1943	3	Maria Vaz Nascimento Maria Eulalia Toledo Zoiraide Pereira
1944	-	-
1945	3	Julia Cafruni Hermantina de Araújo Xavier Ruth Anacleto
1946	1	Dulce Martins
1947	1	Natalina Ferreira
1948	2	Doralice Pina Lizoralda Cândida de Oliveira
1949	3	Maria Pereira do Nascimento Lydia dos Santos Regina Anacleto
1950	4	Maria Camargo de Oliveira Aparecida Sedana Ribeiro Ana Teixeira de Carvalho Priscila Lemos Ferreira
1951	4	Ana Euzébia Onória Costa Vilela

<sup>81</sup> Nas Atas de Reunião do corpo docente (1952-1965) analisadas, foi possível perceber que algumas alunas eram “convidadas” a deixarem a escola, por não conseguirem acompanhar o ensino oferecido pela instituição. Essas alunas não haviam concluído o Ginásio e não apresentavam conhecimento satisfatório. Entretanto, seus nomes aparecem apenas nas Atas e não são mencionados nos registros de matrículas, portanto, esse número de alunas possivelmente foi maior do que cento e setenta e nove que frequentaram a EECS.

<sup>82</sup> Nos anos de 1944, 1957 e 1959, não houve turma de alunas formandas por desistência do curso.



Ano	Número de alunas	Alunas
		Adna Moreno Costa Hélia Silveira Lima
1952	6	Wanda Ferreira Arantes Maria Moreno Costa Maria da Glória Souza Adalgisa Lima Maria Magdalena Guimarães e Silva Maria de Souza Gomes <i>Olga Lodi (desistente)</i>
1953	6	Estela Medeiros de Oliveira Hilda Maria Coimbra Jení Mariano da Cruz Ordylete Araújo Aurora Clara de Souza Lauricinda Campos dos Santos <i>Clorinda Léa de Barros Jensen (desistente)</i>
1954	4	Noemy Germano Pereira Ilda Carvalho Conceição Dias Zélia Leonor
1955	8	Leonor Coraci de Lima Hélia Pimentel Maria Mascarenhas Lustosa Dorvalina Helena Borges Fleuripes Rodrigues Galvão Luzana Dias Isabel Farias Machado Ivanilde de Souza Santos <i>Railda Fortes Cruzeiro (desistente)</i> <i>Aibil Cruvinel Pereira (desistente)</i>
1956	12	Kasuko Tsumori Ester Santana de Araújo Emília Ferreira Mariana Oliveira Costa Geralda Dornelas Silva Maria Dirce Dias Eurípedes Maria de Jesus Salomé de Melo Neusa Alves Velasco Dirce Prado Messias Angélica de Sousa Geni Divina da Silva <i>Heloisa Helena Leão Veloso (desistente)</i> <i>Luzia Cruvinel Pereira (desistente)</i> <i>Nelcy Rodrigues Ferreira (desistente)</i> <i>Margarida Gomes de Moraes (desistente)</i>
1957	-	<i>Carmelita Gomes de Moraes (desistente)</i> <i>Rita Aguiar Rocha (desistente)</i> <i>Geny Ferreira (desistente)</i> <i>Gláucia Ferreiro (desistente)</i>
1958	6	Marina da Silva Dalva Dilce Baptista

Ano	Número de alunas	Alunas
		Arlete Ferreira Orivalda de Souza Correia Marina Santana Ecila Ferreira da Cruz <i>Ana Maria Souza (desistente)</i> <i>Arlene Ferreira (desistente)</i>
1959	-	<i>Noemy Wolff (desistente)</i>
1960	3	Yvonil Baptista Raquel Cidrônia Costa Ragel Teixeira da Silveira <i>Helena de Freitas (desistente)</i> <i>Adelina Gagliardi (desistente)</i> <i>Alcina Guimarães e Silva (desistente)</i> <i>Terezinha Silva (desistente)</i> <i>Elisabeth Cândida de Toledo (desistente)</i>
1961	5	Olinda Ataydes Noélia Sousa Campos Dulcinéia Batista Norma Arantes Leão Shirley Medeiros Domingues <i>Isabel Araújo (desistente)</i> <i>Idê Carneiro Cavalcante (desistente)</i> <i>Rita Alves Faria (desistente)</i>
1962	12	Shirley Rodrigues de Moraes Zoraide Nardes Viana Neusa Denucci Grace Van Den Berg Ruth Silva Meiry Gonçalves Lopes Maria Izabel Nogueira Marina Alves dos Santos Izaura Costa Ataydes Jací Rocha da Silva Idinete de Assis Machado Maria Terezinha Santos Barroso
1963	8	Maria dos Santos Bueno Delice Xavier dos Santos Eunice Costa Ency Euzébio de Souza Alice de Lima Lia Walcher Torres Ruth Túlio Adamôr Oliveira
1964	9	Senhorinha de Almeida Lara Mary Magalhães Guerra Helkine Itamar Cortez Orisontina de Souza Brito Olímpia Ferreira Lemes Yara Marília Tavares de Mendonça Ivonete Pimpim Zeluita Souza Guimarães Araciara Dias da Silva

**Fonte:** Dados organizados pela autora, por meio das Fichas de Matrículas da EECS.

Para tanto, a cultura escolar, evidenciada com a análise dos documentos e das fontes orais, possibilitaram revisitar essa instituição, desde sua fundação até o ano de 1969, funcionando, do modo como diz Julia (2001, p. 13), como “[...] a ‘caixa preta’ da escola, ao buscar compreender o que ocorre nesse espaço particular”.

Julia (2001, p. 17) chama a atenção para o fato de um pesquisador que “[...] sabe fazer flechas com qualquer madeira”, portanto pode reconstituir, na falta de documentos, o cotidiano escolar. Mas é importante considerar o cuidado para o qual Chervel (1990) adverte, pois, para ele, há grande importância em se desvencilhar do que está subtendido nos documentos, uma vez que nem tudo o que se passou está lá inscrito e, nem tudo que lá está escrito, condiz com o que se passou nos intramuros de uma instituição escolar.

Isso posto, é importante ressaltar que a EECS possuía um aparato educativo com normas que definiam os conhecimentos a serem ensinados e os comportamentos e atitudes esperadas das alunas, bem como um conjunto de práticas escolares que permitiam e que facilitavam a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos.

### **3.3 O Curso de Auxiliar de Enfermagem**

O cotidiano da Escola de Enfermagem Cruzeiro do Sul foi reconstruído a partir de relatos orais, fotos e documentos que revelam as vivências diárias de uma instituição que, a partir do ano de 1965, passou a oferecer o Curso Auxiliar de Enfermagem, alterando seu objetivo inicial, o de se formar enfermeiras.

Inicialmente, foi preciso compreender as circunstâncias da criação do Curso de Auxiliar de Enfermagem no Brasil, sob a lente de análise do discurso das lideranças acerca da sua legalização, discorrendo sobre suas implicações para o campo da enfermagem no Brasil, em Goiás e como se efetivou a formação, nessa área, na cidade de Rio Verde.

No período delimitado pela pesquisa, ocorreram transformações importantes no cenário da enfermagem, com qualificação e olhar científico voltado para o engajamento profissional das enfermeiras. Os Cursos de Enfermagem passaram por diversas transformações curriculares no âmbito educacional, as quais interferiram no seu prestígio. Além disso, esse campo de atuação na saúde se legitimou como uma profissão que passou por caminhos leigos até alcançar sua estruturação efetiva como curso profissional de diferentes níveis e categorias<sup>83</sup>.

---

<sup>83</sup> Hoje, as atuais categorias são: atendente de enfermagem, auxiliar de enfermagem, técnico de enfermagem e enfermeiro.

A intimidação feita às enfermeiras, em virtude da possibilidade de perderem suas conquistas já alcançadas para sua formação, fez com que a Associação de Enfermeiras Diplomadas, hoje denominada de Associação Brasileira de Enfermagem – ABEn, diligenciassem ações, junto ao governo federal, para que alterasse o sistema de enfermagem de maneira que houvesse a inclusão de outro nível de formação pessoal de enfermagem - o Auxiliar de Enfermagem. Desse modo, foi criada e regulamentada a nova profissão, e as escolas de auxiliar de enfermagem trataram de disseminar suas práticas em todo país.

Nesse ínterim, até o dado momento, quinze Escolas de Enfermagem já ofereciam os cursos de enfermagem e estavam assim implantadas no país:

**QUADRO 8** - Escolas de Enfermeiras no Brasil (décadas de 1920-1940)

<b>Instituição</b>	<b>Ano e local</b>	<b>Administração</b>
EE do Departamento Nacional de Saúde Pública	1922 – Rio de Janeiro/RJ	Pública Federal
EE Carlos Chagas	1933 – Belo Horizonte/MG	Pública Estadual
<i>EE Florence Nightingale</i>	<i>1933 – Anápolis/GO</i>	<i>Evangélica</i>
<i>EE da Casa de Saúde Evangélica</i>	<i>1937 – Rio Verde/GO</i>	<i>Evangélica</i>
EE do Hospital São Paulo	1938 – São Paulo/SP	Católica
EE Luíza Marillac	1939 – Rio de Janeiro/RJ	Católica
EE de São Paulo	1942 – São Paulo/SP	Pública Estadual
<i>EE do Hospital São Vicente de Paulo</i>	<i>1943 – Goiânia/GO</i>	<i>Católica</i>
EE do Estado do Rio	1944 – Niterói/RJ	Pública Federal
EE Rachel Haddock Lobo	1944 – Rio de Janeiro/RJ	Pública Federal
EE do Pará	1944 – Belém/PA	Pública Estadual
EE Hugo Werneck	1945 – Belo Horizonte/MG	Católica
EE Hermantino Beraldo	1946 – Juiz de Fora/MG	Pública Estadual
EE Frei Eugênio	1948 – Uberaba/MG	Católica
Escola Madre Maria Teodora	1949 – Campinas/SP	Católica

Fonte: FREITAS (2007)

Conforme exposto no Quadro 8, os Estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais lideravam com seis escolas implantadas em cada estado; São Paulo e Goiás representavam o campo com três escolas; e o Estado do Pará apenas com uma escola implantada entre as décadas de 1920 e 1940. Goiás é o único estado com duas instituições evangélicas e uma

católica, sendo duas escolas no interior goiano e uma apenas na capital, Goiânia. Em relação aos demais estados destacados no quadro, havia a existência de instituições católicas, públicas estaduais e públicas federais.

O problema da escassez de profissionais para o trabalho de enfermagem se tornava crítico, porque revelava a precariedade da saúde pública fora da capital da República. Havia, no país, cerca de 2.633 enfermeiras diplomadas, número irrisório em relação à necessidade brasileira (SANTOS, *et al*, 2002). Houve, então, uma proposta de preparar enfermeiras em um curto prazo, reduzindo carga horária e duração do curso, a fim de que mais rapidamente se atendesse a demanda nacional das profissionais de enfermagem. Uma solução seria a criação de mais escolas, outra sugestão para resolver o problema seria condensar o Curso de Enfermagem, reduzindo as exigências acadêmicas de matrícula.

Com a promulgação da Lei nº 775, de 6 de agosto de 1949, a decisão referendada foi de criar uma categoria “parcialmente” habilitada para executar atividades de enfermagem. Mas essa ação política foi empreendida depois do enorme esforço para se implantar, no Brasil, o modelo anglo-americano de enfermagem e enfrentou semelhante dificuldade para resolver questões relativas ao quantitativo de pessoal para fazer frente à demanda de cuidados de enfermagem e aos níveis de formação dessa categoria.

Com a elaboração da referida lei, a normalização e a formação de auxiliares de enfermagem no Brasil e a luta simbólica das enfermeiras para garantir os avanços conseguidos pela profissão estavam em discussão e se encontravam no espaço onde se articulavam as políticas de assistência à saúde no ano de 1949. Essa lei, como legislação educacional vigente a partir de 1949, foi embasada nos princípios da Reforma Capanema, sob a forma de Leis Orgânicas, o que propiciou a proposição, tramitação e sanção de uma lei específica para o Ensino de Enfermagem.

Embora houvesse a necessidade de se ter auxiliares de enfermagem nos hospitais, prestando cuidados aos doentes, em função do número reduzido de enfermeiras, havia um grupo de líderes da enfermagem que se opunha à criação dessa nova categoria, por considerarem que a enfermagem poderia perder o prestígio social ora alcançado.

Não obstante, a formação profissional se fazia necessária, devido à deficiência numérica de pessoal de enfermagem e pela busca da eficiência do funcionamento dos hospitais e dos Serviços de Saúde e, em Goiás, essa realidade não era diferente. Para as líderes da enfermagem, a ação dos auxiliares, embora indispensável, deveria ser limitada. A legalização do curso de auxiliar de enfermagem posicionou cada agente no seu espaço, dando nova “forma” ao campo da enfermagem.

Diante dessa perspectiva, no ano de 1936, em São Paulo, foi criado o primeiro curso de Auxiliar de Enfermagem, no Hospital Samaritano, com o objetivo de atender uma demanda interna, porém, somente em 1949, o curso foi legalizado pela Lei nº 775, que regulamentou o exercício profissional nessa época. Diante disso, conclui-se que:

A legitimação desta categoria era mais uma questão de tempo para acontecer e uma questão de necessidade para o país. Era melhor ter a formação destes auxiliares sob o controle das diplomadas, do que tê-los longe, sendo formados através da prática hospitalar, com pouco ou insuficiente conhecimento teórico e técnico (BATALHA, 2008, p. 2).

À frente dessas circunstâncias, as enfermeiras diplomadas propuseram à Associação Brasileira das Enfermeiras Diplomadas que elas assumissem a direção dos trabalhos e elaborassem o texto da lei em estudo, esclarecendo que o curso de Auxiliar de Enfermagem corresponderia ao primeiro ciclo do nível secundário - o ginásial, exigindo-se o curso primário como precedente, totalizando um período de 18 meses. As candidatas deveriam se submeter ao exame vestibular (prova a qual os candidatos eram submetidos para entrada na escola, que assim era chamada de vestibular), com questões que versavam sobre português, aritmética, geografia e história do Brasil (ORRO, 2008).

O curso de Auxiliar de Enfermagem deveria ser com mínimo possível de matérias teóricas e deveria conter noções gerais das disciplinas fundamentais e a prática, abrangendo toda a enfermagem, tanto a elementar como a especialidade. A inclusão do curso de Auxiliar de Enfermagem foi a melhor decisão encontrada pelas enfermeiras para resolver o problema da escassez da mão de pessoal de enfermagem para trabalhar tanto nos postos de saúde pública como nos hospitais, sem abrir mão da excelência da formação da enfermeira diplomada.

Por força das determinações legais, o estudo da formação do profissional de enfermagem está articulado às interpretações, em particular, da Lei de Reforma Universitária, nº 5. 540, de 28 de novembro de 1968, que reafirmou os princípios já adotados em legislações anteriores e a estrutura em fase de implantação. Mediante a legislação, ficava estabelecido que o ensino superior passasse a ser ministrado em universidades e, excepcionalmente, em estabelecimentos isolados (BRASIL, 1968).

No entanto, a LDB, Lei nº 9. 394, de 1996, diversamente da Lei nº 5. 540, de 1968, privilegiou o caráter determinista de racionalização do mercado, em relação à formação do enfermeiro, no sentido de atender expectativas do neoliberalismo e da globalização do mercado. A referida lei, em seus capítulos referentes ao ensino superior, referenciava a

articulação do propósito das leis com a definição de uma política de formação em enfermagem correlacionada ao desenvolvimento do ensino superior no país.

Dessa maneira, torna-se relevante analisar a proposta da Lei nº 775 de 1949, a qual dispôs que o ensino de enfermagem compreenderia dois cursos: o Curso de Enfermagem e o Curso de Auxiliar de Enfermagem, os quais apresentavam suas determinadas condições de funcionamento e de reconhecimento. Outros pontos, dessa mesma lei, são de fundamental importância, como nos artigos:

Art. 3º O curso de auxiliar de enfermagem será de dezoito meses.

Art. 4º Para a matrícula em qualquer dos cursos apresentará o candidato:

- a) certidão de registro civil, que prove a idade mínima de dezesseis anos e a máxima de trinta e oito;
- b) atestados de sanidade física e mental e de vacinação;
- c) atestado de idoneidade moral.

Art. 5º Para a matrícula no curso de enfermagem é exigido, além dos documentos relacionados no artigo 4º, o certificado de conclusão do curso secundário.

Parágrafo único. Durante o prazo de sete anos, a partir da publicação da presente Lei, será permitida a matrícula a quem apresentar, além dos documentos relacionados no artigo 4º, qualquer das seguintes provas:

- a) certificado de conclusão de curso ginasial;
- b) certificado do curso comercial;
- c) diploma ou certificado de curso normal.

Art. 6º Para a matrícula no curso de auxiliar de enfermagem exigir-se-á uma das seguintes provas:

- a) certificado de conclusão do curso primário, oficial ou reconhecido;
- b) certificado de aprovação no exame de admissão ao primeiro ano ginasial, em curso oficial ou reconhecido;
- c) certificado de aprovação no exame de admissão.

Parágrafo único. O exame de admissão, que será prestado perante a própria escola, constará de provas sobre noções de português, aritmética, geografia e história do Brasil.

Art. 13. Ao aluno que houver concluído o curso de enfermagem, será expedido diploma; ao que houver concluído o curso de auxiliar de enfermagem, será expedido certificado (BRASIL, 1949).

Ademais, a referida lei expressa uma extensa lista de atribuições, tornando-se um “divisor de águas” na profissão da Enfermeira, tendo em vista que legaliza a formação formativa do cuidado em enfermagem entre duas categorias da profissão.

Uma das principais mudanças administrativas na esfera federal foi a separação dos Ministérios da Saúde, da Educação e Cultura, que ocorrera em 1953. O Curso de Enfermagem permaneceu vinculado ao Ministério da Saúde, conforme previsto na Lei nº 1.920, de 25 de julho de 1953, que assim estabelecia: “Art. 1º É criado o Ministério da Saúde, ao qual ficarão afetos os problemas atinentes à saúde humana.” (BRASIL, 1953). Assim, todas as questões que afetavam a área da saúde ficaram subordinadas à administração e à fiscalização do Ministério da Saúde, dentre elas os cursos de enfermagem.

Cabe esclarecer que o exercício da enfermagem profissional no Brasil foi regulamentado pela Lei nº 2. 604, de 17 de setembro de 1955, e o registro de diplomas de enfermeiros, expedidos até o ano de 1950, foi regulamentado pela Lei nº 2. 822, de 14 de julho de 1956, tendo em vista a nova condição de formação em nível superior e a formação prática que aumentava o número de atendentes e auxiliares de enfermagem.

Feitas essas considerações e nessa direção, priorizam-se as informações, provenientes de um passado recente, contidas em diversas fontes nos acervos investigados na EECS. Acredita-se que essas fontes sejam contribuições para se conhecer o que foi privilegiado em determinado momento histórico; como e o porquê esses conhecimentos foram relevantes; quais métodos e práticas fizeram parte do ideário pedagógico do período delimitado nesta pesquisa.

Entretanto, com as determinações da Lei nº 4. 024, de 1961, a EECS enfrentou certas dificuldades para continuar a oferecer o Curso de Enfermagem, haja vista que já não se limitava a cumprir as novas prerrogativas da referida Lei. Para prosseguir na formação de enfermeiras, a instituição deveria ser reorganizada em sua configuração.

O ano de 1961 representou um marco para a enfermagem, pois a colocou efetiva e definitivamente no nível superior, com a cessação do prazo legal que possibilitava ingresso nas escolas de enfermagem de concluintes de curso ginasial ou 1º ciclo secundário.

Com isso, para se ajustar, a EECS reuniu seu corpo docente e o Conselho Deliberativo e decidiu pela implantação do Curso de Auxiliar de Enfermagem, no dia 3 de agosto de 1961. Nesse momento, deixou de diplomar enfermeiras e passou apenas a emitir certificados às alunas, seguindo as disposições legais em vigência.

Reunião realizada em três de agosto de um mil e novecentos e sessenta e um

Às vinte horas e dez minutos do dia três de agosto de um mil novecentos e sessenta e um, em uma das dependências da Escola de Enfermagem Cruzeiro do Sul, situada à Rua Goiás, nº 14, na cidade de Rio Verde, Estado de Goiás, reúne-se o Conselho Deliberativo da dita Escola, composto dos seguintes elementos: Reverendo John Miller, substituindo o Reverendo James Bayers, representante da Missão Presbiteriana do Brasil Central, Reverendo Ebimael Etz Rodrigues e Dr. Donald Gordon, representantes do Presbitério de Goiás, Reverendo Severino Gomes Monteiro, representante da Igreja presbiteriana local, Zoé Gonçalves de Souza, representante da Igreja Presbiteriana do Brasil e Dona Ruth Anacleto, diretora da Escola de Enfermagem. Acham-se presentes ainda Reverendo Charles Smarts Billing, administrador do Hospital Evangélico de Rio Verde, Dr. Carlos Marques Patrício, diretor do mesmo hospital, Dona Maria Almira Bezerra Rodrigues, enfermeira da Fundação de Serviço Especial de Saúde Pública, Dr. David Haidar, Dona Edith Van Den Berg, Olinda Ataydes, Maria José Silva e Maria Bueno Monteiro, enfermeiras. Dirige os trabalhos o Reverendo Abimael etz Rodrigues, presidente do Conselho Deliberativo. A sessão é aberta com uma oração pelo Dr. Donald Gordon. Esta sessão ficou convocada em caráter extraordinário. O Conselho

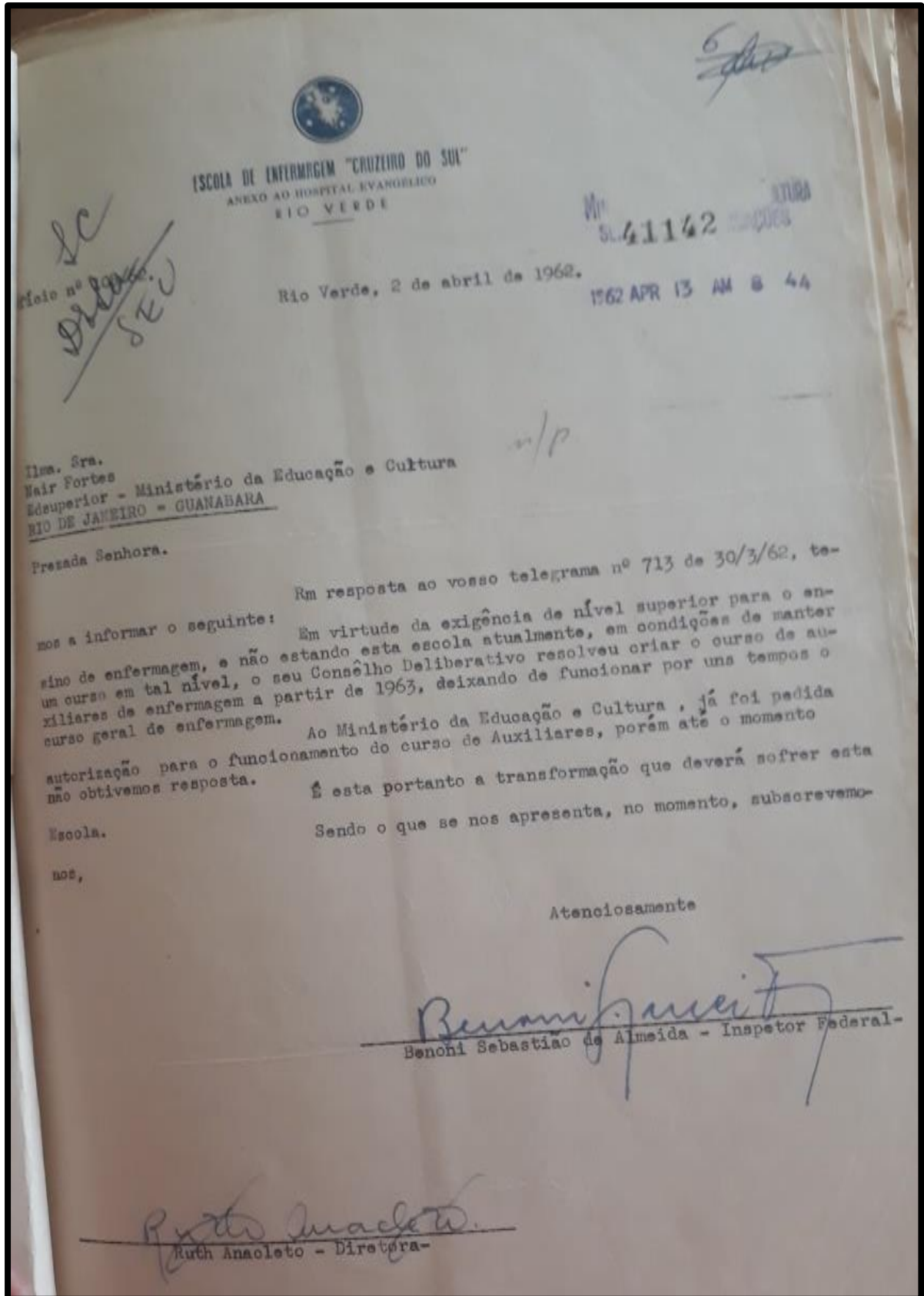


Deliberativo depois de considerar demoradamente a situação da Escola de Enfermagem em face da legislação em vigor, resolve criar o curso de Auxiliar de Enfermagem, imprimindo o melhor padrão possível de ensino. [...] A resolução tomada pelo Conselho é em virtude da Lei nº 775, de 6 de agosto de 1949, não permitir o funcionamento da Escola, tal como se encontra e por isso não serão mais recebidas alunas para esse curso, salvo se uma legislação futura o permitir [...] (ATA DO CONSELHO DELIBERATIVO DA ESCOLA DE ENFERMAGEM CRUZEIRO DO SUL, 1961).

Considerando a situação da EECS, diante a legislação vigente, nota-se que havia uma preocupação em continuar oferecendo um ensino de qualidade, mesmo não ofertando o Curso de Enfermagem. A escola não cumpria as exigências legais e, portanto, teve que se adequar às novas normatizações.

Após a decisão do Conselho Deliberativo da Escola de Enfermagem Cruzeiro do Sul de criar o Curso de Auxiliar de Enfermagem, a diretora Ruth Anacleto enviou o pedido ao Ministério da Educação e Cultura e solicitou, ao Diretor do Ensino Superior, a autorização de funcionamento, isso no ano de 1961. Entretanto, em um ofício encaminhado ao MEC, datado em 2 de abril 1962, a diretora reitera que já foi feito o pedido de autorização e que aguarda a resposta para que a escola passasse a oferecer a partir do ano de 1963 o Curso de Auxiliar de Enfermagem. Este ofício é assinado pelo inspetor federal, Benoni Sebastião de Almeida e também e pela própria diretora.

FIGURA 25 - Ofício enviado ao MEC pela diretora Ruth Anacleto, 1962.



Fonte: Acervo da Secretaria de Educação do Estado de Goiás – Coordenação Rio Verde.

Diante disso, a EECS solicitou sua autorização para funcionamento junto ao MEC, a fim de que o Curso de Auxiliar de Enfermagem fosse reconhecido. Logo, a diretora organizou toda a documentação necessária para que essa situação decorresse. É possível, ver em uma das fontes o resumo de todo o processo, que estava aguardando o parecer final, por parte dos avaliadores.

O presente processo trata da solicitação por parte do Conselho Deliberativo da Escola de Enfermagem Cruzeiro do Sul, em Rio Verde- Goiás, para funcionamento do Curso de Auxiliar de Enfermagem, a partir de 1963. Informo que:

1- A Escola foi fundada em 1937, reconhecida pelo Decreto 34 964 de 19/01/1954, para o Curso de Enfermagem, tendo esse curso passado a nível superior e não possuindo a Escola condições, para manter um curso de tão nível. Seu Conselho deliberativo pede autorização para o funcionamento do Curso de Auxiliar de Enfermagem.

2- Consultada a Diretoria do Ensino Superior, esta salienta a colaboração para verificação da Associação Brasileira de Enfermagem, que indicou a enfermeira Isabel Colquhoun Macintyre, a qual é aceita através de Portaria nº45 de 12/04/1962, para proceder a verificação, com ordem de passagem nº 70 de 17/04/1962.

3- É então o presente processo enviado a SC para aguardar o relatório, o qual foi feito e dado entrada a 30/04/1962, sob o nº 4 822/1962, é anexado ao presente processo, sendo encaminhando pela enfermeira Isabel Colquhoun Macintyre.

4- Quanto ao relatório posso afirmar:

a) Capacidade Financeira: A entidade mantenedora da Escola é a Missão Presbiteriana do Brasil Central, entidade de caráter privado, com personalidade jurídica, segundo registro em São Paulo, com fins de assistência social. Essa Missão com subsídios dos Estados Unidos auxilia várias escolas em vários estados demonstrando assim sua capacidade financeira. Além das verbas federais e estaduais.

b) Instalações: A Escola apresenta condições materiais favoráveis, as instalações da Escola de Auxiliar de Enfermagem exigidas pelo Decreto nº 27 426 de 14/11/1949, art. 50, letra b e d, consta no relatório descrição minuciosa a respeito, sendo campo de Estágio o próprio Hospital Evangélico de Rio Verde.

c) Currículo: A Escola de Auxiliar de Enfermagem se propõe a lecionar, fora as matérias exigidas por lei (Art. 23 do Decreto nº 27 426 de 14/11/1949), outras que acha complementares, de acordo com as necessidades locais, sistematizando-as de modo correlato, para facilitar o estudo [...].

d) Regimento Pessoal Discente: O Regimento proposto pela Escola, satisfaz a todos os requisitos exigidos por lei, como se pode verificar [...]. No que diz respeito a administração, organização do curso e regimento escolar, admissão e matrícula, sempre tendendo a melhorar o nível da escola de exigir de todos os inscitos não somente o certificado do curso primário, como o de exame de admissão são feitos na própria escola.

e) Condições Culturais: É comprovada a necessidade em Rio Verde de uma escola desse tipo gozando a Escola de Auxiliar de Enfermagem de bom conceito na região [...] (PROCESSO DE RECONHECIMENTO DO CURSO DE AUXILIAR DE ENFERMAGEM, 1962).

Pode-se verificar que a Diretoria do Ensino Superior foi consultada e houve solicitação para que a Associação Brasileira de Enfermagem pudesse designar uma enfermeira para realizar a avaliação de autorização do curso de auxiliar de enfermagem na EECS. O relatório foi feito e enviado no dia 30 de abril de 1962. Em suas considerações, a enfermeira Isabel

Colquhoun Macintyre<sup>84</sup> analisou cinco quesitos, a saber: capacidade financeira, instalações, currículo, regimento pessoal discente e condições culturais.

O relatório assegurou que a EECS oferecia condições para funcionamento do Curso de Auxiliar de Enfermagem e, no item Currículo, chama a atenção ao informar que a escola se propõe a lecionar as matérias exigidas no Art. 23º do Decreto nº 27. 426, de 14 de novembro de 1949, o qual aprovava o regulamento básico para os cursos de enfermagem e auxiliar de enfermagem, bem como outras que julgar complementar, de acordo com as necessidades locais (BRASIL, 1949). Dessa maneira, o processo de reconhecimento do Curso de Auxiliar de Enfermagem se concretizou e foi validado junto ao MEC.

Junto ao processo de reconhecimento do Curso de Auxiliar de Enfermagem, foram localizadas seis declarações de pessoas influentes da sociedade rio-verdense, as quais atestavam a opinião de cada cidadão sobre a vantagem da existência da escola enquanto instituição, na cidade de Rio Verde.

Foram localizadas declarações de Gonzaga Jayme, vereador da cidade; Waldyr Emrich Portilho, secretário do prefeito; Edmundo Rodrigues da Cunha, vice-prefeito; Hilton Ferreira da Silva, escrivão do cartório e de Chafic Antônio, vereador.

Assim, a primeira turma do curso de Auxiliar de Enfermagem teve início em 1º de março de 1965. Foram matriculadas 11 alunas, as quais concluíram o curso em 5 de dezembro de 1965, cumprindo um total de 18 meses como determinava a lei no Art. 25º: “O curso é desenvolvido em dezoito meses, assegurando-se a cada aluno trinta dias de férias, mediante escala previamente estabelecida pelo diretor” (BRASIL, 1949).

No Quadro 9, relacionou-se o nome das alunas de todas as turmas do Curso de Auxiliar de Enfermagem da EECS, como segue:

---

<sup>84</sup> Isabel Colquhoun Macintyre, de família de missionários protestantes evangelizadores, tornou-se uma missionária também. Veio para o Brasil, onde sua mãe chegou grávida, juntamente com seu pai e o irmão mais velho. Nasceu na Cidade de Goiás – GO, porém estudou na Escócia, na cidade Glasgow, onde concluiu o curso de graduação em Enfermagem, na Western Infirmary School of Nurse, em 1935. Fez especialização na Inglaterra e o seu diploma foi revalidado na Escola de Enfermagem Anna Nery, em 1944. No Brasil, ela trabalhou para a Fundação Serviço Especial de Saúde Pública (FSESP), tendo atuado em Anápolis - GO, onde colaborou na fundação da Escola de Enfermeiras Florence Nightingale. Foi a segunda diretora da Escola de Enfermeiras de Manaus- AM e dirigiu a Escola de Auxiliares de Enfermagem de Aracaju – SE e de Maceió - AL. Também foi fundadora da Associação Brasileira de Enfermagem de Alagoas (ABEn/AL), criada em 21 de março de 1963.

**QUADRO 9** - Alunas concluintes do Curso de Auxiliar de Enfermagem da EECS, 1965-1969

Ano	Número de alunas	Alunas
1965	9	Yolanda Carvalho Guimarães Maria Monte Serrat Braz Ana da Silva Aguiar Eduardo Borges Garcia Eni Baptista Nídia Lopes Iracilda Nunes Guimarães Maria Terezinha Guimarães Zuleika Evangelista de Oliveira <i>Maria da Santíssima Trindade (desistente)</i> <i>Rute de Souza Dias (desistente)</i>
1966	7	Maria Dalva de Campos Judith Tavares da Silva Noêmia Moreira Vitor Áurea Marinho de Oliveira Janete Couto dos Reis Maria Soares de Faria Natália Pereira Lima <i>Luiz Gonzaga Puccio (desligado)</i> <i>Mírian Monteiro Puccio (desistente)</i>
1967	8	Dagmar Lima Ferreira Luzia de Souza Castro Altamira Machado de Oliveira Francelina Ferreira de Sousa Josefa Borges Cardoso Dalva Campos Carvalho Heleuza Martins de Assunção Maria Barbosa de Oliveira
1968	12	Genésia Macedo Avelar Cosmira Ferreira de Brito Eusa Pereira Santos Amália Lima Machado Maria Leila Sobral Elizabeth Alves Calina Teodora da Silva Joana Abadia de Souza Libânia Maria Moraes Célia Amália Alves da Silva Olinda Angélica da Mata Ana Maria Gomes Lourenço <i>Adenir Lopes da Silveira (desistentes)</i>
1969	8	Elizabeth Ribeiro Bastos Carmosina de Campos Tenório Sônia Vilela Rozilda Rodrigues de Oliveira Ivanira Matias Vaz Iolanda São José Falcão Laíse Rodrigues da Silva Luzia das Graças Souza <i>Maria Eunice Polia (desistente)</i>

**Fonte:** Dados organizados pela autora, por meio das Fichas de Matrículas da EECS.

Por meio do Decreto nº 27. 426, de 14 de novembro de 1949, o qual aprovou o Regulamento básico para os Cursos de Enfermagem e Auxiliar de Enfermagem, determinava-se, em seu Art. 2º que “O Curso de Auxiliar de Enfermagem tem por objetivo o adestramento de pessoal capaz de auxiliar o enfermeiro em suas atividades de assistência curativa” (BRASIL, 1949).

O curso de Auxiliar de Enfermagem da EECS tinha uma duração de 18 meses e funcionava nos períodos matutino e vespertino. Era dividido entre aulas teóricas e práticas, em caráter intensivo. As alunas estudavam no período matutino, das 8h às 12h e, no período vespertino, das 14h às 17h, e ainda cumpriam a exigência dos estágios práticos no Hospital Evangélico. As aulas teóricas totalizavam 1.137 horas/atividades em sala de aula, mais as aulas de estágio, totalizando em 2.034 horas, aplicadas no Hospital Evangélico, incluindo os plantões noturnos.

Além do mais, as alunas cursavam o ginásio no período noturno, no Colégio Martins Borges,<sup>85</sup> das 19h às 23h, pois não tinham curso ginásial e foi uma medida que a Escola encontrou para viabilizar a matrícula das alunas, terminando o ginásio e o Curso de Auxiliar concomitantemente.

[...] Na escola de enfermagem, a gente estudava o dia todo. Estudava a teoria de manhã, de tarde prática e, à noite, a gente ia para o Martins Borges fazer o ginásio. Todas nós. O colégio era uma continuação da escola, porque se a gente não tivesse boas notas no colégio, também não recebia o certificado de Auxiliar de Enfermagem (BRITO, 2019).

[...] A gente entrava no curso de Auxiliar de Enfermagem, mas não tinha o ginásio. O ginásio era o ensino fundamental, terceiro ano, era terceira série. Você fazia durante o dia enfermagem e, à noite, no Martins Borges, terceira e quarta. Você terminava junto, terceira e quarta. Era nível médio [...] a turma que estudava no Martins Borges. A gente saía todas no mesmo horário para irmos juntas e voltar também [...] (NUNES, 2019).

De acordo com o Art. 31º, do Decreto nº 27.426, de 1949, o aluno que concluisse o Curso de Auxiliar, seria conferido a ele o certificado de Auxiliar de Enfermagem (BRASIL, 1949), como pode-se ver na Figura 26.

---

<sup>85</sup> Fundado em Rio Verde, em 4 de março de 1947, pelo interventor Pedro Ludovico Teixeira, pelo Decreto Lei nº 124, de 15 de outubro de 1947. Suas atividades se iniciaram em 14 de abril de 1947 (PIRES, 1998).

**FIGURA 26** – Certificado do Curso de Auxiliar de Enfermagem, 1968.



Fonte: Acervo pessoal de Cosmira Ferreira de Brito.

A imagem evidencia que a EECS estava vinculada ao Sistema Estadual de Ensino, de acordo com as prerrogativas legais e ao Curso Auxiliar de Enfermagem, bem como cumpria as normativas da Lei nº 4.024 de 1961. Portanto, pode-se afirmar que, desde a implantação do Curso de Auxiliar de Enfermagem, no ano de 1963, a EECS passou a cumprir as exigências determinadas pela Lei que estava em vigor, conforme documentações analisadas no levantamento das fontes.

Uma das fontes examinadas do Curso de Auxiliar de Enfermagem, foram os livros de matrículas. Nas fichas de matrículas das alunas constavam, na primeira folha, o título *Folha de Admissão*, com os dados pessoais da aluna, local de nascimento, estado e nacionalidade, endereço, cor, peso, altura, religião, profissão, data de nascimento, estado civil, nomes dos pais com data de nascimento, endereço, profissão e grau de instrução e, em anexo, havia uma foto 3 x 4 era colada no canto superior direito.

Na segunda página, havia um quadro de instrução, o qual era preenchido, pela aluna, contendo seu grau de instrução e nome da instituição em que cursou. Além disso, nomeava o

curso e o período cursado, registrando sua média final. Dentre as demais perguntas, indagavam-se: sobre reprovação; se já havia trabalhado com enfermagem; como classificaria sua saúde; se apresentava um defeito físico; se tinha filhos (quantidade e idade) e, se caso a aluna tivesse filhos, deveria informar com qual responsável iria deixá-los. Também era solicitado o nome de três pessoas, que não fossem parentes para informação de referências.

Os alunos que desejassem pleitear uma vaga no curso de Auxiliar de Enfermagem deveriam apresentar os seguintes documentos no ato da matrícula:

Inscrição ao curso:

a) Época – 1º a 20 de janeiro

b) Documentos necessários:

1- Requerimento conforme modelo

2- Certificado do Curso Primário ou dos Exames de Admissão à 1ª série ginásial

3- Certidão de nascimento

4- Título de Eleitor

5- Carteira de identidade

6- Carteira de Reservista

7- Atestado de Idoneidade moral (Ficha corrida na polícia)

8- Atestado de saúde

9- Atestado de vacina

10- Três fotografias 3x4

Idade mínima

a) para alunos externos: 16 anos

b) para alunos internos: 18 anos

Exame de Admissão (escrito e oral)

Os alunos admitidos serão submetidos a exames de saúde no Consultório do Hospital Evangélico

Duração de Curso: 18 meses letivos e 1 mês de férias

É obrigatório o uso de uniforme

Os alunos deverão possuir:

Alunos do sexo masculino: 3 blusões, 3 calças, 2 pares de sapatos prêtos, meias cor preta.

Alunos do sexo feminino: 3 vestidos, 4 aventais, 3 toucas, 2 pares de sapatos prêtos, amarrado, salto baixo com borracha, meias cor branca soquete

Os uniformes serão confeccionados na escola

Alunos de ambos os sexos: Relógio com ponteiros de segundos, Termômetro, Tesoura com ponta rombuda de 10 cm, caneta tinteiro e lápis bicolor

Despesas

a) Com uniforme

b) Taxa de inscrição de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros)

c) Taxa de matrícula de Cr\$ 1.000,00 (hum mil cruzeiro)

d) Mensalidade de Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros) para alunos internos e Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) para os externos (DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA MATRÍCULA DO CURSO DE AUXILIAR DE ENFERMAGEM, 1963).

No entanto, na documentação que encontramos na pasta das alunas do Curso de Auxiliar de Enfermagem, foram: diploma do curso primário, carteira de identidade e título de eleitor, certidão de nascimento, carteira de reservista (apenas nas fichas de alunos do sexo



masculino), folha de bons antecedentes, atestado de saúde, laudo médico, ficha de saúde<sup>86</sup> e vacinação e raio X dos pulmões.

Uma questão importante a se considerar são os valores cobrados dos alunos internos e externos. Há menção sobre uma taxa de inscrição e matrícula, as quais os candidatos eram submetidos. Nas fontes orais, as alunas entrevistadas não souberam informar se pagavam essas duas taxas, mas se lembram de que mensalmente tinham que pagar a mensalidade da escola, ou também podiam cumprir com o pagamento anual, caso desejassem.

Considerando o salário mínimo no ano de 1963, no valor de Cr\$ 21.000,00, é possível ver o percentual equivalente ao valor do salário em relação às taxas cobradas na Escola de Enfermagem Cruzeiro do Sul:

**TABELA 4** - Percentual das taxas cobradas na Escola de Enfermagem Cruzeiro do Sul, em relação ao salário mínimo de 1963

Taxas	%
Inscrição – Cr\$ 500,00	2,38
Matrícula – Cr\$ 1.000,00	4,76
Mensalidade (internos) – Cr\$ 2. 000,00	9,52
Mensalidade (externos) – Cr\$ 500,00	2,38

**Fonte:** Dados organizados pela autora.

No Art. 10º do Regimento do Curso de Auxiliar de Enfermagem, foi estabelecida a cobrança de uma anuidade módica, com taxa adicional para os alunos internos, e, ao se levantar todas as fichas de matrículas das alunas do Curso de Auxiliar de Enfermagem, verificou-se que situação socioeconômica das famílias era de classe média e média baixa, o que se pode inferir a partir das mensalidades as quais tinham custo muito alto para cada estudante. O mesmo regimento explicita em seu Art. 13º que: “A matrícula por turma será limitada ao número de 12 alunos” (REGIMENTO DO CURSO DE AUXILIAR DE ENFERMAGEM, 1963). Portanto, os valores cobrados por aluno equivalem a custos bem

<sup>86</sup> A ficha de saúde era anexada junto ao dossiê da aluna. Em uma pasta, era feita uma anamnese, constando antecedentes hereditários, pessoais e história da doença atual. Havia também exames do aparelho respiratório, circulatório, digestivo, nervoso e urinário, com anotações rápidas das queixas das alunas. Era observado o nariz, garganta, ouvidos, olhos, estado dentário e vacinação. No final, era atestado se a aluna estava APTA ou NÃO APTA para pleitear a vaga de estudante.

elevados, em se tratando do quantitativo de alunos que se matriculavam e de suas situações socioeconômicas.

A EECS, desde o início do funcionamento do Curso, aceitou em seus quadros alunas que pudessem assumir os custos dos seus estudos. A aluna Maria Barbosa Nunes, reitera que não tinha condições financeiras para custear seus estudos na escola “como eu não tinha recurso, eu fiz um tipo de um contrato que você faz o curso e trabalha no hospital e paga ele depois. Ele tinha um preço, o curso todo. Como eu não podia pagar, eu entrei nessa turma que ia pagar depois de formada [...]” (NUNES, 2019). Nunes explica que, durante o ano de 1966, quando iniciou seus estudos, o Dr. Paulo Campos, então deputado estadual, em parceria com a instituição, disponibilizou verbas para a implantação de bolsa estudantil. No entanto, por meio das entrevistas que foram realizadas, não se identificou a prática de bolsas de estudos ofertadas para as alunas no período delimitado de estudo.

O internato da EECS, no período em que ofertou o Curso de Auxiliar, estava restrito a receber alunas do sexo feminino, como determinava o Art. 20º: “o curso funcionará em regime de internato para moças e externato para alunos de ambos os sexos” (REGIMENTO DO CURSO DE AUXILIAR DE ENFERMAGEM, 1963). Isso mostra que a escola prezava por uma organização de cunhos morais e éticos, de acordo com a religião protestante.

Dado que, ao mesmo tempo em que os alunos conviviam nas dependências da escola e do hospital diariamente, no internato (quarto das alunas), os alunos do sexo masculino não podiam adentrar “os alunos não podiam circular nas dependências dos quartos, era extremamente proibida! Na biblioteca, sala de aula, refeitório e hospital não tinha problema algum” (NUNES, 2019).

Maria Barbosa Nunes relata que a disciplina no Internato e também na Escola era muito rígida com horários, organização do quarto, namoros e até com a alimentação. Cosmira Ferreira Brito menciona que as alunas tinham a liberação para irem ao cinema, para fazer passeios na praça, mas sempre com a autorização da diretora e acompanhadas de uma professora ou enfermeira formada. De acordo com Nunes,

[...] A Dona Ruth, que era diretora, morava no primeiro quarto do internato. Antes de subir a escada, ali era o quarto dela, ela olhava a gente, todas as alunas. Então, se você tinha que sair de casa, devia anotar em um livro que tinha em cima de uma mesinha, lá no internato. Nessa mesa, tinha um livro, tinha um telefone e o livro ficava naquela mesinha. Então, eu anotava a hora da saída e a hora da chegada. E era assim, a hora que chegava, tinha que anotar. Quando eu fui para a escola, eu não tinha namorado, apareceu um candidato e eu tive que falar com a Dona Ruth. E isso quando você falava com ela, ela ia ver se o rapaz tinha profissão, tinha estudo, se não era malandro, um cafajeste. Ela já chegava pra gente com um relatório todinho do rapaz. Se ela achasse que devia namorar, ela falava, se achasse que poderia

frequentar a escola, né. Eu passei no teste, aliás meu marido passou no teste (*risos*) (NUNES, 2019).

Junto ao dossiê de cada aluno, estão arquivados todas avaliações realizadas nos 18 meses de curso, as Fichas de Estágio mensais e os Boletins de Eficiência bimestrais. As fichas de Estágio representavam um resumo das atividades práticas mensais, com: descrição da atividade, horário, período (matutino, vespertino ou noturno); número de horas-aulas e o total geral de aulas, que era preenchido pelas alunas. No verso dessa ficha de Estágio, as alunas descreviam, em forma de relatório, um resumo dos casos de que trataram durante o mês ou o tipo de trabalho que executaram. Ao término do mês, essas fichas eram datadas, assinadas e entregues à professora de Estágio. Dona Cosmira, ao relatar esse momento descreve como “uma atividade cansativa, mas importante para aprender a preencher relatórios, era como fazer um prontuário de pacientes” (BRITO, 2019).

FIGURA 27 – Boletim de Eficiência da aluna Cosmira Ferreira de Brito, 1968

RIO VERDE - GOIÁS		CURSO DE ENFERMAGEM			
BOLETIM DE EFICIÊNCIA					
Nome: COSMIRAFERREIRA BRITO		Classe: IV = 1968		Nota: 8,5	
Estágio: CLÍNICA PEDIÁTRICA		Duração:			
AJUSTAMENTO A PROFISSÃO		Matutino	Vespertino	Nocturno	OBSERVAÇÕES
Aparência pessoal: uniforme		X			
Relações humanas: contacto com colegas			X		
contacto com superiores			X		
contacto com inferiores			X		
Atitude em relação à crítica			X		
<b>COMPORTAMENTO PROFISSIONAL</b>					
1) Responsabilidade diante das atribuições determinadas, em relação:					
a) aos cuidados gerais de enf. c/o paciente			X		
b) tratamentos			X		
c) anotações de trabalho			X		
d) prontidão em comunicar falhas			X		
e) pontualidade			X		
2) Interesse em aprender			X		
3) Dedicção pelo trabalho			X		
4) Trabalho em equipe			X		
6) Iniciativa				X	
<b>CONHECIMENTO TÉCNICO</b>					
Planejamento do trabalho			X		
Capacidade de observação do que é mais importante em serviço			X		
Execução das técnicas de enfermagem			X		
<b>TRABALHO DE DESENVOLVIMENTO</b>					

Observação da Supervisora

Observação da Enfermeira-Chefe: Demonstra interesse e dedicação. Precisa ter atitude mais calma.

Observação da Professora de Saúde Pública

Considerações sobre a conferência com o estudante a respeito deste boletim:

Assinaturas: Estudante \_\_\_\_\_ Assistente \_\_\_\_\_ Professora \_\_\_\_\_

Conferência: \_\_\_\_\_ Duração: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_

Fonte: Acervo da Secretaria de Educação do Estado de Goiás – Coordenação de Rio Verde, Box 1967- 1968.

Como podemos ver na Figura 27, o Boletim de Eficiência era preenchido pela professora de cada disciplina a cada bimestre. Já a avaliação era registrada por meio dos conceitos: Muito Bom, Bom, Médio, Abaixo Média e Não. Três categorias eram analisadas, a saber: Ajustamento à Profissão, Comportamento Profissional e Conhecimento Técnico.

**TABELA 5** – Categorias avaliadas no Boletim de Eficiência Bimestral

<b>AJUSTAMENTO À PROFISSÃO</b>
Aparência pessoal: uniforme
Relações humanas: contacto com colegas
Conctato com pacientes
Contacto com superiores
Atitude em relação à crítica
<b>COMPORTAMENTO PROFISSIONAL</b>
1- Responsabilidade diante das atribuições determinadas, em relação
a- aos cuidados gerais de enfermeira com paciente
b- tratamentos
c- anotações de trabalho
d- prontidão em comunicar falhas
e- pontualidade
2- Interesse em aprender
3- Dedicção pelo trabalho
4- Trabalho em equipe
5- Iniciativa
<b>CONHECIMENTO TÉCNICO</b>
Planejamento do trabalho
Capacidade de observação do que é mais importante em serviço
Execução das técnicas de enfermagem

**Fonte:** Acervo da Secretaria de Educação do Estado de Goiás – Coordenação de Rio Verde, Box 1967- 1968.

A Tabela 5 descreve os critérios avaliados no Boletim de Eficiência bimestral. Pode-se ver que as categorias observadas, quanto ao comportamento das alunas diante às situações corriqueiras, eram observadas e avaliadas durante as aulas práticas e estágios no hospital. No verso desse Boletim, havia três campos específicos para que os professores e supervisores fizessem suas considerações. O primeiro campo era designado para a observação da Supervisora; o segundo da Enfermeira-Chefe, posteriormente, o campo para a Professora. Seguidamente, a professora descrevia as considerações sobre a conferência com a estudante, a respeito do Boletim de Eficiência.

Nos depoimentos das alunas entrevistadas, vê-se a seriedade, no momento da avaliação, por meio desse Boletim.

[...] no momento, que a gente ia conversar com a professora, para ela repassar as anotações do boletim bimestral, eu ficava muito apreensiva, era muita rigidez e você tinha que concordar, era para nosso crescimento enquanto aluna do curso de auxiliar de enfermeira (NUNES, 2019).

[...] eu tinha um medo muito grande quando a professora ia repassar para mim a minha avaliação. Era muita exigência! Cobrava da gente tudo: nosso uniforme que precisava estar impecável, cabelo, unha, postura, até nossa voz com os pacientes. A gente devia ser educada e gentil. Nunca levantar a voz com um paciente. Tudo era observado! Ah, menina! E se você não cumprisse os requisitos, a enfermeira-chefe nos chamava em uma salinha lá dentro do hospital e nos aconselhava, mas ela contava para nossa professora, aí no momento que ela ia repassar as informações, ela nos repreendia. Mas eu sabia que era para nosso bem [...] (BRITO, 2019).

Dentre essas categorias, destaca-se o fato de que, em todos os boletins de todas as alunas do curso (1965-1969), tenha sido riscada a categoria Trabalho de Aproveitamento. Registra-se que não foi possível a leitura das fontes de alguns itens das demais categorias. Não se conseguiu também, por meio das fontes orais, revelar essas dúvidas provocadas pelas fontes.

Essas fontes analisadas estão disponíveis no acervo da Secretaria de Educação do Estado de Goiás – Coordenação de Rio Verde, catalogadas em “Box” referentes a 1965 a 1969. Visto que, a partir de 1971, a EECS passa a ofertar o curso de Técnico em Enfermagem, de acordo com as prerrogativas da Lei nº 5. 692, de 11 de agosto de 1971<sup>87</sup>.

Essa nova lei fez com que o curso Técnico de Enfermagem e o Curso de Auxiliar de Enfermagem passassem a integrar o sistema educacional do país, ao nível de 2º grau e profissionalizante, oferecendo uma “formação para o trabalho, no seu sentido de terminalidade e o preparo para o ensino superior, no sentido de continuidade” (OGUISSO, 1977, p. 169).

Vale ressaltar que os cursos de Enfermagem e o de Auxiliar de Enfermagem eram realizados com base em legislação própria, desvinculada do sistema de educação nacional. Com efeito, a LDB nº4. 024, de 1961, previa em seu Art. 27º:

O ensino técnico de grau médio abrange os seguintes cursos:

- a) industrial;
- b) agrícola;
- c) comercial;

Parágrafo único: Os cursos técnicos de nível médio não especificados nesta lei serão regulamentados nos diferentes sistemas de ensino (BRASIL, 1961).

<sup>87</sup> Não foi localizada documentação no Acervo da Secretaria de Educação do Estado de Goiás – Coordenação de Rio Verde, referente ao Curso de Auxiliar de Enfermagem no ano de 1970 e 1971, antes da vigência da LDB – Lei nº 5. 692, de 11 de agosto de 1971, portanto delimitamos nossa pesquisa até o ano de 1969, última turma concluinte da que conseguimos catalogar por meio das fontes.

Entretanto, a delimitação temporal desta pesquisa, como já mencionado anteriormente, circunscreve-se a partir de 1937 até o ano de 1969, último ano da oferta do curso de Auxiliar de Enfermagem na EECS. Portanto não se ampliou estudo acerca do processo de implantação do Curso Técnico em Enfermagem na Escola Cruzeiro do Sul.

Uma das fontes perquirida foi o regimento. No Art. 3º, estabelece-se a finalidade do Curso de Auxiliar de Enfermagem:

- a) Dar oportunidade a jovens de ambos os sexos, de se dedicarem a uma profissão honrosa, que os torne capazes de dirigir sua própria vida.
- b) Auxiliá-los a adquirir conhecimento, destrezas relacionadas aos princípios e práticas dos cuidados básicos da Enfermagem.
- c) Orientá-los no sentido de contribuir para a educação da comunidade, a respeito dos problemas básicos de saúde (REGIMENTO DO CURSO DE AUXILIAR DE ENFERMAGEM, 1963).

Um das questões que destoam da Lei nº 775, de 1949, em relação ao regimento da EECS, referente ao Curso de Auxiliar, é sobre sua duração. Segundo a Lei nº 775, de 1949, Art. 3º: “O curso de auxiliar de enfermagem será de dezoito meses” (BRASIL, 1949). Já o regulamento designa em seu Art. 7º: “O curso terá a duração de 19 (dezenove) meses, inclusive 1 (um) mês de férias” (REGIMENTO DO CURSO DE AUXILIAR DE ENFERMAGEM, 1963). Questionaram-se as fontes orais sobre a duração do curso, e as entrevistadas afirmaram que o curso era de 18 meses e que, em alguns casos específicos, “quando as alunas reprovavam, elas cumpriam as disciplinas em outras turmas e então, demorava mais do que dezoito meses para terminar” (NUNES, 2019).

Para tanto, a Escola de Enfermagem Cruzeiro do Sul, no período delimitado nessa pesquisa, foi responsável pela formação de profissionais da enfermagem, no interior de Goiás e também alcançando estados do Brasil, diplomando enfermeiras e auxiliares de enfermagem. Assim,

[...] procuramos investigar o processo de criação e de instalação da escola, a caracterização e a utilização do espaço físico (os elementos arquitetônicos do prédio, sua implantação no terreno, seu entorno e acabamento), o espaço do poder (diretoria, secretaria, sala dos professores), a organização do uso do tempo, a seleção de conteúdos escolares, a origem social da clientela escolar e seu destino provável, os professores, a legislação, as normas e administração da escola. Essas categorias permitem traçar um retrato da escola com seus atores, aspectos de sua organização, seu cotidiano, seus rituais, sua cultura e seu significado para aquela sociedade (GATTI JÚNIOR, 2002, p. 27).

Na esteira de reflexões de Gatti Júnior (2002), destina-se o desafio para a próxima seção, ao se desvelar categorias que permitirão analisar as práticas escolares disseminadas pela Escola de Enfermagem Cruzeiro do Sul.

#### 4 CULTURA E PRÁTICAS ESCOLARES: UM OLHAR PARA O INTERIOR DA ESCOLA DE ENFERMAGEM CRUZEIRO DO SUL

*“A cultura escolar envolve toda a vida escolar. E isso vai desde a construção das ideias sobre o ensinar e o aprender até a ação efetiva desse fazer escolar e, dentro disso, serão mobilizados tantos os corpos como as mentes, tanto o lidar com os objetos quanto as condutas, modos de pensar, dizer e fazer.”*  
(GONÇALVES; FARIA FILHO, 2005).

O tema central desta seção consiste em procurar revelar práticas pedagógicas que circularam no interior da Escola de Enfermagem Cruzeiro do Sul, relacionando a abordagem da sua cultura escolar, por meio de fontes documentais e orais.

Dessa maneira, ao apontar aspectos relacionados à vida interna da EECS, especificamente ao desvelar suas particularidades, o seu cotidiano, relacionando o conceito de cultura escolar aos espaços, tempos e as normatizações destinados e/ou privilegiados para a transmissão de conhecimentos dos sujeitos escolares, fez-se necessário considerar as narrativas orais dos participantes desta pesquisa, bem como as fontes documentais, de modo que as práticas apropriadas que circularam, no interior dessa instituição, fossem evidenciadas.

Como problematização, destacar-se-á a constituição da cultura que emergiu nessa instituição, pois foi nessa realidade que essas práticas foram sendo inventadas ou reinventadas pelos atores e seus pares e com outros sujeitos que fizeram parte do “constituir-se” dessa escola de enfermagem no período investigado.

O intento de compreensão dessas práticas dos sujeitos escolares implicou na construção da imagem que a escola construiu durante o período investigativo e como o processo de formação dessas práticas escolares foi sendo propagado na EECS.

À vista disso, para conduzir o registro historiográfico de uma instituição educativa, tomar a cultura escolar como objeto investigativo, analisar as práticas escolares como práticas culturais, como nesta seção, requer-se uma atenção especial às ações dos sujeitos envolvidos e “nas relações que estabelecem com os objetos culturais que circulam no interior das escolas, esmiuçando astúcias e atentando à *formalidade das práticas*” (VIDAL, 2005, p. 15, grifo da autora).

Desse modo, só será possível, identificar alguns entrelaçamentos a partir das memórias coletadas de quem viveu nos intramuros da EECS e ali se fez enfermeira. E é nesse mesmo sentido que Julia (2001) se utiliza da metáfora aeronáutica “a caixa preta da escola” para



destacar que há diversos aspectos a serem investigados nas várias formas de registro do cotidiano escolar.

Nessa mesma teia de reflexão, Julia (2001) afirma que a cultura escolar pode ser pensada como um objeto histórico que possui normas e finalidades que regem a escola. Dessa maneira, também pode ser definida como:

[...] um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização) (JULIA, 2001, p. 10).

Segundo Julia, o estudo da cultura escolar é decorrente de um amplo processo histórico, no qual as relações culturais, que se estabelecem em determinados tempos e espaços – sejam elas políticas, populares ou religiosas – são primordiais. A transmissão de códigos, comportamentos e hábitos, ao longo dos anos, permite entender que a apropriação de diferentes práticas culturais ocorre constantemente no universo escolar.

Assim, apoiado nos pressupostos de Certeau (2002), que toma como objeto de estudo a apreensão das práticas das pessoas comuns e suas vivências socioculturais e faz dos espaços públicos e privados, lugares de vida possível, Viñao Frago (1995) analisa a cultura escolar como um conjunto de teorias, princípios e critérios, normas e práticas sedimentadas ao longo do tempo no seio das instituições educativas, integrando-se à vida cotidiana dessas instituições.

Dessa maneira, ao se imergir no contexto histórico da EECS com as *lentes da história*, faz-se jus à figura de linguagem que remete à ideia de um historiador, visto aqui como um detetive em busca de pistas e sinais, como na acepção de Carlo Ginzburg, usa-se a lupa. Diante disso, este estudo foca nos movimentos sucessivos da lente em direções horizontais e verticais sobre o objeto em estudo, visto que se tenta compreender as práticas disseminadas no interior dessa instituição educativa, conhecendo por quais lentes se foram tecendo a história dessa instituição.

#### **4.1 O ensino na Escola de Enfermagem Cruzeiro do Sul: currículos e estágios**

Sabe-se que o currículo é encadeado aos componentes da cultura escolar, uma vez que se pode utilizar legislações, manuais, cadernos, livros didáticos, fotos, propostas pedagógicas, atividades, trabalhos de alunos e professores e depoimentos orais, que são os artefatos

materiais, objetos que fizeram parte das apropriações práticas do currículo. As possibilidades de fontes são diversas, porém o mais importante e também o mais adverso é saber operá-las historiograficamente, saber indagá-las, questioná-las e problematizá-las, tendo em vista os objetivos da pesquisa.

O intuito ao escrutinar a organização do currículo, dos estágios e dos processos avaliativos da EECS é revelar como esse currículo foi consolidado ao longo do período de análise. Percebe-se que os currículos do Curso de Enfermagem e o de Auxiliar de Enfermagem estavam determinados pelos progressos da medicina e da cirurgia e pelas necessidades mais complexas do trabalho hospitalar e pelas legislações vigentes no campo da enfermagem.

Diante disso, Pessanha e Silva (2012, p. 270) alertam que:

O currículo escolar ao apresentar a seleção dos conteúdos a serem transmitidos na escola, organiza os horários de aulas, as disciplinas por séries, bem como estabelece a lógica e o método, buscando a operacionalização e a concretização do ensino.

Diante disso, passou-se a analisar os documentos que poderiam revelar essas indagações, aproximando-se da cultura escolar a qual as práticas e modos de representações revelavam. Observou-se, então, a escola como uma instituição ímpar, que se estrutura sobre processos, normas, valores, significados, rituais, formas de pensamento, constituidores da própria cultura, que não é monolítica, nem estática, nem repetível.

Por meio das fontes disponíveis, buscaram-se respostas às indagações que cada documento nos fazia: Como ocorreu a formação das enfermeiras na EECS? Qual currículo utilizavam? Como se desenvolveu o processo de legitimação da aplicabilidade de leis e normativas legais, tanto federais e/ou estaduais na instituição? As aulas práticas e teóricas contribuíam na formação das enfermeiras? Como, de fato aconteciam essas aulas?

Desse modo, é preciso inclinar a lupa investigativa para entender essa dinâmica e, principalmente, ter um olhar para dentro da Escola de Enfermagem Cruzeiro do Sul, assim não se universaliza os processos de escolarização de uma escola voltada para a formação da saúde, mesmo fazendo parte de um tempo histórico e de orientações normativas, pois a maneira que cada instituição se apropria é bastante particular e há toda uma questão de escolha de normas e práticas diferenciadas.

Para tanto, o currículo escolar apresenta uma intencionalidade explícita ou implícita, capaz de viabilizar uma imagem de referência para a sociedade local. Considera-se que a

organização curricular da EECS estava fundada na disciplinarização, ligada à noção de organização e de controle social.

A busca pelo garimpo das fontes fez com que, em cada nova leitura, novos elementos provocassem um jorro de reflexões acerca das práticas curriculares e avaliativas e as indagações se fizessem precedentes. Essas questões levantadas pela leitura das fontes levam a refletir sobre os possíveis aspectos que envolviam o ensino de enfermagem.

Dessarte, ao destrinçar as fontes que se dispunham, em detrimento do currículo, dos estágios da EECS, estreitou-se ainda mais o campo de análise. Foram examinadas, uma a uma, a fim de destacar os “vieses” e assim poder localizar algumas “rachaduras” e “fendas”, contudo não se tinha objetivo de apenas detectá-los, mas sim, sob um olhar mais apreciativo, absorver informações que pudessem contribuir para a pesquisa historiográfica.

Nos relatos orais da professora Hélia, percebe-se o método e a concepção pedagógica utilizados na EECS:

[...] O método que usávamos na Escola de Enfermagem era de relacionar a teoria e prática. Primeiro, a gente estudava a teoria nos livros, porque não existia apostila. Nós passávamos tudo no quadro negro de giz. Tínhamos que copiar no caderno e ler tudo, aprender direitinho. E não tínhamos um mimeógrafo, era tudo na caneta, só depois que a gente levava as alunas para os laboratórios como o de Procedimentos de Enfermagem, Drogas e Soluções, era três salas de laboratórios. Eu era a professora da disciplina de Procedimentos de Enfermagem. Só depois a gente levava as alunas para o hospital para aplicar na prática o que já tínhamos aprendido, era o estágio. Então o método usado era teoria e prática. O ensino era tradicional, muita prova escrita, prova oral e tinha que decorar tudo. Era assim o ensino naquele tempo [...] (OLIVEIRA, 2019).

Na análise de todas as narrativas, foi possível identificar que o controle rígido na educação das alunas e o relacionamento entre os professores e as alunas eram caracterizados pela verticalidade e autoridade.

Os currículos da EECS que foram analisados demonstravam estar em consonância com as mudanças sociais que ocorriam naquela época, procurando atender as demandas do mercado de trabalho. No currículo, procurava-se a formação para atuação na área hospitalar, conforme as disciplinas regulamentadas pela Lei nº 775/1949.

O currículo desenvolvia, não só habilidades teóricas, mas também práticas, como: curativos de pústulas<sup>88</sup>, queimaduras, escaras<sup>89</sup>, ferimentos, aplicação de fricções terapêuticas,

<sup>88</sup> Pústula é uma elevação inflamatória, superficial, circunscrita à pele, que contém pus (DUNCAN, 1995).

<sup>89</sup> Escara é uma crosta seca, como a que resulta da aplicação de cáusticos ou de queimaduras, especialmente as de segundo ou terceiro graus (DUNCAN, 1995).

cataplasmas<sup>90</sup>. Essas atividades eram desenvolvidas na teoria preliminarmente com treinamentos, realizados com as próprias alunas e também em um boneco, denominado de “Jô”, como referência às aulas práticas.

Esse boneco apresentava o tamanho de uma pessoa adulta e de peso bem leve. Dessa maneira, praticavam a troca de roupas em um paciente, troca de roupas de cama com o paciente acamado, banho de leito, com aqueles pacientes que não podiam se levantar. Segue trecho de relato:

[...] Aprendíamos com um boneco chamado Jô. Um bonecão que você virava ele, sabe? Para você trocar a cama no leito, o doente no leito acamado, você vira ele para lá, troca de cá, vira para cá, do outro lado você arrasta a cama, você praticava com ele. Ele era um bonecão, do tamanho de um homem, grandão. Era aula prática, antes de começarmos os estágios no hospital [...] Para fazer injeção a gente aprendia uma na outra né, na coleguinha, pegar veia (*risos*) (NUNES, 2019).

As alunas entrevistadas, em seus relatos, destacaram que suas aulas práticas, antes de irem para o estágio no hospital, eram realizadas nas Salas de Aulas Práticas, denominadas de Sala de Procedimentos<sup>91</sup>. Elas realizavam suturas, colocavam ataduras e, entre outros procedimentos, pegavam veias nas próprias colegas para treinarem, para que, quando chegassem na prática do estágio realizado no hospital, já conseguissem realizar a tarefa com precisão.

---

<sup>90</sup> Cataplasmas são uma pasta mole, úmida, espalhada entre duas camadas de material e aplicada, geralmente quente, em uma superfície externa, para aliviar a dor e a congestão e melhorar a circulação na área, ou ainda para acelerar a supuração. Um emplastro (DUNCAN, 1995).

<sup>91</sup> Dona Hélia Emrich de Oliveira ingressou ao corpo docente da instituição em 1952. Segundo seu depoimento, a escola tinha salas de: Procedimentos de Enfermagem, Laboratório de Drogas e Soluções e de Procedimentos Pediátricos. E, nessas salas, as aulas práticas eram realizadas para que posteriormente as alunas fossem liberadas para o estágio no Hospital Evangélico.

**FIGURA 28** - Treinamento da aula prática de Ataduras, 1958



**Fonte:** Acervo pessoal de Sylvia Woodall Gordon.

Nessa perspectiva de modelo de formação da mulher-enfermeira, a organização da EECS detinha de um currículo baseado em conhecimentos teóricos e práticos. O Programa Educativo de Escola de Enfermagem organizava os conhecimentos básicos de um currículo de enfermagem em três classes. A primeira seria os *Princípios, fatos, instrução*, denominados *Ciência da Enfermagem*; a segunda se refere às *Técnicas e Habilidades Especializadas*, sob a denominação de *Artes de Enfermagem*; e a terceira diz respeito aos *Ideais* e tratam da *atitude social e padrão profissional de conduta*, englobados na denominação de *Ética de Enfermagem ou Espírito de Serviço* (SANTOS, 2006). Segundo concepção corrente à época,

a primeira classe de conhecimentos representa o que as enfermeiras devem *saber ou compreender* sobre o seu trabalho; a segunda, o que ela deve estar preparada para *fazer*; e a terceira, que tipo de pessoa deve *ser* [...]. Tal plano pressupõe o desenvolvimento harmonioso de todo o indivíduo, o coração, o cérebro e as mãos, representando respectivamente o lado emotivo, intelectual e prático de sua personalidade (STEWART, 1945, p. 51, grifos da autora).

Dessa forma, para a incorporação desses elementos em sua formação, principalmente aqueles referentes à primeira e a terceira classes, a futura enfermeira necessitava de um espaço apropriado para conviver em comunidade, ou seja, exigia-se dela uma formação na modalidade de internato.

Os conteúdos eram reproduzidos sem considerar a experiência das alunas e as realidades sociais; eram utilizados muitos exercícios de memorização e aulas expositivas; e o processo avaliativo se fundamenta na exatidão da reprodução daquilo que o professor ensinou.

Outro ponto a destacar é que, partindo da conjectura de que a escola deveria atender as necessidades políticas do governo, já que era subordinada a ele, a instituição deveria apresentar um currículo capaz de subsidiar a atuação nos diversos campos de trabalho em saúde, mesmo sendo uma instituição privada. Além disso, também era de se esperar que boa parte das alunas, depois de formadas, fosse atuar em campos voltados para o atendimento em saúde pública e hospitalar.

[...] Quando me formei vim pra São Paulo para chefiar a Unidade de Pediatria dentro do Hospital Infantil Menino Jesus. Eu tinha 21 anos. Como tinha estudado na Escola de Enfermagem Cruzeiro do Sul, tinha capacidade de realizar minha função de enfermeira muito bem e de ser uma boa chefe de unidade. A escola era visada no Brasil todo. A gente antes de sair da escola, de se formar, recebia convites para trabalhar em hospitais. Os hospitais enviavam cartas convites para as diretoras e ela direcionava para as melhores alunas, a diretora sabia da nossa capacidade para trabalhar em hospitais [...] (GONÇALVES, 2019).

[...] Eu me formei e fui trabalhar em Marília. Eu trabalhei dois anos em Marília. Recebi uma carta convite que a diretora me chamou e fez o convite. Foi uma surpresa para mim, mas a diretora conhecia cada aluna da escola. Só entregava as cartas para quem realmente ia desenvolver um bom trabalho. O mural da escola ficava cheio dessas cartas, mas nós tínhamos que esperar a diretora nos chamar, ela que escolhia. Tinha convites para trabalhar nos hospitais de São Paulo, Bahia, Rio de Janeiro, Pará, um monte de estados (DUARTE, 2019).

Por meio do Decreto nº 27. 426, de 14 de novembro de 1949, determinaram-se as disciplinas do Curso de Enfermagem. Em seu Art. 5, será ministrado o ensino de:

1ª série

I Técnica de enfermagem, compreendendo:

- 1) Economia hospitalar
- 2) Drogas e soluções
- 3) Ataduras
- 4) Higiene individual

II Anatomia e Fisiologia

III - Química biológica

IV - Microbiologia e Parasitologia

V - Psicologia

VI - Nutrição e Dietética

VII - História da enfermagem

VIII - Saneamento

IX - Patologia geral

X - Enfermagem e clínica médica

XI - Enfermagem e clínica cirúrgica

XII - Farmacologia e terapêutica

XIII - Dietoterapia

## 2ª Série

- I - Técnica de sala de operações
- II - Enfermagem e doenças transmissíveis e tropicais
- III - Enfermagem e fisiologia
- IV - Enfermagem e doenças dermatológicas sifiligráficas e venéreas.
- V - Enfermagem e clínica ortopédica, fisioterápica e massagem
- VI - Enfermagem e clínica neurológica e psiquiátrica
- VII - Enfermagem e socorros de urgência.
- VIII - Enfermagem e clínica urológica e ginecológica
- IX - Sociologia
- X - Ética (ajustamento profissional I)

## 3ª Série

- I - Enfermagem e clínica otorrinolaringológica e oftalmológica
- II - Enfermagem e clínica obstétrica e puericultura neonatal
- III - Enfermagem e clínica pediátrica, compreendendo dietética infantil
- IV - Enfermagem de saúde pública compreendendo:
  - 1) Epidemiologia e Bioestatística
  - 2) Saneamento
  - 3) Higiene da Criança
  - 4) Princípios de Administração Sanitária
- V - Ética (ajustamento profissional II)
- VI - Serviço Social (BRASIL, 1949).

Ao se estudar o campo das disciplinas escolares, pode-se, segundo Forquin (1992), obter informações acerca da seleção cultural que faz a escola, identificando o que é, em determinada época, compreendido como o que deve ser ensinado. É possível também, nesse campo, captar elementos que, em um conflituoso percurso de conquista de legitimidade de uma ou outra disciplina curricular, mostrem a conquista de um estatuto, a luta para angariar recursos, as delimitações territoriais no interior do currículo escolar, os espaços nos horários entre outros aspectos.

Para Goodson (1995), a História das Matérias Escolares, compo a área da História do Currículo, propõe-se a penetrar em um campo que os pesquisadores se mostraram inclinados a ignorar: os conteúdos escolares, os métodos de ensino e os percursos de estudo. É nesse ponto que se busca, nos processos internos da escola, a “caixa preta” com pistas para analisar as complexas relações entre escola e sociedade, inclusive, enfatizando como as escolas tanto refletem como retratam as definições da sociedade acerca dos conhecimentos culturalmente válidos.

Para além da problemática desta pesquisa, essa questão não será explorada, posto que o objetivo aqui é apenas ilustrar o mapa das disciplinas escolares e como a instituição se apropriou da legitimação da referida Lei.

Ao analisar os currículos prescritos na EECS, é possível obter noção do que era esperado para a formação da enfermeira e que perfil teria após cursar o Curso de Enfermagem. Todavia, o currículo similarmente é responsável pelos processos de seleção e

organização do conhecimento escolar, estabelecendo assim, um campo de relações de dominação. Podemos considerar então que o currículo funciona como um instrumento que seleciona pessoas para lhes conferir instrução, aprimoramento e formação.

No primeiro currículo analisado do Curso de Enfermagem da EECS, referente ao ano de 1937, conforme evidenciado na Tabela 6, verificou-se que o mesmo currículo foi utilizado nos anos de 1938 e 1939. Apresentava um total de 51 disciplinas, não sendo possível localizar nas fontes qual o total da carga horária das aulas. No 1º ano, somavam-se 19 disciplinas, 21 correspondiam ao 2º ano e apenas 11, no 3º ano.

**Tabela 6** – Currículo Escolar da Escola de Enfermagem Cruzeiro do Sul, 1937

<b>Disciplinas</b>	<b>Disciplinas</b>	<b>Disciplinas</b>
<b>1ª série</b> <b>Pré-Clínico Júnior</b> <b>Técnica de</b> <b>Enfermagem</b> <b>compreendendo</b>	<b>2ª série</b> <b>Período Intermediário</b>	<b>3ª série</b> <b>Período Sênior</b>
Economia hospitalar	Técnica Adiantada	Otorrinolaringologia e Oftalmologia
Drogas e Soluções	Dietoterapia	Enfermagem de Otorrinolaringologia
Ética Preliminar	Ética	Obstetrícia e Puericultura Neonatal
Ataduras	Técnica de Laboratório	Enfermagem de Obstetrícia e Puericultura Neonatal
Higiene Individual	Técnica de Sala de Operações	Pediatria e Dietética Infantil
Anatomia e Fisiologia	Doenças Transmissíveis	Enfermagem de Pediatria e Dietética Infantil
Química e Biologia	Enfermagem de Doenças Transmissíveis	Saúde Pública
Microbiologia e Parasitologia	Tisiologia e Leprologia	Enfermagem de Saúde Pública compreendendo Epidemiologia, Bioestatística, Saneamento, Higiene Infantil, Administração Sanitária
Psicologia	Enfermagem de Tisiologia e Leprologia	Ajustamento Profissional
Nutrição	Clínica de Dermatologia	Supervisão
História de Enfermagem	Enfermagem de Dermatologia	Serviço Social
Saneamento	Ortopedia e Fisioterapia	
Patologia geral	Enfermagem de Ortopedia	
Clínica Médica	Neurologia e Psiquiatria	
Enfermagem de Clínica Médica	Enfermagem de Neurologia e Psiquiatria	
Clínica Cirúrgica	Socorros de Urgência	
Enfermagem de Clínica Cirúrgica	Enfermagem de Socorros de Urgência	
Farmacologia	Urologia e Ginecologia	
Técnica de consultório	Enfermagem de Urologia e Ginecologia	

**Fonte:** Acervo da Secretaria de Educação do Estado de Goiás - Coordenação de Rio Verde - Box (1937-1955).



Em contrapartida, no de 1944, segundo o Prospecto que analisamos, as disciplinas ministradas, denominadas de matérias<sup>92</sup>, correspondiam ao que podemos ver no Quadro 10:

**QUADRO 10 - Disciplinas ministradas, 1944**

<b>MATÉRIAS</b>	<b>PROFESSORES</b>
Patologia Geral	Dr. Gordon
Primeiros Socorros	Dr. Gordon
Microbiologia	Dr. Antonio Alves Duarte
Doenças Contagiosas	Dr. Hugo D. Barbosa da Luz
Dietética	Professora e Enfermeira Helena Gary <sup>93</sup> Gordon, ex diretora, fundadora e organizadora da escola
Ginástica	Professora e Enfermeira Helena Gary Gordon, ex diretora, fundadora e organizadora da escola
Higiene	Professora e Enfermeira Helena Gary Gordon, ex diretora, fundadora e organizadora da escola
Obstetrícia	Professora e Enfermeira Helena Gary Gordon, ex diretora, fundadora e organizadora da escola
Problemas Profissionais	Professora e Enfermeira Helena Gary Gordon, ex diretora, fundadora e organizadora da escola
Técnica Adiantada	Professora e Enfermeira Helena Gary Gordon, ex diretora, fundadora e organizadora da escola
Técnica de Consultório	Professora e Enfermeira Helena Gary Gordon, ex diretora, fundadora e organizadora da escola
Anatomia e Fisiologia	Enfermeira e atual diretora Lucy Ferreira de Freitas
Ética de Enfermagem	Enfermeira e atual diretora Lucy Ferreira de Freitas
Higiene de Saúde Pública	Enfermeira e atual diretora Lucy Ferreira de Freitas
Nutrição	Enfermeira e atual diretora Lucy Ferreira de Freitas
Oftalmologia	Enfermeira e atual diretora Lucy Ferreira de Freitas
Oto- Rino-Laringologia	Enfermeira e atual diretora Lucy Ferreira de Freitas
Psiquiatria	Enfermeira e atual diretora Lucy Ferreira de Freitas
Patologia Interna	Enfermeira e atual diretora Lucy Ferreira de Freitas
Patologia Externa	Enfermeira e atual diretora Lucy Ferreira de Freitas
Técnica de Enfermagem	Enfermeira e atual diretora Lucy Ferreira de Freitas
Técnica de Sala de Operação	Enfermeira e atual diretora Lucy Ferreira de Freitas
Massagem	Maria Bueno (primeira aluna diplomada pela escola)
Técnica de Laboratório	Maria Bueno (primeira aluna diplomada pela escola)
Técnica de Consultório	Maria Bueno (primeira aluna diplomada pela escola)
Química	Enfermeira Maria Eulália Toledo
Higiene individual	Enfermeira Zoraide Pereira
História da Enfermagem	3ª anista Julia Cafruni
Técnica de Ataduras	3ª anista Hermantina Xavier de Araújo
Drogas e Soluções	Farmacêutica Alexandrina Ribeiro da Luz
Pediatria	Farmacêutica Alexandrina Ribeiro da Luz
Matéria Médica	Farmacêutica Alexandrina Ribeiro da Luz
Educação Física (Bola ao Cesto)	Prof.ª Abadia Antônio

**Fonte:** Prospecto, 1944.

<sup>92</sup> Essas matérias eram dadas no decorrer dos três anos, em uma média de 35 aulas por semana, entre as diversas turmas de alunas.

<sup>93</sup> Pelos relatos obtidos pelas fontes orais, constatamos que Dona Helena G. Gordon não era enfermeira formada, mas sim que havia feito um curso da Cruz Vermelha nos Estados Unidos.

O que chama a atenção é a dessemelhança entre as disciplinas em relação ao ano de 1937. Considera-se que o currículo de 1944 foi utilizado no início da formação do Curso de Enfermagem, por ser ainda insuficiente e não atendia a legislação. Outra questão é a insuficiência de quantitativo de professores, representado no Quadro 10, posto que se registra o fato de duas alunas do 3º ano ministrarem as disciplinas de História da Enfermagem e Técnica de Ataduras.

No ano de 1940, a disciplina Ética, correspondente ao 2º ano, não aparecia no currículo equivalente ao ano de 1937, não sendo possível obter alguma justificativa por meio das fontes documentais, deixando uma lacuna nessa questão.

Nos anos subsequentes, de 1941 até o ano de 1951, o currículo foi mantido sem alterações. Já em 1952, também no 2º ano do curso, a disciplina de Técnica Adiantada não aparece nos currículos das alunas. Em busca dessas respostas, apoiou-se nos depoimentos orais, os quais explicam que, em alguns casos, faltavam professores para ministrar algumas aulas, mas não é possível precisar, com segurança, se de fato essas duas disciplinas foram retiradas por algum outro motivo dos currículos. Isso aconteceu também no ano de 1959. Em 1961, o currículo perde duas disciplinas no 2º ano, Técnica de Laboratório e Técnica Adiantada.

Dessa maneira, com base nas fontes analisadas, observa-se que, a partir dos anos de 1952, de acordo com a legitimação da Lei nº 775, de 1949, os históricos escolares das alunas passaram a apresentar as seguintes disciplinas, descritas na Tabela 7:

**TABELA 7 – Histórico Escolar, 1952**

<b>Disciplinas</b>	<b>Carga horária</b>
<b>1ª série</b>	
<b>Técnica de Enfermagem compreendendo</b>	
Economia hospitalar	80hs
Drogas e Soluções	20hs
Ética Preliminar	15hs
Ataduras	15hs
Higiene Individual	20hs
Anatomia e Fisiologia	70hs
Química e Biologia	20hs
Microbiologia e Parasitologia	50hs
Psicologia	30hs
Nutrição	25hs
História de Enfermagem	20hs
Saneamento	15hs
Patologia geral	30hs
Clínica Médica	20hs

Enfermagem de Clínica Médica	30h
Clínica Cirúrgica	25hs
Enfermagem de Clínica Cirúrgica	35hs
Farmacologia Terapêutica	30hs
Técnica de consultório	10hs
<b>2ª série</b>	
<b>Técnica adiantada</b>	
Dietoterapia	25hs
Ética	10hs
Técnica de Laboratório	25hs
Técnica de Sala de Operações	30hs
Clínica de Doenças Transmissíveis e Tropicais	20hs
Enfermagem de Doenças Transmissíveis e Tropicais	35hs
Tisiologia e Leprologia	20hs
Enfermagem de Tisiologia e Leprologia	30hs
Dermatologia e Sifilografia	25hs
Enfermagem de Dermatologia e Sifilografia	35hs
Ortopedia e Fisioterapia	25hs
Enfermagem de Ortopedia e Fisioterapia	50hs
Neurologia e Psiquiatria	30hs
Enfermagem de Neurologia e Psiquiatria	50hs
Socorros de Urgência	20hs
Enfermagem de Socorros de Urgência	35hs
Urologia e Ginecologia	15hs
Enfermagem de Urologia e Ginecologia	25hs
Sociologia	20hs
Problemas Profissionais	20hs
<b>3ª série</b>	
Otorrinolaringologia e Oftalmologia	25hs
Obstetrícia e Puericultura Neo-Natal	140hs
Enfermagem de Obstetrícia	60hs
Pediatria e Dietética	25hs
Enfermagem de Pediatria e Dietética	40hs
Saúde Pública	25hs
Enfermagem de Saúde Pública compreendendo: Epidemiologia, Bioestatística, Saneamento, Higiene Infantil, Administração Sanitária	65hs
Ajustamento Profissional	20hs
Supervisão	20hs
Serviço Social	20hs

**Fonte:** Acervo da Secretaria de Educação do Estado de Goiás - Coordenação de Rio Verde - Box de 1953-1956.

Pode-se perceber, na 1ª série, a ausência da disciplina de Dietoterapia, a qual aparece apenas na 2ª série. Na série seguinte, as disciplinas de Leprologia e Problemas Profissionais também não constam na Lei referida. As mudanças correspondentes a 3ª série se referem à disciplina de Serviço Social.

No ano de 1959, uma das práticas curriculares era o registro em um Livro Atas, destinado ao registro das matérias lecionadas de cada disciplina na EECS. O livro constava de 800 páginas, sendo registradas apenas 277 páginas. Nesse Livro Ata, eram registrados: o

nome da disciplina, do professor(a), do assistente (em alguns registros), não constava esse item, nº da aula, data, matéria ministrada e assinatura do professor e/ou assistente. Na página posterior, havia nomes das alunas e o registro de presenças e faltas, como em um diário de classe. O que chama a atenção é a letra utilizada na escrita de todas as páginas, era exatamente igual em todas elas.

Ao indagar Dona Dayse, ex-secretária da ECCS sobre esse livro, ela explicou que “era um livro como um diário de classe, para registrar o que foi dado pelo professor em suas aulas, mas era a secretária que preenchia” (CRUVINEL, 2019).

No arquivo da Secretaria de Educação do Estado de Goiás – Coordenação de Rio Verde, não foram localizados outros Livros Atas destinados a esse fim, tampouco foram encontrados diários de classe.

Segundo ex-aluna Araciara Dias Gonçalves (2019), a disciplina Ética Preliminar, do 1º ano do curso de graduação em enfermagem, constituía-se em um curso inicial, útil para se conhecer e decidir sobre a permanência da aluna no curso de formação em Enfermagem. Expirada essa experiência, quem decidisse pela permanência no Curso de Enfermagem daria continuidade aos estudos, realizando estágios em diversas áreas da clínica médica e saúde pública, no período da tarde, e pela manhã assistiria às aulas teóricas.

É importante considerar que, ao se estudar a história das disciplinas, há um entrecruzamento com a história do currículo, embora não se confundam. Ao se rastrear “a evolução de determinada disciplina em um determinado currículo, cada disciplina tem uma história independente, com caminhos próprios, envolvendo fatos específicos e exercendo influências em áreas diversas” (FANSTONE, 2001, p. 27). O intento aqui não é o de se ocupar pela história dessas disciplinas do campo da enfermagem, haja vista que o propósito desta investigação é o de desvelar as práticas do currículo escolar das EECS.

Por meio da análise dos currículos escolares da Escola de Enfermagem, verificou-se que era oferecida uma formação eminentemente prática para a prestação adequada de cuidados.

Continuando com a análise do primeiro ano do currículo, identificou-se o fato de que, dentre as dezenove disciplinas, equivalendo 37,25% daquele período, nove disciplinas (47,36%) se detinham a conhecimentos gerais das Ciências Médicas, sendo elas: Drogas e Soluções, Higiene Individual, Anatomia e Fisiologia, Química e Biologia, Microbiologia e Parasitologia, Psicologia, Nutrição, Patologia Geral e Farmacologia.

As disciplinas ofertadas no primeiro ano do curso que explicitavam em seu nome conteúdo inerente da prática de Enfermagem eram apenas três (15,78%), a saber, História da Enfermagem, Enfermagem de Clínica Médica e Enfermagem de Clínica Cirúrgica.

O Decreto nº 27.426, de 14 de novembro de 1949, que dispunha sobre o ensino de Enfermagem no Brasil, definia a disciplina de Economia Hospitalar, como conteúdo a ser ministrado na primeira série do curso (GEOVANINI, 1995). Estudos de Geovanini (1995) sinalizam que essas alterações de currículo ocorreram mais devido aos valores sociais importados dos Estados Unidos onde já possuíam hospitais, formando grandes organizações.

A partir disso,

[...] O processo de aumento de hospitais, no Brasil, gera a necessidade premente dos hospitais de possuírem enfermeiras em seu quadro de pessoal para chefiarem as unidades de internação e principalmente supervisionarem o pessoal auxiliar administradores hospitalares de novo hospital, que incorporaram moderna tecnologia no tratamento ao enfermo, fazem novas exigências à Administração (FANSTONE, 2001, p. 94).

No tocante à disciplina Higiene Individual, ofertada também no primeiro ano do curso, é preciso esclarecer que, conforme os relatos adquiridos das egressas, eram abordadas noções de higiene pessoal com objetivo formativo, uma vez que as alunas deveriam praticar e instituir no seu cotidiano, diferentemente da disciplina do terceiro ano Enfermagem de Saúde Pública, que correspondia às disciplinas Epidemiologia, Bioestatística, Saneamento, Higiene Infantil, Administração Sanitária, as quais tinham denotação de prevenção de doenças transmissíveis.

Sobre as disciplinas ofertadas, no segundo ano do curso, e presentes no primeiro currículo do Curso de Enfermagem da EECS, verificou-se que teve um aumento na quantidade de disciplinas, perfazendo um total de vinte e uma, com representação de 41,17% de todo o currículo.

Ao se observar as disciplinas do segundo ano, constata-se que, nessa etapa do curso, os assuntos ministrados nas aulas abordavam, de maneira concomitante, os temas Doenças Transmissíveis, Enfermagem de Doenças Transmissíveis, Tisiologia e Leprologia, Enfermagem de Tisiologia e Leprologia, Ortopedia e Fisioterapia, Enfermagem de Ortopedia, Neurologia e Psiquiatria, Enfermagem de Neurologia e Psiquiatria, Socorros de Urgência, Enfermagem de Socorros de Urgência, Urologia e Ginecologia e Enfermagem de Urologia e Ginecologia.

A preocupação voltada à assistência da Enfermagem aos portadores de doenças epidêmicas da época, como a Lepra, bem como as Doenças Transmissíveis, tinha como

primazia a execução correta das técnicas de enfermagem, com o oferecimento de disciplinas não só teóricas, mas práticas, uma vez que se procurava revisar e aperfeiçoar a habilidade manual das alunas. Havia sincronismo entre a disciplina geral e a específica de enfermagem, ofertadas no mesmo período do curso, posto que, em uma, se abordava a matéria de maneira geral, em outra, o mesmo conteúdo seria abordado de modo diferenciado, descrevendo os cuidados de enfermagem naquela especialidade.

Três disciplinas eminentemente técnicas, ainda eram ofertadas nesse segundo ano do curso, sendo: Técnica Adiantada, Técnica de Laboratório e Técnica de Sala de Operação, diferentemente da disciplina essencialmente técnica ofertada no primeiro ano, intitulada de Técnica de Consultório.

Na avaliação do conjunto das disciplinas, ofertadas no terceiro ano do curso, no primeiro currículo da EECS, identificou-se uma conformidade entre disciplinas que abordavam o mesmo tema de maneira distinta, conforme se mostra a seguir: Otorrinolaringologia e Oftalmologia, Enfermagem de Otorrinolaringologia, Obstetrícia e Puericultura Neonatal, Enfermagem de Obstetrícia e Puericultura Neonatal, Pediatria e Dietética Infantil, Enfermagem de Pediatria e Dietética Infantil, Saúde Pública, Enfermagem de Saúde Pública (compreendendo Epidemiologia, Bioestatística, Saneamento, Higiene Infantil, Administração Sanitária).

Nessa parte do currículo, ainda é possível visualizar as disciplinas: Ajustamento Profissional, Supervisão e Serviço Social. Em razão da presença dessas disciplinas no currículo, infere-se, respectivamente, o enfoque dado ao exercício ético da profissão.

Segundo Corbellini e Medeiros (2006), até a década de 1950, o ensino da Enfermagem estava centrado no fazer. A habilidade manual, a capacidade de memorização, a postura na realização das técnicas, além do capricho, organização e perfeição, que eram aspectos imprescindíveis, avaliados no ensino.

Sobre os estágios organizados no primeiro currículo do Curso de Enfermagem da EECS, constatou-se a realização de práticas noturnas e a aprendizagem realizada majoritariamente em enfermarias e salas de cirurgias que atendiam mulheres, homens e crianças, em conformidade com o currículo que oferecia as disciplinas de Clínica Cirúrgica, Clínica Médica (1º ano) e da disciplina Técnica de Sala de Operação (2º ano).

Assim, pode-se afirmar que o currículo da EECS era parte fundamental na formação das alunas-enfermeiras e a organização disciplinar um componente dessa estrutura curricular. O planejamento e a organização curricular possuem uma direção vertical, que pode ser

representada pelas disciplinas; e uma direção horizontal, que se concretiza por meio dos componentes do processo didático-pedagógico em diferentes níveis de sistematização.

Os professores médicos e enfermeiras que trabalhavam no Hospital Evangélico ministravam as aulas teóricas e práticas para as alunas do Curso de Enfermagem, demonstrando exigência que levava o ensino a ser comparado com o mesmo nível dos cursos de medicina.

[...] O currículo era muito bem preparado, muito pesado, o curso todo eram de 51 matérias, naquela época não existia Serviço Social como faculdade, mas a gente já tinha como matéria, Nutrição também não tinha como faculdade, mas era uma matéria de enfermagem. Fisioterapia era matéria de enfermagem, eu aprendi a fazer todas as massagens, aprendi a passar atadura até hoje eu passo atadura muito bem (*risos*), massagem não, porque eu nunca gostei. Então, era muito pesado, sabe? O curso, não era moleza não. Era muito parecido com um currículo de medicina, não perdia para a medicina não (DUARTE, 2019).

No primeiro currículo, as ações pedagógicas estavam centradas nos professores, na transmissão de conteúdos e na avaliação somativa, com enfoque na área cognitiva, ou seja, memorização de conteúdos teóricos.

O desenho do primeiro currículo da EECS era semelhante ao da escola considerada “padrão oficial”, diferenciado apenas por algumas nomenclaturas de disciplinas. E, somente a partir da Lei nº 775, de 1949, que dispunha sobre o ensino de enfermagem no Brasil, várias mudanças começaram a se desencadear na estrutura curricular da enfermagem brasileira.

Nessa perspectiva de análise, apresentam-se alguns contornos das práticas educativas propostas pela EECS e que buscavam viabilizar e dar visibilidade ao seu ideal de formação da mulher brasileira e da formação profissional da enfermeira, destacando muito mais as normas e as práticas definidoras dos valores e dos comportamentos que seriam inculcados nas alunas do que definidoras dos conhecimentos que seriam ensinados.

No Curso de Auxiliar de Enfermagem, o currículo não apresentou mudanças desde sua implantação na EECS e seguiu as prerrogativas das leis vigentes da época. De acordo com a Lei nº 775, de 1949, as disciplinas estavam assim estabelecidas.

Art. 23º No curso de auxiliar de enfermagem será ministrado o ensino de:  
 I – Introdução  
 II - Noções de ética  
 III - Corpo humano e seu funcionamento  
 IV - Higiene em relação à saúde  
 V - Economia hospitalar  
 VI - Alimento e seu preparo  
 VII - Enfermagem elementar (BRASIL, 1949).

Analisando a documentação das alunas, foi localizado um espelho do currículo do curso de Auxiliar na EECS, referente ao ano de 1965.

**QUADRO 11**– Currículo do Curso de Auxiliar de Enfermagem da EECS, 1965

<b>Disciplinas Teóricas</b>	<b>Período</b>	<b>Carga Horária</b>
<b>Fundamentos da Enfermagem</b>	<b>1º ano</b>	<b>304hs</b>
Fundamentos da Enfermagem Ética e História da Enfermagem		
<b>Técnica de Enfermagem</b>	<b>2º ano</b>	<b>511hs</b>
Enfermagem Médica Enfermagem Cirúrgica Enfermagem Materno Infantil		
<b>Higiene e Profilaxia</b>	<b>2º ano</b>	<b>111hs</b>
Noções de Enfermagem de Saúde Pública Programa de Saúde		
<b>Disciplinas Práticas</b>	<b>Período</b>	<b>Carga Horária</b>
Iniciação a Cultura Religiosa	1º ano	37hs
<b>Estágios Práticos</b>	<b>Período</b>	<b>Carga Horária</b>
Clínica Médica Enfermagem Médica Enfermagem em Doenças Tropicais e Transmissíveis	2º ano	302hs (4 meses)
Clínica Cirúrgica Enfermagem Cirúrgica Enfermagem de Pronto Socorro	2º ano	302hs (4 meses)
Cozinha Geral e Dietética	2º ano	1 mês
Clínica Materno Infantil Enfermagem Obstétrica e Ginecológica Enfermagem Pediátrica	2º ano	3 meses
Clínica Urológica	2º ano	2 meses

**Fonte:** Acervo da Secretaria de Educação do Estado – Coordenação de Rio Verde (BOX 1965-1966)

No ano de 1966, a disciplina Clínica Pediátrica passa a compor o currículo, sendo trabalhada por 3 meses. O estágio noturno passa a ser exigido com 20 horas semanais, perfazendo um total de 1.981 horas de estágio, complementando mais 844 horas do ano anterior. Visto que, de acordo com o Decreto nº 27. 426, de 1949, seu Art. 26º determinava que:

O aluno de curso de auxiliar é obrigado a, quarenta e quatro horas de atividade escolar por semana, incluídos os estágios. Perde o direito de prestar exames aquele que houver faltado a mais de um terço das aulas de cada disciplina.

Parágrafo único: O aluno que não houver completado os estágios regulamentares será obrigado a compensá-los, para que possa receber o certificado (BRASIL, 1949).



Os estágios eram desenvolvidos no Hospital Evangélico. Não era possível que as alunas os realizassem no setor de Saúde Pública, haja vista que, para isso, essas práticas demandavam um horário extra do qual as alunas não dispunham.

[...] Geralmente nas aulas de estágio, a gente ia para o hospital só depois que a gente já tinha prática, porque a gente praticava tudo na escola, né. A gente tinha um boneco chamado Jô, que a gente dava banho de leito, virava ele na cama, aprendia tudo. Então, quando você ia dar estágio, você já estava prática. Começava com o banho, banho de leito, olhar a temperatura, o primeiro estágio era isso. Depois que a gente ia [...] (NUNES, 2019).

Quanto às aulas de estágios, deveriam seguir as normatizações da referida Lei nº 775, de 1949.

Art. 24º Além do comparecimento às aulas teóricas dessas disciplinas, os alunos serão obrigados a estágios em hospitais gerais e em unidades sanitárias, sob forma de rodízio, compreendendo:

- I - Enfermarias de clínica médica geral, de homens e de mulheres
- II - Enfermeiras de clínica cirúrgica geral, de homens e de mulheres
- III - Sala de operações e centro de material cirúrgico
- IV - Berçário
- V - Cozinha geral

Parágrafo único: É obrigatório o estágio noturno, não superior a quinze noites (BRASIL, 1949).

A ex-aluna do Curso de Auxiliar de Enfermagem, Dona Cosmira, relembra que as aulas práticas e teóricas da escola eram importantes para ajudá-las no Estágio. Segundo ela, o que acontecia no hospital era uma preparação.

[...] Na parte da manhã, era aulas teóricas e, na parte da tarde, eram aulas práticas. Antes da gente começar a trabalhar, nós tínhamos três meses de experiência, ia para dentro do hospital. Depois da aula teórica, ia para dentro do hospital com as professoras, elas mostrando os atendimentos para a gente tomando pé do que era a enfermagem, tanto é que nem todas passavam. Depois de três meses, elas faziam análise, as professoras era a Dona Ruth, a Dona Rita, os próprios médicos acompanhavam, que eles eram professores também. Quem eles diziam que não tinha dom para ser enfermeira era convidada a deixar a turma. Na minha turma, teve uma moça, nós éramos treze alunas e uma única foi dispensada. Uma dó! [...] (BRITO, 2019).

Em seu depoimento, Cosmira, nascida em Camacã/BA, no ano de 1937, demonstra que gostava da profissão de enfermeira e acredita ter o dom para cuidar de pessoas enfermas. E isso, segundo ela, contribuiu para sua formação no Curso de Auxiliar de Enfermagem.

[...] Quem me fez ser enfermeira prática, porque eu sou auxiliar de enfermagem, hoje eu sou técnica, mas quando eu passei por lá eu era auxiliar, foi os livros. Eu lia muito e via a história das enfermeiras e eu ficava encantada. Eu era ainda menina, pré-adolescente já era alfabetizada, mas eu ficava encantada e sempre dizia comigo mesma: um dia eu vou ser enfermeira! Aí morando no sul da Bahia, as condições foram arruinando e meu pai resolveu ir para Goiás, no Planalto Central. Também em busca porque estava começando Brasília, né, e aí quando eu cheguei em Rio Verde fui trabalhar de atendente em um hospital chamado Pró-Cáritas, que era um hospital do estado e de lá eu entrei em contato com as alunas da Escola de Enfermagem do nível superior. Aí, a diretora... e como eu trabalhava bastante no hospital, apresentava o hospital para elas, porque a diretora nem sempre gostaria de perder tempo. A diretora achava que era perda de tempo e eu apresentava quando as alunas estavam fazendo estágio, ajudava explicando alguma coisa que elas não estavam entendendo e daí eu criei mais desejo de fazer o curso de auxiliar de enfermagem. Vindo para o Hospital Evangélico, trabalhar, a convite da diretora, da Dona Ruth Anacleto e ela gostou muito do meu trabalho, como eu ganhava pouco, era atendente, era um salário mínimo. Aí ela me convidou, disse: ‘Olha Cosmira, venha fazer o curso de Auxiliar de Enfermagem, para você ganhar melhor, porque você trabalha muito bem, mas ganha pouco’. E eu ainda fiquei sem querer fazer porque as condições, as minhas condições, não eram boas e eu tinha que depender do dinheiro e ela bondosamente, para que eu não deixasse de fazer o curso, colocou uma irmã minha, sem curso, ela deu o curso... ela já ganhando o salário que eu ganhava, para que eu fosse fazer o curso e daí eu comecei fazer o curso e foi uma benção na minha vida (BRITO, 2019).

Para a aluna Maria Nunes, nascida em Rio Verde em 1947, a escolha pelo Curso de Auxiliar de Enfermagem aconteceu a partir dos cuidados que ela tinha com pessoas hospitalizadas.

[...] Uma vez eu fiquei como acompanhante de uma senhora que foi operada no hospital Santa Terezinha, e eu cuidando dela, ela falou assim: ‘Você vai dar ótima enfermeira! Por que você não faz o curso de Auxiliar de Enfermagem na Escola Cruzeiro do Sul? É uma escola muito conhecida na cidade’. E ela me despertou a fazer e ela me ajudou muito. Me indicou, aí eu procurei a Dona Ruth, a Dona Ruth era a diretora. Ela me acolheu, eu fiz a matrícula e eu fui fazer o curso. Ficava no internato, porque eu ganhei bolsa. Meus pais não tinha condições financeiras para pagar [...] (NUNES, 2019).

Nota-se que as alunas demonstravam interesse pela profissão de Auxiliar de Enfermagem e as aulas práticas contribuía para a aprendizagem. Quanto às aulas teóricas, consideravam ser mais exigentes.

[...] as aulas teóricas... a gente tinha apostila e as professoras passavam no quadro e falava, explicava para a gente. A escola fornecia essa apostila, para cada uma, lá tinha tudo, mas era muito difícil, muito conteúdo para pouco tempo de estudos (NUNES, 2019).

Nas aulas práticas, as depoentes revelam que, no momento das cirurgias, em que os médicos realizavam, no centro cirúrgico, era também um momento de aprender na prática:

[...] nas cirurgias, geralmente eles operavam, todos eles, operava, tava operando e a gente ia ser ou circulante ou instrumentadora e eles ia explicando tudo, explicando tudo: vasos, órgãos, tudo. E, no meu primeiro dia eu não desmaiei para cair, porque me seguraram, aí o Dr. Carlos Patrício mandou, eu e outra aluna: ‘Leva elas para a salinha ali’. Tinha uma salinha própria para isso, dê uma efortil e traga de volta rrsrrsrrs. [...] Tinha que voltar! Tomava uma efortil para a pressão subir e voltava (BRITO, 2019).

O fato de a sala de aula remeter a uma enfermaria denota a preocupação em aproximar as aulas teóricas das atividades práticas, o que pode ser evidenciado na fala de Dona Cosmira:

[...] tinha uma professora que usava o esqueleto desmontado e montado! [...] Colocava o esqueleto inteiro lá e botava, tinha um saco de ossos, do mesmo esqueleto. E nós assentava ali, esparramava em cima de um lençolão e era um grupo todo, aquele grupo e cada uma tinha uma parte. Tinha parte de montar o rosto, tinha que montar osso por osso, acho que é 200 e tanto ossos o rosto, eu nem me lembro mais, que tem o rosto. Quem era para montar o tórax, montava. E tinha que deixar ele estiradinho, arrumadinho como estava ali lá cima e sabendo osso por osso [...] Também estudávamos na aula de nutrição, os tipos de exame de sangue em geral (BRITO, 2019).

Vale ressaltar que, nos relatos colhidos das ex-alunas, identificou-se que algumas disciplinas foram mencionadas e não constavam nos espelhos dos currículos que analisamos. Ao serem questionadas, as depoentes informaram que a diretora trabalhava algumas disciplinas que não constava no currículo do curso, “dependia das nossas dificuldades, algumas aulas eram extras, principalmente as práticas” (NUNES, 2019).

A atuação das alunas no hospital também ocupava um papel relevante na formação profissional da enfermeira; contudo, parecia também exercer um papel relevante para o adequado funcionamento do serviço. E, sob a vigilância dos professores, as alunas eram observadas a todo o momento em seus estágios no hospital.

[...] a Dona Ruth Anacleto olhava pela fresta da porta, (*risos*) para ver se a gente estava fazendo corretamente. Se não tivesse, ela abria a porta e reclamava: ‘Você fez errado!’ E Explicava a maneira correta. Era uma observação para corrigir as nossas falhas. [...] Por exemplo: para fazer o procedimento de lavagem intestinal, tinha uma técnica direitinho para se botar o paciente. Lá não se atendia um paciente descoberto. Tinha técnica de deixar o paciente... só deixava a área de trabalho. Se, por acaso, ela visse... houve alguém que fez isso, também ninguém sabia. Era um sigilo, terminantemente sigilo, se pode se dizer assim. Se uma aluna errasse, a outra não sabia que as outras não ficavam sabendo que ela errou. Aí, em aulas, elas davam as aulas e explicavam: Já houve alunas que fizeram de maneira incorreta, mas não falavam para a turma quem havia feito errado [...] (BRITO, 2019).

Os professores da EECS utilizavam material didático nas aulas teóricas, como cartazes do corpo humano para estudar anatomia, “eram muito bem preparados, utilizam material didático, realizavam as aulas práticas com diversos materiais”. A diretora, Dona Ruth, que também era professora “utilizava um caderno, onde ela anotava tudo, até as perguntas que a gente fazia ela anotava. Ela respondia e anotava, tudinho” (NUNES, 2019).

Após examinar os espelhos dos currículos referentes aos Cursos de Enfermagem e do Curso de Auxiliar de Enfermagem, foi possível verificar que, as determinações sociais dos currículos analisados, como fontes nessa pesquisa, convergem com o pressuposto de Chartier (2002) o qual considera o currículo como um artefato cultural, devendo ser entendido amplamente por suas determinações sociais, o que possibilita ancorar a sua constituição no momento histórico da organização da sociedade na busca pela saúde da população e sanidade ambiental, influenciando, assim, na formação do enfermeiro no país.

Nesse sentido, ficou evidente, no sistema educativo proposto para a formação desse profissional, uma prática cultural que inculcou um padrão exigido para a nova vida social daqueles que se submetiam à nova formação. A esse propósito, é possível perceber os indícios da busca por um “padrão” desde o momento em que as exigências, determinadas pela Lei nº 775, de 1949, começaram a ser feitas.

Cumprir lembrar ainda que, a exemplo do currículo norte-americano, o currículo de 1949 continha um grande número de especialidades médicas com conteúdos específicos. A enfermagem brasileira adotou o paradigma norte-americano, porém sem dispor dos mesmos avanços tecnológicos e vivenciando outra realidade. O currículo de 1949 era "pouco inovador relacionado ao programa inicial, prevalece à ênfase no fazer, mais do que no pensar, na repetição de técnicas que tolhiam a criatividade das alunas e com a centralização no estado da doença e não do doente" (GARCIA; CHIANCA; MOREIRA, p. 76, 1995).

Finalmente, da análise desses currículos da Escola de Enfermagem Cruzeiro Do Sul, pode-se afirmar que houve uma preocupação por parte da instituição em formar profissionais, além de cuidadoras, para que pudessem replicar o formato do ensino em todo o território nacional, possibilitando, assim, a consolidação da profissão de enfermeira.

#### 4.1.2 Aspectos avaliativos

Ao considerar as provas e exames admissionais como parte da cultura escolar, pressupõe-se que essas fontes podem ajudar a retratar as práticas vivenciadas nos aspectos

avaliativos da Escola de Enfermagem Cruzeiro do Sul. É nessa direção que se aponta a presente investigação.

Os exames e as provas dos alunos fazem parte dos arquivos das escolas. Assim, ao buscar fontes no arquivo da Secretaria de Educação do Estado de Goiás – Coordenação Rio Verde, nos Box organizados com todo prontuário de documentação das alunas, referente ao Curso de Enfermagem (1937-1964) e o de Auxiliar de Enfermagem (1965-1969), deparou-se com uma sequência de exames de admissão, provas parciais e finais. Com isso, passa-se a questionar: o que informam esses exames e provas? O que eles retratavam acerca das práticas avaliativas que se realizavam no interior da Escola de Enfermagem Cruzeiro do Sul?

Pretende-se aqui, tecer algumas considerações a respeito das possibilidades de se analisar provas e exames como uma das formas de reconstituir a história da cultura escolar da EECS, considerando cultura como produto e processo que dão significado às práticas humanas.

Diante disso, considerando que a história de uma determinada disciplina produz e é produzida pela cultura escolar que lhe serviu de locus, torna-se assim, indispensável analisar os exames de admissão e as provas parciais e finais como fontes, uma vez que essas práticas só adquirem significado dentro de uma instituição.

Os exames aos quais tivemos acesso revelaram a concepção de avaliação daquela época. Os enunciados dos exercícios e questões possibilitaram a leitura de como poderia ser o dia-a-dia dessa escola. No que diz respeito às alunas, as provas são ferramentas necessárias para análise de procedimentos de resolução de treinamentos e questões de certo conteúdo escolar.

Em realidade, os exames e provas concentram sobre a forma de exercícios e questões todos os objetivos explícitos do processo de ensinar e aprender de uma disciplina. Sob essa mesma ótica, é importante considerar que:

[...] Se as provas podem conter a “tradução” que cada professor faz dessas finalidades, os exames podem ser considerados instrumentos mais institucionais. Através dos exames, a instituição deixa claro que alunos podem receber seu certificado de conclusão do curso e, principalmente, no caso dos exames para admissão, que tipo de candidatos pode ser recebidos como seus alunos (PESSANHA; DANIEL, 2002, p. 7).

Com isso, ao analisar as provas e exames da EECS, foi possível verificar o perfil de cada aluna que pleiteou sua vaga junto aos cursos, examinar alguns programas de ensino de

disciplinas e como eram solicitados seus conteúdos nas provas e sob qual legislação vigente os exames de admissão foram aplicados.

Inicialmente, é preciso reconstruir a trajetória histórica como uma forma de visualizar as características e reconhecer os propósitos das provas de admissão e, posteriormente, como foram inseridas ao Curso de Enfermagem.

O debate, em torno do ensino secundário, desencadeado na década de 20, no Brasil, sinalizou para uma avaliação escolar rigorosa e majoritariamente classificatória. Foi a partir desse período que se traçou a demarcação da população destinada ao ensino superior brasileiro. A década de 30, predominantemente marcada pela consolidação de reformas de ensino orientadas para a "construção do espírito nacional", dentre outras exigências, determinava que o acesso ao ensino secundário em nível nacional, ficaria subordinado ao Exame de Admissão, composto de provas escritas e orais de Português, Aritmética e Conhecimentos Gerais, de acordo com o Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931- Reforma Francisco Campos (VALENTE, 2001).

Em nível nacional, após a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública em 1930, sob a responsabilidade de Francisco Campos, foram publicados vários decretos com a finalidade de reformar o ensino superior (Decretos nº 19.851 e nº 19.852 de 11/04/1931), o ensino secundário (Decreto nº 19.890 de 18/04/1931) e o ensino comercial (Decreto nº 20.158, de 30/06/1931). Esse conjunto de decretos ficou conhecido como Reforma Francisco Campos, a qual organizou o ensino secundário em dois ciclos: um fundamental, de cinco anos e outro complementar, de dois anos, visando à preparação para o ensino superior.

Nessa perspectiva, os exames de admissão eram constituídos de provas realizadas pelos alunos para o ingresso ao ensino secundário. Com a Reforma, esses exames passaram a ter caráter nacional, o que significava que todo o país deveria realizá-los, e mais: passariam a ter caráter de documento, devendo fazer parte do prontuário escolar de todo aluno.

Como parte dessa reforma, o Decreto nº 19.890/1931 tornou obrigatórios os exames de admissão ao ginásio para o ingresso em todas as instituições oficiais de ensino secundário do país. Portanto, legitimou o recrutamento de alunos e impôs barreiras institucionais de acesso ao ginásio, por meio desses procedimentos.

Em 1942, o Ministro da Educação Gustavo Capanema empreendeu novas reformas de ensino, regulamentadas por diversos decretos-leis assinados de 1942 a 1946 cujo conjunto foi chamado de "Leis Orgânicas do Ensino", que organizaram cada nível de ensino.

A Lei Orgânica do Ensino Secundário, Decreto Lei nº 4.244 de 9 de abril de 1942, no Capítulo VI, Artigo 34, referia-se especificamente aos exames de admissão, mantendo duas

épocas para sua realização, uma em dezembro outra em fevereiro. Nos exames de segunda época, poderiam inscrever-se os candidatos que não tivessem prestado ou não tivessem sido aprovados nos exames de primeira época. Prescrevia também que o candidato não aprovado em um estabelecimento de ensino secundário não poderia repeti-lo em outro, na mesma época (BRASIL, 1942).

A Lei nº 4.024/1961, que fixou as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, orientou os Estados a organizarem seus sistemas de ensino de acordo com seus preceitos e mantinha os exames de admissão em seu Art. 36, o qual versava:

O ingresso na primeira série do 1º ciclo dos cursos de ensino médio depende de aprovação em exame de admissão, em que fique demonstrada satisfatória educação primária, desde que o educando tenha onze anos completos ou venha a alcançar essa idade no correr do ano letivo (BRASIL, 1961).

Esses exames, de acordo com o modelo geral, eram muito rígidos e delimitavam o perfil dos alunos que ingressavam. Nesse sentido, Barros (1975, p. 42) esclarece que:

O exame de entrada nos colégios operava uma seleção que refletia nitidamente a estratificação social da população [...] o tipo de exame de seleção adotado vinha favorecendo, sistematicamente, os que pertenciam ao nível mais elevado, dando ênfase aos valores desenvolvidos pelo estrato social ali representado. Por conseguinte, qualquer tentativa para modificar a composição social da escola teria que partir, primordialmente, da modificação do mecanismo de seleção até então adotado.

Entretanto, o modo principal do exame foi conservado, mantendo exclusão social e impossibilidade de acesso que impediam a continuidade dos estudos. O exame de admissão, durante quatro décadas, foi à linha que separava o ensino primário do secundário. Laborou como um adequado ritual de entrada no processo de seleção a segmento dos estudos, representada pelo acesso no ginásio acadêmico, que teve busca ativada a partir dos anos 1930.

À luz da legislação vigente, os exames de admissão ao ginásio podem ser considerados mecanismos de seleção, controle e restrição do acesso à continuidade nos estudos, inseridos em um período da educação brasileira, no qual o ensino secundário foi marcado pelo caráter elitista e enciclopédico, rigidamente controlado por um sistema de provas.

Assim, ao se fazer um cotejamento entre as legislações vigentes acerca do Curso de Enfermagem e as Leis destinadas à Educação, percebeu-se que os Exames de Admissão da EECS, a partir do ano de 1949, passaram a corroborar as prerrogativas da Lei nº 775/1949, referente ao Ensino de Enfermagem. Registra-se que, até então, os exames seguiam outra normativa, diferentemente das determinações específicas da Educação. Todavia, é importante

considerar que a aplicabilidade dessa lei passou a ser legitimada no interior da Escola de Enfermagem, somente a partir de 1952, seguindo todas as suas determinações.

A contento, nos prontuários de documentação das alunas do Curso de Enfermagem, dos anos de 1937 até 1952, constava apenas a apresentação do certificado de conclusão do Ensino Primário, como uma exigência obrigatória. E, apenas a partir do ano de 1953 as alunas passaram a apresentar na documentação exigida pela Lei nº 775/1949, como determinava o artigo 5º: “Para a matrícula no Curso de Enfermagem é exigido, além dos documentos relacionados no artigo 4º, o certificado de conclusão do curso secundário” (BRASIL, 1949).

No prontuário das alunas, do ano de 1953 em diante, observou-se que algumas candidatas apresentavam, além do diploma do ginásio (ensino secundário), certificados de outros cursos, como o Normal, Normal Regional, Regente Primário, Científico, Contabilidade e de Comercial Básico, além de cursos específicos de Educação Religiosa.

De acordo com as fontes analisadas, pode-se ver, nos prontuários de documentação, que os exames de admissão eram realizados com certa regularidade, nos meses de janeiro, fevereiro, março, julho ou agosto, sempre na primeira semana de cada mês. As provas escritas eram aplicadas em um, dois ou até em três dias. Não foi possível obter indícios de que eram realizadas provas orais nos exames de admissão, o que se pode comprovar também nos relatos das pessoas entrevistadas. O período letivo das aulas se iniciava em março ou em agosto, não havia uma constância.

A prova do Exame de Admissão constava das seguintes disciplinas: Testes Especiais<sup>94</sup>, Matemática<sup>95</sup>, Português, Ciências, História do Brasil e Geografia. As notas de cada disciplina eram somadas e divididas por cinco, a média geral não poderia ficar abaixo de cinco. Esse documento fazia parte do prontuário do aluno, anexado à sua documentação, junto aos demais documentos necessários para sua matrícula. A folha era assinada pela diretora da escola, secretária escolar e pelo inspetor federal, sob o título de EXAME DE ADMISSÃO<sup>96</sup>.

As médias gerais dos exames, evidenciadas na Tabela 8, indicam como o grau de instrução das candidatas inferia no resultado final. Alunas que apresentavam apenas o Curso Primário detinham médias menores em relação àquelas que tinham o curso do primário e ginásial, as quais mostravam médias mais elevadas, conforme se pode comprovar na Tabela abaixo.

---

<sup>94</sup> Essa disciplina deixa de fazer parte dos Exames de Admissão na EECS a partir do ano de 1957.

<sup>95</sup> Em alguns prontuários, foi encontrado o nome da disciplina de Aritmética.

<sup>96</sup> Alguns registros desse exame constavam também a data da sua aplicação e, em outros, não.



**Tabela 8** – Médias Gerais dos Exames de Admissão ao Curso de Enfermagem, 1937-196

Notas	Primário Completo	Ginásio ou outros cursos
<b>50 até 59</b>	12	21
<b>60 até 69</b>	19	23
<b>70 até 79</b>	12	14
<b>80 até 89</b>	3	9
<b>90 até 100</b>	1	9
<b>Sem nota*</b>	1	4
<b>Total</b>	48	80

\*Na documentação, não foi possível verificar essa informação.

**Fonte:** Acervo da Secretaria de Educação do Estado de Goiás - Coordenação de Rio Verde - Box 1, 2, 3 e 4 (1937-1964).

Os dados analisados e apresentados na Tabela 8 mostram que a maioria, 62,5%, das alunas possuía o curso ginásial ou outros cursos como o normal, enquanto 37,5% possuíam apenas o curso primário. Mesmo as candidatas que possuíam o curso ginásial fizeram, portanto, segundo o Regulamento da EECS e as prerrogativas da Lei nº 775/1949, o exame de admissão e foram aprovadas, para que pudessem realizar suas matrículas no Curso de Enfermagem. Em diversos históricos escolares que foram compulsados, constavam as matérias e as respectivas notas obtidas pelas candidatas no exame de admissão.

As provas<sup>97</sup> eram compostas por dez questões cada uma. A de Português, em sua maioria, abordava atividades de ditado (a professora ditava um pequeno trecho para as alunas o reproduzirem, escrevendo-o dentro das normas gramaticais e ortográficas), havia também atividades de ortografia, pontuação, gramática e uma questão dissertativa com o tema: “Escrever uma pequena composição sob o título: Porque quero fazer o Curso de Enfermagem?”. Na prova de Matemática, as questões eram basicamente de resolução de operações de somar, subtrair, multiplicar e dividir, além de uma ou duas situações problema para serem resolvidas.

Analisando as provas de História do Brasil, as questões tratavam especificamente da identificação de nomes dos personagens históricos e as datas dos acontecimentos, com questões de múltipla escolha. Nas provas de Geografia, determinava-se que as alunas registrassem os estados e as capitais, continentes, países, rios, entre outros, também com questões de múltipla escolha.

Já na prova de Ciências, as questões eram dissertativas, de acordo com a área estudada (ar, alimentação, corpo humano, água e outras). Na prova de Testes Especiais, as perguntas

<sup>97</sup> Não foi possível localizar provas do Exame de Admissão nos prontuários de todas as alunas. Não se sabe por qual motivo, em algumas pastas de documentos, foram preservados e em outras não. Somente a partir do ano de 1951, as provas de Exame de Admissão constam na documentação de cada aluna, organizados corretamente.

direcionavam para situações problemas de vivência diária, envolvendo as disciplinas de Português e Matemática.

Vale ressaltar que o exame de admissão era um rito de entrada para pleitear uma vaga na EECS no Curso de Enfermagem, que foi instituído, conforme legislação nacional. As alunas que pleitearam essas vagas tinham acima de 16 anos, não passando da idade de 34 anos, como se pode ver na Tabela 9, corroborando com as prerrogativas do regimento escolar da EECS e, conforme as determinações da Lei nº 775/1949. Para tanto, o Exame de Admissão não era uma prática realizada no Curso de Auxiliar de Enfermagem.

**Tabela 9 – Idade das alunas do Curso de Enfermagem, 1937-1961\***

<b>Idades</b>	<b>16</b>	<b>17 a 22</b>	<b>23 até 27</b>	<b>28 até 33</b>	<b>34 até 36</b>
<b>1937</b>		01			
<b>1939</b>		01			
<b>1940</b>		02			
<b>1941</b>		01			
<b>1942</b>		02			
<b>1943</b>		01			
<b>1944</b>		02			
<b>1945</b>		01	01		
<b>1946</b>		02	01		
<b>1947</b>		04			
<b>1948</b>		04	01		
<b>1949</b>	01	01			
<b>1950</b>		02	03		
<b>1951</b>		03	02		
<b>1952</b>	01	05	01	01	
<b>1953</b>		11	02		
<b>1954</b>		01			
<b>1955</b>		06			
<b>1956</b>	01	04			
<b>1957</b>		06			01
<b>1958</b>		05	01		
<b>1959</b>	01	12	01	03	01
<b>1960</b>		06	01	01	
<b>1961</b>		07	04	01	

\*Não foi possível localizar a data de nascimento de 8 alunas.

**Fonte:** Acervo da Secretaria de Educação do Estado de Goiás - Coordenação de Rio Verde - Box 1, 2, 3 e 4 (1937-1961).

Pelos relatos das entrevistadas, detectou-se uma prática que acontecia e não era registrada na documentação das alunas. As candidatas que passavam nos exames de admissão, mas que possuíam dificuldades de acompanhamento pedagógico nas aulas, eram “convidadas” a deixarem a escola, em virtude das várias reprovações.

Além disso, registra-se que havia desejo da aprovação nos exames de admissão, conforme destacado pela narrativa da aluna Araciara:

[...] os resultados de exames de admissão, me deixaram muito apreensiva, fiz as provas em dois dias, e não teve prova oral. Era muito cansativo e o nervosismo atrapalhava muito. Se eu não passasse não poderia fazer minha matrícula (GONÇALVES, 2019).

Orgulhosa pela possibilidade de passar pelo processo avaliativo dos exames de admissão, a aluna Dalva Dilce Baptista Duarte, relata suas memórias:

[...] eu tive orgulho de poder passar por essa experiência. Era um vestibular e quando eu passei fiquei muito emocionada. Fiz minhas provas em dois dias, foi bem desgastante emocionalmente, mas passei. As provas eram bem difíceis [...] As alunas que passavam que não tinham condições de conhecimento para continuar os estudos, assim, elas eram fracas, não acompanhavam a turma, a diretora convidada a deixar a escola. Eu tinha medo de passar e não conseguir completar os estudos. As disciplinas eram muito pesadas, não tinha moleza, os professores eram severos, nós tínhamos médicos e enfermeiras dando aulas para a gente [...] (DUARTE, 2019).

Outro ponto adverso relatado pelas entrevistadas, diz respeito às alunas que vinham de outros estados brasileiros. Dessa maneira, quanto à naturalidade das alunas, era grande o quantitativo de candidatas que saíam dos seus estados de origem para estudar na EECS, representada aqui na Tabela 10.

**Tabela 10** – Naturalidade das alunas do Curso de Enfermagem, 1937-1961

Naturalidade	1937 a 1961
Rio de Janeiro	3
São Paulo	32
Goiás	38
Ceará	2
Minas Gerais	16
Mato Grosso	19
Bahia	7
Santa Catarina	1
Paraná	2
Pará	4
Não consta*	4

\*Na documentação não foi possível verificar essa informação.

**Fonte:** Acervo da Secretaria de Educação do Estado de Goiás - Coordenação de Rio Verde - Box 1, 2, 3 e 4 (1937-1964).

O quantitativo de alunas advindas dos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso revela a credibilidade da escola na formação das alunas enfermeiras que seriam diplomadas para conquistar espaços na saúde pública e privada de todo o país. A relação entre a religião protestante era um divisor de águas, impunha respeito e confiança. As alunas do Curso de Enfermagem em sua maioria residiam na cidade de Rio Verde. Dona Araciara, explica que:

[...] Era muito mais difícil para as alunas que vinham de fora, o medo, a insegurança e até a vergonha diante dos pais, caso não fosse aprovada no exame de admissão. Eu tive medo, mas passei. Eu me lembro do caso de uma colega de São Paulo e organizou tudo para vir, mas não passou. Ela chorou muito, ficou triste e só poderia prestar de novo dali uns seis a sete meses. Era uma angústia (GONÇALVES, 2019).

Foram utilizadas também, para elucidar a discussão desta seção, as seguintes fontes documentais: documentações pessoais das alunas, Fichas de Saúde, Provas parciais (1ª e 2ª), Provas finais, Provas de Admissão, Históricos Escolares, Atas Escolares, Relatórios de Saúde, Relatórios de Serviços Práticos, Relatórios de Eficiência, Resumo das Atividades Escolares (Estágio e Boletins de Eficiência) e a documentação oficial expedida pela EECS, no período que delinea o recorte cronológico deste trabalho.

Em face dessas considerações, para tecer a “teia de significados” que foram apropriados ao longo da pesquisa, como não foi possível, por meio das entrevistas realizadas e das fontes documentais, identificar os registros dos programas de todas as disciplinas escolares, tampouco localizar os manuais pedagógicos utilizados pelos professores da EECS em suas aulas e também cadernos de ex-alunas, não se desvendaram as tramas de todo esse processo pedagógico, que poderiam explicar como, de fato, esse processo se configurou entre as aulas, conteúdos e provas avaliativas, entretanto houve certa aproximação dessas representações.

Em contrapartida, as fontes analisadas, provas finais e parciais, que estavam disponíveis ofereciam um vasto campo de investigação. Portanto, esta pesquisa imergiu nesse campo com um olhar heurístico.

Tendo em vista a diversidade das provas e das possíveis representações, os enunciados das questões constituíram o foco central da análise nesse íterim. Dessa forma, entende-se que as fontes se completam e possibilitam entender a construção desses enunciados de questões.

Importa ressaltar que, para esse levantamento de informações, foram analisadas todas as provas que localizadas. Esses documentos se apresentaram registrados de maneira manuscrita (em algumas) pelas próprias alunas (a professora passava a prova no quadro), bem

como detectado, havia provas datilografadas pelas próprias professoras e também pela secretária escolar, como comprovado nas entrevistas realizadas.

As correções dessas provas eram, em grande maioria, feitas com lápis vermelho (provavelmente lápis de cor) e também com caneta esferográfica azul e vermelha. As notas eram registradas, em via de regra, no canto superior direito ou esquerdo e algumas assinadas pela professora (abaixo da nota). As provas aplicadas correspondiam às provas parciais, finais e orais, cuja média não poderia ficar abaixo de cinco. Logo então, somavam-se as três notas e as dividia por três, para calcular a média geral. Por meio das narrativas as alunas revelaram que as provas orais eram sorteadas por um “ponto” – “tema” que elas precisavam discorrer sobre aquele determinado assunto. Cada prova oral se dava ao final da matéria dada em sala de aula pela professora, referente a cada disciplina.

Nas entrevistas, foi perguntado a respeito da recuperação para as alunas que não alcançavam as médias, entretanto em todas as narrativas se confirmou que essa prática não existia. Se a aluna reprovasse, ela seguiria o curso e, posteriormente, teria que refazer a disciplina, deixando de se formar com sua turma e, caso houvesse mais de três reprovações, as alunas, como já mencionado anteriormente, deixavam a escola a convite da diretora.

As provas finais eram realizadas em todas as disciplinas, após o término da exposição de cada conteúdo, abordando todas as matérias trabalhadas em sala de aula, ou uma boa parte delas, sem certa regularidade nos meses de sua aplicação. Já, as provas orais aconteciam mensalmente, intercalando com as parciais.

Segue, abaixo, um Programa da disciplina de Enfermagem de Ginecologia e Urologia do ano de 1953, a fim de que se possa analisar os conteúdos delimitados para essa área de conhecimento e compará-los em sua aplicabilidade nas provas parciais e finais.

#### **PROGRAMA DE ENFERMAGEM DE GINECOLOGIA E UROLOGIA**

- 1- Hormônio e suas ações.
- 2- Preparação do doente para o exame ginecológico.
- 3- Ciclo menstrual, higiene e orientação.
- 4- Unidades de enfermagem em Endometrite anexite.
- 5- Conselhos na Amenorreia e Dismenorreia.
- 6- Função dos ovários e útero.
- 7- Enfermagem nas doenças tipos de Hemorragia, Metrorragia, Menorragia.
- 8- Função da placenta.
- 9- Conselhos e cuidados na metrorragia.
- 10-Urologia.
- 11-Cistite – tratamento, cuidados de enfermagem, dieta cetogênica, observação do paciente.
- 12-Pielite, cuidados de enfermagem.
- 13-Pielonefrite, cuidados de enfermagem.
- 14-Uretrite e nefrite, preparação do paciente para os diversos exames da urologia.

- 15-Material usado.
- 16-Conselhos dados aos pacientes, auxílio de enfermeira ao médico e ao paciente.
- 17-Higiene no ciclo menstrual.
- 18-Cuidados pré e pós operatórios nos casos cirúrgicos.
- 19-Tipos especiais de dietas.
- 20-Higiene dos pacientes (PROGRAMA DO CURSO DE ENFERMAGEM DA ESCOLA CRUZEIRO DO SUL, 1953).

Em uma das provas parciais, que foi aplicada dia 12 de novembro de 1953, referente à disciplina de Enfermagem e Obstetrícia foi observado que as questões eram datilografadas e anexadas junto à uma folha timbrada<sup>98</sup> com a logo da escola. As perguntas eram discursivas: “1ª - Descrever os sinais de gravidez; 2ª - Descrever a rotura do útero e do cólo; 3ª - Quais os cuidados de um recém nascido em estado de morte aparente” (PROVA PARCIAL DE ENFERMAGEM E OBSTETRÍCIA, 1953).

O que se pode ver é que as questões estão de acordo com o Programa com o qual foi confrontado na análise. Todavia, como não se sabe como ocorreu o processo didático-pedagógico, é importante considerar que, pelos relatos das alunas entrevistadas e da professora de Obstetrícia, as aulas aconteciam com leitura nos livros que tinha na biblioteca e também a professora passava no quadro os textos para que as alunas copiassem em seus cadernos. Também se faziam desenhos do corpo humano para entender, de forma separada, cada a função dos órgãos.

Outra prova analisada de Enfermagem e Obstetrícia foi a 1ª prova final aplicada no dia 12 de dezembro de 1953. As questões eram discursivas e foram escritas com caneta preta, o que leva a subtender que a professora escreveu as questões da prova no quadro e as alunas copiaram em uma folha. As três questões são: “1ª – Quais os deveres da enfermeira nas três fases do parto; 2ª – Quais as indicações para a aplicação do fórceps e quais as condições da parturiente; 3ª – Divisões e sintomas e tratamento da placenta baixa” (PROVA FINAL DE ENFERMAGEM E OBSTETRÍCIA, 1953).

Ao analisar os conteúdos exigidos nessa prova final, percebe-se que também contemplam o Programa de Enfermagem de Ginecologia e Urologia. As provas parciais eram aplicadas sempre ao término de cada conteúdo concluído, como a professora Hélia menciona em suas narrativas.

Foi examinado também o Programa da disciplina de Enfermagem de 1952:

---

<sup>98</sup> Na folha timbrada, consta o nome da aluna, data e o nome da disciplina. A aluna respondeu com caneta esferográfica preta, e a professora corrigiu com lápis de cor vermelho, registrando sua nota no canto esquerdo da folha.

**PROGRAMA DO CURSO DE ENFERMAGEM**

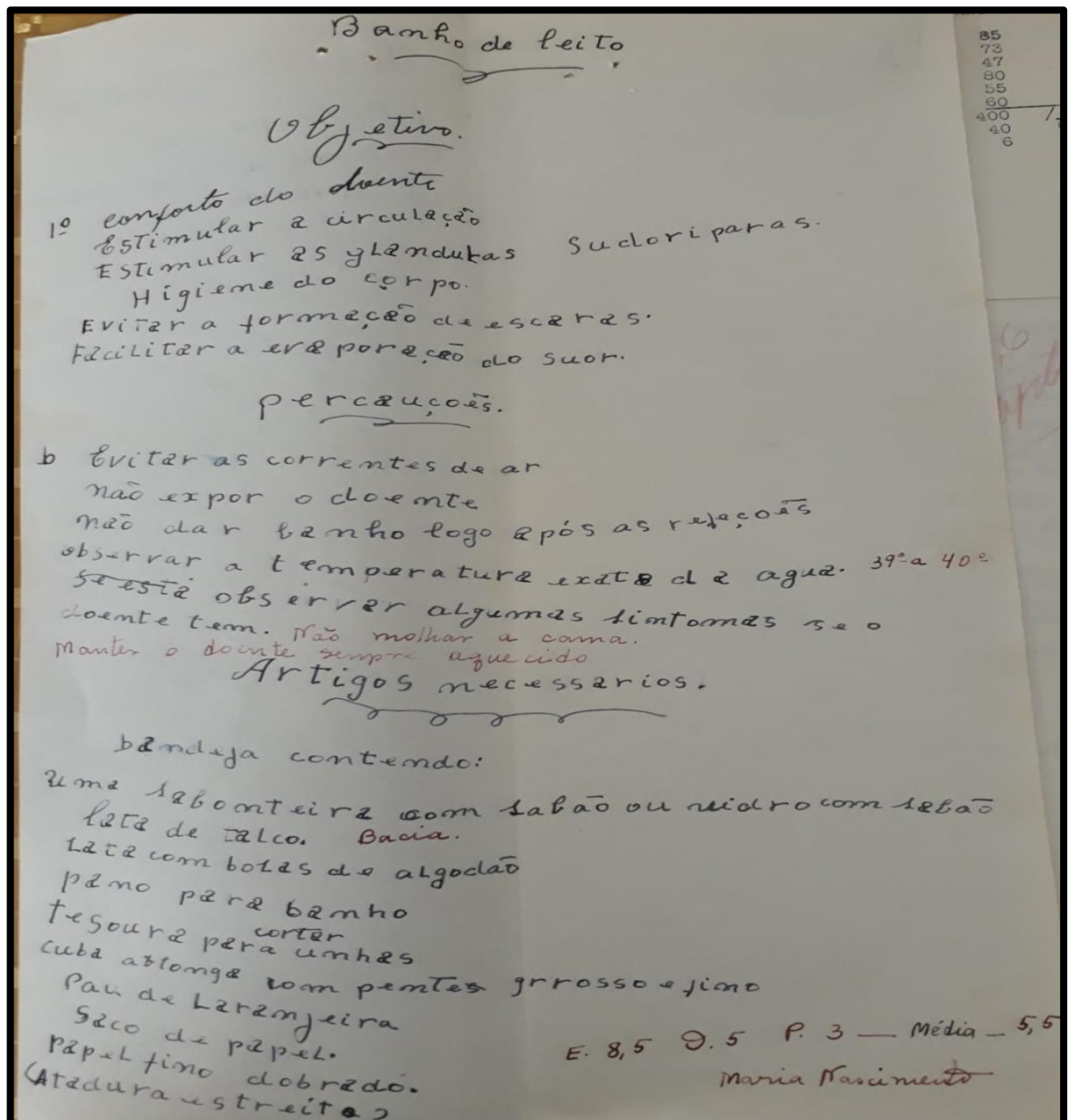
- 1- Técnica de Enfermagem;
- 2- Anatomia e Fisiologia;
- 3- Química geral aplicada;
- 4- Ética de enfermagem;
- 5- Higiene pessoal;
- 6- Drogas e soluções;
- 7- História de enfermagem;
- 8- Microbiologia;
- 9- Ataduras;
- 10- Plano de curso de ginástica;
- 11- Técnica adiantada;
- 12- Patologia interna;
- 13- Noções de patologia dentária;
- 14- Elementos de patologia;
- 15- Enfermagem de patologia externa;
- 16- Patologia externa;
- 17- Enfermagem de patologia externa;
- 18- Terapêutica e matéria médica;
- 19- Higiene mental;
- 20- Nutrição aplicada;
- 21- Massagem;
- 22- Obstetrícia e ginecologia;
- 23- Enfermagem de obstetrícia e ginecologia;
- 24- Doenças transmissíveis;
- 25- Doenças contagiosas (Enfermagem);
- 26- Técnica de sala de operações;
- 27- Higiene infantil e pediatria;
- 28- Aulas práticas do curso de técnica infantil;
- 29- Primeiros socorros;
- 30- Enfermagem de higiene infantil;
- 31- Primeiros socorros;
- 32- Enfermagem dos primeiros socorros;
- 33- Noções de veneriologia e dermatologia;
- 34- Tuberculose;
- 35- Oftalmologia;
- 36- Otorrinolaringologia;
- 37- Enfermagem de oftalmologia e otorrinolaringologia;
- 38- Higiene e saúde pública;
- 39- Enfermagem adiantada;
- 40- Psiquiatria;
- 41- Enfermagem e psiquiatria;
- 42- Dietética, Nutrição e cozinha;
- 43- Saneamento;
- 44- Serviço social;
- 45- Sociologia;
- 46- Farmacologia;
- 47- Ortopedia; (PROGRAMA DO CURSO DE ENFERMAGEM DA ESCOLA CRUZEIRO DO SUL, 1952).

O Programa da disciplina de Enfermagem era considerado o mais importante para o Curso de Enfermagem, havia um entrelaçamento com as demais disciplinas. De acordo com a professora Hélia, “para que o currículo fosse alinhado entre teoria e prática, a disciplina de Enfermagem era, sem dúvida, a mais importante do curso. Nela, tinha que envolver todas as outras” (OLIVEIRA, 2019).

Provas parciais e Finais da Disciplina de Técnica de Enfermagem eram aplicadas para que as alunas apresentassem as maneiras corretas de atendimento aos pacientes. Foram localizadas provas com as seguintes temáticas: Banho de leito, Higiene pessoal, Limpeza de Unidade (quartos), Lavagem intestinal, Massagem, Higiene no lar entre outros temas.

Foram analisadas várias provas dessa disciplina, e, todas apresentavam as mesmas características, dissertativas, descritivas e alinhadas ao Programa da disciplina, como a Figura 29 indica.

**Figura 29** - Prova parcial de Técnica de Enfermagem da aluna Ivanilde Santos, de 24 de agosto de 1952.



Fonte: Acervo da Secretaria de Educação do Estado de Goiás – Coordenação Rio Verde – BOX (1937-1955).



Nota-se que a professora Maria Nascimento registrou, no canto inferior direito, três notas, sendo a última a média final, no valor de 5,5. A professora fez duas correções escritas com a caneta vermelha para que a aluna observasse o que errou ou se esqueceu de anotar.

Além dessa prova, foram examinadas questões de um exame final de Enfermagem Ortopédica, aplicado no dia 24 de agosto de 1952, nas turmas C, D, E e F. As respostas foram escritas com caneta azul, e presumivelmente a professora tenha registrado no quadro para que as alunas copiassem em uma folha.

- 1 – Discorrer sobre a poliomielite;
- 2- Dar os cuidados de enfermagem a um paciente engessado e as razões porque se aplica gesso;
- 3- Discorrer sobre TB. Osteo. Articular (PROVA FINAL DE ENFERMAGEM, 1952).

Pode-se ver, na prova final acima, que contempla a última matéria discriminada no Programa da disciplina de Enfermagem. São questões discursivas em que a aluna deveria descrever as ações corretas de manejo com paciente e também explicar sobre uma determinada doença. Uma observação que chamou a atenção foi as turmas para as quais as provas foram destinadas, sendo um total de quatro. Isso remete à ideia de que essa mesma prova foi aplicada para as quatro turmas, mas como não foi possível comprovar essa prática, deixa-se essa incerteza como um vestígio a ser investigado, posteriormente.

Outra prova parcial perscrutada é a de Técnica de Consultório, do ano de 1953.

- 1- Discorrer sobre o trato do doente no consultório;
- 2- Às 17h chegou no consultório uma senhora que teve um aborto há oito dias, e continua perdendo bastante sangue. A chefe não está. Que a senhora faria neste caso?
- 3- Preparando uma senhora para consulta, qual o material necessário? (PROVA PARCIAL DE TÉCNICA DE CONSULTÓRIO, 1953).

Nessa prova, a relação teórico-prática é percebida nas questões avaliadas, haja vista que as alunas deveriam relatar sua prática dentro de um consultório, com referência à teoria assimilada em sala de aula. E as memórias seguem aflorando acerca dos conteúdos estudados para a prova: “Nos conteúdos das provas na maioria das vezes nós tínhamos que relatar, descrever, o que aprendíamos na sala. Relacionar a teoria com a prática, mesmo usando a memorização para decorar [...]” (GONÇALVES, 2019).

Na prova final de Drogas e Soluções, aplicada no ano de 1952, analisou-se como os relatos de uma ex-aluna se correlacionaram com o que aprendiam na sala de aula e nos estágios no hospital:

- 1- O que é necessário para o estudo de Drogas e soluções.
- 2- Quais os meios de exterminar bactérias.
- 3- Cloreto de sódio - propriedades, aplicação e solubilidade.
- 4- Iodo – propriedades, aplicação, sintomas de envenenamento e tratamento.
- 5- Oxigênio – preparação, propriedades, solubilidade, propriedade bactericida (PROVA FINAL DE DROGAS E SOLUÇÕES, 1952).

A aluna Dalva Dilce discorre sobre os conteúdos estudados para a prova e seus estágios no hospital:

[...] As provas e os conteúdos tinham tudo a ver, o que a professora trabalhava ela cobrava na prova e nos nossos estágios dentro do hospital. Nós tínhamos que fazer e aplicar a teoria na prática, a professora chefe ficava perguntando como nós aprendemos na sala (*risos*) e, se não soubéssemos, ali já estava acontecendo nossa avaliação, então sabíamos que teríamos notas baixas [...] (DUARTE, 2019).

Outro exame final que foi devidamente minuciado trata da disciplina de Microbiologia, referente também ao ano de 1952:

- 1- Em quantas partes se divide o sangue? Quais são elas? Descrevê-las.
- 2- Que são micróbios patogênicos? Exemplos.
- 3- Que são agentes específicos? Exemplos.
- 4- Que é contágio direto e indireto? Dar exemplos.
- 5- O que é imunidade? Descrevê-las
- 6- Dar a profilaxia contra tênia (PROVA FINAL DE MICROBIOLOGIA, 1952).

Uma questão determinante nessa avaliação é a importância dada à descrição minuciosa do que se aprendeu em sala de aula, de acordo com o programa/currículo de cada disciplina. A palavra “discorrer” aparece em várias provas analisadas, não apenas nessa disciplina, o que leva a acreditar que foi uma prática recorrente na elaboração das questões de exame, com intuito de fazer com que as alunas relatassem passo a passo os conteúdos aprendidos.

É importante mencionar que foram analisadas várias provas, utilizadas aqui como fontes. E, ao averiguar os indícios e a busca por repostas, as quais poderiam contribuir na representação de como a escola incorporou suas práticas avaliativas, decidiu-se pela não apresentação de todas, nesta pesquisa, porque se tornaria inexecutável.

Nota-se que, em sua maioria, as avaliações tinham em média de 8 a 10 questões, sendo que 60% das perguntas eram dissertativas e 40% objetivas. Em algumas provas, era solicitado às alunas que registrassem suas respostas com exemplos e, em média, havia 3 perguntas nesse formato. Provas com perguntas teóricas representavam a maioria nas avaliações em detrimento das perguntas práticas.

Assim, o intento aqui não é apenas de analisar o currículo da EECS, tampouco avaliar as provas no sentido de verificação do cumprimento das exigências, mas sim de apresentar como essa prática foi introduzida no interior da escola de enfermagem, retratando uma ínfima parte do que, de fato, se vivenciou nessa instituição que diplomava enfermeiras.

Nessa mesma perspectiva, o olhar investigador se voltou para outro tipo de avaliação em que as alunas eram submetidas, agora na disciplina de Estágio. Essas avaliações ocorriam no momento das aulas práticas, uma vez que, nessa disciplina, eram compostas de partes práticas e teóricas. O cálculo da média era calculado somando a nota dos dois exames e, em regra dividia-se por dois, não podendo ser menor do que cinco. As alunas também preenchiam Relatórios de Estágio, descrevendo um resumo mensal das atividades escolares.

A ficha consistia nos seguintes itens a serem preenchidos: Local; Seção (masculino ou feminino); Horário; Noite; Número de horas; Número de horas de aulas; Número de horas de excursões; Número total de aulas. Ao final do Relatório, era preciso descrever o Total Geral de horas. No verso desse mesmo Relatório, era preciso escrever um resumo de casos de que tratou durante o mês ou tipo de trabalho executado. Abaixo do resumo, havia uma linha onde a aluna deveria assinar o documento. Essa prática era mensal e, após o preenchimento, era entregue a professora. Essa documentação está toda preservada nos prontuários escolares.

Outro registro avaliativo analisado e que as alunas recebiam das professoras, trata do Boletim de Eficiência<sup>99</sup>, como se pode ver nas Figuras 30 e 31. Essa avaliação ocorria nas aulas práticas no decorrer do curso, de acordo com os estágios realizados, alguns cumpriam dois meses, outros três meses, por exemplo, abrangendo as seguintes disciplinas: Estágio, Clínica Médica, Clínica Cirúrgica, Socorros de Urgência, Pediatria, Obstetrícia, Saúde Pública, Chefia, Sala de Operações, Consultório, Ortopedia entre outras atividades práticas. As notas eram descritas em cada Boletim e/ou Relatório de Eficiência.

Nos relatos, as depoentes confirmam que as professoras as avaliavam e depois, em uma reunião individual, repassavam para cada uma como foi o seu desenvolvimento na prática do estágio, sinalizando os pontos que precisavam ser melhorados. Ao término, o Boletim de Eficiência e/ou Relatório de Eficiência deveria ser assinado pela aluna, pela professora assistente<sup>100</sup> e pela professora da disciplina.

---

<sup>99</sup> Nos prontuários das alunas, foram localizados três modelos de Boletim de Eficiência, representando pelas Figuras 36 e 37. O primeiro a ser utilizado como instrumento avaliativo se refere aos anos de 1951 até 1958. O segundo passou a ser empregado a partir de 1959 até o ano de 1964.

<sup>100</sup> A professora assistente se refere à professora chefe das aulas de Estágio, a qual acompanhava as alunas no estágio dentro do hospital.

Ao ler todos os Boletins e Relatórios de Eficiência, comprovou-se que algumas observações da supervisora ou professora assistente retratavam detalhadamente as considerações que eram feitas acerca da aluna avaliada como: pontualidade, uniforme, postura com pacientes e médicos, responsabilidade, interesse em aprender, capacidade de receber críticas, anotações nas fichas dos pacientes (prontuário), habilidade administrativa, dedicação nas áreas que a aluna realizou seu estágio, execução de técnicas aprendidas em sala de aula, cooperação com as colegas, preocupação com a vida social e religiosa dos pacientes entre outros critérios observados sempre pela professora.

O relatório descritivo não considerava apenas critérios não alcançados, mas aqueles em que a aluna se destacou. As críticas e sugestões eram detectadas a fim de aprimorar a prática da aluna enfermeira nos estágios.





Figura 31 – Boletim de Eficiência, 1959 – 1964

ESCOLA DE ENFERMAGEM "CRUZEIRO DO SUL"							
RIO VERDE — GOIÁS							
CURSO DE ENFERMAGEM							
<b>BOLETIM DE EFICIÊNCIA</b>							
Nome: SENHORINHA DE ALMEIDA LARA		Classe: 1964.		Nota: 9,0			
Estágio: OBSTETRÍCIA		Duração: 3 meses.					
AJUSTAMENTO A PROFISSÃO		Muito bom	Bom	Médio	Abaixo média	Não	OBSERVAÇÕES
Aparência pessoal: uniforme			+				
postura			+				
Relações humanas: contacto com colegas		+					
contacto com pacientes		+					
contacto com professores		+					
contacto c/equipe de trabalho		+					
Atitude em relação à crítica		+					
COMPORTAMENTO PROFISSIONAL							
1) Responsabilidade diante das atribuições determinadas, em relação:							
a) aos cuidados gerais de enf. c/o paciente			+				
b) tratamentos			+				
c) anotações de trabalho			+				poucas informativas.
d) prontidão em comunicar falhas		+					
e) pontualidade		+					
f) Assiduidade		+					
2) Interêsse em aprender		+					
3) Interêsse em ensinar		+					
4) Dedicção pelo trabalho		+					
5) Trabalho em equipe			+				
6) Iniciativa			+				
CONHECIMENTO TÉCNICO							
Planejamento do trabalho			+				
Capacidade de observação do que é mais importante em serviço			+				
Capacidade de administração			+				
Capacidade didática			+				
Execução das técnicas de enfermagem			+				
Apresentação de relatórios: a) oral			+				
b) escrito			+				
TRABALHO DE APROVEITAMENTO							
a) contribuição própria do aluno			+				
b) clareza, coerência, correção de linguagem		+					NOTA 8,5
c) exatidão científica do assunto		+					
d) pesquisa			+				

(cont. Figura 31)

Observação da Supervisora

Bom estágio. Fez uma média de 6 partos. Boa aluna, interessada.

Observação da Enfermeira-Chefe

Observação da Professora de Saúde Pública

Considerações sobre a conferência com o estudante a respeito deste boletim:

Serlândia de Almeida Silva  
Estudante

Maria Leuzinda S. Barros  
Assistente

Jaci Rocha Silva  
Yvoneide Baptista

Rytha Aquino  
Professora

Conferência:.....

Duração:.....

Data.....

Fonte: Acervo da Secretaria de Educação do Estado de Goiás – Coordenação Rio Verde – BOX (1960- 1964).



Por meio desses instrumentos avaliativos, observou-se que dos vinte e dois aspectos avaliados no Relatório de Eficiência<sup>101</sup>, a maioria versa a respeito da capacidade de executar com precisão todas as tarefas destinadas à realização do Estágio, independentemente da disciplina para a qual se dedica no momento de avaliação.

Nesse sentido, para além dos critérios avaliativos, a preocupação com a capacidade de a aluna desempenhar sua função com precisão é relatada nos depoimentos orais, bem como também é visto na avaliação descritiva em alguns Boletins de Eficiência.

Ao verificar a Figura 30, nota-se que as professoras avaliavam a personalidade das alunas-enfermeiras diante das situações cotidianas nos estágios. Essa prática se realizava mensalmente, seguindo os critérios avaliativos que deveriam ser assinalados nos campos correspondentes. A letra M – Má; S – Sofrível, R – Regular; B - Boa; Sp – Superior e a com a letra E – Excelente. Nesse Boletim, também se avaliavam por meio de vinte e dois critérios. Já no Boletim, representado pela Figura 31, os campos avaliativos eram menores, mas os instrumentos observados são equivalentes.

As alunas também precisavam registrar seu estado de saúde diariamente, anotando todas as doenças e mal estar que sentiam durante o mês no Relatório de Saúde. Nele, elas anotavam em dezessete campos avaliativos como se sentiam, em seu dia-a-dia, a saber: Apetite; Três refeições; Lanche; Oito copos de líquido; Defecar; Banho; Dentes; Janelas abertas; Horas de sono; Horas de Serviço; Horas livres; Horas de aulas; Serviço noturno; Estudo; Fadiga; Como passou as horas livres? Observações. No final desse Relatório de Saúde, a aluna assinava e entregava à secretária da EECS, para que fosse anexado junto ao seu prontuário de documentos.

A questão da saúde das alunas era uma preocupação tanto do diretor do hospital, quanto da diretora, haja vista que precisavam ser acompanhadas e monitoradas quando estavam doentes. Não era permitida a circulação de alunas doentes e apáticas na escola e no hospital.

Nas narrativas, foi possível verificar que, em alguns momentos, houve caso de alunas que passaram por cirurgias, foram atendidas no hospital e depois cuidadas pelas próprias colegas de quarto, sob supervisão dos médicos e da diretora da escola. Nesse período, recebiam dispensa das aulas e dos estágios. Aquelas que, por ventura, precisassem de repouso por motivos como: uma gripe muito forte, enxaqueca, cólicas menstruais, diarreia, alergias, eram atendidas também no hospital e dispensadas das aulas e dos estágios, para repouso de

---

<sup>101</sup> Ver Anexo A.

três a cinco dias. Para tanto, a preocupação com a saúde das alunas-enfermeiras era uma questão de zelo e cuidado, sobretudo na área da saúde, e na EECS, não foi diferente.

A contento, outra fonte analisada no prontuário das alunas foi o Histórico Escolar, o qual consistia no registro das disciplinas desmembradas por anos (1º, 2º e 3º anos) e suas respectivas médias. Abaixo do registro do 3º ano, estavam descritas as médias de cada ano e, logo após, o registro das médias teóricas, práticas e globais. Esse mesmo documento era assinado pela diretora, secretária escolar e pelo inspetor federal. No caso de transferência recebida e/ou expedida, esse documento era enviado como uma cópia para as alunas.

Quanto à avaliação das alunas de enfermagem, os Prospectos analisados não apresentavam esclarecimentos de como era realizada. Assim, por meio do Regimento Interno e Didático de 1952 que foi localizado, foi possível analisar como essa prática era vivenciada na instituição. Em seu Art. 26, percebe-se sua aplicabilidade, porque se estabelecia que “será julgado em cada matéria, computando as provas parciais, notas de aplicação, assiduidade e pelo aproveitamento dos trabalhos práticos e técnicos, bem como os exames finais, escritos e orais” (REGIMENTO INTERNO E DIDÁTICO, 1952, Art. 26).

Logo, no Art. 27 do supracitado Regimento, assim determinava:

De todas as disciplinas de cada série haverá provas escritas, parciais e exames finais constando de escrito e oral, ou prático-oral, nas disciplinas que o comportam.

§1º Além do exame final, nas disciplinas lecionadas no período de 30 dias, haverá uma prova parcial.

§2º Nas demais disciplinas de cada série haverá duas provas parciais, além do exame final.

§3º O exame final será prestado com o intervalo de oito dias a contar da última aula (REGIMENTO INTERNO E DIDÁTICO, 1952).

Para tanto, cabia à secretária da Escola reunir as notas das provas das alunas, como se verifica no Art. 32 do Regimento de 1952:

À Secretária da Escola compete reunir em ata, assinada pela diretora as notas das provas parciais e do exame final. A soma será dividida por dois, quando se tratar de uma prova parcial; por três quando da disciplina houver duas provas parciais, sendo o quociente o resultado final (REGIMENTO INTERNO E DIDÁTICO, 1952).

Quanto à admissão das alunas, era vedado ingresso com notas inferiores a 5 na prova parcial ou média inferior a cinco quando forem duas as provas parciais, sendo proibida o acréscimo de notas (REGIMENTO INTERNO E DIDÁTICO, 1952, Art. 33).

As avaliações no curso de Auxiliar de Enfermagem deveriam seguir as orientações do Decreto nº 27. 426/1949, que designava:

Art. 27º De tôdas as disciplinas haverá uma prova parcial e, no fim do curso, provas escritas e orais; quanto à de enfermagem, será prático-oral.

Art. 28º A nota final, em cada disciplina, será a média aritmética entre a nota da prova parcial e a da prova final.

Parágrafo único: A nota cinco é a mínima de aprovação em cada disciplina, exceto em enfermagem, na qual o aluno será, apenas, considerado habilitado ou inabilitado.

Art. 29º O ensino de enfermagem auxiliar somente poderá ser ministrado por enfermeiro; o lecionamento será feito por contrato, nas escolas fiscalizadas e, conforme a lei, nas oficiais.

Art. 30º O regime das aulas, das práticas, dos estágios, das transferências de matrículas e dos exames será idêntico ao do curso de enfermagem (BRASIL, 1949).

Por meio dos relatos das alunas, é possível analisar como ocorria o processo avaliativo na EECS:

[...] tinha as provas escritas, as teóricas, tinha a prova oral. A oral era pouca, mas tinha, não era tanto não e tinha a prova prática, era a mais difícil de todas. Você tinha que fazer do jeito que você aprendeu e a professora de estágio, que era sua supervisora te acompanhava lá no hospital, porque a prova prática era lá [...] (BRITO, 2019).

[...] Nossa **prova oral** era assim: a professora passava as atividades, a gente estudava para a prova, dava palestra né, falando para todo mundo ver. A professora, algumas vezes, dava um tema para a gente dissertar, essa era a prova oral. A gente ficava com medo e envergonhada, mas tinha de falar. Estava sendo avaliada por uma nota [...] As **provas teóricas** eram de escrever, responder as perguntas, quase não tinha de marcar “X” não. Algumas vezes, as provas eram datilografadas e outras vezes a professora entrega uma folha almaço. Aí, ela passava as perguntas no quadro, a gente copiava e respondia [...] A **prova prática** tinha a supervisora que acompanhava lá no hospital, era tudo programado para a prova prática, nós fazíamos nos plantões com as escalas. [...] A prova oral e a prova escrita somava as notas das duas e dividiam por dois para dar a nossa média. Era puxado! (NUNES, 2019) (*grifos da autora*).

As provas práticas eram realizadas durante os plantões das alunas, de acordo com a escala e horário das provas, sob supervisão da supervisora de estágio. Segundo Nunes,

[...] A escala para as provas práticas era escrita, feita pela supervisora, que era nossa professora de estágio. A escala era anexada no mural do hospital e também no mural da Escola de Enfermagem. [...] Você chegava lá no hospital e estava assim: Maria Barbosa, escala do quarto 1 até o 3. Aqueles três quartos seriam meus cuidados. Tipo água na moringa, cuidar do quarto, da limpeza do quarto, cuidar daquele paciente, da higiene daquele paciente, era assim. Então, já era escalada, o nome já estava lá do que você já ia fazer [...] As professoras eram diferentes, uma vez era a Dona Yvonil, ela acompanhava, e aí se ele tinha um curativo a gente fazia o curativo e ela observava nossa prática. Se ele era um paciente cirúrgico, ele tinha que fazer o curativo, né. A gente fazia [...] Se fizessemos alguma coisa errada, a supervisora já corrigia, mas nossa nota seria baixa [...] As outras professoras supervisoras eram a Dona Ruth, Dona Rita, Dona Yara, Dona Arlete, tudo trabalhava no hospital, acompanhava a gente [...] (NUNES, 2019).

Havia exames avaliativos parciais, finais e orais de todas as disciplinas, por meio dos quais se constituía a média final do curso, incluindo as notas do aproveitamento prático, realizado sob a supervisão das supervisoras, durante os estágios ao lado dos enfermos no hospital.

Ao se entrever pela cultura escolar da EECS, abordando os aspectos avaliativos, propôs-se aqui desvelar as análises das provas dos exames de admissão, provas parciais, finais e orais. Essas fontes, ao lado de outras importantes como os Boletins avaliativos, tornaram-se privilegiadas e ajudaram a reconstituir, mesmo de maneira fragmentada, a história da cultura escolar da Escola de Enfermagem Cruzeiro do Sul.

Nesse ínterim, procurou-se fazer apontamentos principalmente no que diz respeito às relações do currículo com a cultura escolar e com os processos avaliativos. Há muitos aspectos que podem ter sido negligenciados e/ou aprofundados, mas é importante considerar que as fontes analisadas abriram caminhos para novos questionamentos e análises, o que não invalida as questões já apresentadas, mas impulsiona para novas perspectivas e caminhos de estudo, agora com um novo olhar e uma lente de convergência ainda maior.

#### **4.2 Uniformes Escolares e Rituais de Formatura**

Ao empreender esforços para entender o uso dos uniformes escolares, pressupõe-se, então, procurar indícios da história e da memória de uma dada instituição ou de um grupo, buscando desvendar os sentidos simbólicos que esse objeto adquiriu no universo escolar e social, desnaturalizando e historicizando seus usos.

Nesse sentido, no que se refere à ordenação da vestimenta, as prescrições médicas abarcavam a forma mais adequada de usá-la e os cuidados que o aluno deveria ter com sua manutenção. Diante dessa proposta, é importante considerar que é por meio do corpo e das práticas sobre ele que se moldam os comportamentos; a regulação da vida social é, em primeiro lugar, a regulação dos corpos. Coadunado aos ditames sociais, a forma de se vestir das alunas deveria se basear nos fundamentos da medicina e da higiene, que tinham “a função de vestir e proteger o corpo de modo adequado” (GONDRA, 2004, p. 187).

Gondra (2004) destaca ainda que a preocupação com a descrição minuciosa dos tipos de tecidos (lã, seda, linho e algodão) cumpria uma dupla função no interior do discurso médico: ordenar a vestimenta das alunas e regular o modo de se vestir das mulheres.

Os uniformes utilizados diariamente pelas alunas da enfermagem, antes de da formatura, traduziam os padrões de comportamento condizentes com a futura enfermeira,

absorvendo os valores atribuídos pela Igreja Presbiteriana e pela sociedade. Vale ressaltar que, para os presbiterianos, a enfermeira carecia de um dom, uma vocação, ou um chamado missionário, por isso, exigiam o uso desse tipo de uniforme para torná-las diferentes das demais pessoas. A cor branca dos uniformes era usada apenas na formatura, como uniforme de gala, mas depois que se diplomavam a referida cor, tornava-se símbolo que servia para identificação da enfermeira.

Vale ressaltar que, nos relatos das alunas do Curso de Enfermagem, foi possível verificar o modelo da indumentária utilizada por elas, enquanto alunas na EECS.

[...] O uso do uniforme cotidiano pra as alunas era um vestido, um vestido inteiro azul celeste, abotoado na parte da frente, com gola, manga e um avental branco com alça, né, e fechado até atrás para proteger essa parte azul e ter o branco como o símbolo da saúde, né. E uma touca branca que nós usávamos no cabelo, e sapato branco e meia branca. Então esse era o nosso uniforme cotidiano. E, com isso, a gente tirava os aventais pra ir pra as aulas, porque as aulas eram teóricas, então saía do hospital, tirava o avental branco, que tinha trabalhado ali no hospital e já ia só com aquele, com aquele vestidinho, vamos dizer assim, azul, pra as aulas, que era o uniforme (GONÇALVES, 2019).

Desde a primeira turma, o uniforme era utilizado pelas alunas e possuía grande valor simbólico e representativo. O uniforme passava a ser complementado ainda pelo avental branco o qual, durante o estágio, seria usado por cima do vestido do uniforme, e pela touca branca (COELHO, 1997. p.147). O uniforme de gala era utilizado em cerimônias como na formatura e na cerimônia da vela, bem como nos desfiles cívicos que aconteciam na cidade.

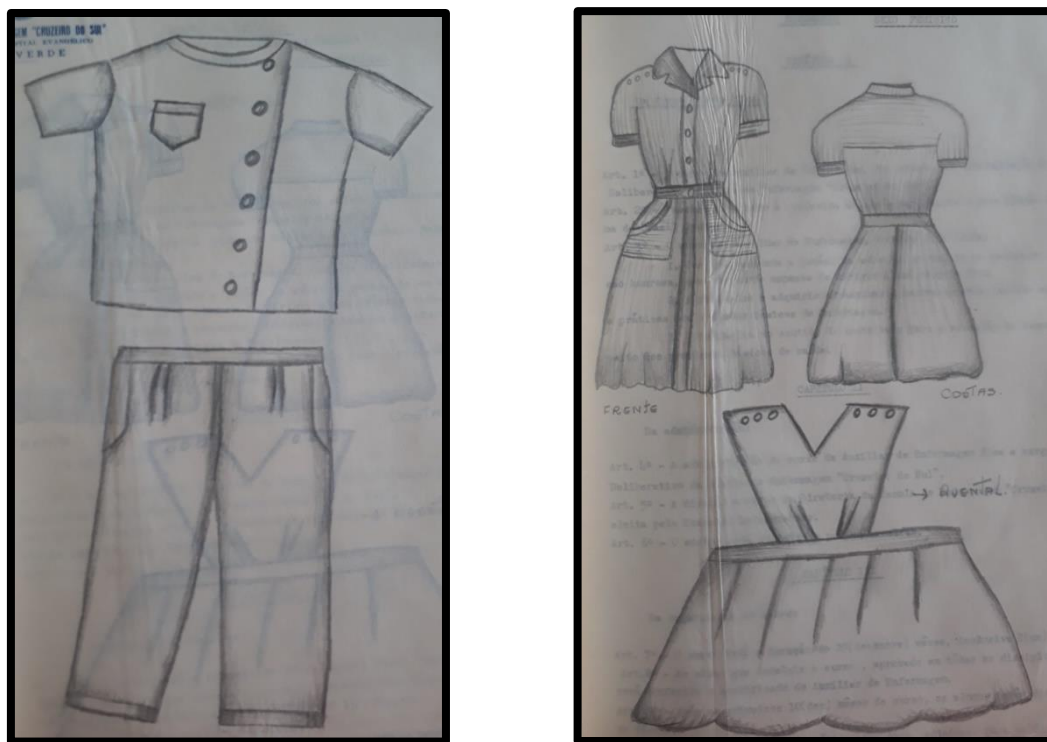
Nas turmas de Auxiliar de Enfermagem, os uniformes apresentavam outra cor, mantendo o mesmo modelo, como se percebe nos relatos das ex-alunas.

[...] o uniforme era branco listradinho de verde. Um avental por cima, branco e esse avental era engomado, para que a gente não levasse uma doença de um quarto para outro, porque ele engomado não deixava você carregar bactéria para outro (NUNES, 2019).

[...] o uniforme era um vestido de listrinha, uma tricolore de listrinha verde e branco, muito fininha, com um avental branco em cima do vestidinho verde de listrinha branca [...] e uma touca, só que a touca não era igual a de formanda. Das formadas, era tudo branco, o vestido e touca [...] O cabelo, todo mundo, minha filha, sendo ele bons e ruins, era tudo amarrado na redinha. Não podia ficar com cabelo solto. Não podia usar nada de unha pintada. Não podia usar anel, por causa da contaminação né, apenas o relógio para olhar a pulsação das pessoas. Cabelo enroladinho e manter-se a melhor postura possível nos atendimentos (BRITO, 2019).

A Figura 32 ilustra o modelo do vestuário descrito pelas ex-alunas em seus relatos, bem como o modelo masculino.

**FIGURA 32** - Modelo de uniformes (masculino e feminino) do Curso de Auxiliar de Enfermagem, 1965



**Fonte:** Acervo da Secretaria de Educação do Estado de Goiás – Coordenação de Rio Verde.

A EECS possuía uma organização pautada em padrão e disciplina, como se pode verificar, por meio dos relatos orais, na exigência do uso dos uniformes. Durante todas as atividades, realizadas dentro da instituição no hospital, era extremamente reivindicado, precisava estar impecável limpo, esterilizado e o avental engomado.

Com o passar do tempo, em sua formatura, a aluna receberia outro uniforme, agora de enfermeira e/ou de auxiliar. Para elas, representava a construção de uma nova história, agora de diplomada.

A foto, representada pela Figura 33, da turma de Auxiliares de Enfermagem de 1968, com um total de 18 alunas, mostra um momento em que as alunas eram fotografadas para registrar a turma que se diplomaria naquele ano, ao término do curso. Na imagem, é possível ver que os uniformes usados correspondiam com a descrição dos relatos e também com a Figura 32.

**FIGURA 33** – Uniforme escolar da turma de Auxiliar de Enfermagem, 1968



**Fonte:** Acervo pessoal de Cosmira Ferreira de Brito.

Um momento de destaque dos rituais do curso eram as formaturas celebradas com júbilo. E, apesar de a maioria das alunas não terem muitas condições, a festa era marcante para toda a cidade, com a presença de autoridades e familiares. Dona Cosmira Ferreira de Brito rememora esse momento:

[...] Na minha formatura, eu fui escolhida para ser a oradora da turma. Eu fui escolhida, porque ninguém queria. [...] Aí eu falei: “Eu não vou não! Eu não quero não, de jeito nenhum!” [...] Aí a diretora disse: “Vamos fazer a votação, vamos fazer a votação, vamos sortear para ver quem é que vai. A que sair sorteada é aquela.” Imagine quem foi? (*risos*) [...] As onze todas votaram para mim. Eita, mas eu chorei muito! Eu chorei que eu falei: Como é que eu vou! [...] Eu falei: “Eu tô perdida, meu Deus!” Aí eu chorei, chorei, chorei e a dona Rita: “Não fique assim não, menina!

Vamos embora lá para minha casa!” E eu chorei. E ela orou. Tadinha, a oração faz tudo! Ela orou e pediu a Deus para me acalmar (*risos*) [...] Depois, eu fui para casa dela, fiquei lá uma tarde inteira! Aí fiz, veio, ela mostrou como eu ia ficar, para não ficar com trejeitos, torta né? (*risos*) Aí, ia para casa, ensaiava, ensaiava, ensaiava, mas no dia deu tudo certo (*risos*). Na formatura, estava muitas autoridades, o professor Clóvis, do Ginásio Martins Borges, [...] o prefeito Eurico Veloso do Carmo, o “Nenzinho”, as freiras, do colégio de freiras [...]. Tava tudo lá, sem falar nos americanos [...]. A nossa família e todas as colegas. Foi uma noite muito bonita para a cidade toda (BRITO, 2019).

**FIGURA 34** – Formatura da turma de Auxiliar de Enfermagem, 1969



**Fonte:** Acervo pessoal de Cosmira Ferreira de Brito.

É possível observar, nessa imagem representada pela Figura 34, a presença de duas Irmãs na mesa dos representantes, provavelmente católicas, haja vista que, na cidade, havia uma Escola Católica. Era comum a EECS convidar representantes eclesiásticos de todas as religiões, bem como autoridades políticas para as formaturas das enfermeiras. Isso pôde ser comprovado nas fontes pesquisadas, por meio de várias anotações de Cerimoniais de Formaturas, anotadas a caneta e a lápis, assinados pelo Dr. Gordon.

Algumas limitações deste estudo devem ser anunciadas aqui, uma vez que, nas fontes pesquisadas, nem todas as datas de início e término das cerimônias de formaturas



apresentadas puderam ser identificadas. É importante salientar também que lacunas fazem parte da história, porque nunca se chega aos fatos da forma como ocorreram no passado, o que faz das incompletudes desta tese chamamentos para novas pesquisas sobre o tema.

Pretende-se aqui apresentar umas das principais cerimônias instituídas na EECS, nas quais os uniformes eram importantes elementos da ritualística e de demonstração da identidade das estudantes da Escola, a formatura das enfermeiras. Esse vestuário, em especial, mostrava uma linguagem própria, como afirma a autora Salgueiro (2000, p. 67), ao dizer que “os estudos sobre uniformes fornecem elementos da construção de identidades profissionais por meio de abordagens que transmitem o sentido de pertença a um grupo ou a uma instituição”. No caso da mulher enfermeira, o uso de roupas e acessórios específicos como o avental e a touca marca sua imagem mundialmente e estabelece uma distinção social e hierárquica (PERES; PADILHA, 2014).

As cerimônias e os rituais que envolviam as estudantes da EECS foram instituídos desde a primeira turma e repetidos anualmente, durante atos solenes, que transmitiam uma imagem de homogeneidade para o grupo de aprendizes. Nessas ocasiões, as enfermeiras/professoras se apresentavam como profissionais respeitáveis e solidamente preparadas, conseqüentemente conferindo visibilidade e *status* à profissão (PORTO, SANTOS, 2009).

Conforme Aperibense (2016), as cerimônias são entendidas como atos de celebração formal, solene, nos quais são conferidas importância e autenticidade a determinado evento. A análise desses rituais e a reflexão acerca do contexto histórico-social de sua existência “tornam-se de extrema importância para o registro do desenvolvimento da profissão, bem como para reforço de sua identidade e de sua imagem profissional” (APERIBENSE, 2016, p. 102).

Dessarte, na EECS, os rituais de formatura contribuía para consagrar a passagem do uniforme de aluna para o uso de uniforme de gala, o da enfermeira. Assim, ao se empreender esforços para entender o uso dos uniformes escolares pelas alunas do curso de Auxiliar de Enfermagem, pressupõe-se uma procura de indícios da história e da memória dessa instituição.

Conforme afirma Barthes (2005, p. 173), “o uniforme não é apenas um símbolo, mas um participante ativo na formação das mentalidades pessoais ou sociais”. O uniforme, usado pelas alunas auxiliares ainda não diplomadas, servia para diferenciá-las das enfermeiras já formadas, definindo sua posição hierárquica dentro da escola e do hospital.

Na Escola Cruzeiro do Sul, a posição hierárquica de alunas e de professoras era imediatamente visualizada no seu uniforme. Existiam uniformes de alunas e de enfermeiras, tanto para o uso hospitalar como para as aulas. Os uniformes regulamentares da escola de enfermagem, determinados pela direção da escola, sempre foram de uso privativo de suas alunas e enfermeiras.

As alterações dos uniformes das alunas, de acordo com as etapas de aprendizagem e das responsabilidades por elas assumidas, indicavam sua trajetória no curso até que chegassem, enfim, à diplomação, quando adquiriam o direito de usar o uniforme de enfermeira.

Antes mesmo de “experenciar” a profissão, as alunas já começavam a incorporar os elementos simbólicos que circulavam na EECS sobre o “ser enfermeira”. A cerimônia da recepção para a troca das toucas representava bem esse momento. Sobre essas experiências, seguem relatos:

[...] O estágio começava ainda ano primeiro ano. Os três primeiros meses, nós tínhamos aulas teóricas, para sermos observadas na prática posteriormente. Íamos ao hospital com as professoras das disciplinas estudadas, para sermos analisadas e avaliadas, se tínhamos vocação para a profissão. No término desse período, éramos selecionadas para dar continuidade do curso. Quem não tivesse aptidão para a profissão, era dispensada. As aprovadas recebiam a touca de aluna auxiliar e já começava a estagiar. Assim, recebíamos a touca na cerimônia, dentro da igreja com o culto. Era muito lindo. Nós nos sentíamos importantes! (BRITO, 2019).

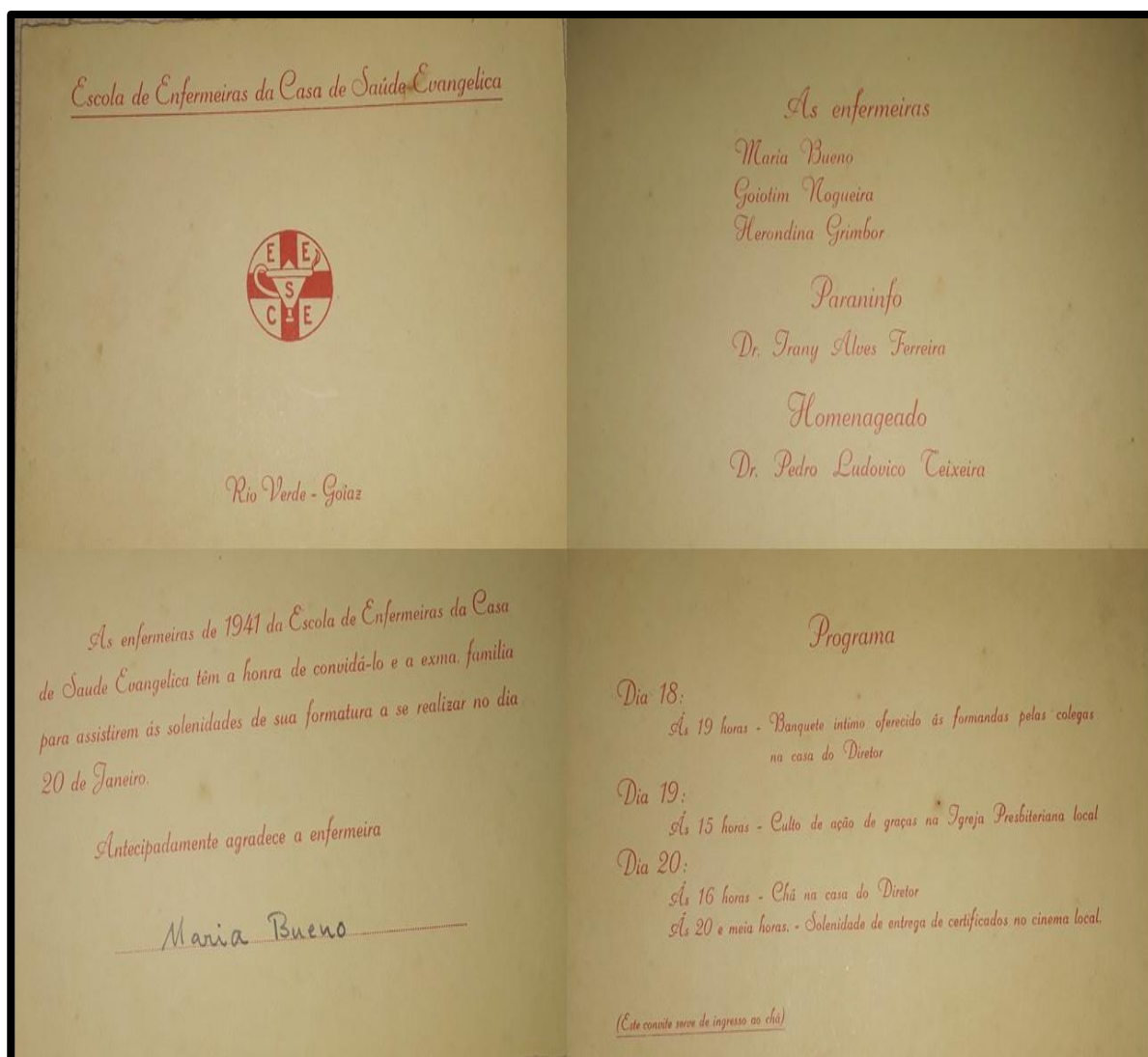
[...] a gente tinha a recepção da touca, quando entrava na escola e até uns seis meses, você não tinha touca. Aí, tinha a festa, a gente recebia a touca, tinha o culto, que era feito na igreja. Aí quem era apta a ser enfermeira, cuidar de doente, aí recebia a touca. Aí, a gente ficava com essa touca até terminar o curso, depois mudava o tipo da touca, quando nós já estávamos quase formando (NUNES, 2019).

[...] Ficávamos seis meses sem touca, então era seis meses de experiência. Nesses seis meses, a gente era avaliada. Se passou na avaliação, recebia a touca, senão ia embora. Era essa regra. Tinha que fazer tudo direitinho! (DUARTE, 2019)

As formaturas começaram a ocorrer frequentemente, a partir de 1941, com a primeira turma de enfermeiras as quais eram colocadas no mercado de trabalho como “enfermeiras padrão” para contribuírem com seu trabalho nas instituições de saúde da cidade e região. Os ritos de formatura foram uma das maneiras encontradas de publicar a imagem da enfermeira na época. Os rituais de colação de grau da EECS sempre corresponderam a um momento e a um espaço privilegiados, assim congregavam pessoas de diferentes lugares da sociedade, tornando o grupo consagrado diante dos convidados. Desse modo, o ritual de colação de grau reafirmava o compromisso da aluna com a profissão.

A formatura da primeira turma de enfermeiras da Escola de Enfermagem Cruzeiro do Sul<sup>102</sup>, ocorreu em 20 de janeiro de 1941, com um total de três formandas, no cinema local, em Rio Verde, às 20h 30min. O paraninfo da turma foi o Dr. Irany Alves Ferreira, o homenageado foi o Dr. Pedro Ludovico Teixeira.

**FIGURA 35** - Primeiro convite de formatura, 1941



**Fonte:** Acervo pessoal de Sylvia Woodall Gordon.

As solenidades de formatura da Escola de Enfermagem se constituíram no momento máximo da vida das enfermeiras. Simbolizavam a passagem da vida estudantil para a vida profissional e, para aquelas que não iriam trabalhar, o evento marcava o encerramento dos

<sup>102</sup> Nesse ano, a Escola ainda era denominada de Escola de Enfermeiras da Casa de Saúde Evangélica.

estudos com o reconhecimento da capacidade intelectual da pessoa e que havia conseguido vencer os obstáculos colocados pela escola.

Para quem havia estudado na EECS, a coroação com a formatura encerrava um ciclo de aprendizagem, o final dos estudos. As solenidades contavam com a presença de autoridades políticas da cidade e representavam uma grande conquista. Geralmente, a cerimônia da colação de grau acontecia no salão de festas de um professor da cidade, mas também foi realizada no cinema da cidade e, por fim, na igreja presbiteriana. O culto ecumênico era sempre no templo da igreja. Há relatos de que havia um jantar oferecido pelo padrinho da turma em uma churrascaria próximo a escola.

O rito da vela era aguardado por todas formandas. Era um momento de ascensão na sua vida profissional, pois ela estaria apta a ser uma enfermeira chefe, conforme se pode verificar em relatos:

[...] Tínhamos madrinhas da touca da enfermagem, só nos cultos é que a gente tinha o padrinho, podia ser de qualquer das pessoas da cidade, mas na parte da entrega da touca, era tudo da enfermagem [...]. A gente entrava, entrava normalmente, aí na hora que era para a saída da vela que todo mundo se enfileirava, formava fila, que colocava a vela, aí apagava as luzes todas, ficava tudo escuro. E a gente ascendia a vela e aí a gente saía, todo mundo uniformizado, já com a roupa de gala, aquela roupa de formatura, né. Aí, a gente saía, eu não tenho muita lembrança se tinha mais outra coisa, não tinha. Depois teve a recepção na churrascaria, tinha o padrinho levava, ia tudo bem vestido também, tinha que ter roupa bonita, né! E tinha o culto, o culto geral, na igreja [...] (BRITO, 2019).

A exigência do uniforme de gala, a escolha da madrinha, que deveria uma enfermeira já formada, a formação de filas antes de entrar no salão, a escolha da oradora da turma, o juramento da enfermeira, a entrega da touca branca, a cerimônia da vela, tudo isso são elementos que compuseram parte da cultura escolar das formaturas da Escola de Enfermagem.

Na Figura 36 identifica a professora e enfermeira formada Hildete Hildete Duarte Cavalcante, no ano de 1965 na formatura de uma turma de Auxiliar de Enfermagem. Ela foi escolhida como madrinha da aluna Iolanda Guimarães. A foto representa o momento em que a madrinha veste o uniforme de gala na auxiliar de enfermeira uma capa branca e uma nova touca.

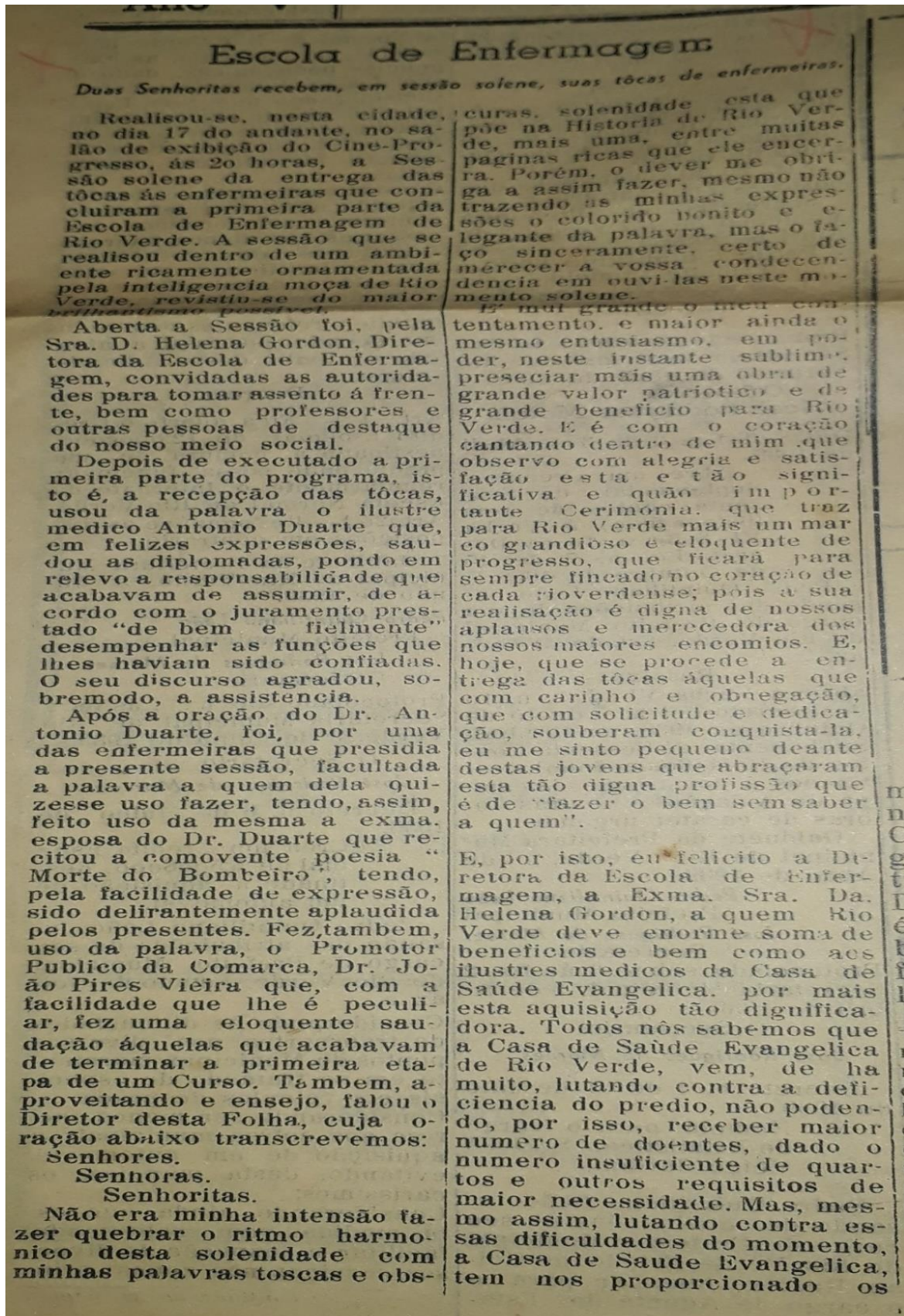
**FIGURA 36** - Enfermeira/madrinha - Hildete Duarte Cavalcante e a aluna/afilhada - Iolanda Guimarães – Formatura, 1965



**Fonte:** Acervo pessoal de Esther Pomar (filha de Dona Hildete).

Nas formaturas, a escola não somente se mostra à sociedade, no máximo de seu brilhantismo, mas, principalmente, realiza-se, na entrega simbólica das novas profissionais. Registra-se que, também individualmente eram noticiadas a formatura das alunas nos jornais da cidade.

FIGURA 37 – Formatura da Escola de Enfermeiras da Casa de Saúde Evangélica, noticiado no Jornal O Sudoeste, ano V, de 20 de agosto de 1939



As notícias veiculadas por esse meio dos jornais referiam às formaturas das turmas de da Escola de Enfermagem, articulando texto escrito e fotográfico, em alguns dos registros jornalísticos destinados à população em geral.

Diante do exposto, parte-se da premissa de que o rito institucional de formatura de enfermeiras, ao ser veiculado nos jornais, contribuiu como estratégia de publicação da boa imagem da enfermeira para a sociedade rio-verdense.

**FIGURA 38** – Solenidade de formatura – Juramento das enfermeiras, 1964



Fonte: Acervo pessoal de Sylvia Woodall Gordon.

Nessa imagem, é possível perceber que as alunas estavam segurando as velas acesas<sup>103</sup>, que receberam de suas madrinhas e que, a partir desse momento, estavam aptas a exercerem a função de enfermeiras. Para esses eventos, as alunas realizavam ensaios e se preparavam para que tudo transcorresse conforme o planejado.

<sup>103</sup> Essa cerimônia da Passagem da Vela é inspirada na história da enfermeira Florence Nightingale, que durante a Guerra da Crimeia (1853-1856), quando muitos soldados morriam por falta de higiene e cuidados básicos, Florence conseguiu reduzir expressivamente o índice de mortalidade entre eles. Todas as noites, ela percorria os leitos dos feridos com uma “lâmpada” para prestar os cuidados de enfermagem aos homens.

Para, além da importância dos momentos rituais da formatura, dos olhares que se convergiam sobre a Escola de Enfermagem Cruzeiro do Sul diante a sociedade rio-verdense, os rituais marcavam, pelo rito de passagem, o status do ser aluna de enfermagem para a profissional enfermeira que se diplomava.

Dentro dessa perspectiva, após realizar uma análise das fotos utilizadas no estudo, articuladas a outros documentos escritos e também pelas fontes orais, foi possível identificar como emblemas incorporados pela referida escola no ritual de formatura: os uniformes (o de aluna e o de gala para a formatura), a touca, a vela e o juramento. Esses rituais apontaram modelos a serem seguidos, inculcando atributos como hierarquia e disciplina, favorecendo a construção da identidade da enfermeira, não só pela escola, mas pela cidade de Rio Verde.

### **4.3 Reuniões do Corpo Docente**

Ao analisar o Livro Ata de Reuniões do corpo docente da Escola de Enfermagem Cruzeiro do Sul, não se teve apenas a pretensão de elucidar os problemas debatidos, mas propor reflexões sobre os relatos que seriam evidenciados, com o intuito de inferir algumas considerações acerca de acontecimentos vivenciados no interior da Escola de Enfermagem.

É mister destacar que, nessa janela de investigação, as atas também serviram como uma rica fonte documental, sobremaneira para a escrita da história de uma instituição escolar. Dentro dessa perspectiva, a ata, é entendida como um lugar de memória (NORA, 1993). E, do ponto de vista científico, metodológico ou historiográfico, o entendimento sobre a ata pode ser mais ou menos rigorosa, mas, ainda assim, trata-se de um lugar de memória.

Dessa maneira, um documento não é, portanto, neutro. Ele foi construído para atender a uma determinada finalidade, dentro de uma dada prática, em uma ação ou momento histórico e pertenceu a um determinado grupo que, em algumas vezes, forjou-o e/ou o legitimou.

Foi localizado apenas um Livro Atas, o qual se encontra junto às fontes que estão sob a tutela da Secretaria de Educação do Estado de Goiás – Coordenação de Rio Verde. Nele, observam-se alguns registros de atas das reuniões do corpo docente da Escola de Enfermagem Cruzeiro do Sul. No livro, há registro de cinquenta reuniões, inicialmente mensais. No ano de 1952, consta uma reunião mensal nos meses de maio, junho, julho, agosto, setembro, outubro e novembro. Já em 1953, as reuniões aconteceram em janeiro, duas no mês de fevereiro, duas em maio, duas em julho. Em setembro houve apenas uma, duas em outubro e uma em dezembro.



No ano seguinte, de 1954, foram realizadas reuniões nos meses de janeiro, fevereiro, março, abril, maio, junho, julho e agosto. A partir de 1955, os registros não foram mensais, posto que consta apenas uma reunião no mês de julho. Nos anos de 1956 e 1957, não houve registros de reuniões no Livro Atas da escola.

Em 1958, houve apenas um registro no mês de setembro. No ano de 1959, registrou-se uma reunião em julho e duas no mês de agosto, além de outras duas no mês de setembro, finalizando com uma em dezembro.

O ano de 1960 teve um registro em janeiro, duas reuniões em fevereiro. Em abril e agosto, houve respectivamente uma reunião. Nos anos de 1961 e 1962 não foram localizados registros de reunião. Logo, em 1963, os registros datam de abril. Em 1964, também não teve reuniões relacionadas no Livro Ata. Em 1965, apenas uma, com o registro no mês de maio.

Por meio dessa análise, foi possível questionar: as reuniões do corpo docente não eram uma constante nas atividades da escola? Houve registro nos anos anteriores dessa prática docente? Não se pode afirmar se antes dessas datas e/ou depois, essa atividade fazia parte do cotidiano escolar, pois não foram localizados outros Livros Ata de reuniões e, pelos relatos da ex-secretária Dayse Cunha<sup>104</sup>, não há como precisar essa afirmação. De fato, essas reuniões fizeram parte de um determinado momento histórico dessa instituição e ali eram decididas várias pautas, como observado na pauta de discussão do dia 01/07/1952. Nessa reunião, foram discutidos vários temas. Destacam-se alguns trechos:

As dezoito horas do dia primeiro de julho de um mil novecentos e cinquenta e dois, no salão do Centro Acadêmico, reuniu-se o corpo docente da Escola para reunião mensal da diretoria, sob a direção da diretora senhorita Myrthes Silva. [...]. O pessoal subalterno tenha seus uniformes, como todas as alunas e professoras e os médicos. Que todas as alunas tenham férias no Curso Sênior e todas têm direito a um dia de folga mensal e uma tarde livre semanal. Que o uniforme seja modificado e apresentou modelo que foi aprovado por unanimidade. Que durante a sua gestão seja dispensado o uso de meias para sair, sem uniforme a não ser em reuniões que o exijam. *Que se funde e organize na Escola um Centro Acadêmico ou Associação de alunas e que interceda pelas mesmas quando necessário* [...]. Solicitou ainda que está compondo novo regimento Interno e Didático e proposto para a Escola [...]. (ATA, Nº 3, LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DO CORPO DOCENTE DA EECS, 1952). (grifo nosso).

De acordo com a Ata registrada, a partir desse dia, o Centro Acadêmico foi organizado e a Associação das alunas também, de modo que, por meio dos registros das outras Atas, observa-se a ação do Centro Acadêmico nas reuniões e em tomadas de decisões importantes. Nas reuniões do corpo docente, tomavam-se decisões na Escola, refletiam também nas ações

<sup>104</sup> A secretária Dayse Cunha foi entrevistada, no dia 14 de agosto de 2019, e relatou que entrou na instituição no ano de 1954 e saiu em 1959.

das atividades extra hospitalares. Registravam também apresentação de médicos que fariam parte do corpo docente, ao grupo.

Uma prática registrada no Livro Ata é a anotação das médias das alunas, que eram apresentadas por meio da leitura dos relatórios de notas pelos professores. As atividades da diretora e de professores que eram realizadas em congressos nacionais de enfermagem também eram apresentadas ao grupo de professores. Casos de alunas que não conseguiam acompanhar o Curso de Enfermagem eram discutidos e sempre era solicitada à aluna a dispensa do curso, haja vista que as alunas não tinham o curso ginásial e a demanda de conteúdos era exorbitante. Assim, primeiramente, a família, o missionário e/ou pastor responsável pela aluna era informado pela diretora.

As decisões dos ritos de formatura e desfiles cívicos eram debatidas nessas reuniões mensais. Os horários de plantão das professoras supervisoras eram determinados mensalmente, o que se pode perceber na organização da Escola em andamento com o hospital. Casos de namoro entre alunas e de jovens rapazes da cidade sempre estavam em discussão nas pautas. Casos de desobediência, por parte das alunas, eram tratados com punição como advertência e até suspensão das aulas teóricas e das atividades extra-hospitalares.

No registro da Ata nº 13 do Livro de Reunião do Corpo Docente da EECS, datado em 1º de julho de 1953, realizada na sala do Centro Acadêmico Helena Gordon, a diretora Myrthes Silva solicitou junto aos professores, “[...] a cooperação dos chefes para ajudarem as estudantes a cumprirem o que manda o Manual da Aluna<sup>105</sup>. Avisou ainda às professoras que qualquer aluna que fosse pega em flagrante, passando bilhete à colega, deveria ser suspensa de aula durante quinze dias [...]”. Em outro trecho da referida ata, a diretora ainda argumentou que:

[...] como não contratou nenhuma partida de jogo, não é para deixar alunas almoçarem fora da escola, exceto em casa de parente. Comentou depois o caso da estudante Elizena Rodrigues que não costuma levantar-se para no horário determinado e sua chefe relatou a diretora que ela não tem feito o relatório direito [...] Outro ponto a discutir é o caso da aluna Geralda da Silva que é muito namoradaira [...] (ATA Nº 13, LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DO CORPO DOCENTE DA EECS, 1952).

Assuntos relacionados ao comportamento das alunas é debatida em vinte cinco (25) dos registros das Atas de Reunião do Corpo Docente (1952-1965). Para tanto, a fim de realizar a interpretação dos registros do Livro Ata, em análise, arrola-se uma temática

<sup>105</sup> Não foi possível localizar essa fonte histórica nos acervos pesquisados.

recorrente nas atas dispostas à análise, tais como: namoro e indisciplina das alunas. A partir dessas duas categorias, elabora-se um esquema de leitura desses documentos, como registros, denotando a possibilidade de se contar a história da EECS por meio da leitura dessas atas.

Em relação à incidência de reuniões realizadas, é possível acompanhar ainda que a problemática do namoro foi abordada em outra reunião de professores, conforme ata que segue:

[...] As finalidades da reunião foram de estudar o problema do namôro das alunas na Escola de Enfermagem e resolver a situação de duas alunas. Resolveu-se fazer a experiência de conceder um dia na semana para que a aluna possa trazer o namorado na Escola, e ter de preferência, uma reunião em grupo na sala de visitas da Escola. Que a aluna encontrada com namorado fora da Escola seja punida. Que os pais sejam avisados de que as filhas tem permissão para namorar na Escola. Ficou resolvido que se exporia a situação às alunas posteriormente em reunião. Resolveu-se diante das tentativas fracassadas para uma integração das alunas Adelina Gagliarde e Elizabeth Cândida de Toledo, ao nosso regime escolar, convidá-las a deixar a Escola. Sendo que as referidas alunas apresentaram defeitos de caráter tais como: mentiras, mexer nos pertences de outras pessoas, levar coisas internas para a rua, além de namôro com rapazes inconvenientes e encontros com êsses rapazes em lugares impróprios. Estando ainda a aluna Adelina Gagliarde com reprovações em duas matérias e notas muito baixas em quase todas as outras [...] (ATA N° 39, LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DO CORPO DOCENTE DA EECS, 1960).

Nessa reunião, a problemática do namoro das alunas apresentou mudanças em relação ao Regimento Interno da Escola, resolvendo-se por uma “nova experiência”, uma mudança nas normas escolares, fazendo com que as alunas se comprometessem com a nova medida. A questão da “expulsão” de duas alunas foi compreendida como uma providência de punição, pois as alunas não demonstraram bom comportamento, sendo reincidentes.

Outro elemento, presente na Ata n° 40, é a punição de três alunas da última turma do Curso de Enfermagem de 1964. Em uma das dependências da Escola de Enfermagem, foi realizada uma reunião, datada no dia 4 de abril de 1964, cujo registro teve como objetivo:

[...] reuniu-se o Conselho Interno da referida Escola e ainda as alunas da classe hum mim novecentos e sessenta e quatro. Como representantes ao Conselho Interno estavam presentes: Dona Ruth Anacleto, Yvonil Baptista e Dona Maria Bueno Monteiro. [...] foi iniciada a reunião que foi convocada afim de resolver, democraticamente a situação de três alunas, cujo comportamento está implicando o nome da Instituição e de si próprias. Foi presidida a reunião por Dona Ruth, que leu o Regimento Interno, em vigôr, o qual já foi aceito pelo corpo discente, tendo na data de sua aprovação constado a assinatura de tôdas as alunas. Foi permitido a cada presente, dar o seu parecer sôbre a situação. Araciara Dias, falou como representante do Centro Acadêmico, deixando constar que esta reunião tem como objetivo, a ajuda e orientação às colegas: Mary Magalhães, Yara Marília Tavares de Mendonça e Zeluita Souza Guimarães, as quais se acham afastadas do grupo e com namôros inconvenientes. As alunas Helkine Itamar Cortez, Senhorinha de Almeida Lara, Orizontina de Souza Brito, Ivonete Pimpim Lima e Olímpia Ferreira Lemes, falaram sôbre os rumores existentes na cidade, sôbre o apelido dado à Instituição, bem como

os gracejos recebidos por parte dos rapazes que vivem na comunidade. Afirmaram que tudo isto é devido ao procedimento de suas colegas, que dão ocasião e oportunidades de namôros e amizades a molecotes que não são bem reputados. Teve a palavra Yvonil Baptista que relatou o referido problema, acrescentando que antes o pessoal da Escola: enfermeiras e alunas, tinham privilégio e gozavam do máximo respeito. Dona Maria Bueno Monteiro falou que se achava triste, pois o trabalho da Igreja se acha diminuído com a falta de bons elementos de capacidade, que na maioria é promovido pelas alunas e pessoal da Escola, falou também que se as alunas estivessem dentro do trabalho da Igreja, êste problema não surgiria. Mary, Zeluita e Yara tiveram a oportunidade de falarem, relatando algumas falhas e maus entendidos que haviam dentro da própria Escola e na população da cidade. Dona Ruth, trouxe anotado algumas acusações que denotam a falta do cumprimento dos regulamentos do Regimento Interno, resolvendo aplicar as penalidades no mesmo contido. Primeiro: para aluna Mary, suspensão de sete dias, não comparecendo a mesma no estágio e aulas, ficando proibida de qualquer saída neste período (quatro a onze do corrente mês). Segundo: para Zeluita, a mesma penalidade descrita anteriormente, no período de doze a dezoito do corrente mês). Para Yara, esta reunião ficou como uma advertência, sendo doravante, a referida, observada nos seus procedimentos. Ficou resolvido que a ida ao cinema só poderá ser feita em grupo, não sendo permitido, as alunas que estiverem acompanhadas por namorados, sentassem separadas. Que todo e qualquer comentário que surgir, deverá ser levado a direção da Escola, para um esclarecimento preciso. Dona Ruth, solicitou que todos sáíssem da reunião com o espírito de amizade, compreensão e ajuda [...] (ATA nº 40, LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DO CORPO DOCENTE DA EECS, 1964).

Apesar dos reveses, o olhar de pesquisador precisou se aguçar a fim de retirar, desses registros, elementos significativos para a reconstrução da história. Garimpar, separar e catalogar as atas analisadas leva à ponderação de Certeau (1982, p. 81) “[...] em história, tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em ‘documentos’ certos objetos distribuídos de outra maneira”. Assim, o confronto com as fontes foi preponderante para se delinear o perfil do corpo discente e do corpo docente da EECS.

É preciso aguçar o olhar para procurar apreender os “indícios” que estão incorporadas às narrativas dos sujeitos envolvidos, nesta pesquisa, e que estão dispostos em suas individualidades. É por meio da análise de seus discursos, presentes em suas memórias, que foi possível investigar como as práticas escolares se propagaram no interior da EECS. Essas práticas foram inculcadas nas alunas e também nos professores, ou seja, moldaram e inculcaram em suas ideias, contribuindo sobremaneira na construção das identidades assumidas pelos sujeitos que dão vida à história da EECS.

Embora constituindo um pequeno recorte da realidade dessa escola, as práticas vivenciadas no seu interior, fomenta nosso olhar interpretativo, oferecendo elementos férteis também para uma reflexão crítica sobre a construção da cultura escolar e sua relação com o processo de constituição da Escola de Enfermagem Cruzeiro do Sul.

Portanto, entender a importância da maneira como a vida escolar foi estruturada por meio de suas práticas, dos conhecimentos e dos saberes que circularam nos seus intramuros,

especialmente a maneira como os sujeitos são postos em convivência, influi intimamente na formação das alunas.

Esta seção possibilitou conhecer os processos de escolarização, métodos, práticas e finalidades de ensino da EECS. Soma-se a isso, o currículo que pode ser tomado como eixo articulador, os estágios, os processos avaliativos, os rituais de formatura, os uniformes escolares e as reuniões do corpo docente que foram utilizados como lente investigativa para desvelar o interior dessa instituição que diplomava enfermeiras e auxiliares de enfermeiras no período de 1937 a 1969.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese buscou partir de fios enovelados tecer uma trama e foi, por meio desse emaranhado desafiador de retirar fio a fio que estavam entrelaçados, que a feitura desta pesquisa direcionou para os arremates e aos pontos finais.

Assim como um tapete, a pesquisa histórica também é composta por fios, que vão forjando uma tessitura que aumenta sua complexidade e caráter homogêneo ao passo que os sinais vão sendo interpretados, como teorizou Ginzburg em “O Fio e os Rastros”. Mas é a direção do olhar que define diferentes resultados, pois se apresenta uma infinidade de leituras sobre si, assim também é a história, ou seja, para compreensão da trama que a compôs, é necessário o entrecruzamento dos resultados desse olhar nessas diferentes direções.

A partir de um olhar direcionador do fio condutor, nesta pesquisa, buscou-se compreender os aspectos históricos que levaram ao surgimento e a consolidação da EECS, estabelecendo uma análise em torno do que essa escola representa na história do município de Rio Verde – GO e na memória das pessoas que, de um modo ou de outro, com ela mantiveram algum vínculo.

Com o exame do processo de formação da Escola de Enfermagem Cruzeiro do Sul, procurou-se reconstruir seus principais momentos históricos, desvelando os fatores envolvidos em sua criação, instalação e o funcionamento. Com essa análise, pôde-se constatar que um projeto missionário deliberado pela Missão Central do Brasil, sob a responsabilidade do médico missionário, Dr. Donald Covil Gordon, deu visibilidade a um projeto de saúde, educação e religião voltado para a cidade de Rio Verde.

A Missão Central do Brasil organizou e subsidiou, desde o ano de 1937 até o ano de 1971, essa obra missionária na cidade, com a instalação de um hospital, uma escola de enfermagem e uma igreja. O sucesso do complexo institucional, integrando religião, saúde e educação, tornou-se um espaço privilegiado de investigação de uma instituição confessional protestante presbiteriana, destinada a moldar almas e formar enfermeiras que difundiram sua profissionalização em enfermagem, não só em Rio Verde, mas pelo Brasil.

Entre fios desprendidos, retoma-se, então, o percurso itinerário desta pesquisa com o objetivo de responder a quatro questionamentos. Primeiramente, analisaram-se as estratégias utilizadas pelos missionários presbiterianos, para a inserção do protestantismo no Estado de Goiás, no bojo das mudanças econômicas, políticas e sociais. Assim, a Educação, Saúde e Religião se tornam a tríade no escopo da Missão Central do Brasil, sendo utilizadas como

estratégias de inserção do protestantismo em Goiás, como vias diretas da evangelização. É visto também, como uma nova promessa para um Estado que vivia um processo de modernização.

Inicialmente, precisou-se compreender quem eram os “americanos” que ajudaram na construção do projeto missionário na cidade de Rio Verde. As primeiras investigações revelaram que esses estrangeiros eram presbiterianos e que suas atividades se organizaram a partir de uma concepção religiosa, com trabalhos evangelísticos desenvolvidos nas esferas da educação e da saúde, e conseqüentemente da religião.

Assim, a pesquisa se orientou pela necessidade de se compreender a estrutura da Missão, seus objetivos e as relações estabelecidas com os diversos campos na sociedade em que atuou. Dessa forma, a partir da compreensão da essência religiosa das atividades missionárias, foram investigadas as nuances do trabalho educacional, médico e religioso, calcados na tríade de “evangelizar, salvar almas e instruir”.

Nessa perspectiva, lançou-se luz ao projeto civilizador presbiteriano, inserido no contexto da saúde e da educação goiana nos anos de 1930. Nesse período, a região vivia suas primeiras décadas da República brasileira quanto à modernização do país e o papel da educação e da saúde para que esses novos ideais fossem alcançados, atrelados ao viés religioso, segundo o entendimento protestante.

A obra missionária presbiteriana, difundida em Goiás, tinha como objetivo interferir na cultura, formar novos hábitos. Aqueles que ali conviviam deveriam ter formação privilegiada no que se refere aos conteúdos escolares, mas, além dela, deveriam ter acesso a uma saúde de qualidade, para seus cuidados higiênicos e para o combate das mazelas que assolavam a região do Centro-Oeste do país. Para que pudessem ter uma vida cristã, a população precisava ter um conhecimento bíblico, o que poderia conduzi-los à prática da verdadeira fé protestante.

Investigando o movimento presbiteriano em Goiás, observou-se que a Missão Central do Brasil articulou sua atuação em diversos campos, garantindo, na medida do possível, a sobrevivência e a expansão de um projeto missionário para a região do Centro-Oeste. Os missionários ficaram encarregados de abrir campos localizados no interior goiano, onde a atualização evangelística contrastou com a imensidão territorial e com o baixo número de missionários que faziam essas diligências. Foi isso que motivou, a princípio, a formulação da proposta de criação de um hospital na cidade de Rio Verde, haja vista que a saúde era muito desoladora nessa região.

Com esse objetivo, aproximou-se o máximo possível da realidade vivida, sentida e construída há oitenta e quatro anos, o que não foi uma tarefa fácil. Se, por um lado, a pesquisa se beneficiou com o encontro de muitas fontes, por outro, o cruzamento das informações e da escrita foi como a montagem de um enorme quebra-cabeça, que exigiu o agrupamento dos dados por itens específicos, a fim de concatenar as percepções para se fazer a relação de uma fonte com a outra, como na escolha dos fios para tessitura do tapete.

Como demonstrado na Introdução desta pesquisa, participaram das entrevistas, sete colaboradoras. Na leitura das entrevistas e ressaltando as intempéries que o procedimento da análise de conteúdo recomenda, foi estabelecida uma categorização que emergiu dos depoimentos das entrevistas. Sabe-se que a passagem da fala para a escrita envolve vários momentos e interpretações. Esses começam, desde a escolha das pessoas entrevistadas, seleção dos trechos a serem apresentados no estudo, o local da entrevista, os aparelhos que foram utilizados e o momento da captura da fala. Logo, foi realizada a transcrição dos depoimentos e, como isso, a demonstração nos relatos de cada colaboradora proporcionou detalhes que permearam a importância da formação das enfermeiras, contribuindo para a manutenção da memória dessa instituição que foi objeto desta pesquisa.

Percebeu-se, junto a esses relatos, o carinho e o orgulho de terem estudado na Escola de Enfermagem Cruzeiro do Sul. Mesmo relatando que o ensino era rigoroso, que as condições econômicas de seus pais eram bem difíceis, as restrições delimitadas pelo regimento da escola as fizeram perseguir e insistir em suas formações. Para essas estudantes, foi uma conquista pessoal e familiar que, conseqüentemente inseriu as mulheres na vida profissional não só em Rio Verde, mas também pelo Brasil.

No entanto, esta pesquisa percebeu que, pela configuração cultural existente no período pesquisado, Goiás se tornou um campo de evangelização em virtude da ampla territorialidade e de um cenário de modernização que se encontrava naquele momento histórico. Buscando apoio entre as autoridades constituídas, como a do próprio governador do estado de Goiás, à época, os missionários norte-americanos usavam a evangelização como pretexto para disseminar sua própria cultura.

É importante destacar as inúmeras dificuldades de se trabalhar com a fortuna literária sobre os presbiterianos. Existe ampla documentação a respeito do movimento missionário e educacional, produzida, conservada e controlada pela Igreja; por isso, o acesso a esses documentos para pesquisadores de fora da Igreja não é facilitado. Não casualmente, grande parte da literatura existente foi e está sendo produzida pelos historiadores de dentro da Igreja, convertendo-se, praticamente, na única referência para estudos sobre o



presbiterianismo no Brasil. Registra-se, inclusive, que, nesta pesquisa, não foi possível acessar as Atas da Missão Central do Brasil, tampouco as Atas da Igreja Presbiteriana de Rio Verde, que poderiam contribuir ainda mais na busca dessas respostas.

No segundo momento, investigou-se o cenário de constituição do Hospital Evangélico de Rio Verde, tecendo uma narrativa acerca dos elementos políticos, sociais, econômicos e religiosos, que integraram as áreas da saúde e educação da cidade no período delimitado, e que culminaram na implantação da Escola de Enfermagem Cruzeiro do Sul.

Ao se aprofundar nas investigações no campo da saúde e suas relações com trabalho missionário, desvelou-se o cenário de constituição da Escola de Enfermagem Cruzeiro do Sul, como algo novo e inovador, possibilitando novas reflexões. Nessa via, abriram-se novos espaços os quais podem incentivar novas pesquisas, no campo da saúde, o que poderá ser feito futuramente.

As fendas localizadas, nesse ínterim, sinalizam que ainda se tem muito a preencher nos “espaços em brancos”, “silenciados” na história da educação protestante. Uma alternativa que surgiu como possibilidade de um novo objeto de estudo é o da biografia dos missionários e missionárias envolvidos na Missão, o que poderia ajudar na reconstrução e trajetória desses sujeitos e assim compreender diversos aspectos da vida deles em relação às condições de Goiás.

Importante também considerar a participação dos agentes religiosos na sociedade em que atuaram. Aliado a isso, destacam-se os apontamentos de como, no campo de pesquisa, a participação missionária das mulheres foi decisiva, sem as quais o trabalho religioso não teria obtido êxito. Elas, muitas vezes, são negligenciadas na reconstrução da história da igreja e aparecem de forma acessória nos livros e relatos sobre a obra missionária.

Este trabalho evidencia quão importante foram as contribuições dos precursores dessa história, a descrição dessas para o ensino de Enfermagem, seus direcionamentos e as condições da desenvoltura desse ensino, além de fomentar reflexões para a observação criteriosa dos fatos que ocorreram no passado e contribuíram para a análise dessa evolução histórica da profissão e do ensino de Enfermagem.

Com o intuito de compreender a imagem que a escola construiu durante o período investigado e o seu processo de instalação, organização e funcionamento, verificou-se em um terceiro momento que um dos intentos da Missão foi o de organizar uma instituição modelar para todo o Estado de Goiás e também do Brasil.

Buscando conferir um sentido à história e a memória da Escola de Enfermagem Cruzeiro do Sul, primeiramente foi preciso se interrogar pelas análises, interpretações e

contextualizações das fontes localizadas, assegurando a representatividade e significado de como a instituição educativa foi se constituindo e se estabelecendo.

Ao se escrever a história de uma instituição educativa sob um prisma diferente, partindo de fontes que não fossem apenas os documentos oficiais, valorizou-se suas peculiaridades regionais, sem desconsiderar as dimensões nacionais, possibilitando uma imersão em seu contexto histórico-político e social que a criou.

A reconstituição e a preservação da história e memória do ensino de Enfermagem em Goiás se tornaram fundamental para a descoberta e a análise de informações acerca da evolução e do desenvolvimento deste ensino.

E, pelas narrativas orais, pode-se “caminhar pelos espaços da escola”, o que propiciou a apropriação de toda a sua topografia e, em cada espaço interdito, o mapeamento era narrado diferentemente pelos componentes da instituição, configurando percepções e apropriações que ficaram marcadas na memória daqueles que passaram pela instituição escolar.

Percebeu-se também que a Escola de Enfermagem Cruzeiro do Sul oferecia, inicialmente, mesmo que de maneira irregular e contrariando as legislações vigentes, um Curso de Enfermagem de nível superior, fazendo com que um fluxo considerável de alunas viesse para Rio Verde para estudar, comprovando também um *status* da escola, conforme já explicitado pela memória construída.

Com relação à memória, percebe-se que o prédio da Escola representou o símbolo de uma educação moderna, onde a saúde foi a marca desse discurso de um tempo em que a Escola era o centro difusor de uma intelectualidade proeminente na cidade e as enfermeiras tinham um prestígio notório, como os médicos do Hospital Evangélico.

Dessa forma, no quarto momento, intentou-se a revelar as práticas pedagógicas que circularam no interior da EECS, relacionando a abordagem da cultura escolar, por meio de fontes documentais e orais. Assim, para urdir os fios dessa trama, utilizaram-se documentos que serviram como fonte de onde os fios de memórias foram puxados para a construção da narrativa, que foi desenvolvida na perspectiva da cultura escolar, desvelando elementos do seu cotidiano, tais como: o ensino, os estágios, os uniformes escolares e os rituais de formatura e o corpo docente dessa instituição.

Desse modo, possibilitou-se o descortinar na singularidade dessa Escola de Enfermagem, um sentido educativo que foi envolvendo e conformando aquela cultura escola, tudo nela, os espaços, os tempos, o programa de ensino, os estágios no hospital, os métodos pedagógicos, enfim, as práticas escolares se revestiram dessa tarefa representada como

urgente, isto é, poder dizer que aquelas alunas seriam as futuras enfermeiras formadas por aquela instituição.

A Escola de Enfermagem Cruzeiro do Sul foi se constituindo, evidenciando seu lugar junto à cidade. Coube investigar seus espaços e as representações produzidas em torno dela na cidade, no Estado, no país, sendo muitas vezes enaltecida pelos visitantes, políticos, elogiada e reconhecida por toda área médica, como uma das mais bem estruturadas Escola de Enfermagem do Estado de Goiás.

Essas questões levaram a examinar essa cultura escolar em seu movimento de constituição interna e de projeção na cidade. O modo como ela foi construída instigou a necessidade de relacioná-la com as atividades, organizações e representações sociais historicamente situadas.

No período demarcado, nada foi encontrado sobre as práticas dos professores, com seus cadernos e anotações, mas após a contextualização histórica dessa instituição que formava enfermeiras e do desenvolvimento de várias hipóteses, foi apresentada a ideia de que os presbiterianos implantaram na cidade de Rio Verde, por meio de uma estratégia missionária, uma Escola de Enfermagem, tendo como elementos formadores os princípios da tríade do ideário protestante: educação, religião e saúde o que caracterizou uma representação dessas profissionais, reconhecidas pela ética e moral, advindas da formação nessa instituição educativa.

E como hipótese, esta pesquisa sustenta que a Escola de Enfermagem Cruzeiro do Sul se constituiu e se estabeleceu, no período histórico de 1937 a 1969, como uma agência formadora da profissionalização da enfermagem para a cidade de Rio Verde, para Goiás e também para o Brasil.

Para tanto, ratificamos a tese de que a EECS formou alunas de 1937 até o ano de 1961, em nível superior, mesmo sob a vigência do Decreto nº 20. 109, de 15 de junho de 1931 e as normatizações da Lei nº 775, de 6 de agosto de 1949. Essas duas legislações federais explicitavam a regularidade das Escolas de Enfermagem no Brasil, fixando condições para equiparação dessas escolas e suas normatizações para o ensino de enfermagem.

É visto que a Escola diplomou enfermeiras em nível superior e, somente a partir da LDB nº 4. 024 de 1961, passou a oferecer o Curso de Auxiliar de Enfermagem, deixando de ofertar o Curso em nível superior, no ano de 1964, a fim de se regularizar diante a legislação vigente.

Entrementes, no ano de 1953, a EECS buscou efetivar seu processo de reconhecimento, que se deu por meio do Decreto nº 34. 964, de 19 de janeiro de 1954. No

entanto, sua equiparação junto à “Escola Padrão” de Enfermagem, a Escola Anna Nery do Rio de Janeiro, não foi concretizada, de acordo com as fontes analisadas. Diante disso, a escola passou por um processo de reconhecimento dos diplomas que já haviam sido expedidos, fazendo com que as alunas voltassem para complementar a carga horária das disciplinas e dos estágios para que seus diplomas fossem reconhecidos junto ao MEC. A partir desse marco, a escola continuou a oferecer o Curso de Enfermagem em nível superior, como já ocorria desde o ano de 1937, como princípio de seu funcionamento, porém com a expedição de seus diplomados reconhecidos.

E, com a promulgação da Lei nº 775/1949, que normatizou o ensino de Enfermagem no país, as prerrogativas determinadas apontavam para o fato de que, a partir desse momento, o ensino de Enfermagem, no Brasil, compreenderia dois cursos: Curso de Enfermagem; Curso de Auxiliar de Enfermagem. Entretanto, em seu Art. 5º, Parágrafo Único, explicitava o prazo de 7 anos para o cumprimento definitivo dessa lei, determinando o ano de 1956 como prazo final dessa prerrogativa.

Assim, a EECS obteve uma delação de prazo de regularização até 1956. À vista disso, continuou a diplomar enfermeiras nessas condições até 1964, ano que teve a última turma diplomada. Desse modo, a nova determinação da Lei nº 2.995, de 10 de dezembro de 1956, prorroga-se o prazo que restringiu as exigências para instruir matrículas aos cursos de enfermagem, que vigorou até o ano de 1961.

Nesse sentido, somente a partir de 1962, torna-se obrigatória a conclusão do ensino secundário para o ingresso em cursos de Enfermagem, que também passaram por transformações curriculares, pois a formação ainda não era entendida como de nível superior, de acordo com a LDB de 1961.

Diante do cenário em que a Escola de Enfermagem Cruzeiro do Sul se encontrava nesse ínterim, por não apresentar condições administrativas e financeiras, o Conselho Deliberativo, juntamente com a direção da escola, decidiu não transformar a escola em uma Faculdade de Enfermagem, de nível superior, frente às exigências determinadas pela nova legislação da LDB de 1961. Optam, então, pela implantação, desse período em diante, do Curso de Auxiliar de Enfermagem, o qual passou a ser ofertado a partir do ano de 1965.

As fontes catalogadas revelam que se diplomaram, nessa instituição, auxiliares de enfermagem até o ano de 1969, deixando uma fresta entreaberta, pois não se localizou nenhuma fonte que pudesse explicar o motivo dessa vacância nas turmas do Curso de Auxiliar de Enfermagem, entre os anos de 1970 e 1971.

Com o advento da promulgação da Lei nº 5. 692, de 11 de agosto de 1971, que fixou as Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º graus, o Curso Técnico de Enfermagem e o Curso de Auxiliar de Enfermagem passaram, real e efetivamente, a integrar o sistema educacional do país, ao nível de 2º grau. A tônica constante em toda a nova Lei de Diretrizes e Bases para o ensino secundário ou de 2º grau foi a profissionalização, isto é, a "formação para o trabalho, no seu sentido de terminalidade e o preparo para o ensino superior, no sentido de continuidade". Entretanto, para atender às exigências do mercado de trabalho, promoveu a formação do Auxiliar de Enfermagem em nível de 1º grau.

Hoje, passados 84 anos da chegada dos missionários a terras rio-verdenses, a cidade não tem mais sua Escola de Enfermagem<sup>106</sup>, a qual foi reformada, perdendo suas características próprias, para atender pacientes da Oncologia do Hospital Presbiteriano Dr. Gordon. Contudo, o hospital ainda continua a escrever sua história na cidade de Rio Verde, mesmo sob os discursos do “moderno e do progresso”, essa cultura presbiteriana continua presente na memória do povo da região. Ficam o sentimento de saudade, lembranças de um tempo que se foi, mas deixou marcas, seja nas construções e, principalmente, na formação educacional das enfermeiras que por lá se passaram e se formaram.

Não se tem dúvida de que o tapete que se conseguiu tecer apresenta arremates que foram possíveis de serem feitos, entre os “retalhos” que se dispunham nessa tessitura histórica. Assim como se apresentam inúmeras narrativas para esse estudo, outras produções e investigações poderão surgir fazendo com que se mantenha parte da memória educacional do Brasil e de Goiás.

---

<sup>106</sup> As fontes orais revelam que o fechamento da Escola no ano de 2004, se deu por motivos de desinteresse do administrador e do Conselho administrativo do hospital Presbiteriano de Rio Verde. Para eles os gastos financeiros com a Escola não geravam benefícios, mesmo a escola formando técnicos de enfermagem não só para a cidade de Rio Verde, mas para toda a região do sudoeste goiano. A instituição por vários períodos passou por momentos de dificuldades financeiras, encerrando as atividades por alguns anos e, com a ajuda da diretora da época reabria mas não por muito tempo. O ano de 2004 foi o ano de encerramento das atividades educativas da Escola de Enfermagem Cruzeiro do Sul, tornando-se uma escola extinta.

## REFERÊNCIAS

### OBRAS CONSULTADAS

AIRES, E. C. **Memória do Ensino de enfermagem em Goiás**. 1985. Trabalho de Conclusão de Curso (Técnico em Enfermagem) - Departamento de Enfermagem, Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 1985.

ABREU, G. S. A. de. **Escola Americana de Curitiba (1892-1934): um estudo do americanismo na cultura escolar**. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

ALBERTI, V. **Indivíduo e biografia na história oral**. CPDOC/FGV. Rio de Janeiro: CPDOC, 2000. Disponível em: [http://cpdoc.fgv.br/producao\\_intelectual/arq/1525.pdf](http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1525.pdf). Acesso em: 5 maio 2019.

ALMEIDA, J. S. E nos foi prometida a Terra da Paz: as missões protestantes no Brasil no século XIX. In: VIEIRA, C. R. A.; NASCIMENTO, E. F. V. C. do (org.). **Contribuições do Protestantismo para a História da Educação no Brasil e em Portugal**. Piracicaba: Editora Unimep, 2016. p. 115-132.

ALMEIDA, M. Z. C. M. de. **Educação e Memória: velhos mestres de Minas Gerais (1924-1944)**. 2009. Tese (Doutorado em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

ALONSO, L. S. O corpus documental em história oral: teoria, experiência e transcrição. **Revista Observatório**, Palmas, v. 2, n. 1, p. 54-75, jan./abr. 2016.

APERIBENSE, P. G. G. de S. **Uniformes e suas relações com a identidade profissional do enfermeiro formado pela Escola de Enfermagem Anna Nery da Universidade Federal do Rio de Janeiro (1969-1985)**. 2016. Tese (Doutorado em Enfermagem) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

ARAÚJO, O. C. G. **História do Protestantismo em Goiás (1890- 1940)**. 2004. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2004.

ARAÚJO, O. C. G. **Os Javaé e o Protestantismo: salvação e resistência (1896- 1937)**. 2019. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.

AZEVEDO, F. de. **A cultura brasileira**. 3. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1958.

BARBANTI, M. L. S. H. **Escolas Americanas de confissão protestante na Província de São Paulo: um estudo de suas origens**. 1977. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1977.

BARRA, V. M. L. da (org.). **Estudos de história da educação em Goiás (1830-1930)**. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2011.

- BARREIRA, I. de A. **A enfermeira Ananéri no país do futuro: a aventura da luta contra a tuberculose**. 1992. Tese (Doutorado em Enfermagem) – Escola de Enfermagem Anna Nery, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.
- BARROS, F. **O tempo do Lyceu em Goiás: formação humanista e intelectual (1906-1960)**. Jundiaí, SP: Paco, 2017.
- BARROS, S. M. P. F. Política educacional em Enfermagem. **Anais [...]**. Ribeirão Preto, 1975. Tema: A Prática de Enfermagem e o Currículo de Graduação.
- BARTHES, R. **Imagem e Moda**. Tradução Ivone Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- BATALHA, M. C.. **Curso de auxiliar de enfermagem no Brasil: criação e legalização**. 2008. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Escola de Enfermagem Anna Nery, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.
- BLOCH, M. **Apologia da História ou o Ofício de Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BOSI, E. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: T. A. Queiroz/USP, 1987.
- BURKE, P. **A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales (1929-1989)**. Tradução Nilo Odália. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.
- CALVANI, C. E. B. A Educação no Projeto Missionário do Protestantismo no Brasil. **Revista Pistis e Praxis: teologia e pastoral**, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 53-69, jan./jul. 2009. Disponível em: [http://www.erevistas.csic.es/ficha\\_articulo.php?url=oai:pistis.pucpr.br:article/2479&oai\\_iden=oai\\_revista714](http://www.erevistas.csic.es/ficha_articulo.php?url=oai:pistis.pucpr.br:article/2479&oai_iden=oai_revista714). Acesso em: 4 nov. 2019.
- CAMPOS, F. I. Serviço de higiene, origem da saúde pública em Goiás. In: FREITAS, L. C. B. F. de (org.). **Saúde e Doenças em Goiás: a medicina do possível**. Goiânia: Editora da UFG, 1999. p. 223-238.
- CAMPOS, O. **Rio Verde histórico**. São Paulo: Edigraf, 1971.
- CANEZIN, M. T.; LOUREIRO, W. N. **A Escola Normal em Goiás**. Goiânia: Editora da UFG, 1994.
- CARDOSO, L. de S.. A formação do protestantismo de missão no Brasil: evangelizar e educar. In: **7º Simpósio Internacional Processo Civilizador: História, Civilização e Educação**, Piracicaba, v. 1, p. 1-6, 2003.
- CARVALHO, H. G. de. **James Fanstone: protestantismo, medicina como vocação e legado social na fronteira Goiás na primeira metade do século XX**. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) - Centro Universitário de Anápolis, UNIEVANGÉLICA, Anápolis, 2015.

CARVALHO, A. M. **Orientação e ensino de estudantes de enfermagem no campo clínico.** Tese (Doutorado em Enfermagem). 1972. Escola de Enfermagem da USP, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1972.

CARVALHO, L. B. de O. B. de. **Contribuição à história do município pedagógico o Brasil e em Portugal:** estudo comparado dos casos de Uberabinha e Mafra. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas, São Paulo, 2010.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano:** artes em fazer. 3. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

CERTEAU, M. de. **A escrita da história.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CHAUL, N. F. **Caminhos de Goiás:** da construção da decadência aos limites da modernidade. 5. ed. Goiânia: Editora UFG, 2018.

CHARTIER, R. **A história cultural:** entre práticas e representações. Portugal: DIFE, 2002.

CHERVEL, A. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria & Educação**, n. 2, p. 177-229, 1990.

COELHO, C. P. **A Escola de Enfermagem Anna Nery:** sua história – nossas memórias. Rio de Janeiro: Cultura Médica, 1997.

CORBELLINI, V. L.; MEDEIROS, M. F. Fragmentos da história: a enfermeira tornando-se sujeito de si mesma. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 59 (esp.), p. 397-402, 2006.

CORREIA, T. de B. Art déco e indústria – Brasil, décadas de 1930 e 1940. **Anais [...]**. São Paulo, v. 16, n. 2, jul./dez. 2008. Tema: Museu Paulista: História e Cultura Material

CUNHA NETO, O. **Rio Verde:** apontamentos para a sua história – documentário ilustrado. Goiânia: O Popular, 1988.

DIAS, K. G.; ALMEIDA, M. Z. C. M. de. A obra missionária presbiteriana na cidade de Rio Verde – Goiás à luz das memórias do médico Donald Covil Gordon. In: ALMEIDA, M. Z. C. M. de; BALDINO, J. M.; DIAS, K. G. (org.). **Cultura Escolar:** histórias e memórias em diferentes espaços sociais. Goiânia: Editora Espaço Acadêmico, 2019. p. 309-325.

DIAS, K. G.; ALMEIDA, M. Z. C. M. de. Narrativa biográfica de Severino Gomes Monteiro: memórias de um pastor presbiteriano rio-verdense (1920-2015). In: ALMEIDA, M. Z. C. M. de; BALDINO, J. M.; CAMARGO, K. G. F. D. (org.). **Educação & Memórias:** narrativas e oralidades. Goiânia: Editora Espaço Acadêmico, 2018. p. 73-94.

DIAS, K. G.; ALMEIDA, M. Z. C. M. de. A produção intelectual sobre Escolas de Enfermagem no Brasil: Estado da Arte no período de 2008-2018, In: ZANATTA, B. A.; BALDINO, J. M.; CARNEIRO, M. E. F. (org.). **Temas de Educação IV:** olhares compreensivos. Goiânia: Editora Espaço Acadêmico, 2018. p. 178-195.



DIAS, K. G.; PAES, A. B. Instituições escolares presbiterianas no Centro-Oeste (1923-1950). **Anais [...]**. Catalão-GO, 2015. p. 378-399. Tema: História da Educação da Região Centro-Oeste.

DIAS, K. G. **Educação presbiteriana em Jataí (GO):** o Instituto Samuel Graham (1942-1971). 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Paranaíba, 2016.

DUNCAN, J. **Dicionário de Especialidades Farmacêuticas.** Rio de Janeiro: JBM, Wellcome, 1995. (Publicações Científicas).

FANSTONE, J. **O campo da disciplina Administração de Enfermagem.** 2001. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2001.

FORQUIN, J. C. **Sociologia da Educação:** dez anos de pesquisa. Petrópolis: Vozes, 1992.

FREITAS, L. P. de. **Entre o evangelho e o ensino:** o Colégio Presbiteriano Buriti (1923-1965). 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2013.

FREITAS, L. C. B. F. de. Goiânia: *locus* privilegiado da saúde. In: FREITAS, L. C. B. F. de (org.). **Saúde e Doenças em Goiás:** a medicina do possível. Goiânia: Editora da UFG, 1999. p. 239-290.

FORSYTH, W. B. **Jornada no Império:** vida e obra do Dr. Kalley no Brasil. Traduzido do original em Inglês: *The Wolf From Scotland The Story of Robert Reid Kalley.* Tradutor Maurício Fonseca dos Santos Júnior. São Paulo: Editora Fiel, 2006.

GARCIA, T. R.; CHIANCA, T. C. M.; MOREIRA, A. S. P. Retrospectiva histórica do ensino de enfermagem no Brasil e tendências atuais. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 16, n. 1-2, p. 74-81, 1995.

GATTI JÚNIOR, D. A história das instituições educacionais: inovações paradigmáticas e temáticas. In: ARAUJO, J. C. S.; GATTI JÚNIOR, D. (org.). **Novos Temas em História da Educação Brasileira:** instituições escolares e educação na imprensa. Campinas, SP: Autores Associados, 2002. p. 3-24.

GEOVANINI, Telma. **História da enfermagem:** versões e interpretações. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

GINZBURG, Carlo. **Relações de força:** história, retórica e prova. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros:** verdadeiro, falso, fictício. Tradução Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GONÇALVES, I. A.; FARIA FILHO, L. M. de. História das culturas e das práticas escolares: perspectivas e desafios teórico-metodológicos. In: **A cultura Escolar em debate:** questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. p. 3-30.

GONDRA, J. G. **Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na corte imperial.** Rio de Janeiro: UERJ, 2004.

GOODSON, I. **Currículo: Teoria e história.** 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

GUIMARÃES, C. M. Enfermagem: Gênese e trajetória. **Revista Estudos**, Goiânia, v. 31, n. 8, ago. 2004.

GUIMARÃES, C. M. **Saúde Coletiva e Enfermagem em Goiás: articulando trajetórias e reconstruindo utopias?** Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2015.

HACK, O. H. **Protestantismo e educação brasileira.** 2. ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2000.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva.** Tradução Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003.

JORDELINO, J. R. L.; LOPES, L. de P. Protestantismo e educação, construção de um campo de pesquisa: algumas observações e teses inclusas. In: VIEIRA, C. R. A.; NASCIMENTO, E. F. V. C. do (org.). **Contribuições do Protestantismo para a História da Educação no Brasil e em Portugal.** Piracicaba: Editora Unimep, 2016. p. 291-322.

JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. Tradução Gizele de Souza. **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 1, p. 9-44, jan./jul. 2001.

LE GOFF, J. Documento/Monumento. In: LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Tradução Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Borges. 3. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003. p. 535-549.

LENHARO, A. **Colonização e Trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste – os anos 30.** 2. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1986.

LÉONARD, É. G. **O presbiterianismo brasileiro e suas experiências eclesiais.** Tradução Zilmar Heringer Nogueira. Brasília: Monergismo, 2014.

LÉONARD, É. G. **O protestantismo brasileiro: estudo de eclesiologia e história social.** São Paulo: Aste, 1963.

MACHADO, M. C. T. **Pedro Ludovico: um tempo, um carisma, uma história.** Goiânia: CEGRAF/UFG, 1990.

MAGALHÃES, S. M. de. **Males do sertão: alimentação, saúde e doenças em Goiás no século XIX.** Goiânia: Cãnone Editorial, 2014.

MAGALHÃES, J. P. de. Um apontamento metodológico sobre a história das instituições educativas. In: SOUSA, C. P. de; CATANI, D. B. (Org.). **Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente.** São Paulo: Escrituras, 1998. p. 60- 71.

MAGALHÃES, J. P. de. **Tecendo nexos: história das instituições educativas.** Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

MATOS, A. S. **Os pioneiros presbiterianos do Brasil**. São Paulo: Cultura Cristã, 2004.

MATOS, A. S. **Erasmus Braga, o Protestantismo e a Sociedade Brasileira**: Perspectivas sobre a Missão da Igreja. São Paulo: Cultura Cristã, 2008.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de História Oral**. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

MENDONÇA, A. G. **O Celeste Porvir**: a inserção do protestantismo no Brasil. 3. ed. São Paulo: EUSP, 2008.

MENDONÇA, A. G.; VELASQUES FILHO, P. **Introdução ao Protestantismo no Brasil**. São Paulo: Edições Loyola, 1990.

MENDONÇA, A. G.; VELASQUES FILHO, P. O protestantismo no Brasil e suas encruzilhadas. **Revista USP**, São Paulo, n. 67, p. 48-67, 2005.

MESQUIDA, P. **Hegemonia norte-americana e educação protestante no Brasil**. Juiz de Fora: EDUFJF, 1994.

MONARCHA, C. **A reinvenção da cidade e da multidão – dimensões da modernidade brasileira**: a escola nova. São Paulo: Cortez, 1989.

MORAES, M. A. de S. **Dos primeiros tempos da saúde pública em Goiás à Faculdade de Medicina**. Goiânia: Cãnone Editorial, 2012.

MORAES, C. de C. P. de. O Hospital de Caridade São Pedro de Alcântara e os trabalhadores na cidade de Goiás – 1830-1860. In: FREITAS, L. C. B. F. de (org.). **Saúde e Doenças em Goiás**: a medicina do possível. Goiânia: Editora da UFG, 1999. p. 129-168.

MOTT, M. L.; TSUNECHIRO, M. A. Os cursos de Enfermagem da Cruz Vermelha Brasileira e o início da Enfermagem Profissional no Brasil. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 55, n. 5, p. 592-599, set./out. 2002.

NASCIMENTO, E. F. V. C. **A Escola Americana**: origens da Educação Protestante em Sergipe (1886-1913). São Cristóvão: Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação/NPGED/UFS, 2004.

NASCIMENTO, E. F. V. C. **Educar, curar, salvar**: uma ilha de civilização no Brasil tropical. 2005. Tese (Doutorado em Educação), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

NASCIMENTO, E. F. V. C. **Fontes para a História da Educação**: documentos da missão presbiteriana dos Estados Unidos no Brasil. Maceió: Edufal, 2008.

NASCIMENTO, J. C. do. **A cultura ocultada ou a influência alemã na cultura brasileira durante a segunda metade do século XIX**. Londrina: EDUEL, 1999.

NEPOMUCENO, M. de A. **A Ilusão Pedagógica (1930-1945)**: estado, sociedade e educação em Goiás. Goiânia: Editora da UFG, 1994.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**, v. 10, p. 7-28, 1993.

OGUISSO, T. Considerações sobre a legislação do ensino e do exercício do técnico de enfermagem e do auxiliar de enfermagem. **Revista Brasileira de Enfermagem, Brasília**, v. 30, p. 168-174, 1977.

ORRO, A. A. **Caderno de registros pessoais**, s/d. Arquivo Público de Mato Grosso, 2008.

PADILHA, M. I. C. de S.; MANCIA, J. R. Florence Nithingale e as irmãs de caridade: revisitando a história. **Revista Brasileira de Enfermagem, Brasília**, v. 58, n. 6, p. 723-743, nov./dez., 2005. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-71672005000600018&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672005000600018&lng=pt&tlng=pt). Acesso em: 4 nov. 2019.

PALACÍN, L.; MORAES, M. A. de S. **História de Goiás**. 7. ed. Goiânia: Editora da UCG, 2008.

PAULA, É. M. de. Goiás e o saber médico: representação, narrativa e poder. **Revista Interdisciplinar Encontro das Ciências**. Icó –CE, v. 1, n. 2, p. 162-175, maio/ago. 2018. Disponível em: <http://riec.fvs.edu.br/index.php/riec/article/view/21>. Acesso em: 4 nov. 2019.

PESSANHA, E. C.; SILVA, F. de C. T. O lugar de uma escola no tempo de uma cidade: Campo Grande e a Escola Estadual Maria Constança Barros Machado. In: PESSANHA, E. C.; GATTI JÚNIOR, D. (org.). **Tempo de cidade, lugar de escola: história, ensino e cultura escolar em “escolas exemplares”**. Uberlândia: EDUFU, 2012. p. 249-274.

PESSANHA, E. C.; DANIEL, M. E. B.. História da Cultura Escolar através dos Exames: o caso dos Exames de Admissão ao Ginásio (1939-1971). **Revista Intermeio**, Campo Grande: MS, v. 8, n.16, p. 4-15, 2002.

PINTO, R. N. Modernidade e nacionalismo no coração do Brasil: a cidade e a escola (re)inventando o Brasil (1937/1945). In: **31ª Reunião Anual da ANPED: Constituição brasileira, direitos humanos e educação**. Caxambu, MG: ANPED, v. 01, 2008.

PINTO, R. N. **Goiânia, no “coração do Brasil” (1937-1945): a cidade e a escola reinventando a nação**. 2009. Tese (Doutorado em Educação), - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

PINTO, R. N. Caminhos cruzados: a cidade e a escola na história da educação em Goiás na Primeira República. In: BARRA, V. Maria L. da (org.). **Estudos de história da educação de Goiás 1830-1930**. Goiânia: Ed. PUC Goiás, v. 01, p. 239-261, 2011.

PIRES, D. **Hegemonia médica na saúde e a enfermagem**. São Paulo: Cortez, 1989.

PIRES, Z. **Rio Verde sesquicentenário**. Rio Verde: IAM Gráfica e Editora, 1998.

PERES, M. A. A.; PADILHA, M. I. C. S. Uniforme como signo de uma nova identidade de enfermeira no Brasil (1923-1931). **Escola Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 112-

121, mar. 2014. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-81452014000100112&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452014000100112&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 2 jan. 2020.

PORTO, F.; SANTOS, T. C. F. Rito e os emblemas na formatura das enfermeiras brasileiras no Distrito Federal (1924-1925). **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 249- 55, abr./jun. 2009.

REVEL, J. **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro, RJ: Ed. da FGV, 1998.

RIBEIRO, V.; INÁCIO FILHO, G. Protestantes, liberais, maçons e católicos: os debates em torno da liberdade religiosa e do monopólio da educação 1869-1934. In: **III Congresso Brasileiro de História da Educação: a educação escolar em perspectiva histórica**, Curitiba: PUC - Paraná e SBHE, p. 96, 2004.

RIBEIRO, B. **Protestantismo e Cultura brasileira: aspectos culturais da implantação do Protestantismo no Brasil**. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1981.

RIBEIRO, B. **A Igreja Presbiteriana no Brasil: da autonomia ao cisma**. São Paulo: O Semeador, 1987.

SALGUEIRO, N. O vestuário do pessoal de Enfermagem (I): do negro ao branco imaculado. **Revista Referência**, n. 4, p.79-87, maio 2000.

SALLES, G. V. F. de. Saúde e doenças em Goiás – 1826-1930. In: FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de (org.). **Saúde e Doenças em Goiás: a medicina do possível**. Goiânia: Editora da UFG, 1999. p. 63-128.

SANTOS, T. F. dos. **“Um banho de civilização no coração geográfico da Bahia”**: a ação missionária presbiteriana em Ponte Nova (1906-1938). 2017. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

SANTOS, R. M. dos *et al.* Circunstâncias da oficialização do Curso de Auxiliar de Enfermagem no Brasil: estudando as entrelinhas da Lei 775/49. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 10, n. 4, p. 543-563, jul./ago. 2002. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-11692002000400014](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692002000400014). Acesso em: 4 set. 2019.

SANTOS, T. C. F.; BARREIRA, I. de A. Rachel Haddock Lobo, mito de enfermeira nos anos 30. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 345-356, abr. 2002.

SANTOS, L. de A. S. **As outras faces do sagrado: protestantismo e cultura na primeira república brasileira**. São Luís, MA: EDUFMA, 2006.

SELLARO, L. R. A. **Educação e religião: colégios protestantes em Pernambuco na década de 20**. 1987. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1987.

SILVA, S. D.; CARVALHO, H. G. de; SILVA, C. H. M. da. Colonização, Saúde e Religião: A medicina pioneira e o poder simbólico da moral social na Colônia Agrícola Nacional de Goiás - CANG (1941-1959). **Fronteiras: Journal of social, technological and environmental science**, v. 4, p. 85-109, 2015.

SILVA, L. S. da. Carlo Ginzburg: o conceito de circularidade cultural e sua aplicação nos estudos sobre a música popular brasileira. **Revista Augustus**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 43, p. 72-83, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/CARLO-GINZBURG%3A-O-CONCEITO-DE-CIRCULARIDADE-E-SUA-A-Silva/aadcd54895aef935d8c9459b22caf21a38e0c4d7>. Acesso em: 10 maio 2020.

SILVA, A. L. da. **A revolução de 30 em Goiás**. 2. ed. Goiânia: Cânone Editorial, 2005.

SILVA, G. B. da. **Enfermagem profissional: análise crítica**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1989.

SIMONTON, A. G. **Diário de Simonton**. São Paulo: Cultura Cristã, 2003.

SOUZA, R. F. de. **Templos de Civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)**. São Paulo: UNESP, 1998.

SOUZA, J. R. de. Relatos Históricos do Protestantismo Brasileiro: a contribuição de Ashbel Green Simonton para o protestantismo de missão. In: **V Colóquio de História: perspectivas históricas: historiografia, pesquisa e patrimônio**, Recife: FASA, 2011.

STEWART, I. **The education of nurses**. New York (USA): The Camillan, 1945.

THOMPSON, P. **A voz do passado: história oral**. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

THOMSON, A. Reconstituo a Memória: questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias. In: **Projeto História**, São Paulo: Editora da PUC-SP, n. 15, p. 51-84, abr. 1997.

VALENTE, W. R. (coord.). **Os exames de admissão ao ginásio: 1931-1969**. PUC/SP (Arquivos da Escola Estadual de São Paulo), v. 3, 2001. CD-ROM.

VIDAL, D. G. **Culturas Escolares: estudo sobre as práticas de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França, final do século XIX)**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

VIÑAO, A. Historia de la educacion y historia cultural: posibilidades, problemas, cuestiones. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, p. 63-82, 1995.

VIÑAO, A. Espaços, usos e funções: a localização e disposição física da direção escolar na escola graduada. In: BENCOSTTA, M. L. (org.). **História da educação, arquitetura e espaço escolar**. São Paulo: Cortez, 2005.

**FONTES ORAIS**

BRITO, C. F. de. Entrevista concedida à pesquisadora Kamila Gusatti Dias. Brasília, 6 de setembro de 2019.

CRUVINEL, D. C. Entrevista concedida à pesquisadora Kamila Gusatti Dias. Rio Verde, 14 de agosto de 2019.

DUARTE, D. D. B. Entrevista concedida à pesquisadora Kamila Gusatti Dias. Rio Verde, 1 de outubro de 2019.

GONÇALVES, A. D. Entrevista concedida à pesquisadora Kamila Gusatti Dias. São Paulo, 5 de abril de 2019.

NUNES, M. B. Entrevista concedida à pesquisadora Kamila Gusatti Dias. Rio Verde, 9 de setembro de 2019.

OLIVEIRA, H. E. de. Entrevista concedida à pesquisadora Kamila Gusatti Dias. Anápolis, 24 de maio de 2019.

**FONTES CONSULTADAS ON-LINE**

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL, 1920.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL, 1937.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL, 1939-1941.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL, 1940.

IESA. Observatório Geográfico de Goiás. Mapas. Disponível em: <https://observatoriogeogoiias.iesa.ufg.br/p/2343-mapas>. Acesso em: 12 jul. 2019.

**ARQUIVO PESSOAL DE LEILA BUENO MONTEIRO**

Caderno de Severino Gomes Monteiro, s/d.

**ARQUIVO PESSOAL DE SYLVIA WOODALL GORDON**

Correspondência, Carta enviada a Pedro Ludovico Teixeira, junho, 1940.

Correspondência, Carta enviada a Pedro Ludovico Teixeira, s/d.

Correspondência, Carta enviada a Dr. Gordon, s/d.

Correspondência, Carta de Dr. Gordon enviada à Missão Central do Brasil, 1936.

Correspondência, Carta enviada ao Dr. David, 1957.

Correspondência, Carta enviada ao Dr. Nelson Lavaca, 1957.

Correspondência, Carta enviada ao Dr. Demilson Serafim, 1956.

CORREIO OFICIAL, ano LXXX, v. II, n. 3444, 31 jan. 1937.

CORREIO OFICIAL, 14 jul. 1943.

JORNAL LAVOURA E COMÉRCIO, Uberaba, n. 6, sábado, 9 ago.

JORNAL O PURITANO, Ano III, n. 45, 1940.

Palestra de Dr. Gordon. Tradução Kamila Gusatti Dias. Transcrição da Palestra proferida por Dr. Donald Covil Gordon diante da classe de História da IPB, no Seminário Teológico Presbiteriano de Campinas. Campinas, SP, ago. 1973.

Relatório pessoal de Dr. Gordon. Tradução Kamila Gusatti Dias. Primeiros dias em Rio Verde. s/d.

Relatório pessoal de Dr. Gordon. Tradução Kamila Gusatti Dias. Primeiros dias em Rio Verde, 1936.

#### **BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL ROSULINO CAMPOS – RIO VERDE/GO**

REVISTA RIO VERDE. Rio Verde, Oficinas Typ dia Século XX, Uberaba, Ano I, n. 2, jul., 1911.

#### **ARQUIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO VERDE/GO**

**RIO VERDE. Ata da 1ª reunião, da 4ª sessão ordinária do Conselho Municipal da cidade de Rio Verde, em 6 de setembro de 1937.** Livro de Atas das sessões do Conselho Consultivo da cidade de Rio. Disponível na Câmara Municipal de Rio Verde/GO.

**RIO VERDE. Ata da 4ª reunião, da 4ª sessão ordinária do Conselho Municipal da cidade de Rio Verde, em 9 de setembro de 1937.** Livro de Atas das sessões do Conselho Consultivo da cidade de Rio. Disponível na Câmara Municipal de Rio Verde/GO.

**RIO VERDE. Ata da 5ª reunião, da 4ª sessão ordinária do Conselho Municipal da cidade de Rio Verde, em 10 de setembro de 1937.** Livro de Atas das sessões do Conselho Consultivo da cidade de Rio. Disponível na Câmara Municipal de Rio Verde/GO.

**RIO VERDE. Ata da 6ª reunião, da 4ª sessão ordinária do Conselho Municipal da cidade de Rio Verde, em 11 de setembro de 1937.** Livro de Atas das sessões



do Conselho Consultivo da cidade de Rio. Disponível na Câmara Municipal de Rio Verde/GO.

### **ARQUIVO HISTÓRICO ESTADUAL DE GOIÁS**

Relatório apresentado a Getúlio Vargas e ao Povo goiano, pelo Dr. Pedro Ludovico Teixeira, p. 61-63, 1930-1933.

Relatório apresentado por Pedro Ludovico Teixeira, ano II, p. 23-58, 1953.

### **ARQUIVO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE GOIÁS – COORDENAÇÃO DE RIO VERDE/GO**

Ata de fundação da Escola de Enfermeiras da Casa de Saúde Evangélica de Rio Verde/GO, 1937.

Ata do Conselho Deliberativo da Escola de Enfermagem Cruzeiro do Sul, 1961.

Documentos necessários para matrícula do Curso de Auxiliar de Enfermagem da Escola de Enfermagem Cruzeiro do Sul, 1963.

Laudo da avaliação do patrimônio da Casa de Saúde Evangélica de Rio Verde/GO, anexado ao Processo de Reconhecimento da Escola de Enfermagem Cruzeiro do Sul, 1953

Livro Atas de Reunião do Corpo Docente da Escola de Enfermagem Cruzeiro do Sul, Ata nº 3, de 01 de julho de 1952.

Livro Atas de Reunião do Corpo Docente da Escola de Enfermagem Cruzeiro do Sul, Ata nº 12, de 28 de maio de 1953.

Livro Atas de Reunião do Corpo Docente da Escola de Enfermagem Cruzeiro do Sul, Ata nº 13, de 01 de julho de 1953.

Livro Atas de Reunião do Corpo Docente da Escola de Enfermagem Cruzeiro do Sul, Ata nº 39, de 5 de agosto de 1960.

Livro Atas de Reunião do Corpo Docente da Escola de Enfermagem Cruzeiro do Sul, Ata nº 40, de 4 de abril de 1963.

Programa do Curso de Enfermagem da Escola de Enfermagem Cruzeiro do Sul, 1952.

Programa do Curso de Enfermagem da Escola de Enfermagem Cruzeiro do Sul, 1953.

Prospecto da Escola de Enfermagem Cruzeiro do Sul, 1944, 1953, 1957.

Prova final de Enfermagem, 1952.

Prova final de Enfermagem e Obstetrícia, 1953.

Prova parcial de Enfermagem e Obstetrícia, 1953.

Prova parcial de Técnica de Consultório, 1953.

Prova final de Drogas e Soluções, 1952.

Prova final de Microbiologia, 1952.

Processo de Reconhecimento da Escola de Enfermagem Cruzeiro do Sul, 1953.

Processo de Reconhecimento do Curso de Auxiliar de Enfermagem da Escola de Enfermagem Cruzeiro do Sul, 1962.

Regimento interno e didático, 1952.

Regimento do Curso de Auxiliar de Enfermagem da Escola de Enfermagem Cruzeiro do Sul, 1963.

## LEIS E DECRETOS

BRASIL. **Decreto nº 791, de 25 de setembro de 1890.** Crêa no Hospício Nacional de Alienados uma escola profissional de enfermeiros e enfermeiras. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-791-27-setembro-1890-503459-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 14 jan. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 2.380, de 31 de dezembro de 1910.** Regula a existência das associações da Cruz Vermelha, que se fundarem de acordo com as Convenções de Genebra de 1864 a 1900. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/historicos/dpl/DPL2380-1910.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/historicos/dpl/DPL2380-1910.htm). Acesso em: 21 jan. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 15.799, de 10 de dezembro de 1922.** Aprova o Regulamento do Hospital Geral de Assistência do Departamento Nacional de Saúde Pública. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/norma/429868>. Acesso em: 17 jan. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 20.109, de 15 de junho de 1931.** Regula o exercício da enfermagem no Brasil e fixa, as condições para a equiparação das escolas de enfermagem. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20109-15-junho-1931-544273-publicacaooriginal-83805-pe.html>. Acesso em: 13 jan. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931.** Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao systema universitario, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização técnica e administrativa das universidades é instituída no presente Decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 13 jan. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 19.852, de 11 de abril de 1931.** Dispõe sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1930-1949/D19852.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D19852.htm). Acesso em: 01 mar. 2020.

**BRASIL. Decreto-Lei nº 19.890, de 18 de abril de 1931.** Dispõe sobre a organização do Ensino Secundário. Disponível em:

[http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes\\_escritas/5\\_Gov\\_Vargas/decreto%2019.890-%201931%20reforma%20francisco%20campos.htm](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/5_Gov_Vargas/decreto%2019.890-%201931%20reforma%20francisco%20campos.htm). Acesso em: 09 out. 2019.

**BRASIL. Decreto nº 20.158, de 30 de junho de 1931.** Organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20158-30-junho-1931-536778-republicacao-81246-pe.html>. Acesso em 09 out. 2019.

**BRASIL. Decreto nº 741, de 19 de fevereiro de 1931.** Cria o Serviço de Diretoria de Higiene, subordinado à Secretaria de Segurança e Assistência Pública.

**BRASIL. Decreto nº 452, de 5 de julho de 1937.** Organiza a faculdade do Brasil. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/1930-1949/L0452.htm#:~:text=LEI%20No%20452%2C%20DE%205%20DE%20JULHO%20DE%201937.&text=Organiza%20a%20Universidade%20do%20Brasil.&text=Art.,e%20alunos%2C%20consagrados%20ao%20estudo.&text=3%C2%BA%20A%20Universidade%20do%20Brasil,que%20forem%20previstos%20em%20lei](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1930-1949/L0452.htm#:~:text=LEI%20No%20452%2C%20DE%205%20DE%20JULHO%20DE%201937.&text=Organiza%20a%20Universidade%20do%20Brasil.&text=Art.,e%20alunos%2C%20consagrados%20ao%20estudo.&text=3%C2%BA%20A%20Universidade%20do%20Brasil,que%20forem%20previstos%20em%20lei).

Acesso em: 17 jun. 2020.

**BRASIL. Decreto-Lei nº 4.244, de 09 de abril de 1942.** Aprova a Lei Orgânica do Ensino Secundário. Disponível em: <http://www.soleis.adv.br/leiorganicaensinosecundario.htm>. Acesso em: 13 nov. 2019.

**BRASIL. Decreto-Lei nº 8393, de 17 de dezembro de 1945.** Concede autonomia administrativa, financeira, didática e disciplinar, à Universidade do Brasil, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/Del8393.htm#:~:text=DEL8393&text=DECRETO%20LEI%20N%C2%BA%208.393%20DE,Brasil%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del8393.htm#:~:text=DEL8393&text=DECRETO%20LEI%20N%C2%BA%208.393%20DE,Brasil%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias). Acesso em: 16 jun. 2020.

**BRASIL. Lei nº 775, de 6 de agosto de 1949.** Dispõe sobre o ensino de enfermagem no País. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1930-1949/L775.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/L775.htm). Acesso em: 24 jan. 2020.

**BRASIL. Decreto nº 27.426, de 14 de novembro de 1949.** Aprova o Regulamento básico para os cursos de enfermagem e de auxiliar de enfermagem. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-27426-14-novembro-1949-452834-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 21 jan. 2020.

**BRASIL. Lei nº 1.920, de 25 de julho de 1953.** Cria o Ministério da Saúde. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/1950-1969/L1920.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L1920.htm). Acesso em: 21 jan. 2020.

**BRASIL. Decreto nº 34.964, de 19 de janeiro de 1954.** Concede reconhecimento ao curso de enfermagem da Escola de Enfermagem Cruzeiro do Sul. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-34964-19-janeiro-1954-332270-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 13 out. 2019.

BRASIL. **Lei nº 2.604, de 17 de setembro de 1955.** Regula o exercício da enfermagem profissional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L2604.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L2604.htm). Acesso em: 24 jan. 2020.

BRASIL. **Lei nº 2.822, de 14 de julho de 1956.** Dispõe sobre o registro de diploma de enfermeiro, expedido até o ano de 1950, por escolas estaduais de enfermagem não equiparadas nos termos do Decreto nº 20.109, de 15 de junho de 1931, e da Lei nº 775, de 6 de agosto de 1949, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/L2822.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L2822.htm). Acesso em: 20 jan. 2020.

BRASIL. **Lei nº 2.995, de 10 de dezembro de 1956.** Prorroga o prazo que restringe as exigências para instruir matrícula aos cursos de enfermagem, nos termos do Parágrafo Único do Art. 5º da Lei nº 775, de 6 de agosto de 1949. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/L2995.htm#:~:text=LEI%20No%202.995%2C%20DE,6%20de%20ag%C3%B4sto%20de%201949](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L2995.htm#:~:text=LEI%20No%202.995%2C%20DE,6%20de%20ag%C3%B4sto%20de%201949). Acesso em: 13 jun. 2020.

BRASIL. **Lei nº 3.062, de 22 de dezembro de 1956.** Desdobra o atual Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina em Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina e Farmácia e Serviço Nacional de Fiscalização de Odontologia, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-3062-22-dezembro-1956-354544-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 13 jun. 2020.

BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.** Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4024.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm). Acesso em: 24 jan. 2020.

BRASIL. **Lei nº 5.540, de novembro de 1968.** Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 19 jan. 2020.

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971.** Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5692.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.htm). Acesso em: 24 jan. 2020.

BRASIL. Lei complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977. Cria o Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp31.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp31.htm). Acesso em: 12 set. 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 24 jan. 2020.

GOIÁS. **Lei nº 781 de 16 de julho de 1925.** Cria Serviço de Saúde do Estado de Goiás.

GOIÁS. **Lei nº 11, de 5 de setembro de 1838:** Isenta o pagamento de dízimo de miunças de gado vacum e cavalariço pelo prazo de 10 anos os habitantes que foram estabelecer-se no território do Rio Verde. Disponível no Arquivo da Prefeitura Municipal de Rio Verde/GO.

**GOIÁS. Decreto nº 8.968 de 23 de abril de 1926.**

**GOIÁS. Decreto nº 781 de 1926.** Cria o Serviço de Saúde no Estado de Goiás.

**GOIÁS. Decreto 714 de 19 de fevereiro de 1931.** Regulamenta a Saúde Pública no Estado de Goiás.

**RIO VERDE. Lei nº 8, de 6 de setembro de 1854:** Lei Provincial que eleva à categoria de Vila com o nome de Rio Verde a povoação de Dores, com os distritos de Rio Verde, Alemão, Rio Claro e Torres do Rio Bonito, com extensão de 140 léguas. Disponível no Arquivo da Prefeitura Municipal de Rio Verde/GO.

**RIO VERDE. Lei nº 670, de 31 de julho de 1882.** A Vila de Rio Verde é elevada à categoria de cidade. Disponível no Arquivo da Prefeitura Municipal de Rio Verde/GO.

**RIO VERDE. Lei nº 456, de 21 de dezembro de 1960.** A Escola de Enfermagem Cruzeiro do Sul é reconhecida como utilidade pública em Rio Verde/GO.

**RIO VERDE. Lei nº 600, de 29 de outubro de 1963.** A Escola de Enfermagem Cruzeiro do Sul é reconhecida como utilidade pública em Rio Verde/GO.

**APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido(a) - (TCLE)**

Você está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa intitulada: **HISTÓRIA E MEMÓRIA DA ESCOLA DE ENFERMAGEM CRUZEIRO DO SUL DE RIO VERDE –GO (1937-1969)**, desenvolvida pela pesquisadora Kamila Gusatti Dias, sob a responsabilidade da professora Dr<sup>a</sup> Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida, do Programa de Pós Graduação em Educação – Doutorado em Educação da Pontifícia Universidade de Goiás. Nesta pesquisa nós buscamos reconstruir a história e a memória da Escola de Enfermagem Cruzeiro do Sul.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido será obtido pela pesquisadora Kamila Gusatti Dias. Em sua participação você responderá a perguntas como ex-estudante, ex-funcionário, ex-professor ou ex-diretor (a) no período compreendido entre 1937 e 1971 (período de recorte da pesquisa), na Escola de Enfermagem Cruzeiro do Sul. A entrevista será sobre acontecimentos vivenciados na escola e no município, sendo embasada por questionamentos, quais sejam: como a escola impactava a cidade em desenvolvimento, qual a importância de estudar/trabalhar nessa instituição, como era a sua atuação, onde se encontram os documentos oficiais, e outros. Ou, ainda, sua colaboração será relevante relatando os acontecimentos como cidadão que vivenciou as práticas educacionais no município de Rio Verde – GO.

Os riscos e/ou desconfortos decorrentes da participação na pesquisa, são o de investigar questões particulares e íntimas da sua história de vida que até então você não estava disposto a revelar para a sociedade, percebendo só a partir de então que seus relatos são parte integrante da história. Os benefícios serão o de perceber que você é um agente importante para a construção da história da escola e que sua atuação foi preponderante para o que ela se tornou, pois a escola faz parte de sua história e trouxe consequências para sua vida. Caso, apresente algum desconforto em rememorar suas reminiscências, as cautelas a serem empregadas para evitar e/ou reduzir efeitos e condições emocionais adversas são de pausar e até mesmo cancelar a entrevista, considerando características e contexto do participante da pesquisa.

O pesquisador garante ao participante da pesquisa assistência integral e gratuita por danos diretos ou indiretos, imediatos ou tardios, causados pelo excesso de emoções causados no decorrer da entrevista. Caso haja intervenção terapêutica haverá possibilidade de retorno do participante a pesquisa, sendo possível outro momento para a entrevista ser viabilizada. Os

participantes terão todo acompanhamento e assistência necessários a que terão direito, contemplando acompanhamentos posteriores ao encerramento e/ou interrupção da pesquisa.

O participante, caso julgue necessário terá a garantia de plena liberdade de recusar a participação ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma, bem como assegurar sobre o sigilo das informações confidenciais ao pesquisador (a) e outrem por ele designado.

O pesquisador assegurará ao participante o acesso aos resultados do estudo ao participante da pesquisa. As formas de ressarcimento ao participante, caso seja necessário, serão cobertas as despesas tidas pelos participantes da pesquisa e dela decorrente, as despesas com atendimento psicológico. O pesquisador garantirá ao participante sigilo absoluto nos dados recolhidos na pesquisa, sob a guarda do pesquisador responsável por um período de 5 anos após o término da pesquisa.

Eu, Kamila Gusatti Dias, pesquisadora responsável por este estudo, esclareço que cumprirei as informações acima. Você terá acesso, se necessário, a assistência integral e gratuita por danos diretos e indiretos, imediatos ou tardios devido a sua participação nesse estudo; e que suas informações serão tratadas com confidencialidade e sigilo. Se tiver algum custo por participar da pesquisa, será ressarcido; e em caso de dano decorrente do estudo, terá direito a indenização, conforme decisões judiciais que possam suceder.

Eu \_\_\_\_\_

**(PARTICIPANTE DA PESQUISA)**, abaixo assinado, fui orientada pela pesquisadora Kamila Gusatti Dias, sobre a minha decisão em participar nesse estudo. Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, seus desconfortos e riscos, as garantias de assistência, confidencialidade e esclarecimentos permanentes. Ficou claro também que minha participação é voluntária e isenta de despesas e que poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem penalidades ou prejuízo ou perda de qualquer benefício.

Qualquer dúvida a respeito da pesquisa, você poderá entrar em contato com Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, situada à Rua 227, Quadra 66, nº 3669, Setor Universitário, Goiânia – GO, CEP 74610- 155, ou Kamila Gusatti Dias – Rua Jacarandá, Qd 10, Lt 198, Residencial Gameleira I, Rio Verde/GO, CEP: 75906-810, fone: (64) 9226-0024.

Rio Verde, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Eu aceito, de modo voluntário, participar da pesquisa acima citada e declaro ter sido devidamente esclarecida.

---

**PARTICIPANTE DA PESQUISA**

---

**KAMILA GUSATTI DIAS**  
**Pesquisadora responsável pela pesquisa**



## APÊNDICE B – Parecer Consubstanciado



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** HISTÓRIA E MEMÓRIA DA CONTRIBUIÇÃO DOS PRESBITERIANOS PARA A EDUCAÇÃO EM RIO VERDE - GO: A ESCOLA DE ENFERMAGEM CRUZEIRO DO SUL (1937-1971)

**Pesquisador:** Kamila Gusatti Dias

**Área Temática:**

**Versão:** 4

**CAAE:** 00923118.7.0000.0037

**Instituição Proponente:** Pontifícia Universidade Católica de Goiás - PUC/Goias

**Patrocinador Principal:** MINISTERIO DA EDUCACAO

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 3.246.222

#### Apresentação do Projeto:

Essa é pesquisa de Doutorado em Educação e trata-se de uma pesquisa qualitativa, onde seu corpus documental e oral está pautado no levantamento, coleta e organização de um conjunto diversificado de documentos (relatórios, anuários de ensino, leis, decretos, correspondências, mensagens dos presidentes de Estado, etc.), referentes ao período delimitado na pesquisa. Ao selecionarmos as fontes e catalogá-las, partiremos para a construção da narrativa histórica. Utilizaremos fontes orais, selecionadas pelo levantamento dos sujeitos envolvidos com a história da instituição e dos quais se propuserem a dar seus depoimentos, por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e da aprovação do Comitê de Ética da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Além das fontes acima mencionadas, anseia-se utilizar periódicos da época e as Atas do Congresso Legislativo goiano, referentes ao período de 1937 a 1971, enfim, todos os documentos que subsidiarem a pesquisa e revelarem indícios da história da educação protestante no Estado de Goiás no período delimitado. Vale destacar que, as fontes são instrumentos para o ofício do pesquisador; por meio delas encontram-se as direções que nos ajudam a compreender épocas, costumes, sentimentos e a indicar percursos. Nesta pesquisa, serão lidas à luz dos referenciais teóricos oriundos da História Cultural.

**Endereço:** Av. Universitária, N.º 1.069  
**Bairro:** Setor Universitário **CEP:** 74.605-010  
**UF:** GO **Município:** GOIANIA  
**Telefone:** (62)3946-1512 **Fax:** (62)3946-1070 **E-mail:** cep@pucgoias.edu.br



Continuação do Parecer: 3.246.222

**Objetivo da Pesquisa:**

Objetivo primário:

- Analisar as estratégias de implantação e as relações construídas entre a Escola de Enfermagem Cruzeiro do Sul e os missionários presbiterianos norte-americanos, vinculados à Missão Central do Brasil, no interior de Goiás, especificamente na cidade de Rio Verde, no período compreendido entre 1937-1971, sob a perspectiva da implementação de escolas, igrejas e hospitais.

Objetivo Secundário:

- Descrever a atuação e a trajetória dos missionários presbiterianos norte-americanos nos contextos políticos, sociais e econômicos, envolvendo a escolha pelo Estado de Goiás, pela Missão Central do Brasil, no período entre 1937 a 1971, no tocante à fundação de uma escola de enfermagem, o hospital e a igreja, no município de Rio Verde - Goiás. - Investigar vestígios da história da Escola de Enfermagem Cruzeiro do Sul, no período de 1937, ano de fundação, a 1971, ano em que ocorreu uma reconfiguração estrutural no interior da missão presbiteriana norte-americana, bem como na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 5692/71, onde o ensino de enfermagem integrou-se ao sistema nacional da educação.- Identificar qual a imagem que a escola construiu durante o período investigado, por meio do corpus documental e oral, sob a perspectiva de análise das representações que os missionários presbiterianos norte-americanos fizeram dessa instituição escolar fundada por eles, inculcados na formação dos enfermeiros (as) e professores para a Escola de Enfermagem, como uma necessidade de estratégia educacional e missionária, sob a égide de um projeto civilizador para a região.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Riscos: Os riscos que esse projeto de pesquisa pode apresentar aos sujeitos envolvidos são danos emocionais e psicológicos ao depoentes, no momento das entrevistas o que o pesquisador deverá se cercar dos cuidados necessários e interromper o depoimento quando perceber tal risco.

Benefícios: Os benefícios são maiores do que os riscos, possibilitando aos depoentes um momento de rememoração de suas memórias e da história de cada sujeito.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Pesquisa relevante com temática atual e metodologia apropriada ao objeto de pesquisa que será abordado.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

**Endereço:** Av. Universitária, N.º 1.069  
**Bairro:** Setor Universitário **CEP:** 74.605-010  
**UF:** GO **Município:** GOIANIA  
**Telefone:** (62)3946-1512 **Fax:** (62)3946-1070 **E-mail:** cep@pucgoias.edu.br



Continuação do Parecer: 3.246.222

Folha de rosto: OK  
 Currículo dos pesquisadores: anexados  
 TCLE: anexado e conformidade com a resolução 466/12  
 Carta de anuência da instituição co-participante: OK  
 Cadastro da instituição co-participante: realizado  
 Projeto completo: cronograma revisto.  
 Carta de anuência da SEDUCE: anexada

**Recomendações:**

Nenhuma

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Todas as pendências foram atendidas corretamente. Projeto aprovado.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

INFORMAÇÕES AO PESQUISADOR REFERENTE À APROVAÇÃO DO REFERIDO PROTOCOLO:

1. A aprovação deste, conferida pelo CEP PUC Goiás, não isenta o Pesquisador de prestar satisfação sobre sua pesquisa em casos de alterações metodológicas, principalmente no que se refere à população de estudo ou centros participantes/coparticipantes.
2. O pesquisador responsável deverá encaminhar ao CEP PUC Goiás, via Plataforma Brasil, relatórios semestrais do andamento do protocolo aprovado, quando do encerramento, as conclusões e publicações. O não cumprimento deste poderá acarretar em suspensão do estudo.
3. O CEP PUC Goiás poderá realizar escolha aleatória de protocolo de pesquisa aprovado para verificação do cumprimento das resoluções pertinentes.
4. Cabe ao pesquisador cumprir com o preconizado pelas Resoluções pertinentes à proposta de pesquisa aprovada, garantindo seguimento fiel ao protocolo.

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1163307.pdf	03/04/2019 17:03:56		Aceito
Outros	Lattes_doutoranda.pdf	18/03/2019	Kamila Gusatti Dias	Aceito

**Endereço:** Av. Universitária, N.º 1.069  
**Bairro:** Setor Universitário **CEP:** 74.605-010  
**UF:** GO **Município:** GOIANIA  
**Telefone:** (62)3946-1512 **Fax:** (62)3946-1070 **E-mail:** cep@pucgoias.edu.br



Continuação do Parecer: 3.246.222

Outros	Lattes_doutoranda.pdf	15:12:02	Kamila Gusatti Dias	Aceito
Outros	pendencias.pdf	18/03/2019 15:11:18	Kamila Gusatti Dias	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	18/03/2019 15:03:59	Kamila Gusatti Dias	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto.pdf	18/03/2019 14:52:11	Kamila Gusatti Dias	Aceito
Outros	Lattes.pdf	17/12/2018 17:52:40	Kamila Gusatti Dias	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	17/12/2018 17:51:34	Kamila Gusatti Dias	Aceito
Outros	informo.docx	11/10/2018 11:28:11	Kamila Gusatti Dias	Aceito
Outros	autorizacao.pdf	31/08/2018 10:26:42	Kamila Gusatti Dias	Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto.pdf	31/08/2018 10:25:16	Kamila Gusatti Dias	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

GOIANIA, 05 de Abril de 2019

Assinado por:  
**ROGÉRIO JOSÉ DE ALMEIDA**  
(Coordenador(a))

**Endereço:** Av. Universitária, N.º 1.069  
**Bairro:** Setor Universitário **CEP:** 74.605-010  
**UF:** GO **Município:** GOIANIA  
**Telefone:** (62)3946-1512 **Fax:** (62)3946-1070 **E-mail:** cep@pucgoias.edu.br

**APÊNDICE C - Autorização do local da pesquisa**

**CRECE**  
Coordenação Regional de Educação  
Cultura e Esporte de Rio Verde

**SEDUCE**  
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO,  
CULTURA E ESPORTE

GOVERNO DE  
**GOIÁS**  
Avançando sem parar

**DECLARAÇÃO**

A Coordenação Regional de Educação, Cultura e Esporte de Rio Verde declara para os devidos fins, que Kamila Gusatti Dias, pesquisadora doutoranda em Educação da PUC – GO, realiza pesquisa no acervo das Escolas Extintas sobre a Escola de Enfermagem Cruzeiro do Sul, fundada em 1937 na cidade de Rio Verde – Goiás, hoje extinta, onde a documentação se encontra sob a guarda dessa Coordenação.

Atenciosamente,



Rita de Cássia Ferreira  
Coordenadora Regional de Educação,  
Cultura e Esporte de Rio Verde  
Dec. de 20/07/2017 e D.O. nº 23.613 de 21/07/2017

Coordenação Regional de Educação, Cultura e Esporte  
Av. Presidente Vargas, 2342 – Jardim Goiás  
CEP: 75.903-290 – Rio Verde/GO  
Fones: (64)3622-0708 / (64)3622-1429  
e-mail: [srerioverde@seduc.go.gov.br](mailto:srerioverde@seduc.go.gov.br)

**APÊNDICE D - Carta de Cessão**

Eu, \_\_\_\_\_ **(PARTICIPANTE DA PESQUISA)**, residente à \_\_\_\_\_ **(ENDEREÇO)**, sob o número de identidade \_\_\_\_\_ CPF \_\_\_\_\_ declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha entrevista, gravada no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, para Pontifícia Universidade Católica de Goiás, sob a responsabilidade da pesquisadora de Doutorado em Educação Kamila Gusatti Dias, matrícula nº 2017.1.3003.0002-0, como parte da pesquisa intitulada **HISTÓRIA E MEMÓRIA DA ESCOLA DE ENFERMAGEM CRUZEIRO DO SUL DE RIO VERDE - GO (1937-1969)**, a fim de que possa usá-la integralmente ou em partes, sem restrições de prazos e citações, desde a presente data. Da mesma forma, autorizo terceiros a ouvi-la e transcrevê-la, ficando vinculado o controle à (instituição) que tem sua guarda.

Autorizo a Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC, a utilização, a divulgação e a reprodução de imagens, áudios e dados pessoais e biográficos por mim relatados, incluindo todo e qualquer material gravado, objetos e documentos apresentados, para a realização e a divulgação da pesquisa em andamento e futuras que houverem relacionadas à História da Educação em Rio Verde (GO).

A Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC/GO poderá a qualquer momento, utilizar, divulgar e reproduzir as informações citadas em mídia impressa, eletrônica e demais meios de comunicação, bem como, em banco de dados informatizados, relatórios institucionais e eventos de divulgação acadêmicos e científicos.

Assim, abdicó dos meus direitos e de meus descendentes, subscrevo a presente, que terá minha firma reconhecida em cartório.

Rio Verde, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

---

**PARTICIPANTE DA PESQUISA**

**APÊNDICE E - Roteiro de entrevistas****ENTREVISTADO(A):** \_\_\_\_\_**IDADE:** \_\_\_\_\_**DATA:** \_\_\_\_\_**ENDEREÇO:** \_\_\_\_\_**PARTE 1**

1. Qual é o seu nome completo?
2. Em que ano e em que cidade você nasceu?
3. Onde vive hoje e qual sua principal ocupação?

**PARTE 2**

4. Quando você começou a estudar? E quando terminou seus estudos?
5. Fale sobre a sua(s) (primeira) escola(s) (localização, característica do prédio, espaços como biblioteca, quadra de esportes, mobiliário, etc.)
6. Como você ia à escola? Como eram os uniformes?
7. Como foi sua formação escolar?
8. Como era a relação entre professores e alunos?
9. Como eram os materiais utilizados pelos professores e pelos alunos em sala de aula (cadernos, apostilas, lápis, canetas, mapas, retroprojetores, carimbos, blocos lógicos, jogos e brinquedos, etc.)?
10. Haviam outras atividades fora da sala de aula (grêmio, jornal, teatro, fanfarra, coral, etc.)?
11. Como era o controle da disciplina na escola? Lembra-se de algum prêmio ou privilégio concedido aos alunos mais comportados? E quais eram os castigos para os indisciplinados?
12. Quais as matérias/disciplinas de que mais gostava? E de quais não gostava?
13. Você teve influências de algum professor(es) ou disciplina(s) na escolha de cursar auxiliar de enfermagem? Qual (is)?
14. Estudou em escola pública, antes de cursar o Curso de auxiliar de enfermagem?
15. Teve influência familiar, escolar ou outra na decisão de cursar Auxiliar de Enfermagem?
16. Exerceu sua profissão, depois de se formar? Como foi a experiência?

**PARTE 3**

- 17 - Quais são as suas melhores lembranças na escola Cruzeiro do Sul?
- 18- Em se tratando da Escola Cruzeiro do Sul, como ficou sabendo do funcionamento dessa instituição na cidade de Rio Verde – Goiás?
- 19- Havia acompanhamento pedagógico? Por parte de quem (diretora, coordenadora ou algum missionário (a))?
- 20- Vocês seguiam algum planejamento ou currículo? Quem elaborava?
- 21- Na instituição havia biblioteca? Como funcionava?
- 22- Como funcionava o internato?
- 23- Havia alunos do sexo masculino que frequentavam a Escola Cruzeiro do Sul?
- 24- Os professores utilizavam materiais pedagógicos? Quais?
- 25- Você possui alguma fotografia que retrate momentos de sua vivência como aluna nesta instituição?
- 26- Lembra do nome das diretoras dessa instituição? E dos professores?
- 27- Havia outras atividades que envolviam as alunas? (grêmio estudantil, jornal, teatro, fanfarra, coral, etc.)?

**PARTE 4**

- 27- Havia práticas religiosas no cotidiano da instituição? Como eram realizadas?
- 28- Como era o uniforme das alunas dessa instituição? Os professores tinham uniforme? Como era?
- 29- Como era a convivência com os missionários presbiteriano norte-americanos e os alunos/professores?
- 30- Tem alguma lembrança do médico Dr. Donald Gordon e de sua esposa Helen Gordon?
- 31- Tente descrever como era o prédio físico da Escola Cruzeiro do Sul.

**PARTE 5**

- 32- As aulas de Estágio aconteciam em que lugar? Havia aulas teóricas e práticas?
- 33- Como avaliações dos alunos acontecia de que forma?
- 34- As alunas eram acompanhadas por uma equipe médica? Preenchiam ficha de saúde?
- 35- Havia indisciplina por parte das alunas? Como era solucionada? Havia castigos?
- 36- Quais disciplinas você se lembra? Eram muitas? Quais gostava mais?
- 38- Havia outros funcionários na escola, além da diretora e professores?



## ANEXO A - Relatório de Eficiência, 1959-1964

**ESCOLA DE ENFERMAGEM CRUZEIRO DO SUL**  
**RIO VERDE – GOIÁS**  
**RELATÓRIO DE EFICIÊNCIA**

Ano: \_\_\_\_\_

Aluna:					JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
<b>Execução Técnica</b>	Faltam-lhe conhecimentos básicos. Não aplica os principais. Não interpreta sinais e sintomas. Descuidada.	Conhece princípios básicos, mas necessita auxílio para aplicá-los. Trabalho geralmente completo e bem feito.	Exatidão de técnica	Aplicação eficiente e exata dos princípios básicos. Cuidado individual completo.						
<b>Poder de Observação</b>	Sem atenção para sintomas e detalhes.	Observa somente sintomas evidentes. Observa-os e não os comunica.	Faz observações inteligentes. Muito atenta.	Demonstra curiosidade intelectual. Observadora. Dá valor aos detalhes.						
<b>Capacidade de Organizar e Planejar</b>	Trabalha sem planejar. Traça mal os planos. Traça planos impraticáveis. Necessita constante vigilância	Satisfatória em condições normais. Organização sofrível. A's vezes precisa vigilância.	Planos bem traçados. Boa organização. Raramente requer supervisão.	Resolve dificuldades sozinha. Organiza muito bem.						
<b>Nítidez de Trabalho e Acabamento</b>	Trabalha desordenadamente. Mau acabamento do trabalho. Despreza detalhes.	Trabalha em desordem, mas completa o trabalho. A's vezes descuida de detalhes.	Trabalho feito em ordem e completo. Raramente negligencia detalhes.	Traça planos para economizar tempo, material e energia, sem sacrificar o trabalho. E' meticulosa.						
<b>Relatórios e Trabalhos Escritos</b>	Ilegíveis. Errados. Incompletos. Pouco caprichados.	Legíveis porém mau escritos. Com falhas. Sofríveis. Completos.	Legíveis. Geralmente certos. Bom acabados. Completos e caprichados.	Legíveis. Certos. Bom acabados. Ordenados, concisos e informativos.						
<b>Apreciação dos fatores mentais, físicos e sociais</b>	Indiferente aos problemas do doente. Não compreende diferenças individuais.	Atenciosa, mas não compreende os problemas do doente. Raramente compreende diferenças	Procura compreender os problemas dos doentes.	Tem plena compreensão dos problemas dos doentes e procura auxiliá-los e resolvê-los.						

		individuais. Demonstra predileções.								
<b>Adaptação</b>	Desorienta-se em situações inesperadas. Sem iniciativa. Necessita constante supervisão.	Incerta em novas situações. Necessita às vezes de orientação.	Enfrenta bem as situações normais. Compreende o essencial.	Age bem perante situações difíceis. Saber ter iniciativa. Raramente precisa de orientação.						
<b>Responsabilidade</b>	Espera ser mandada. Não segue as instruções. Perde tempo. E' impontual.	Esquece detalhes. A' vezes perde tempo. Trabalho deficiente. Pouco pontual.	Verdadeira. Pronta. Geralmente responsável.	Assume absoluta responsabilidade do trabalho. Relata os próprios erros. Sempre pronta e pontual.						
<b>Cuidado com o material no hospital</b>	Descuidada e destruidora. Não cuida do material.	Esbanjada. Desperdiça material se não for vigiada.	Econômica e cuidadora. Cuida bem do material.	Muito cuidadosa e econômica. Minuciosa na limpeza e na conservação do material.						
<b>Capacidade de Trabalho</b>	Aceita poucas responsabilidades. Não tem confiança em si. Não tem iniciativa.	Executa só trabalhos de rotina. Não demonstra qualidades de chefe.	Aceita responsabilidades. Demonstra algumas qualidades para chefiar. Tem iniciativa.	Aceita responsabilidade de toda a enfermaria. Mostra qualidades excepcionais para chefiar. Muita iniciativa.						
<b>Julgamento</b>	Toma decisões erradas.	Age meramente, pôr força do hábito.	De vez em quando não reflete para tomar decisões.	Sabe pesas os fatos e tomar decisões acertadas.						
<b>Interesse no Trabalho e Cooperação</b>	Trabalho mecânico e de rotina. Indiferente. Não coopera.	Rotineira. Gosta de trabalhar mas não tem entusiasmo. Coopera quando mandada.	Amplia seu setor de ação. Tem satisfação com o trabalho. Coopera sempre que pode.	Entusiasta, faz mais do que lhe é designado. Interessada. Atenciosa. Coopera além do qual é exigido.						
<b>Interesse em aprender</b>	Sem intêresse na teoria. Não alia teoria à prática. Não estuda.	Não demonstra curiosidade. Necessita auxílio para aliar teoria à prática. Faz perguntas sem relação à matéria. Estuda pouco.	Geralmente alia a teoria à prática. Estuda só o que é necessário.	Alia a teoria à prática. Faz perguntas inteligentes. Procura enriquecer seus conhecimentos, estudando sempre.						
<b>Aparência geral</b>	Geralmente mal arrumada. Quarto em desordem.	Frequentemente com o uniforme mal cuidado.	Geralmente bem vestida. Quarto bem arrumado.	Sempre bem vestida e com o uniforme em ordem.						

		Quarto as vezes arrumado.		Quarto bem arrumado e com organização.						
<b>Atitudes com doentes</b>	Indiferente. Fala muito de si mesma.	Bondosa, porém pouca atenciosa.	Compassiva. Bondosa e compreensiva.	Inteligentemente compassiva. Inspira confiança.						
<b>Atitudes com colegas</b>	Ríspida, indelicada. Colabora de má vontade e com arrogância.	Pouco delicada. Coopera pouco, só quando solicitada.	Tolerante. Colabora, às vezes.	Tolerante. Delicada. Ótima colaboradora.						
<b>Cortesia e tato</b>	Pouco côrtes com as colegas, chefes e médicos. Agrava situações.	Geralmente côrtes. Delicada para seu próprio interesse.	Demonstra tato. Delicada.	Hábil e delicada para enfrentar qualquer situação.						
<b>Capacidade para aceitar criticismos e sugestões</b>	Discute a necessidade de criticismo. Recusa ouvir conselhos.	Aceita a crítica. Indiferente às sugestões. Evita auxílio.	Aceita a crítica procurando tirar proveito.	Procura conselhos. Aproveita sugestões.						
<b>Atitudes com médicos e superiores</b>	Excessiva familiaridade. Pouco digna.	Utiliza o tempo de serviço com interesses sociais.	Mantém atitude profissional.	Respeita e sustenta padrões éticos.						
<b>Lealdade</b>	Não segue os regulamentos. E' indiscreta, desleal. Falta à verdade. Crítica as outras.	Fala da vida alheia. Crítica a direção. Às vezes é desleal. Desobedece às vezes os regulamentos.	Obedece aos regulamentos. E' mais ou menos justa nos comentários.	Segue os regulamentos da casa de serviço. Sabe guardar confidência. É leal e sincera. Não critica as outras.						
<b>Estabilidade emocional</b>	Descontrola com facilidade. E' impetuosa. Infantil.	Demonstra os sentimentos sob a menor provocação.	Quase sempre controlada.	Emotiva, porém controlada.						
<b>Saúde e higiene pessoal</b>	Descuidada da higiene pessoal. Descuidada com doenças passageiras. Sempre cansada.	Às vezes descuida dos bons hábitos de saúde. Pouco resistente.	Tem cuidado com a saúde. Sadia.	Exemplar na prática dos hábitos de higiene. Muito sadia.						

Observações: Média total \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_

Ass. da diretora: \_\_\_\_\_

Ass. da instrutora: \_\_\_\_\_

Ass. da aluna: \_\_\_\_\_

Fonte: Acervo da Secretaria de Educação do Estado de Goiás – Coordenação de Rio Verde – BOX (1959-1964)